

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

***Visões das mulheres
militantes na luta armada:
repressão, imprensa e
(auto)biografias
(Brasil
1968/1971)***

Julia Bianchi Reis Insuela

Niterói
2011

JULIA BIANCHI REIS INSUELA

***Visões das mulheres militantes na
luta armada: repressão, imprensa
e (auto)biografias
(Brasil 1968/1971)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em História

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Denise Rollemberg Cruz

NITERÓI

2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

I794 Insuela, Julia Bianchi Reis.

Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias. (Brasil 1968/1971) / Julia Bianchi Reis Insuela. – 2011. 220 f.

Orientador: Denise Rollemberg Cruz.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 215-220.

1. Ditadura militar – Brasil, 1964-1979. 2. Movimento de mulheres no Brasil. I. Cruz, Denise Rollemberg. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.063

Folha de aprovação

Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias. (Brasil 1968/1971)

Julia Bianchi Reis Insuela

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Profa. Dra. Denise Rollemberg (UFF) - orientadora

Profa. Dra. Samantha Viz Quadrat (UFF)

Profa. Dra. Maria Paula Araújo (UFRJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt (UFF)

Profa. Dr. Francisco Martinho (USP)

Niterói
2011

Agradecimentos

Foram dois anos de muito estudo. E nesse período tive a certeza com o que de fato queria trabalhar; pelo o que era apaixonada. De lá para cá aprendi muito. Novas descobertas, questionamentos; leituras prazerosas; discussões envolventes; paixão pelo tema; e a definitiva certeza de que fiz a opção correta ao escolher o curso de História como minha profissão. Apesar de algumas dificuldades ao longo do caminho, só tenho a agradecer.

Gostaria primeiro de agradecer à professora Denise Rollemberg, orientadora da pesquisa, por me guiar e me proporcionar inesquecíveis ensinamentos ao longo da realização da dissertação. Obrigada por retirar as minhas dúvidas, me escutar. Pela tamanha dedicação, acolhida, atenção e simpatia nas reuniões para orientação. Obrigada por acreditar em mim. Obrigada por exigir o melhor. Sou muito grata aos conhecimentos passados, aos apaixonantes textos, a produtividade e a paciência com as minhas ansiedades e as minhas neuroses. Obrigada pela confiança, principalmente por me emprestar dezenas de livros para o estudo, sem os quais não conseguiria atingir meus objetivos. Graças a nossa boa relação e a tudo o que foi expresso, a realização da dissertação foi possível. Essa conquista é nossa!

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e da Biblioteca Nacional. Obrigada pela boa vontade, atenção, simpatia e por me ajudarem na longa procura pelas fontes e coletas de dados.

Aos professores que conheci e reencontrei nesse período de intenso trabalho. Muito obrigada pelas sugestões. Como foram proveitosas as aulas...

Aos meus amigos Carine Machado, Wallace Andrioli, Kátia Krause e Marina Rocha, por exporem suas sinceras opiniões no desenvolvimento do trabalho e por me ajudarem nas inseguranças em relação ao meu texto. Obrigada por terem a paciência de revisarem a minha escrita afim de que eu ganhasse confiança e contribuíssem para que minha dissertação sempre melhorasse.

Aos meus amigos *historiadores* da Universidade Federal Fluminense que foram conquistados ao longo do curso de graduação e no curso de pós-graduação. Vocês também fizeram parte dessa fase. Quantas risadas, trabalhos, aulas, discussões e aprendizados. Conhecer pessoas novas; pesquisas e trabalhos novos. Como essa experiência enriqueceu a minha vida. Vemos como pessoas entram para somar e nos acrescentar. Como foi bom partilhar e vivenciar a minha vida com vocês. Obrigada por sempre me agüentarem, ajudarem, pelos conselhos e pelo carinho. Obrigada por serem amigos. Não é só conhecimento que adquirimos; amigos são feitos. Fundamentais nos momentos de “neura” e de felicidade.

Os meus merecidos agradecimentos também aos meus amigos *não-historiadores*. Pessoas essenciais em minha vida e que acompanharam todo o processo. Obrigada pelo apoio e o amor. Dedico essa vitória a vocês também, Paula Moreira, Yasmin Cardozo, e outros.

Aos meus pais Patrícia e Luís, meus avós e minha irmã Daniella por todo apoio e auxílio. Obrigada por sempre acreditar nos meus ideais e incentivá-los. Obrigada por apostar em mim e por todo o carinho. E o meu orgulho de ver esse trabalho concretizado ao lado de vocês.

RESUMO:

A dissertação pretende discutir a memória da luta armada no Brasil, focando-se principalmente na experiência das mulheres militantes do período. O objeto de investigação é a trajetória política de uma geração de mulheres que se envolveu com o projeto de luta armada das esquerdas revolucionárias, no período de 1968 a 1971. Para tal, utilizamos de um exemplo: a militante Iara Iavelberg. Por expressar vários elementos, ela é considerada um arquétipo, sendo o centro do estudo. Na dissertação, a presença de Iara é constante e ao mesmo tempo *invisível*, pois as problemáticas que marcaram sua trajetória, de uma forma ou de outra, estão presentes nas trajetórias das demais mulheres aqui tratadas.

Debruçando-me, então, sobre o estudo paralelo das percepções das mulheres na luta armada – e da Iara, em particular - em três níveis – nas organizações, nos órgãos de repressão e informação e na grande imprensa – é possível notar muitas aproximações (nem sempre perceptíveis de imediato), para além das evidentes diferenças, as quais dizem respeito às representações das mulheres na sociedade da época e suas mudanças e continuidades nas décadas seguintes. Sob essas referências, o intuito da dissertação foi pesquisar as memórias (re)construídas, principalmente sobre as militantes das esquerdas revolucionárias, no que diz respeito ao período do regime civil-militar e nas décadas posteriores. A finalidade, mais especificamente, era notar a ocorrência ou não de um *apagamento* nestas memórias do *senso comum* existente entre a grande imprensa e os órgãos de repressão e informação- principalmente em relação ao vocabulário e à sua *opinião* – e conseqüentemente com a sociedade. Tal atitude acabaria por não atentar que o *olhar* sobre as mulheres militantes seria o mesmo e estaria tão presente na repressão como na grande imprensa e, por fim, na sociedade.

Ao mesmo tempo, trata-se de uma abordagem que pretende dar conta das construções da memória das mulheres na luta armada, elaboradas e reelaboradas, no sentido de responder mais a questões do presente e menos visando à compreensão do passado. Nesse sentido, nosso recorte cronológico tanto diz respeito ao período da luta armada – entre os anos de 1968 e 1971, por representar de forma mais expressiva a entrada da mulher no mundo político engajado e por ser considerado o período de maior radicalização da *luta* contra o regime ditatorial e da luta armada – como a ocasião das

publicações das memórias dos militantes das esquerdas revolucionárias em diversas épocas: as obras memorialísticas lançadas nos anos 80, 90 e do início do século XXI, com o intuito de investigar as formulações da memória acerca a inserção da mulher na luta armada. Ao trabalhar com as “*várias camadas*” de época, buscou-se encontrar as reconstruções do passado em função do presente. Quanto à problemática, estaria aí a distância entre Memória e História.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, gênero, luta armada, ditadura civil-militar

ABSTRACT:

The dissertation intends to discuss the memory of armed struggle in Brazil, focusing primarily on the experience of the women militants of the period. The object of research is the political trajectory of a generation of women who became involved with the project of the armed struggle of the revolutionary left in the period 1968 to 1971. To this end, we use an example: the militant Iara Iavelberg. By expressing various elements, it is considered an archetypal, being the center of the study. In the dissertation, the presence of Iara is *constant* while *invisible*, because the problems that have marked its history, in one way or another, are present in the trajectories of the other women here.

The parallel study of perceptions of women in the armed struggle, then, – and Iara, in particular on three levels – in organizations, organs of repression and information and mainstream press – we can see many approximations (not always noticeable immediately) in addition to the obvious differences, which relate to the representation of women in society and its changes and continuities in the following decades. Under these references, the aim of the dissertation has been researching the memories (re) constructed, mainly about the militants of the revolutionary left, in the period of civil-military regime and the posterior decades. The purpose, more specifically, it was noted the occurrence of an *erase* of these memories of *common sense* between the mainstream press and the organs of repression and information – especially in relation to the vocabulary and their *opinion* – and also the society. Such attitude would not realize that the *look* about the women militants would be the same and would be so present in the repression as in mainstream press as in the society.

At the same time, it is an approach that aims to study the constructions of the memory of women in the armed struggle, elaborate and overhauled in order to respond more to issues of the present and less to the understanding of the past. Then, our chronological cutting are both for the period of the armed struggle – between the years 1968 and 1971, because represent the more expressive entry of women in the engaged political world and because is considered the period of increased radicalization of the armed struggle and the fight against the dictatorial regime – as the occasion of publications of the memories of the militants of the revolutionary left in various epochs:

the books of memory released in the 1980s, 1990s and early 21st century, with the aim of investigating the formulations of the memory about the inclusion of women in the armed struggle. When working with "multiple layers" of the time, sought to find the reconstructions of the past in the function of the present. Would be, then, the distance between Memory and History.

KEYWORDS: Memory, gender, armed struggle, civil-military dictatorship

SUMÁRIO

- **Introdução: As “guerrilheiras” como protagonistas.....**pág.13
 - *Apresentação dos capítulos.....*pág.16
- **Parte I: A imagem das mulheres militantes: aproximações entre os arquivos da repressão entre a grande imprensa.....**pág.20
- **Capítulo I: Entrelaçando: As mulheres guerrilheiras sobre a ótica dos anos 60.....**pág.20
 - *A Marca da Subjetividade na Memória:.....*pág.27
 - *Memória e juventude: as implicações na construção da mulher militante.....*pág. 32
 - *Status quo: Manter ou Romper?!.....*pág. 38
 - *“A Violência Revolucionária”.....*pág. 40
 - *Brasil e a Guinada Armada.....*pág. 41
 - *Sim, Senhora, Eu Lutei... As Mulheres e a Política:.....*pág.44
- **Capítulo II: Pelos olhares ai afora: as mulheres guerrilheiras sob ótica dos órgãos de repressão e informação e da grande imprensa.....**pág.53
 - 1.1)** *Pelos Olhares Secretos: sob a ótica dos órgãos de repressão e informação:.....*pág.54
 - 1.2)** *A Luz da Cena Pública: sob a ótica da grande imprensa:.....*pág.69
 - 1.3)** *A Confluência de Olhares: a comparação da ótica da repressão com a da grande imprensa:.....*pág.91
- **Parte II: As memórias das mulheres militantes: biografias e autobiografias.....**pág.107

• **Capítulo III: As Camadas da Memória: as mulheres guerrilheiras na ótica das biografias das décadas de 80,90.....pág.107**

- A presença do lembrar e a ausência do esquecer.....pág 107

- *A memória e a “escrita de si”*:.....pág 109

3.1) A Década de 1980: início das primeiras “manifestações memorialísticas”.....pág 114

- *As autobiografias de Herbert Daniel e Mariluce Moura: a homossexualidade na militância armada e as sensações de uma mulher militante*.....pág.115

- *Apresentando o conceito de gênero*.....pág.117

- *Autobiografias: a “história do seu eu”*.....pág.125

3.2) A Década de 1990: o “boom memorialístico”.....pág.127

- *Biografias: a “escrita do outro”*.....pág.127

- *Os anos 90 e a valorização das biografias*:.....pág.132

- *A biografia de Carmela Pezzuti: uma mãe em luta*.....pág.133

- *A biografia de Iara Iavelberg: Uma musa*.....pág.143

- *A Memória e o futuro*:.....pág.162

- *A autobiografia de Flávio Tavares: não se deve esquecer*:.....pág.164

Capítulo IV: As Camadas da Memória: as mulheres guerrilheiras na ótica das biografias da década de 10.....pág.175

4.1) A Década do ano 2000: início do século XXI: mulheres também são protagonistas.....pág.175

- *A biografia de Maria do Carmo Brito: uma militante chega à direção*:.....pág.175

do	- <i>A autobiografia de Marília Guimarães: uma mãe militante Brasil à Cuba</i>	pág.187
	- <i>A memória em forma de entrevista</i>	pág.199
	4.2) A configuração final das obras de memória.....	pág.202
•	Conclusão: A Memória da Mulher na Luta Armada: sacralizações	pág.205
	- <i>As diferenças das camadas do tempo</i> :.....	pág.208
	- <i>As semelhanças dos tempos</i> :.....	pág.210
	- <i>Imprensa, repressão, sociedade e memória</i> :.....	pág.211
•	Fontes	pág.212
	- <i>Fontes primárias</i>	pág.212
	- <i>Obras de memórias: Autobiografias</i>	pág.212
	<i>Biografias</i>	pág.212
	- <i>Fundos documentais</i>	pág.213
	- <i>Sites de internet</i>	pág.214
•	Bibliografia	pág.215

INTRODUÇÃO

As “guerrilheiras” como protagonistas...

A dissertação pretende discutir a memória da luta armada no Brasil, focando-se principalmente na experiência das mulheres militantes do período. O objeto de investigação é a trajetória política de uma geração de mulheres que se envolveu com o projeto de luta armada das esquerdas revolucionárias.

Muito dos militantes e das militantes das esquerdas revolucionárias tiveram participação na política do Brasil, se filiando a partidos e exercendo cargos políticos posteriormente ao fim da ditadura. Esta realidade culminou na eleição de Dilma Rousseff para o cargo máximo do executivo, tornando-se presidente – ou melhor, a primeira presidenta – do país. Assim, a defesa da minha dissertação ocorre justamente no ano da posse da ex-militante da VPR¹.

Para desenvolver o estudo, escolhi um exemplo que me parece expressivo desta geração: Iara Iavelberg.

Esta militante foi selecionada como arquétipo, pois rompe com parâmetros e ao mesmo tempo os mantém, orientando uma interpretação do processo de transposição por parte das mulheres às barreiras impostas da sociedade. Iara as transpassa. Tem um engajamento político ativo, mas o sonho de se casar e ter filhos também permanece, correspondendo aos padrões e expectativas da época. Alheia à política em 1964, em 1968 é *engajada*. Símbolo da vivência de uma determinada geração, rompendo padrões, ao mesmo tempo em que por eles está marcada.

Na dissertação, sua presença é constante e ao mesmo tempo *invisível*, pois as problemáticas que marcaram sua trajetória, de uma forma ou de outra, estão presentes nas trajetórias das demais mulheres aqui tratadas. Assim, é necessária uma breve apresentação da personagem.

Iara é um sujeito que supera a sua época e, ao mesmo tempo, por ela está marcada. Tanto no que se refere à esfera pública – com a militância política - quanto à *moral* e aos *bons costumes*. Conhecida como uma mulher que tivera várias relações afetivas, tornou-se *mulher* de Carlos Lamarca, o capitão que deixara o exército para

¹ Vanguarda Popular Revolucionária.

entrar na luta armada. Sendo casado, Iara tornava-se também sua *amante*, palavra-estigma de uma época marcada pelo conservadorismo e pela hipocrisia. A relação dos dois, por outros motivos, também não era vista com bons olhos pela organização à qual pertenciam. Iara, a *figura da subversão*².

Sua imagem expressa uma determinada mudança ocorrida em sua geração, nos anos 1960: a que se abre para o mundo político dessa década. Sua trajetória foi marcada pela metamorfose³. Iara é claramente ruptura e afirmação, síntese da experiência de outras mulheres da luta armada.

Dessa forma, sinalizo que Iara trás em si todos os aspectos que se propõe discutir na presente dissertação. Sendo assim, a utilização de sua biografia será de grande valia, pois esboça o “passeio” que esta militante faz por essas diversas mulheres (as militantes). Por conseguinte, ao mesmo tempo em que a estudo, também a utilizo como referencial teórico.

Em relação a esta questão do sexo feminino, na monografia de conclusão do curso de bacharel em História na Universidade Federal Fluminense, sob o título: “*Memória da Mulher na Luta Armada*”⁴, estudei as percepções das mulheres na luta armada em três níveis – nas organizações, nos órgãos de repressão e informação e na grande imprensa. A partir disso, observei muitas aproximações (nem sempre perceptíveis de imediato), para além das evidentes diferenças. A busca das visões das militantes nessas esferas diferenciadas possibilitou a percepção de pontos de *cruzamentos* entre as visões da repressão, da grande imprensa – principalmente pelas palavras utilizadas – e, por conseguinte, da sociedade.

² Vale ressaltar aqui que a subversão é a questão fundamental em relação à Iara: é o que faz com que ela se sobressaia em relação às demais e que dá o tom da sua representação como militante e “*agente da história*”. Em sua biografia realizada por Judith Pararra (*Iara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991) é bastante perceptível. Ao entramos em *contato* com o seu *estilo de vida*, a partir das descrições de detalhes e depoimentos, identificamos *elementos de subversão*

³ Esta jovem casou-se aos 16 anos e aspirava a ser a esposa de um médico. Frustrada, separa-se. Ao mesmo tempo inicia a faculdade de psicologia da USP. Lá envereda na militância política, primeiramente no movimento estudantil e depois numa organização clandestina. A revolução estava na ordem do dia. Não somente no mundo, mas também em sua vida. Liberdade era o seu lema. A mobilização política e cultural e os projetos de transformação de cunho revolucionário vivenciados nos anos 60 a direcionaram para o engajamento. Posteriormente, já reconhecida militante, embora não atuando em ações armadas, torna-se mulher de Carlos Lamarca. Uma relação igualmente *subversiva*.

⁴ BIANCHI, Julia. *Memória da Mulher na Luta Armada*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

Identificado o universo comum entre estes níveis diferenciados – o olhar da repressão e o da grande imprensa -, no período em que se deu o enfrentamento armado, busco identificar as memórias construídas sobre as militantes das esquerdas revolucionárias, nas décadas posteriores. A hipótese a ser verificada é em que medida, na construção da memória destes anos, teria havido certo *esquecimento* ou *silêncio* a respeito das muitas aproximações entre as representações da grande imprensa e as dos órgãos de repressão e informação. E ainda, em que medida estas semelhanças correspondem às visões marcadas pelo moralismo e pela hipocrisia em relação às mulheres, em particular às mulheres militantes, tão presentes na sociedade. Em outras palavras, as representações destas mulheres nos documentos da repressão pouco diferem do que vemos nos jornais da grande imprensa, que supomos, por sua vez, não serem estranhos às representações da própria sociedade.⁵

Serão utilizadas diversos tipos de fontes: documentos do Fundo de Polícia Política do Rio de Janeiro; dois periódicos – “*O Globo*” e “*Folha de São Paulo*”⁶; obras de memória – biografias e autobiografias - de militantes de luta armada.

Estas fontes ajudam no estudo, pois incorporam um grande número de questionamentos essenciais: formas de atuação, a problemática da repressão, da imprensa, das obras memorialísticas, da própria historiografia.

Assim, trata-se de comparar representações do período do regime civil-militar sobre as militantes, em diferentes níveis (os órgãos de repressão e informação e a grande imprensa) com as das décadas posteriores descritas nas biografias e autobiografias. Se aquelas estiveram marcadas pelas referências de sua época, essas, como memórias, recuperam o passado em função das questões do presente e, não raramente, deslocando referências do presente para o passado.

⁵ Esta pesquisa será feita nas obras biográficas e autobiográficas sobre os militantes de luta armada, percebendo como a memória foi formulada e o que ela incorporou ou não. Deixa-se de lado a partir desse momento a análise dos documentos dos arquivos da repressão e da grande imprensa e se passa a focar nos “conteúdos” dos livros de memória. Isso será tratado mais adiante.

⁶ Vale ressaltar que os periódicos selecionados são identificados como de *direita*. O motivo de sua escolha se deve ao fato de serem considerados os de maior circulação e acesso à população, como os maiores jornais em suas regiões. Não se optou por eles por tenderem mais para a *direita*. Todavia, frisa-se o fato de que os dois maiores periódicos das duas maiores cidades do país tenderem para uma concepção política mais conservadora. A afirmação de que possuem o mesmo *olhar* da ditadura é baseada, então, nessa alegação e por encontrar termos empregados pelo regime vigente, identificando-os, assim, como colaboradores da difusão da visão da repressão, esta sendo de *direita*.

Com isso, o recorte cronológico tanto diz respeito ao período da luta armada – entre os anos de 1968 e 1971, por representarem de forma mais expressiva a entrada da mulher no mundo político engajado e por serem considerados os anos de maior radicalização da *luta* contra o regime ditatorial e da luta armada – como a ocasião das publicações das memórias dos militantes das esquerdas revolucionárias em diversas épocas: as obras memorialísticas lançadas nos anos 80, 90 e da década de 2010.

A dissertação será dividida em duas partes, cada uma com dois capítulos.

A Parte I diz respeito à pesquisa sobre a conjuntura dos anos 1960 e 1970 e sobre as imagens das mulheres militantes na repressão e na grande imprensa. Esta parte será dividida em dois capítulos:

No primeiro capítulo, pretende-se compreender a atmosfera na qual as mulheres estão inseridas, quando vivenciaram a experiência de sair da esfera privada para a pública. A transição do ambiente conservador e moralista da sociedade para a atmosfera contestadora e radical dos ambientes que frequentavam dos anos 1960. As transformações sociais, culturais e políticas ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 1960, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. É importante frisar que ao mesmo tempo em que os anos 1960 são marcados por rupturas – devido ao fato de as mulheres entrarem de forma mais significativamente na vida pública – existe uma continuidade, que pode ser evidenciada, por exemplo, ainda na existência de um machismo, inclusive nas próprias organizações. Procurarei mostrar esses dois movimentos: a ruptura, calcada na subversão, mas que também é marcada por uma continuidade.

Também será discutida a problemática da subjetividade e da juventude com as suas implicações na memória do período e nas construções *a posteriori*. Ressalta-se que a maioria das militantes era jovem, sendo um tópico importante de estudo, e, por serem do sexo feminino, trazem a “característica” da subjetividade feminina. Tal subjetividade é importante para compreender as relações das mulheres com o meio, o outro e a memória. Assim, esses três pontos se entrelaçam e serão expostos para propiciar um olhar mais amplo da conjuntura e do objeto de pesquisa.

No segundo capítulo veremos as visões, opiniões e referências sobre as mulheres militantes da luta armada em duas *esferas de poder* - a repressão e a grande imprensa – e em um plano maior, a sociedade, para depois, através de uma comparação, notar semelhanças e divergências entre esses campos e observar a posição de *afinidade* ou *consenso* entre esses espaços inseridos na ditadura brasileira.

Este capítulo está dividido em três subitens:

- **1.1)** Abordar a percepção que os órgãos de repressão e informação possuíam sobre as mulheres participantes da luta armada, focando-se na linguagem utilizada e nas referências - que conformam um universo de valores. Notar-se-á o uso da mesma linguagem que servia para (des)qualificá-las. Buscar-se-á aprofundar o estudo sobre a qualificação pejorativa acerca das mulheres militantes, articulando-a a referências presentes na sociedade.

- **1.2)** Abordar o olhar da imprensa sobre as militantes. Para melhor sintetizar essa temática, procurarei trabalhar com jornais da grande imprensa, que permitiam o acesso a informações às mais diversas camadas da sociedade. Privilegiarei, especialmente, os periódicos “*O Globo*” e “*Folha de São Paulo*”. Ao analisar as reportagens selecionadas, procura-se perceber uma determinada imagem das militantes de esquerda armada.

- **1.3)** O último item do capítulo conjuga as duas análises feitas acima: a interpretação dos documentos encontrados no Fundo de Polícia Política – arquivos da repressão - e das reportagens dos jornais de grande imprensa, estimulada por uma comparação entre os dois. Busca-se identificar a corroboração daqueles por estas, pois utilizariam das mesmas categorias, ou seja, valores e referências, para tratar das mulheres na luta armada. Assim, visa a notar o *consenso* dessas esferas de poder com a sociedade no que diz respeito às mulheres, a luta armada e a ditadura brasileira.

A Parte II diz respeito à pesquisa sobre as memórias das mulheres militantes nas autobiografias e biografias. Esta parte será dividida em dois capítulos, nos quais se analisarão três décadas: 1980, 1990 e 2000.

O terceiro e o quarto capítulo tratarão basicamente da problemática da memória. Serão analisadas as autobiografias e as biografias de militantes das esquerdas revolucionárias publicadas em diferentes décadas. No capítulo três serão examinadas as obras memorialísticas publicadas nas décadas de 1980 e 1990. No capítulo quatro, serão estudados os livros de memória publicados na última *camada de tempo*: a década de 2000. Este último capítulo contém dois subitens:

4.1) Análise das memórias publicadas no início do século XXI

4.2) Considerações finais sobre as obras memorialísticas produzidas nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

O interesse do terceiro e quarto capítulo é analisar a memória construída *a posteriori*, que *lembraria* uma visão sobre as mulheres da luta armada – a dos órgãos de repressão e informação - e *esqueceria* ou *silenciaria* outra – dos jornais e da sociedade. Assim, constrói uma memória que pouco recupera o envolvimento da sociedade na construção e consolidação do regime.

Ao analisar estes aspectos, procura-se refletir sobre uma memória que acabou por deslocar segmentos importantes da sociedade civil de seu papel na sustentação da ditadura.

A memória coletiva construída nas décadas posteriores basear-se-á, sobretudo, na imagem presente nos órgãos de repressão e informação. Se de fato *esqueceram-se* dos pontos de interseção entre estes órgãos e a grande imprensa, logo, acabariam por *silenciar a afinidade* entre estes e a sociedade.

Procura-se ainda analisar as memórias produzidas sobre a luta armada, especificamente a inserção da mulher, em diversas épocas: os livros de memória produzidos por ou sobre militantes e publicados nos anos 80, 90 e do início do século XXI. Ao trabalhar com as “*várias camadas*” de épocas, busca-se encontrar as reconstruções do passado em função do presente em diferentes momentos.

Os capítulos tratam, ainda, das questões específicas de gênero e das representações das militantes nos diversos níveis estudados conjugada com o *confronto* da memória.

Ao reconstruir o passado, acabam por reconstruí-lo como Memória e não como História. Esta perspectiva será analisada à luz das interpretações de Tzevtan Todorov⁷, ou seja, da “sacralização da memória”. Baseada em mitos e heróis, não está comprometida com o conhecimento do passado. Assim, essa memória não favoreceria a História. Ao trazerem as militantes das esquerdas revolucionárias como figuras mitificadas, os autores acabam por “sacralizar” a memória sobre elas na política.

Percebendo os movimentos de rompimento e de continuação dessas mulheres com os parâmetros de seu tempo e lugar, o foco do estudo recairá, como disse acima, sobre Iara Iavelberg, que encarnaria este processo, que como expresso, estará presente em todo o processo da realização da dissertação, sendo figura constante em todos os capítulos.

⁷ TODOROV Tzevtan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, Paídos Ibérica , 2008

PARTE I

A Imagem das Mulheres Militantes: aproximações entre os arquivos da repressão e a grande imprensa

CAPÍTULO I:

Entrelaçando: As mulheres guerrilheiras sobre a ótica dos anos 60....

“A juventude não foi feita para o prazer,
mas para o heroísmo”

Paul Claudel

Para melhor esclarecer e introduzir a problemática estudada, é necessário inicialmente fazer uma breve exposição sobre o conceito de memória, que por diversas vezes é confundido com História, pois o objetivo é produzir um trabalho historiográfico e não construir uma memória. Dessa forma analisamos as militantes das esquerdas armadas na ditadura civil-militar, articulando história e memória, trabalhando com aspectos atribuídos ao universo feminino, como a subjetividade. A questão da juventude também está inserida na pesquisa da memória da mulher na luta armada, uma vez que muitas das militantes eram jovens.

Apesar das relações entre Memória e História, procuro trabalhar na perspectiva de Henry Rousso e Tzvetan Todorov⁸, segundo a qual não se pode *confundir* Memória e História. Aquela é militante, não comprometida com o conhecimento, ao contrário dessa. Assim, trata-se de um intenso debate na historiografia sobre as relações da memória com a história, o presente, o passado e a *verdade*. A memória e o seu uso são objeto de estudo da História.

Assim, a memória é feita por homens e mulheres que a cada momento a inventam e reinventam, no cotidiano de suas vivências, sendo uma destas o cenário

⁸ TODOROV op.cit 2008; ROUSSO, Henry. *Mémoire et histoire: la confusion*”, in *La hantise du passé*. Entretien avec Philippe Petit. Paris, Les Éditions Textuel, 1998.

político. A trajetória política de uma geração de mulheres que foram atingidas pela ditadura civil-militar e mais especificamente pela luta armada passa pelo mesmo processo.

É neste sentido que a memória coletiva reconstrói este passado, enfatizando a luta de *resistência* contra a ditadura e, ao mesmo tempo, *silenciando* sobre o engajamento de mulheres em movimentos de apoio ao golpe e à ditadura.⁹

Essa problemática recai na capacidade que a memória tem de se construir e se reconstruir, tendo em vista, principalmente, as intenções políticas. Para melhor entendimento de como a memória é objeto da História são essenciais os escritos de Beatriz Sarlo e Alessandro Portelli.

Em seu livro *Tiempo pasado de la memoria y giro subjetivo*¹⁰, a autora discute esse conceito e suas implicações. Para ela, memória é um bem comum, um dever, uma necessidade jurídica, moral e política. Seu principal argumento é que a memória é anacrônica: é inevitável a marca do presente sobre o ato de narrar o passado, principalmente porque o discurso do presente exerce uma hegemonia reconhecida, ou seja, se constrói e reconstrói o passado com o intuito de legitimar o presente. Seria impossível eliminar essa *qualidade*, e nisso, está implicado o processo de *esquecimento* e *silêncio* que acaba ocorrendo com o transcorrer do tempo.

Ainda a autora fala que o passado é concebido sempre como reconstrução e organização numa base de coerência imaginária. A memória é a colonizadora do passado, que a organiza sobre as concepções e *emoções* do presente.

Através da leitura de Beatriz Sarlo, é possível discutir os *silêncios* da militância das mulheres a favor da ditadura. Cabe destacar que a memória construída sobre o regime civil-militar foi elaborada durante o processo de abertura política, focando-se em torno da volta à democracia, logo, se privilegiaria a posição e adesão à *resistência*.

⁹ Como o exemplo das militantes da CAMDE: entidade cívica chamada Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), fundada em 1962, que era composta por mulheres organizadas em torno do discurso de uma postura anticomunista e comprometida com a defesa da “democracia”. Tal entidade fazia parte de uma série de organizações cívicas femininas que se apresentavam publicamente como *mães*, *esposas* e *donas-de-casa*, investindo numa retórica conservadora e anticomunista, cujo objetivo era alertar a sociedade do *perigo* que as famílias brasileiras estavam *ameaçadas* – devido principalmente ao governo de João Goulart – e reforçar os ideais cristãos e democráticos no país. Para melhor esclarecimento ver: CORDEIRO MARTINS, Janaina. *Femininas e Formidáveis: o Público e o Privado na Militância Política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. In: Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, v.8, n. 2 (1. sem. 2000) – Niterói: EdUFF, 2008.

¹⁰ SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo*. Buenos Aires: Editores

Como, então, o *presente* era a valorização da democracia, a memória coletiva, ao olhar para o *passado*, enfatiza que a sociedade “desde sempre” resistiu ao regime e não teria havido apoio à ditadura. Aí um claro exemplo de como as *questões do presente*, principalmente as políticas, influenciam no *olhar* para o *passado* e na formação de sua memória.

Fazendo um paralelo desse estudo com as mulheres pertencentes à CAMDE, observa-se que muitas *negam* seu passado, ou preferem não falar sobre ele.¹¹ Não aceitam inclusive conceder entrevistas sobre a sua militância durante o período da ditadura civil-militar. O motivo de essas mulheres não quererem *lembrar* de sua militância e preferirem o *esquecimento*, ou o *silêncio* pode estar relacionado com o fato de que o regime civil-militar ficou conhecido como um dos períodos de maior autoritarismo e violência praticados pelo Estado contra a sociedade.

De acordo com Alessandro Portelli no artigo “O Massacre de Civitella Val di Chiana¹²”, a memória é um processo moldado no tempo histórico e no espaço, e por isso, ocorreriam as modificações nos depoimentos com o tempo. Portelli trabalha com a categoria do *inexprimível*, cuja principal questão recai na contradição entre as narrativas estruturadas e controladas socialmente, podendo mudar e, influenciando na forma de relatar os acontecimentos.

Tal posição, por exemplo, resultaria em um *esquecimento* das ações de *consentimento* ao regime vigente, e que implicaria na problemática do “*ato de lembrar*”, com que tanto Alessandro Portelli e Beatriz Sarlo trabalham. Para os autores essa questão é primordial a partir do momento em que revela importantes elementos para se ter acesso ao conhecimento do que se propõe estudar. O *silêncio* e o *esquecimento* trazem à tona muitas questões, e deve-se considerar o *fato esquecido* e sua *omissão* como uma representação e perceber como um se desdobra no outro.

Ao *escolher* o que *lembrar* – que de acordo com Portelli é um processo individual e só se torna coletivo quando é abstraído e separado deste – resultaria em uma prática comum especialmente em momentos de transição e situações de conflito.

¹¹ É necessário fazer esse paralelo para melhor explicitar a problemática do silêncio e da memória. As militantes da CAMDE são um exemplo de tal problemática e por isso foram escolhidas para serem usadas nesta introdução. Não obstante, o foco da dissertação são as militantes de esquerda e não as de direita.

¹² PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val Di Chiana (toscana, 29 de junho de 1944) : mito e política , luto e senso comum*. In: Ferreira, Marieta de Moraes ; Amado , Janaína (Org.) . Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Assim, nessa perspectiva, a militância de direita engendrada, por exemplo, pelas mulheres organizadas na entidade civil CAMDE foi sendo renegada aos "subterrâneos da memória", uma vez que, promoveu sentimentos ambivalentes. Entretanto, mesmo optando por esse *silêncio*, a memória carrega em si um conjunto de representações sociais prontas a emergir em momentos de crises, redefinidas pelas roupagens do presente.

Acerca dessa emergência da memória, Portelli discorre sobre memória pública – materializada na narrativa e nos narradores, sendo legítima –, a qual vem à tona principalmente por questões referentes ao presente. Fundamentar-se-ia, então, na experiência vivida, não deixando de ser, entretanto, uma construção bastante ideológica e institucional, distintas das memórias pessoais nas quais se baseia. Para ele, essa memória pública estaria relacionada com a problemática da *memória dividida*, – conceito com o qual trabalha e que deve ser ampliado – sendo uma a *memória oficial* e a outra uma *memória criada*, por exemplo, pela comunidade. Muitas vezes essas memórias entram em choque, mas, não se deve entender somente nessa oposição – *memória oficial versus memória da comunidade*¹³ – para não assumir uma só e assim dá-lhe autenticidade. Portelli percebe uma multiplicidade de memórias, fragmentadas e internamente divididas. Estaria aí o caráter plural da memória.

Isto se relaciona com a dissertação à medida que perpassa pelo *senso comum* da sociedade brasileira uma memória associada à resistência. Não se atenta para a multiplicidade daquela que em âmbito mais geral agregaria uma pluralidade de se *lembrar*, como no caso das mulheres envolvidas - seja da forma que for - no período da ditadura. Vale lembrar que existe uma variedade de “memórias” sobre esse período: a das mulheres que participaram da luta armada, ou seja, que assim se identificam com a imagem de resistentes; existe a memória das que alegam terem sido vítimas de machismo nas organizações; há também as memórias das militantes de esquerda enfatizando o fato de serem *pioneiras* no que diz respeito ao comportamento inovador das mulheres em geral. Não assumem a postura de vítimas de machismo, mas sim de *guerrilheiras* e de *companheiras* de “igual para igual”; também ocorre a memória – *silenciada* – daqueles que participaram de alguma forma do golpe civil-militar e o legitimaram.

Apesar de existir a “memória oficial” – que prioriza nesse caso os “vencidos” e

¹³ Portelli usa como exemplo a comunidade de *Civitella Val Di Chiana* para fundamentar o seu argumento.

execra os “vencedores” – existe uma *memória subterrânea*, evidenciando a pluralidade das reconstruções do passado. O embate da memória muitas vezes se dá no sentido de torná-la História.

Já no caso das mulheres envolvidas com organizações revolucionárias, repara-se o intuito de não *silenciaram* e sim de *lembrarem* suas experiências naquele período. Os discursos das mulheres e suas memórias são permeados de elementos que respaldam a argumentação acima. A clandestinidade, o risco da prisão e da tortura, as referências teóricas e a realização de ações práticas faziam parte de seu universo, sendo sempre mencionados nas suas falas.

Muitas militantes das esquerdas revolucionárias atribuem a suas militâncias a responsabilidade pelo questionamento de valores e papéis desempenhados pelo sexo feminino na sociedade. Acreditam que pertenciam a uma geração de mulheres que subverteu os papéis tradicionais de gênero e transpassaram barreiras em uma sociedade altamente masculinizada. Elas assumem a postura pioneira no que diz respeito às suas experiências, e que *ousaram* desafiar o código vigente, enfrentando vários obstáculos. O fato de lutarem contra um sistema identificado como violento e anti-democrático é constantemente mencionado.

Acredito essa memória vai ao encontro da necessidade de constituir um sentimento de pertencimento e de identidade. Esta, entendida da mesma forma que Michael Pollak, sendo “no sentido mais superficial, a imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que se constrói e apresenta aos outros e a si próprio, para acreditar na sua própria representação, mas também por ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.”¹⁴

Para tanto, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que também é um fator do sentimento, de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.¹⁵

Nesse sentido, compreendemos que a apreciação das mulheres envolvidas em organizações de esquerda armada, da sua militância política, diz respeito ao anseio de se *afirmarem*, principalmente no cenário público, e de constituírem uma coesão. Elas *lembram*, pois querem valorizar e enfatizar um movimento político que propôs transformar a realidade brasileira de uma sociedade sob regime de exceção através de uma *revolução*. A própria identidade do grupo se constrói com base no pertencimento a

¹⁴ POLLAK, Michael. “*Memória e identidade social*”. Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992.

¹⁵ POLLAK op.cit., 1992.

esse movimento político. Esses esforços também são relacionados à inauguração de um novo comportamento feminino, a partir do momento em que a mulher rompe com o seu papel socialmente constituído de *mãe, esposa, dona-de-casa e filha dedicada* – estabelecido no âmbito privado – inexistindo assim uma participação política expressiva e decide enveredar pela arena política – leia-se espaço público – que era considerado o cenário de atuação masculina. É importante frisar que suas atitudes como mulheres atuantes na cena pública e política estava longe dos padrões esperados das mulheres. O ápice da ruptura dá-se no âmbito da revolução sexual, que embora não tenha atingido a todas, é apontada como um dos elementos deste comportamento inovador.

Na análise da construção da mulher como militante, nota-se que a adesão à militância política representava uma mudança radical – uma ruptura, principalmente com a família – no modo de vida dessas mulheres. A clandestinidade, o risco da prisão, da tortura, de morte, as referências teóricas e a realização de ações práticas faziam parte de seu universo. Tais elementos são sempre vinculados aos discursos das mulheres que participaram da luta armada, compondo também suas memórias, respondendo, então, a intenção de não *silenciaram* e sim de *lembrarem* suas experiências naquele período.

O uso da memória constrói identidade e dá coerência ao indivíduo e ao grupo social. Convém destacar o caráter conflitivo que a memória torna evidente, principalmente em questões políticas e ideológicas, o que recai no problema da disputa, protagonizado pelos envolvidos. Neste caso, as organizações de esquerda armada – especificamente as mulheres –, que sempre alegaram o papel de pioneirismo em questões femininas. Nesse ponto, podemos introduzir o conceito de Michael Pollak de *trabalho de enquadramento de memória*¹⁶, o que leva os grupos a solidificarem o social.

Isso permitirá compreender o trabalho que se faz para sua manutenção, continuidade e unidade, dando um sentido aglutinador e por fim constituindo a própria memória. A busca da legitimação nesse ponto é fundamental. A memória, no caso das militantes, tanto se refere a própria sobrevivência – para não cair no *esquecimento* – e valorização, logo, em um sentido individual, como em função dos interesses do presente, do grupo social, logo, o coletivo. Assim, o passado é construído à luz do presente, o que nem sempre corresponde a uma suposta “verdade”.

Esta informação é importante para a discussão das memórias produzidas. Configuradas, de acordo com Alessandro Portelli, pelas lembranças, as quais não

¹⁶ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

constituem um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e para a linguagem. Elas resultam de um processo elaborado no tempo histórico¹⁷ e proporcionam a reinvenção de um passado em comum, fornecendo-nos elementos para a compreensão do presente.

Como nos fala a historiadora Natalia de Souza Bastos:

“A memória é uma construção social, um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. A memória é viva e está em constante e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas transformações, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos revitalizações.”¹⁸

O que nos ajuda a entender não só a problemática citada acima, mas também por que ocorre a valorização da participação feminina de esquerda nas organizações armadas e o *silêncio*, da participação das mulheres em apoio ao golpe de 1964 e sua legitimação, como foi o caso da CAMDE.

Essa seletividade deve ser compreendida à luz da “*batalha pela memória*”, a qual engendra as disputas e zonas de tensão em torno da sua própria formulação. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, essa “batalha” esboçou-se de forma muito simples: de um lado a ditadura, o temeroso período conhecido como os anos de chumbo e de outro a Nova República, regida pela lei e por uma sociedade democrática. Sob essa vertente, quase ninguém quer se identificar com a ditadura civil-militar nos dias atuais, já que ela foi e tem sido objeto de escárnio, de desprezo e de indiferença, estabelecendo uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não o *silêncio* e o *esquecimento* de um processo¹⁹. Cabe enfatizar, então, essa construção *a posteriori* da memória.

Assim, a memória a partir da segunda metade dos anos 1980 e nos anos 1990, foi-se construindo no mesmo instante em que se possuía o objetivo da formação da democracia. Como nos fala Natália Bastos, “a construção da memória deste passado tem sido realizada em função do presente a partir dos anos 1980, no qual a referência política e o projeto nacional passaram a ser a implementação da democracia e não mais a deflagração da revolução.”²⁰

¹⁷ PORTELLI op.cit., 1996

¹⁸ BASTOS, Nathalia de Souza. *Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo : A militância feminina em organizações a esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)* In : Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG , - v.8 , n . 2 (1 .sem.2000) – Niterói : EdUFF , 2008

¹⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

²⁰ BASTO op.cit., 2008

Assim, a postura assumida pelas mulheres militantes – seja de direita ou esquerda - na época do regime civil-militar, está diretamente ligada com essa construção. As militantes de esquerda revolucionárias *afirmam* – valorizando muito - sua participação. Produzem diversas memórias e ocupam o cenário público e político - pois justamente *lutaram* contra esse sistema autoritário e violento. Acreditam que romperam barreiras impostas às mulheres situadas naquele contexto.

Já as militantes de direita, tais como as mulheres da CAMDE, preferem se abster, e ficam no *silêncio*, pois não querem ser identificadas como aquelas que permitiram, apoiaram, consolidaram e legitimaram um regime que é associado ao autoritarismo. Em contrapartida, nas mulheres da luta armada sobrepõe-se o *orgulho*.

Assim, tanto as militantes de esquerda quanto as de direita constroem e reconstroem suas memórias, o que influi diretamente no presente *elaborando* o seu papel na sociedade *a posteriori*.

A Marca da Subjetividade na Memória:

É possível fazer uma ligação entre o que foi exposto acima e a subjetividade da memória. É importante notar que a subjetividade pode nos mostrar a dimensão histórica do contexto estudado.²¹

A subjetividade aparece muito demarcada quando se envolvem processos políticos traumáticos, que é o caso das experiências de mulheres que atuaram na luta armada, passando pela prisão, pela tortura, pela ameaça de morte e pelo exílio. A mobilização para recompor as histórias de vida e a memória do período – na maioria das vezes com alto teor militante – passa por um debate cujos sentimentos e emoções formam paradigmas para a reestruturação política da sociedade. Não se pode deixar de mencionar que a história oral é um importante instrumento metodológico nesses processos, colaborando, como afirma Maria Paula Araújo²², na revitalização do

²¹ É importante mencionar que a subjetividade sempre existiu. Esteve sempre presente nas entrevistas. O que ocorre agora é a mudança no seu estudo. O pesquisador recentemente passou valorizar a subjetividade. Assim, passa dar um outro olhar em sua análise. Dessa forma, a relação daquela com a memória e a história oral torna-se um dos focos e objeto de estudo. A problemática recai em como se trabalhar a subjetividade.

²² ARAÚJO, Maria Paula. “O lugar do sentimento na história oral”. Texto apresentado no Seminário Internacional “História e Indivíduo”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2009, na mesa “Memória, subjetividade e consciência”.

indivíduo, já que permite aflorar a subjetividade – que intrincada com o contexto que se vivencia fornecem o arsenal para a compreensão da época.

O caso das mulheres militantes da luta armada brasileira se insere perfeitamente na situação acima. Em seus testemunhos, observa-se o lidar com sentimentos, sofrimentos, nuances da vida cotidiana, ou seja, com a subjetividade, e sensações, que muitas vezes não eram mencionadas nos depoimentos masculinos. Nas narrativas das mulheres, portanto, sobressaem experiências tipicamente femininas experimentadas nessas situações traumáticas, que podem ser evidenciadas, por exemplo, em episódios amorosos, de violência, claudicância etc.²³

A dimensão subjetiva, portanto, não pode ser descartada, pois como afirma Araújo, “para entender a vida de alguém é fundamental mergulhar em sua subjetividade”. Assim, rememorar e analisar os sentimentos presentes nas entrevistas, por exemplo, nos demonstra que é possível dialogar dois níveis de reflexão: a subjetividade e a análise histórica da sociedade. Essa articulação, carregada de *emocionalidade*, configura em uma valorização do sujeito que passa a ter voz e, dadas as especificidades, revelar inúmeros elementos de conhecimento. Apresenta-se, então, uma pluralidade não antes *experimentada*.

No que tange a experiência e a memória, as mulheres relembram ações e emoções que são identificadas como específicas de sua condição de mulheres, ou seja, atitudes e sentimentos identificados com o lado feminino. Projetar através da lente da subjetividade feminina é perceber as marcas específicas e lidar com a fragmentação e articulação que o estudo desse processo desvenda. Os depoimentos fortemente marcados pela emoção demarcam, então, experiências individuais e coletivas do passado, que procuram ganhar voz e serem reconhecidas como parte da História.²⁴

A pesquisa histórica e o debate sobre a memória estão indissoluvelmente ligados a sentimentos e emoções. Como o historiador lida com a objetividade num campo permeado de emoção? A partir deste questionamento, é introduzido na forma de se “fazer história” a propriedade da subjetividade, com devida importância, serve como fonte para o historiador.

²³ ARAÚJO op.cit., 2009; ver também: SALVATICI, Silvia. “*Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*” IN: História Oral Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.8, N.1, 2005.

²⁴ A perspectiva adotada aqui é a mesma da autora Silvia Savatici.

Para melhor configuração de como se dá a relação entre História e Subjetividade, farei uso do texto de Silvia Salvatici “*Memória de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*”²⁵, o qual reflete a subjetividade e memória, principalmente a feminina.

Para Salvatici, tanto a história das mulheres como a história oral permitiram o crescimento de ambas, incentivando-se mutuamente. Introduzindo novos tópicos de investigação, como a vida privada e diária das mulheres comuns, buscou-se expor o que era velado e, por esse motivo, não possuía registro histórico, baseando-se somente em testemunhos orais de tais experiências.

Com isso, estes dois campos se cruzam, contribuindo mutuamente tanto em termos de metodologia como de investigação. De acordo com a autora, então, ocorreu um casamento entre história oral e a história das mulheres – que anteriormente era identificada com o movimento feminista, de conteúdo militante – fazendo com que os pesquisadores fossem em busca dos depoimentos das mulheres. Possibilitam-se, assim, o surgimento e a descoberta de experiências, de outras práticas humanas, que possivelmente eram vivenciadas pelas mulheres, relacionadas com a emoção – que antes não apareciam.

Aprofundando o estudo, Silvia Salvatici envereda pela problemática da memória. Afirma “que o foco de uma grande parte da pesquisa passou de formas individuais para formas coletivas de memória, e para a relação entre ambas”²⁶, ou seja, o modo como as histórias são contadas passou a ser o foco de análise, pois é o que permite ponderar de que maneira e por que determinadas histórias são lembradas ou esquecidas. Salvatici ainda afirma que a história oral das mulheres promove questionamento no que diz respeito à relação entre história e memória, principalmente devido ao fato de a história oral das mulheres proporcionar uma conexão entre “a construção de seus papéis sociais e o direito de cidadania nas narrativas coletivas”.²⁷ A partir dessa perspectiva, logo, nota-se a necessidade da existência de uma estrutura pública capaz de abrigar e reconhecer as memórias de todos. Tal fator deve-se a ocorrência da pesquisa de gênero acolher não só narrativas femininas, mas também a de outros sujeitos sociais – na qual, ao mesmo tempo, as próprias mulheres possam se reconhecer.

²⁵ SALVATICI op.cit., 2005.

²⁶ Idem

²⁷ Idem

Ao se trabalhar com subjetividade, logo, se trabalha com o sujeito. Depois de um longo tempo de exclusão da historiografia, a subjetividade e, assim, o sujeito, passam a ser valorizados. Isto foi possível, como nos informa Maria Paula Araújo, em uma revalorização do sujeito, cujo processo se deu com uma mudança teórica e metodológica, que Sarlo chamou de “*giro subjetivo*”. Para esta, em seu livro “*Tiempo Pasado: cultura de la memória y giro subjetivo. Una discusión*”²⁸, como nos afirma Araújo, as estruturas perderam seus lugares para a identidade dos sujeitos, dando força ao *sujeito histórico*. Este é carregado de sentimentos e emoções, ou seja, de subjetividade, e que em consonância com os relatos de experiência de vida, proporcionados pela história oral, valorizam a memória e colocam sob a luz a dimensão subjetiva dos estudos do passado.²⁹

Quanto à formulação do sujeito feminino mulher, tanto para as militantes como para seus companheiros, nessa conjuntura, está pautada na construção do *sujeito político*. Assim, o sujeito feminino só poderia ser *sujeito* se fosse *político*. Então, as mulheres somente poderiam se afirmar realmente como sujeitos se tivessem atuação política, deixando os desígnios do papel feminino para as *alienadas* (termo correntemente utilizado na época pelos militantes). Entretanto, a trajetória da constituição desse sujeito feminino político encontra barreiras, pois rompe com os parâmetros socialmente estabelecidos, já que a política era concebida como um espaço masculino de participação.³⁰

Em relação às militantes, Ana Maria Colling, afirma que elas “se identificam com o discurso masculino para se constituírem como sujeitos políticos, já que na luta política sua condição de gênero está subsumida no discurso de unificação dos sujeitos.”

31

Dessa maneira, para a autora, “as mulheres militantes políticas assumem a dominação masculina, tentando camuflar sua sexualidade numa categoria sem sexo – a

²⁸ SARLO op.cit. 2005.

²⁹ ARAÚJO, Maria Paula. “O lugar do sentimento na história oral”. Texto apresentado no Seminário Internacional “*História e Indivíduo*”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2009, na mesa “*Memória, subjetividade e consciência*”.

³⁰ Volta-se a enfatizar que apesar das rupturas ocorridas no processo de atuação política e comportamental havia uma continuidade que igualmente influenciava nas práticas sociais. Muitas mulheres passaram por esse movimento. Esta dinâmica também está relacionada com a juventude por não ser possível compreendê-la com algo universal e homólogo. As mulheres militantes – que também são jovens - são exemplos dessa ambigüidade. Essa problemática será analisada no decorrer da dissertação.

³¹ COLLING, Ana Maria. “*A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*”. Ed: Rosa dos Tempos, 1997

de militante política”³². Ocorreria aí um processo de assexualização por parte dessas mulheres. Deixariam de valorizar sua feminilidade para se portarem como se acreditava ser um modelo de militante: dura, rígida e séria. Características identificadas com o sexo masculino. Assim, a subjetividade – feminina - daria lugar a uma postura inexorável.

Está aí um claro exemplo das rupturas e continuidades pelas quais essa geração de mulheres passou. Essas militantes, a partir da ótica de Colling, aparentam *rejeitar* e demonstrar uma outra *condição* da que exposta por Savatici, Sarlo e Araújo, na relação da dimensão subjetiva e do sujeito. Ao mesmo tempo em que rompem com o papel da mulher na sociedade, principalmente na questão da sexualidade, continuam permeada com os mesmos conceitos – conservadores – presentes na sociedade.

Ao tentarem assumir uma posição identificada com o universo masculino, nas organizações, estas mulheres, incorporam uma atitude e uma visão machistas. Ou seja, rompem a fronteira que as excluía da prática política, mas, ao mesmo tempo, retomam o modelo masculino para exercê-la. Com isso, “se rompe e se mantém”: apesar de também serem permeadas pela emoção, pela subjetividade e pela liberdade, se sustenta ou se recorre a uma concepção conservadora e machista.

Todavia, não se pode deixar de falar em subjetividade quando se fala em mulher. Nota-se isso principalmente nos depoimentos carregados de emoções que além de sensibilizar o grupo social e constituir uma memória, nos fornece indícios para a análise de acontecimentos históricos.

A subjetividade da memória, tendo como foco a experiência feminina, de maneira peculiar, pode *construir* a memória de um período. Mas uma *outra memória*, já que perpassa por outras dimensões não exploradas, por exemplo, pelo lado masculino. A especificidade do olhar feminino, que sobressai muitas das vezes nas entrevistas, por exemplo, e nas quais se permite extravasar o lado emocional. Mesmo que de forma *tendenciosa*, traz para o âmbito acadêmico as condições introspectivas para a análise e que são importantes para a auto-compreensão e para a compreensão de uma época e de uma geração.

Apreender o indivíduo de acordo com os seus desejos, portanto, é analisar minuciosamente a subjetividade, e assim, trabalhar com a complexa questão da “sentimentalização da memória”, a qual não pode ser descartada da reflexão teórica que historiador elabora. Discutir o impacto da subjetividade na objetividade da história

³² COLLING op.cit., 1997

contribui para uma outra – e talvez nova – utilização da instrumentalização da pesquisa e engendra mais uma forma de compreensão dos processos históricos.

Memória e juventude: as implicações na construção da mulher militante:

Na década de 60 ocorreu um processo de mobilização que permeou toda uma *ação* no meio político e público. Uma parcela da geração dos anos 60 encarna, como já falado, uma imagem de *pioneirismo*, principalmente por certas atitudes e liberdades *adquiridas*, muito presente na memória social do período: as mulheres. Estas exemplificam bem as transformações de cunho revolucionário. As *metamorfozes* ocorridas nessa década causaram impacto tanto na arena política como na área comportamental.

Antes de enveredar pela questão específica das mulheres e da militância, é necessário fazer uma breve contextualização para se tentar compreender a atmosfera e o universo circundante do período. Vale lembrar que essa década é lembrada como os anos de força juvenil, cujas atuações tornar-se-iam o “centro das atenções”. A juventude dos anos 60, na memória social do período, ganha destaque e é extremamente valorizada. Muito devido às suas “ações” de radicalização e engajamento. Dessa maneira, juventude, militância e mulheres se amalgamaram e, assim, tiveram condições de produzir uma atmosfera que influenciou no “surgimento” da mulher militante.

A década de 1960 ficou conhecida por sua forte *agitação* no que permeia o ambiente cultural e político em todo o mundo. Foi um momento de questionamentos do *status quo*, entre eles: a estrutura da sociedade, inclusive da família, o capitalismo, o socialismo real e o comportamento social, incluído aí os relacionamentos entre homem e mulher; entre pais e filhos; entre professor e aluno. É um período que nos permite observar em que medida essa efervescência política e cultural engendrou uma mobilização de diversas camadas da sociedade e que procuraram intervir na realidade buscando a transformação do cenário social.

O ano de 1968 merece destaque, pois é considerado um marco no que diz respeito à intensidade e à dimensão dos movimentos sociais e políticos. Este ano está

inserido em um contexto de politização do cotidiano, de transformação da sociedade, apostas de enfrentamentos e derrubadas de tabus, influenciando de maneira significativa toda uma geração. É importante salientar que essa conjuntura promove uma radicalização política, e assim, de luta, que em alguns países, irá se “traduzir” na luta armada.

Para além das questões políticas do período, ocorria, de acordo com Eric Hobsbawm ³³, uma “Revolução Cultural”, vista a partir da ótica das estruturas entre os sexos e gerações. Acerca desta última, o autor chama atenção para uma profunda mudança na relação entre as gerações, proveniente do aumento de uma cultura juvenil específica, e extremamente forte.³⁴ Ou seja, a partir do início dos anos 60, a juventude encarna o papel de um agente social independente.

Conforme afirma o autor, a radicalização que nos anos 60 emergiu de forma preponderante mundialmente, “foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de criança e mesmo de adolescente”³⁵. Assim, cria-se uma “nova autonomia” da juventude que age como uma camada social separada, respaldando, então, a frase criada nesse período: “não confie em ninguém com mais de 30 anos.”³⁶

Um ponto de destaque nessa nova cultura jovem diz respeito, de acordo com Hobsbawm, ao seu grande internacionalismo. Tal fato ocorreu desde a difusão da *violência revolucionária*³⁷, da radicalização política, da mobilização, até os gostos musicais e as formas de se vestir. O autor chama atenção para a hegemonia cultural exercida pelos EUA, exemplificada no rock e no *jeans* e que acometeram mundialmente os jovens, tornando-se marcas dessa “juventude moderna”, de forma global. Ao mesmo tempo em que havia essa hegemonia dos EUA, em muitos países, principalmente nos latino-americanos, existia uma certa postura de *repelir* o “imperialismo norte-americano”. Demonstra-se, assim, o quão ambíguo eram esses anos e seus “protagonistas”.

³³ HOBSBAWM, Eric. “A Revolução Cultural”. IN: *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

³⁴ HOBSBAWM op.cit., 1995.

³⁵ Idem p., 318

³⁶ Slogan altamente difundido nos anos 60.

³⁷ Ver: ARAÚJO, Maria Paula N. “*Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina*” in: FICO C; Ferreira, M; ARAÚJO, M e QUADRAT, S. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Tal questão será abordada mais a frente.

Ainda sob a perspectiva de Hobsbawm, pode-se analisar esta geração dos anos 60 pelo prisma das questões de conduta pessoal. Encaminhou-se no sentido de uma “revolução” nos modos e costumes, de forma ampla, caracterizando a cultura jovem como “a matriz da revolução cultural”³⁸. Um exemplo diz respeito ao *estilo informal* de se comportar e falar, concebendo uma guinada para o popular, principalmente pelos jovens de classe alta e média do mundo ocidental.

Partindo da perspectiva do autor, a essência dessa “nova cultura jovem” consistia em tornar públicos sentimentos e desejos proibidos, que muitas das vezes se caracterizavam pela rejeição de valores e regras das gerações mais velhas, consideradas irrelevantes para os segmentos jovens da população. Ou seja, o subjetivismo estava em voga, mesmo que o político estivesse “a todo vapor”.

Dessa maneira, o que movia as ações políticas era o subjetivismo desses jovens. Composto tanto de *sentimentos românticos*, no que permeia a satisfação pessoal – como nas relações entre seus pares, o sexo, a moda –, como do compromisso político. Este engendrado pelas desigualdades sociais, a crítica ao capitalismo, ao imperialismo e ao autoritarismo dos governos. Um exemplo de tal dinâmica pode ser visto num dos slogans que circulavam na época: “O pessoal é político”³⁹. Assim, a radicalização tinha um “*quê*” de subjetividade.

A palavra mais importante desses anos não era contestação, transgressão, radicalização e sim liberação. Liberação que se transformava em ação. Liberação pessoal e social. Juntas transformavam e transformariam o mundo. Liberar-se dos poderes, das leis, das convenções. Para a geração dos anos 60, que vivia o momento de “revoluções”, as formas para chegar a tão desejada liberação era através das drogas e do sexo. Estes vistos como o caminho para o desprendimento não antes experimentado.

Sobre a questão do sexo, Hobsbawm afirma:

“O recém-ampliado campo do comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa aumentou a experimentação e a frequência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida, aumentou sua visibilidade.”⁴⁰

³⁸ HOBSBAWM op.cit., 1995; pág. 323

³⁹ Idem, pág. 326. Diz respeito, de acordo com o autor, ao novo feminismo.

⁴⁰ Idem, pág. 327

Com isso, as mudanças ocorridas nesse campo tiveram um grande significado nas transformações das estruturas das relações humanas e, rejeitavam convenções e proibições sociais. Configurou, então, uma ruptura em tais ordenações, expressando um novo comportamento nessas áreas e que mesmo muitas vezes não sendo aceitos, começavam a ganhar cada vez mais espaços.

E esse novo comportamento não era restrito somente às áreas sociais e aos códigos morais. Difundia-se e talvez engendrasses a ação política e as formas de se fazer política. Na verdade, havia uma via de duplo sentido. A política e o comportamento influenciavam-se mutuamente. Ou seja, o comportamento agia na política da mesma forma e intensidade que a política agia no comportamento. Não haveria uma separação estrita; era o subjetivismo na ação e ação no subjetivismo.

O contexto político dessa época é de suma importância para se compreender toda uma gama de atitudes que terá repercussão na própria década, assim como nas posteriores. Embora na memória social do período a ênfase na maioria das vezes se fixe nas mudanças e conquistas no plano comportamental. Este gira em torno de uma ética, de uma moral e de costumes. A ação política, ainda que lembrada e respeitada, fica “abaixo” das transformações no comportamento, devido à idéia da valorização da liberdade.

Com tal objetivo, farei uso do texto de Marcelo Urresti, *Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico*⁴¹, em que aponta as bases sociais do fervor público nos anos 60 e 70. Para o autor, é importante compreender o contexto histórico para se poder entender o que movia os jovens em determinada época. Na conjuntura histórica dos anos 60, de acordo com Urresti, várias situações fizeram os jovens se engajarem: a crise econômica, a valorização da educação, vista como uma forma de ascenso social e as indústrias culturais que teriam um caráter integrador, como o exemplo da televisão que cumpria uma função congregante e uniformizadora.

Com isso, os anos 60 culminam todo o clima de renovação que irá se estender para além dos níveis culturais, atingindo e alterando as formas de se relacionar com as instituições, de conceber as autoridades e de compreender a família⁴². O florescimento

⁴¹ URRESTI, Marcelo. Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico. In: BALANDINI, Sergio. *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. CLACSO, 2000.

⁴² URRESTI op.cit., 2000

das modificações se deu de maneira drástica nas formas tradicionais da vivência cotidiana, a qual envolvia tanto o campo econômico, social e político. Tais fatores fizeram emergir novos modelos, os quais impulsionaram a participação dos jovens nessa década.

O autor chama atenção para uma problemática política que perpassava aquele contexto: a Guerra Fria, a qual definia uma polarização de forças e um conflito central, delineando ideologias. Com isso, determinava a forma de pensar de quem se envolvia com política. Este conflito simbolizava as idéias de organização social e política que estavam em aberto antagonismo – as democracias liberais e os socialismos – marcando projetos e aspirações de uma época.⁴³

Além da bipolaridade que influenciou o mundo, começa a surgir, como nos diz Urresti, nesse contexto, uma nova forma de expressão que irá impelir novos rumos nas atitudes políticas: a idéia de *Terceiro Mundo*. Tal idéia também caracterizará a partir desse momento as formas de atuações dos atores sociais envolvidos. Traduzida em luta, ganharia o apoio dos setores progressistas, cujo lugar central seria ocupado pelos jovens, possuindo forte impacto nas reivindicações a partir daquele momento. Age-se, então, pela defesa dos “países excluídos” devido à imensa desigualdade, ao autoritarismo e à concentração de renda mundial engendrada pelos *grandes capitalistas*.

Desta maneira, movimentos contra formas de “opressão” ou de luta pela libertação nacional ganharam a simpatia e solidariedade em muitos países, muitos desses, metrópoles mundiais. Os casos das lutas anticoloniais da Argélia e do Vietnã são exemplos máximos e claros das formas de apoio e atuação de uma geração, que começava a se envolver com política. Também não se pode esquecer da grande influência que exerceram no imaginário revolucionário, principalmente nos setores mais jovens, a Revolução Cubana e sua vitória.

Nesse momento, entram em cena formas de agir *mais práticas*, movimentando cenários de confrontação política e principalmente bélica – no âmbito local – que irão ter conseqüências globais. Ou seja, o “equilíbrio” mundial começava a entrar em choque e a palavra de ordem, então, era *luta*. A partir disso, a participação e o compromisso político se aceleram, exprimindo, como nos mostra Urresti, inúmeros episódios – entre

⁴³ Idem, pág. 185

eles: a Primavera de Praga, o Maio Francês, Tlatelolco e, outros mais – de luta e engajamento ativo político.

Mas não era exclusivo esse tipo de movimento. Nos anos 60, existia um amálgama de movimentos com reivindicações e causas diversas, mas que ao final estavam inseridos na atmosfera contestatória de radicalização e de ascenso político generalizado. Urresti nos traz alguns desses distintos movimentos reivindicatórios, que mesmo “diferentes” possuíam a marca do engajamento. Entre eles se encontram: os movimentos pacifistas, os primeiros ecologismos, o feminismo, os movimentos estudantis, os movimentos pelos direitos civis, os hippies etc.

Enquanto isso, ocorria também movimentação nos meios universitários que condiz com a “abertura intelectual”, com a leitura de autores como Sartre, Fannon, Althusser, Marx. Por acontecer nas universidades, logo, as pessoas que se identificavam nessa “reformulação teórica” eram os jovens, pois, além da faixa etária, eram eles que na sua maioria, integravam os bancos universitários. Neste meio, se fundiam de maneira comum os pilares da revolução que estavam em curso: o sexo, a música e a política. Em pauta, como afirma Urresti, a defesa dos direitos e o compromisso com causas públicas, impulsionando cada vez mais os jovens para as lutas políticas.

A geração dos anos 60, então, se radicalizava no mundo inteiro, tornando a juventude a partir desse período protagonista de diversos episódios, embora, dependendo do contexto local, as formas de atuação fossem distintas. Esse setor social, principalmente no ano de 1968, estava irmanado com os mesmos propósitos. Respirava-se política e exigia-se uma transformação nos comportamentos. O afã por mudanças era o ponto de partida tanto para a revolução política como para a cultural.

Vale lembrar que para cada geração é preciso analisar o contexto histórico em que está inserida para se compreender a atmosfera circundante e como ela influenciou ou foi influenciada pela sociedade, pela geração, ou melhor, pelas gerações diferentes em relação ao seu próprio tempo.

Status quo: Manter ou Romper?!

Como já foi dito, a geração da década de 60 é identificada como predominantemente jovem e de força estudantil, principalmente universitária. O que nos faz refletir sobre a atração pela radicalidade, pelo engajamento e pela mobilização que

foi exercida com tamanha força nesse setor social. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que nem sempre existia o lado contestatório dessa juventude. Muitos não se manifestavam, ou se o fizessem, era para a manutenção do *status quo*. Dessa maneira, a idéia de rebeldia relacionada aos jovens pode ser questionada.

Tal percepção expressa bem a atmosfera dos anos 60 e a própria fase da juventude em si. Marcada por rupturas e continuidades, como já falado, tal contexto e fase da vida passam por inúmeras redefinições que se constituem como característica primordial dessa geração. Embora existisse um modelo fixado, inclusive, de *como ser um rebelde*, é importante notar as ambigüidades intrínsecas às experiências vividas nessa época.

Assim, a juventude não pode ser vista, mesmo nesse ambiente contestatório e rebelde, como algo uniforme e homólogo. Como por exemplo, no caso das mulheres, existia uma questão de gênero, talvez não consciente, que as “diferia”. Esta questão também não correspondia às demandas centrais de seus pares, principalmente os masculinos. A luta pelo controle do corpo muitas vezes não estava na pauta nos embates desses grupos jovens, mais preocupados em fazer a *revolução* e responsabilizar o capitalismo pela miséria mundial. O inimigo comum era o autoritarismo, representado muitas vezes pelo governo – no que diz respeito ao âmbito político – e aos pais – no que concerne à questão comportamental.

Busca-se na maioria das vezes uma relação da juventude com a sociedade que a integra. Sendo a juventude uma etapa da trajetória individual mantida por rupturas e continuidades, esses processos acabaram potencializando-se numa década específica caracterizada também por rupturas e continuidades. Apesar de a década de 60 ser conhecida como *os anos loucos*, de efervescência política e comportamental, de liberdade e de radicalidade, não podemos esquecer que a sociedade deste período não necessariamente seguia o fluxo e o teor contestatório que emanava pelos quatro cantos do mundo. Tal sociedade podia ser também – e era – extremamente conservadora e moralista, principalmente no que condizia ao papel socialmente estabelecido para as mulheres. Sobretudo na família, na questão da religião – no caso brasileiro a oficial seria a Religião Católica – e na problemática das concepções políticas – o comunismo era o inimigo maior. Para tanto, essas concepções também encontravam eco e ressonância nos setores mais jovens da população, demonstrando que não é sempre e

nem a todo momento que a juventude se engaja para mudar abruptamente as estruturas da sociedade.

Em muitos casos o envolvimento com lutas políticas girava em torno da manutenção do *status quo*. Este, na maioria das vezes, e o Brasil é um exemplo disso, é identificado como conservador e moralista.

Neste país, por exemplo, existiu uma organização chamada de CCC (Comando de Caça aos Comunistas) cuja maior força e atuação eram de jovens universitários da Faculdade Mackenzie em São Paulo. Esta universidade possuía o histórico de afinidade com a direita. Tinha grande renome no curso de Direito, militava contra o comunismo e a favor dos setores direitista. Em muitos casos, perseguiram quem fosse comunista usando meios violentos. Foram notórios os casos de enfrentamento, inclusive físicos, com os estudantes de outra faculdade: a USP, na Rua Maria Antonia, considerada o centro do radicalismo, da contestação e do engajamento para a concretização da *revolução*.

A “Batalha da Maria Antonia”, como ficou conhecido o conflito, ilustra bem essa dicotomia e ambigüidade juvenil. De um lado exista o desejo da quebra das estruturas e transformação da sociedade e, do outro, havia a vontade de deixar tudo como estava, de manter o *status quo*. Um lado queria “eliminar” o outro. Enfatiza-se novamente que essa “ruptura” e “continuidade” eram cometidas por setores jovens, os quais não seriam “alienados” haja vista que tinham contato com uma atmosfera intelectual diversificada, já que eram universitários.

“A Violência Revolucionária”

Apesar de evidentes todas as contradições existentes na sociedade, as quais também estão inseridas na juventude, a memória social do período dos anos 60 e 70 enfatiza o teor contestatório dos agentes sociais envolvidos nos processos existentes. Sendo assim, coloca-se como ícone desses anos a rebeldia. Prevalece a imagem de que essa geração de jovens foi a primeira geração que se rebelou, homogeneizando-a consecutivamente. Isto aconteceu devido às idéias circulantes no período que consagram essa imagem. A principal tese aceita era a da necessidade da *violência revolucionária*. Ou seja, se valorizava a “violência”, e com isso, a rebeldia, a

contestação e a radicalidade. Ocorre, então, uma forte identificação entre esses valores e a “*violência*”. Em outras palavras, a *violência* – a “revolucionária” – tornava-se positiva.

Acerca disso é muito elucidativo o texto da historiadora Maria Paula Araújo, “*Esquerdas, juventudes e radicalidade na América Latina*”⁴⁴. A autora trabalha como o conceito de *violência* foi recuperado resgatando uma noção positiva⁴⁵, tornando-se a “*violência revolucionária*”. Assim, construiu-se um conceito que fornecia um instrumento legítimo de ação política. Para a autora, tentar compreender esse “movimento” é fundamental para recuperar os projetos e estratégias da época. Nesse sentido, Araújo, procura encarar os envolvidos não como vítimas, mas como agente que possuíam projetos – principalmente políticos – definidos.

A autora concorda que essa radicalidade teve grande apelo na juventude, ficando cristalizada na memória o vínculo entre “esquerdas, juventude e radicalidade”. Entretanto, chama atenção para o fato de que essa atração pela contestação e opção pela *violência revolucionária* não era só local, como no caso da América Latina, cuja expressão máxima dessa opção irá se traduzir na proposta da luta armada. Também era um fenômeno internacional, tendo forte impacto no mundo ocidental.⁴⁶

Focando-se nas experiências armadas ocorridas no mundo inteiro, a autora investiga as justificativas – teóricas e políticas – que embasaram a escolha da *violência*, principalmente por uma parte das esquerdas, e na maioria por jovens. A ação direta e o confronto direto ganhavam respaldo em jovens universitários, cuja maioria fazia parte dos quadros das organizações que defendiam o embate armado. Foi um fenômeno mundial, tanto que diversas organizações, tanto na Europa quanto na América, foram formadas. Como exemplos das tentativas de constituição de grupos armados, temos as organizações: ETA, IRA, Baader-Meinhof, MR-8, Panteras Negras, entre outros. O comum nesses grupos era a busca constante de legitimação política através do uso da *violência*. O florescer desses grupos em várias partes do mundo demonstra, como nos

⁴⁴ ARAÚJO op.cit., 2008

⁴⁵ Essa noção da violência já era presente no século XIX. Usada no marxismo, no anarquismo, no socialismo, vai ser recuperada pelo fascismo e mais tarde potencializada nos anos 60. Não é novidade a noção “positiva” da violência na década de 60; ela é resgatada e usada para legitimação política, como explicita Araújo.

⁴⁶ ARAÚJO op.cit., 2008

chama atenção Araújo, o processo de universalização da violência, cujo chamado era atendido nos mais variados contextos políticos e sociais das regiões.

Essa *violência* fazia coro da radicalidade, mas não era gratuita. Ao buscar-se a legitimação de forma que transformasse essa violência em linguagem política e válida, *realçava-se* a noção de uma violência justa. Estabelecia-se, então, um caráter positivo a essa maneira de atuar, ou seja, surgiu a crença em uma violência positiva, ou melhor, nas palavras de Araújo, passou-se acreditar na “prática” da “*violência revolucionária*”. O próprio termo englobava a sua positividade, a sua força, a sua justificativa; era justa e justificada, e não só politicamente, mas moralmente também.⁴⁷

Brasil e a Guinada Armada

O Brasil, como a maioria dos países a partir dos anos 60 na América Latina, não fugiu à regra. Mergulhados intensamente no enaltecimento da *violência revolucionária* alguns brasileiros optaram pela luta armada. Isso de dava a partir da concepção de que aquela seria o único meio e solução para a resolução e extirpação das desigualdades sociais, das injustiças, dos autoritarismos, da repressão e da opressão sobre a população, na sua maioria pobre. A guerrilha, principalmente a rural, não era simplesmente uma opção e sim a única forma de se alcançar os objetivos revolucionários.

Com isso, diversas organizações de esquerda armada foram criadas. Apesar do forte apelo pelo confronto armado, tal escolha não era unanimidade entre a própria esquerda, sobretudo devido ao fato do PCB⁴⁸ ser contra essa proposta. Provocaram-se, então, inúmeras críticas. Rompe-se com o este partido, e começam a surgir várias organizações, muitas conhecidas como dissidências.

Ainda sobre essa discussão sobre luta armada no Brasil, Reis Filho⁴⁹ é enfático ao afirmar que a luta armada iniciou-se antes ao golpe da ditadura civil-militar em 1964, tendo como exemplo as Ligas Camponesas no início dos anos 60. O autor demonstra que o enveredar por esse tipo de luta não teria sido uma resposta de fato ao golpe e a ditadura, no sentido de resistência – de resistir à um *invasor* –, mas sim, uma postura de *enfrentamento*, haja vista que esta já vinha sendo discutida nos setores esquerdistas.⁵⁰

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Partido Comunista Brasileiro.

⁴⁹ REIS FILHO op.cit., 2002

⁵⁰ Esta afirmação não deve ser entendida como uma corroboração para a justificativa dos militares ao apontarem essa movimentação como argumento principal para a efetivação do golpe, mas sim, como

Mesmo assim, não há como negar que o “acirramento dos ânimos” e a escolha pelo caminho da “via revolucionária” teve como fator chave o golpe de 1964 e depois seu endurecimento com o AI-5, em 1968.

Como expõe Maria Paula de Araújo, “a luta armada, portanto, era a afirmação de outro caminho político para a revolução brasileira”⁵¹. A este ponto, também se pode relacionar a luta armada com a questão da juventude, a qual quase que majoritariamente, opta pela radicalidade e pelas “armas”. Como já foi dito, a maioria dos quadros eram de jovens secundaristas ou universitários, muitos deles motivados pela efervescência cultural internacional e discussões teórico-intelectuais sobre o rumo do mundo. Soma-se a isso a repressão às camadas juvenis, principalmente pela questão comportamental. Tolhia-se a urgência pela liberdade e a expressão individual. Dessa maneira, criou-se um choque de *gerações*, especialmente com os pais. O bloqueio, desse modo, empreendido às *energias juvenis* e sua *rebeldia* da década de 60, canalizou a ação desses jovens atores sociais em direção à opção armada.

Feita a escolha era hora de colocar em prática os planos. Sendo assim, inúmeras organizações de esquerda armada foram criadas – as primeiras em 1961 – e contavam com adeptos entusiasmados pelo “*espírito revolucionário*” que circundava a época. Entre essas organizações encontram-se: ALA Vermelha do PCdoB; o MR-8; ALN, por Marighella; VPR etc.⁵² No meio do percurso cisões e fusões entre as organizações foram ocorrendo, o que tornava complexa a experiência da luta armada. Esta chega ao fim em 1973, derrotada, aniquilada, e com a maioria dos seus militantes políticos presos, mortos ou exilados.⁵³

Escurece-se, então, o *brilho* em torno do pragmatismo revolucionário, que teve seu auge em 1968. Ano mítico este, no qual ocorrem manifestações e atitudes transgressoras que compartilhavam da radicalidade internacional. Com o *desbaratamento*⁵⁴ dos grupos de esquerda armada, muito graças à ação da repressão, encerrou-se de forma trágica a curta experiência – o período compreendido a esse

uma maneira de problematizar a questão

⁵¹ ARAÚJO op.cit., 2008

⁵² ALA Vermelha do Partido Comunista do Brasil (dissidência do PCB); MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro; ALN: Ação Libertadora Nacional; VPR: Vanguarda Popular Revolucionária.

⁵³ Com exceção do PCdoB, com a Guerrilha do Araguaia que permaneceu até 1974, quando foi aniquilada pelas forças do exército.

⁵⁴ Expressão recorrentemente utilizada na época da ditadura civil-militar pela repressão.

projeto corresponde os anos de 1968 a 1973 – de luta armada no Brasil. Põe-se fim – em grande parte – à opção *positiva da violência* e inicia-se a construção de outra linha política: a da *redemocratização*, passando pela *autocrítica* da experiência armada.

No caso brasileiro, como já mencionado, existia a especificidade de haver uma ditadura, o que acaba por corroborar ainda mais para a “opção” pelo *caráter violento*. A noção deste caráter passava pela “*violência revolucionária*” e calcava suas ações em práticas de *enfrentamento* e no sentido de *combate*. Assim, era respaldado o projeto político de uma geração de militantes políticos, que sustentavam a noção de justiça e de *revolução*. Entretanto, essa alternativa não sobressai quando se investiga a memória social do período, principalmente devido à derrota do projeto político armado. Prioriza-se um sentido de *resistência* e de “*restauração da democracia*” ao invés de discutir a *positivação* da “violência armada”. Tal fato implica, como nos fala Araújo, em um esvaziamento do sentido político da luta armada, o que acaba por *silenciar* a identificação de uma considerável parte da sociedade pela radicalidade e opção ao confronto direto e armado. Na verdade, a linguagem do *enfrentamento* não tinha mais espaço no processo de *redemocratização* e *restauração política* do final dos anos 70 no cenário político brasileiro.

Como boa parte do mundo, portanto, o Brasil não escapou à internacionalização da opção pela “violência revolucionária” nem do *espírito transgressor* que circulava nos anos 60. Os jovens por aqui, como na maior parte do mundo, também imprimiram um caráter de radicalidade à política, num contexto de ditadura, desiludidos com a via institucional. No que diz respeito ao caráter juvenil é fundamental tentar compreender as motivações que levaram esses atores sociais cuja formação era de classe média letrada a escolherem a opção mais drástica que implicaria não somente em uma mudança brusca em suas vidas, mas também em altos riscos de vida.

Muito se lamenta sobre aqueles jovens, que se engajaram profundamente na transformação da sociedade e foram trucidados pela repressão. Teriam a vida toda pela frente, com seus sonhos e esperanças, mas escolheram dar a sua vida em prol a um projeto em que acreditavam⁵⁵. Desta forma é execrada qualquer manifestação de apoio a ditadura ou aos seus algozes. Da mesma maneira, são colocados no *Pantheon dos Heróis* os agentes dos movimentos de oposição a esse regime autoritário.

⁵⁵

A memória coletiva contribui para a construção dessa concepção.

Cristaliza-se na memória, então, a atuação prática, o teor contestatório, o engajamento, a rebeldia e radicalidade dos anos 60. Para tanto, acabam unificando jovem, juventude e enfrentamento, num sentido homogêneo e de valorização.

Sim, Senhora, Eu Lutei... As Mulheres e a Política:

As “renovações” efetuadas a partir dos anos 60 tiveram maior impacto em uma significativa parcela da sociedade: as mulheres. Refletir sobre a juventude, como já dito, implica não homogeneizá-la e atentar para as diversas juventudes existentes dentro desse setor social. Ou seja, há consonâncias e divergências no que corresponde às demandas dos agentes sociais. Desse modo, demonstra-se a necessidade de se compreender a relação da juventude – dos jovens – com eles mesmos, com os seus pares e com os outros. No caso do sexo feminino nota-se uma dinâmica particular que não dizia respeito ao universo masculino, embora, algumas das questões pleiteadas ecoassem para ambos.

Para as mulheres além da reivindicação da liberdade havia uma busca por um espaço em que pudessem atuar – fora dos lares – e uma reformulação de suas identidades e que representava o movimento de transição da zona privada para a zona pública, a qual abrangia a política. Não se pode esquecer que uma das formas de se apresentarem como indivíduos atuantes foi o engajamento em movimentos políticos, que em grande parte no Brasil se deu em movimentos radicais identificados com a luta armada. Analisar as nuances que permeiam a problemática vivenciada por essas mulheres nos ajuda a compreender o impacto e as repercussões no papel feminino a partir dos anos 60.

As transformações sociais, culturais e políticas ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. A partir da via política, estas mulheres se viam como agentes capazes de efetuar mudanças.

Em relação às mulheres, esse era o momento de redefinir a sua relação com o homem e com a sociedade – no que diz respeito à participação na arena pública. Considerando este fato, pode-se dizer que não haveria uma *estrita diferenciação* entre as atividades políticas e pessoais. *Configura-se*, ao final, uma *zona abrangente* de atuação, onde ocorreria tanto um desempenho no espaço privado como no espaço

público, levando-se em conta que os limites entre este e aquele tornaram-se muito tênues.

O ponto de partida se dá quando a mulher rompe com o seu papel socialmente constituído de *mãe, esposa, dona-de-casa e filha dedicada* – estabelecido no âmbito privado e que implicava em uma participação política não tão expressiva. Toma-se a decisão de enveredar pela arena política – leia-se espaço público – que era considerado o cenário de atuação masculina. Tal decisão corresponde à vontade de se dedicar ao projeto de transformar a sociedade. É importante ressaltar que suas atitudes como mulheres atuantes na cena pública e política estava longe dos padrões esperados das mulheres. O ápice da ruptura dá-se no âmbito da revolução sexual⁵⁶, que é apontada como um dos elementos deste comportamento inovador.

Entretanto, o seu desejo de modificações esbarrava em obstáculos, não só dos setores conservadores, mas dos próprios companheiros das organizações. Tais obstáculos configuravam uma dificuldade da própria cultura política desses grupos, para além das já colocadas pela sociedade – moralista – e pelo regime repressor.

Diante de uma leitura muito própria, considera-se que esse período foi de intensa agitação cultural e política em todo o mundo. É principalmente nesse momento que começa a trajetória de uma geração de mulheres que subvertem os seus papéis tradicionais ao militarem em organizações de esquerda armada.

A oposição público-privado demonstrou que o poder não só estava no espaço público e sim nas relações, sendo isto muito positivo. Houve uma fusão dos dois campos, e quem melhor incorporou esse espírito é a geração de 1968. Esta geração estabeleceu o marco dessa transfiguração e espelhou o afã por mudanças. A politização do cotidiano, das relações pessoais e a afirmação das experiências particulares de vida inspiravam e misturavam-se com as lutas políticas.

Na cotidiana vida das militantes, o debate transformou relacionamentos, colocou em xeque posições e conceitos políticos. Na arena pública, houve a tentativa de reproduzir com freqüência posicionamentos, valores e ações tidos como *transgressores*. Tais atitudes foram de certa forma impedidas. O mundo ainda continuava a ser *opressor*

⁵⁶ Apesar de na memória social do período valorizar-se o movimento revolução sexual é importante apontar que nem todas as mulheres foram atingidas por essa revolução. Esta aí mais um exemplo do movimento de ruptura e continuidade passado pelas mulheres nos anos 60 e 70.

para com as mulheres, pois ainda se inseriam em uma sociedade moralista e conservadora. Apesar da atmosfera radical dos anos 60, ainda prevalecia a visão tradicional, a qual tratava como desviante qualquer aspecto que se destoava do que se considerava como *certo*. Este definido de acordo com o padrão da *moral* e dos *bons costumes*.

Como já falado, na realidade brasileira, nesse período, vivia-se um momento particular: a ditadura civil-militar. Como regime vigente, estabelecia uma ordem e tudo e todos que faziam oposição eram tidos como *subversivos*. A mobilização da juventude brasileira, refletida em protestos e manifestações, provocava a rejeição dos setores conservadores, o qual reprimiam, inclusive com violência e força policial, tais atos. Estabelecia-se, então, a repressão, e com ela, a visão da *subversão*.

O fato de haver mulheres envolvidas nessas agitações agravava os embates entre regime, sociedade e principalmente os jovens. A mulher estaria deixando de realizar suas funções morais e sociais a que lhes eram destinadas desde o nascimento. Isto não era permitido acontecer e, assim, todas as que se tornavam exceção à regra carregavam com muito mais força o estigma de *subversiva*. Este termo era totalmente pejorativo e permeado, no caso feminino, de uma conotação apelativa e sexual.

Vale lembrar que o maior número dessas mulheres era de jovens. Muito contribuído por essa *exaltação* da/pela juventude, pela atmosfera de radicalidade, de mobilização, de transformação, de rebeldia e de contestação, ou seja, do *espírito* contestatório – internacional – dos anos 60 que já foi discutido anteriormente. Mas mais do que isso, o fator fundamental para tantas jovens mulheres se mobilizarem, primeiro pelas questões sociais e depois pelas questões específicas femininas, reside no fato de que grande porcentagem pertencia ao setor universitário. O mundo se abria e, com ele, as possibilidades de *expressão*.

A integração das jovens no ambiente universitário, cujo espaço era mais politizado, aberto e crítico, proporcionava uma *reviravolta* em suas vidas. As primeiras sensações de liberdade eram experimentadas; havia de se aproveitar a vida, e nisso consistia tanto na vivência acadêmica como em sua vida privada. A sede por conhecimento era notável. É nesse ambiente que há o primeiro contato com toda a

atmosfera dos anos 60, e esse viver cotidiano, permitiu que essas mulheres mudassem suas concepções e atitudes em relação ao *mundo exterior*.⁵⁷

Foi a forma de realização, pois todas essas novidades circulando possibilitaram que se saísse daquele âmbito privado que era o lar para se encontrar como pessoa e sujeito – de certa forma – nesse espaço público. É nessa época que começam a ter novas experiências, entre elas afetivas e sexuais, e a curiosidade pelo novo as impele para outras direções.

Falar de mulher e dos anos 60 é falar da mudança comportamental. Na memória social esta questão ganhou mais espaço e acabou por se tornar a bandeira feminina. E logo se entende o motivo para tal: foram os anos de desafios e transgressões ao que diz respeito ao comportamento das mulheres com a família, os homens, a Igreja Católica, ou seja, de forma geral, com a sociedade.

A ruptura de valores e códigos morais mereceu destaque: o conflito se deu em grande parte no campo da sexualidade. A revolução sexual, além da possibilidade de se ter relações sexuais para o seu próprio prazer e não para reprodução, permitiu a existência da prática do amor livre. A escolha de vários parceiros e o sexo antes do casamento chocou os setores conservadores da sociedade. A perda da virgindade, antes um tabu, torna-se o centro das discussões; a Igreja Católica condenava – vai-se ao confronto aos preceitos católicos de comportamento feminino –, as mulheres “praticam”. Evoca-se o direito de escolha e de prazer. O casamento, instituição sagrada e que deveria ser o objetivo de toda mulher sofre repulsas – deve-se experimentar: “ainda são jovens”; essa era a concepção que começava a surgir. A família começa a *deteriorar*: os conflitos entre pais e filhos são maiores, as posturas e atitudes libertárias de suas filhas chocam: o uso das minissaias, a rejeição ao casamento, a vida sexual ativa, a saída de casa e para o mercado de trabalho; a estrutura de família patriarcal começa a ser criticada e rejeitada. A transgressão atingia o seio familiar.

⁵⁷ Entretanto, deve-se mencionar que existiam no mesmo ambiente mulheres que não eram engajadas – chamadas de *alienadas* – e aquelas que procuravam manter o *status quo* vigente. Isso demonstra o quão ambíguo era a juventude e essa década. Nem todas as mulheres foram atingidas por essas *metamorfoses* que estavam ocorrendo. Existia no mesmo local mulheres *engajadas*, *alienadas* e com a postura de *manutenção*. Novamente volta-se falar em rupturas e continuidades. A mesma influência que a universidade teve para algumas não teve para outras. Todavia, na memória social do período, sobressai a concepção que a universidade deu espaço para uma maior politização e que muitas das mulheres se engajaram e se libertaram a partir do ingresso na faculdade. Revolucionaram, então, a partir dessa concepção, toda a postura feminina na sociedade.

Aliada a essa movimentação e o que permitiu a liberação máxima feminina, tornando-se um marco desses anos e símbolo de conquista, está a criação da pílula anticoncepcional. O uso do anticoncepcional proporcionou às mulheres a sensação de liberdade e de poderem se relacionar sexualmente sem serem casadas. Acabava o medo de engravidar – o principal fator de *assombro* e que *limitava* realização da “prática sexual” – possibilitando a *abertura* para a experiência da sexualidade. Dissocia-se o sexo da função de reprodução, associa-se ao prazer e, concomitantemente, a troca de parceiros.

Todo esse comportamento era visto como um misto de rebeldia, característico dos jovens, somado a “más influências”. Entretanto, mesmo que houvesse tentativas de frear os impulsos juvenis femininos, não se era bem sucedido. A modernização da sociedade brasileira era um fato; não havia como *escapar*; todos de alguma forma acabavam por serem atingidos. Isso trouxe implicações e transformações, principalmente na posição da mulher. Os anos 60 foram anos de lutas e conquistas para o sexo feminino, apesar de resistência dos setores mais conservadores da sociedade, e que são lembrados positivamente e muito valorizados por uma geração, especialmente, pelas mulheres.

Rupturas e continuidades. Estas são as características da geração dos anos 60. De fato, o que esta geração queria? Entre as várias respostas dadas e cristalizadas, as mais destacadas são: a aposta no enfrentamento, derrubadas de tabus e transformações das relações, embora, houvesse obstáculos representados não somente pelos setores conservadores, mas por alguns próprios indivíduos dessa época.

A geração dos anos 60 entrou para a memória como uma geração de *combatentes*, de militantes, de revolucionários. É importante ressaltar que aqueles que foram às ruas, e que se envolveram nas lutas políticas de seu tempo, não representavam a totalidade das práticas juvenis do período. Para além de um embate entre *revolucionários* e *reacionários*, havia uma ampla maioria de jovens “alienados” (nos termos daqueles que participavam das lutas políticas), alheios às manifestações e mobilizações que ocorriam. Não buscamos focar esses jovens na dissertação, mas o reconhecimento de sua existência é fundamental para a compreensão do período estudado, haja vista as múltiplas dinâmicas existentes no campo social correspondente.

Assim, os conflitos nos variados segmentos sociais eram muitos, sobretudo, devido ao fato de também haver a mobilização para a manutenção do *status quo*, repelindo as transformações em andamento; da existência do “não engajamento”, constituindo uma postura “alienada”; e da movimentação “revolucionária”. Esse amálgama presente em um mesmo tempo acabava por “acirrar os ânimos” na sociedade.

De qualquer forma, para memória social, a imagem remanescente da juventude da década de 60 do mundo inteiro, ficou sendo a da geração que respirava política e estava irmanada nos mesmos propósitos. Entre eles a liberdade e a contestação dos valores tradicionais. *Rebeldia, ousadia e revolução* eram as suas bases. Ao recusarem a moral estabelecida, provocavam reações na sociedade em geral.

A década igualmente representou uma abertura mais expressiva para as mulheres. Elas representaram, por um lado, uma parcela significativa dos grupos envolvidos nas lutas políticas dos anos 60, participando de organizações revolucionárias, “pegando em armas”, militando politicamente etc. Por outro, protagonizaram algumas lutas próprias, no que diz respeito à própria condição de mulher e seu papel e lugar na sociedade, a qual era paternalista, conservadora e moralista.

Suas posições de contestação dos valores tradicionais da família e da sociedade, imiscuindo-se profundamente na chamada “revolução sexual” ilustravam as demandas clamadas por elas⁵⁸. Algumas das conquistas alcançadas, entre elas, a pílula anticoncepcional e a entrada no mercado de trabalho, proporcionaram uma mudança na atuação do sexo feminino gerando inúmeras conseqüências no seu próprio tempo e nas décadas posteriores. Muito da abertura que as mulheres desfrutam hoje em dia, se deu pela luta, reivindicações e vitórias de seus pares naquele período, tendo significativa importância na forma de vivenciarem a experiência social.

No caso brasileiro, estas mulheres também se viram diante das questões comportamentais que afligiam seu tempo, mas concomitante a isso, e talvez como

⁵⁸ Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que isto ocorria, havia ainda a permanência de certos valores conservadores. Nem todas as mulheres “participaram” da revolução sexual e muitas mantiveram uma postura machista para com elas mesmo. A crença que para “fazer política e luta armada tem que ser igual a homem” era partilhada por muitas e ilustra o movimento de ruptura e continuidade – já mencionado - efetuado pelas mulheres nessa década. Ao mesmo tempo em que há uma revolução na sexualidade e no comportamento feminino, há a permanência de valores tradicionais e uma “valorização” da postura masculina, aliada a um certo preconceito. Tal idéia de uma grande revolução sexual que atingiu a todas as mulheres do período foi cristalizada pela memória coletiva.

tópico mais importante de suas vidas, estava o envolvimento em organizações de esquerda. Muitas foram além, militando na luta armada contra a ditadura civil-militar.

Ao fim, pode-se dizer que a juventude foi a protagonista da cena nos palcos da década de 60. A discussão das problemáticas juvenis nesse período elucida a linha tênue que os jovens se encontravam naquele momento: moralismo versus (ou talvez, junto) rebeldia. Como nos fala Hobsbawm, o “tempo, espaço e cultura são essenciais para a compreensão do sentido de juventude em história, no século XX”⁵⁹. No caso tão mitificado da geração anos 60, tal afirmação tem diretamente a ver com o processo de compreensão desta. Vivia-se um momento específico naqueles anos em que o ambiente circundante influenciava e era influenciado no mundo inteiro, priorizando a *ebulição social*.

Vivendo uma conjuntura específica, os embates intelectuais proporcionaram severas críticas ao sistema estabelecido e com isso, o surgimento de conceitos, os quais eram utilizados para dar legitimidade às práticas executadas para a transformação da realidade. Resgatou-se, por exemplo, a noção positiva de violência, a qual desenvolveu o conceito de *violência revolucionária* que se tornava a base para qualquer discurso que pretendia intervir de forma pragmática no mundo. Ao positivar a violência, tornando-a necessária, buscava-se o sustentáculo para as ações de confronto armada, ou seja, a violência fazia parte agora da linguagem política.

Para esses jovens, engajados em organizações de esquerda armada, a justificativa de lutar contra o inimigo que domina e de proporcionar a liberdade aos que precisam, era a única forma de agir, pois trariam resultados de forma imediata. Entretanto, é válido realçar que nem todos concordavam com essa postura. Grande parte da sociedade a condenava e, inclusive, próprios militantes de esquerda viam com ressalvas ou rejeição total essa forma de “fazer política”.

Cada juventude, então, vive as possibilidades e limitações de sua época. Entender o relacionamento desta com a sociedade e não naturalizá-la, é primordial para se compreender sua integração ou não com a mesma. No caso da juventude aqui estudada, a sociedade – *a grosso modo* – forneceu os elementos propulsores ao engajamento dos jovens em projetos de transformação de cunho revolucionário ou reformista. Toda a mobilização política e cultural do período, fez com que esses jovens

⁵⁹ HOBSBAWM op.cit., 1995 pág. 24

se tornassem os agentes das ações e não somente serem pessoas transitando por uma fase da vida. Ao se envolverem com projetos de cunho revolucionário ou reformistas da década de 1960, esta juventude, “toma as rédeas” de suas vidas, o que engendrou conflitos geracionais, mas que teve um saldo muito positivo, tornando-se uma categoria valorativa.

O importante, portanto, para além de discutir as nuances e formas de engajamento ou não dos jovens de ambos os sexos em projetos de mobilização social, é perceber que a juventude, como diz Ruth Cardoso⁶⁰, é um fenômeno cultural, social e não etário. Para tanto, jovem – *ser jovem* – não é uma categoria estática, não podendo, assim, pensá-los de forma única. O interessante é que ao inscrevê-los em um período particular pode-se analisar as matizes embutidas neste grupo e, que ao final, potencializam vários outros.

Nesse sentido, “juventude”, “memória” e “subjetividade” entrelaçam-se. Cada um com sua especificidade e contribuição. Assim, nos fornecem mecanismos para a investigação do proposto na dissertação: a memória das mulheres na luta armada. Estas três questões estão inseridas na construção da mulher militante e seus pontos de interseção nos ajudam a compreender as formulações da memória acerca a inserção da mulher na luta armada. Um campo marcado por rupturas e continuidades que nos remete a paradoxos presentes no mesmo espaço. A partir disso, busca-se como articular estes três conceitos e, assim, dar conta das construções da memória das mulheres militantes, elaboradas e reelaboradas, no sentido de responder mais a questões do presente e menos visando à compreensão do passado.

Dessa maneira, tenta-se trabalhar a relação da Memória com a História e como esta busca produzir conhecimento e aplicá-lo no presente. Estaria aí, portanto, a distância entre Memória e História. É preciso estar atento ao risco de se constituir uma memória ao invés de um trabalho historiográfico. É esta perspectiva, então, proposta: apresentar uma análise no âmbito da História e não da Memória – divergindo de uma gama de trabalhos já realizados sobre o tema: as militantes da esquerda armada.

⁶⁰ CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena. “Introdução.”. IN: *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CAPÍTULO II:

Pelos olhares ai afora: as mulheres guerrilheiras sob ótica dos órgãos de repressão e informação e da grande imprensa

Uma mulher

Se tece em

Cardos

Cordas

Cordeiras aspirações

Assim é

Assim quer

O dono da noite

Mas

Uma mulher é capaz

De paz

E de guerra

Uma mulher

(Militantes da Guerrilha do Araguaia sobre a militante Helenira Resende)

É preciso observar, primeiramente, que neste capítulo a preocupação é em torno da percepção das semelhanças entre a repressão, a grande imprensa e, por conseguinte, a sociedade. Atenta-se, entretanto, para uma diferença existente entre a repressão e a imprensa: enquanto esta é pública, a primeira é privada.

O jornal⁶¹, como representante da grande imprensa, dialoga em uma sociedade moderna – graças ao processo de modernização das sociedades no mundo – e *fala* para um público, o qual está inserido nesse “rodamoinho” de transformações, mas que ainda *resiste* a estas (nota-se na questão da *moral*).

A diferença fundamental entre a imprensa e a repressão, então, se revolve nessa questão: os periódicos estão sensíveis a um público que está em transformação, mas ainda *resiste*. Já a repressão não possui essa preocupação, principalmente por ser uma documentação interna, privada. Assim, ao analisá-la, deve-se considerar a influência de tal informação.

Apesar dessa distinção, sinaliza-se, novamente, para a percepção de pontos de interseção entre as visões da repressão e da grande imprensa na busca das representações sobre as militantes das esquerdas revolucionárias.

Como proposta da realização deste capítulo, destacamos, então, as aproximações e os paralelos entre essas *esferas de poder*, levando em consideração essa importante diferença – público *versus* privado

A partir dessas informações, o intuito é contribuir para a análise da *representação social* do período das militantes das esquerdas armadas, o que será apresentado a seguir:

1.1) ***Pelos Olhares Secretos: sob a ótica dos órgãos de repressão e informação:***

Analisando o conteúdo temático da inserção da mulher na luta armada, primeiramente objetiva-se refletir sobre a *visão* da repressão acerca das mulheres militantes das esquerdas revolucionárias. A pesquisa foi viabilizada pela existência de fontes primárias e secundárias relacionadas ao assunto. Grande parte desse material encontra-se disponível em coletâneas de documentos e fichas arquivadas no Fundo de Polícias Políticas⁶², estabelecido no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. O material recolhido condiz com o corte cronológico privilegiado: os anos de 1968 a

⁶¹ Os jornais impressos nessa dissertação serão utilizados tanto como fonte quanto como objeto. São importantes produtores de discursos políticos e ao mesmo tempo são atores políticos. A escolha de trabalhar com periódicos rege, então, no fato de construírem discursos políticos, referências, imagens e terem atuação *prática*. Ver: Daniele Chaves Amado, dissertação de mestrado em andamento. Privilegiar-se-á assim, especialmente, os periódicos “*O Globo*” e “*Folha de São Paulo*”. Ao exprimirem suas visões e olhares *corroborados* pelo *senso comum*, posicionam-se sobre o tema abordado. Dessa forma, a análise, em grande parte, será feita em relação ao vocabulário utilizado, o qual explicita valores, referências, e uma *opinião*.

1971, por representarem a entrada da mulher no mundo político engajado e por serem considerados os anos de maior radicalização da *luta* contra o regime ditatorial e da luta armada.⁶³

Iniciarei a investigação pelas militantes, para o conhecimento de um olhar geral, para depois enveredar para o caso específico de Iara Iavelberg, militante conhecida em São Paulo e companheira de Carlos Lamarca⁶⁴. A característica inicial que as colocou como alvo da repressão diz respeito a serem contrárias ao regime vigente. Como agentes de oposição ao governo, tais mulheres recebem o estigma preconceituoso dado por esses órgãos.

A primeira observação que podemos fazer é que existem diversas fichas das mesmas pessoas em pastas diferentes, e em setores diferentes. Ao mesmo tempo, nota-se o uso das mesmas palavras que serviam de certa forma para qualificá-las.

Conforme afirma Beatriz Kushinir⁶⁵, tal qualificação tem como finalidade atender às pretensões dos órgãos repressivos de acordo com o seu entendimento de transgressão. A partir disso, eram feitas as denominações e as acusações acerca dos militantes, de tal modo que, nesse momento, pode se referir ao discurso de *sedição*⁶⁶

⁶² Esse termo é entendido na mesma perspectiva de Beatriz Kushinir: “É compreendido e empregado aqui para identificar uma forma de atuação policial, ou seja, direcionada para reprimir as ações políticas oposicionistas ao governo vigente. Utilizando-se da Força Armada ou não, sua principal função é manter e assegurar a ordem pública.”; Este Fundo de Polícia Política é composto pelo “Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sendo o local para a pesquisa das fontes para essa dissertação. Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR, Beatriz. *Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP)*, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; imprensa oficial do Estado; Fapesp, 2002.

⁶³ É preciso mencionar algumas dificuldades impostas no processo de pesquisa: no Fundo de Polícias Políticas muitas das vezes precisei esperar por autorização para a liberação das pastas requisitadas. A outras, nem pude ter acesso, por restrição da legislação vigente, que as impede de tornarem-se de conhecimento público. Houve casos também de determinadas folhas serem retiradas das pastas solicitadas, pois o acesso lhes era vetado por não serem autorizadas.

⁶⁴ Carlos Lamarca, nascido em 1937, de origem humilde, filho de um sapateiro e de uma dona de casa. Era casado, tinha filhos e era capitão do Exército. O oficial posteriormente, se rebelou e aderiu à luta armada em um dos períodos mais agudos da ditadura civil-militar instaurada a partir do golpe de 1964. Era um dos principais militantes procurado pela repressão. Passou a ser dirigente da organização de esquerda armada, VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e depois ingressou no MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro). Também era conhecido por ter um relacionamento com Iara Iavelberg durante a clandestinidade, mesmo ainda sendo casado. Trechos de suas declarações de amor à militante contidos em seu diário foram publicados pela revista “Isto É” na edição de 28 de fevereiro de 2007; páginas 36-42.

⁶⁵ KUSHINIR, op.cit., 2002

⁶⁶ Cunhado por Robert Darnton: “não como uma tomada de armas nem como uma violência esporádica contra as autoridades, e sim, como um desvio que, mediante o texto e no texto, se instaura com relação às ortodoxias do *Ancien Régime* – isto é, com relação ao conjunto das crenças aceitas, das razões

para delimitar o *legal* e o *ilegal* e que acaba por configurar uns dos motivos para as designações dos fichados no determinado arquivo. A idéia de *criminalidade política*⁶⁷ de Howard Becker é adequada para a conformação desse arquivo da repressão⁶⁸, sendo um dos pretextos para incluir o nome de um indivíduo no Fundo de Polícia Política.

No caso das mulheres, percebe-se uma tentativa de depreciá-las e tratá-las como um “sujeito unitário”. Todas são iguais diante dos olhos da repressão. Apenas o fato de fazerem oposição ao regime já as colocava numa categoria unificadora e pejorativa: a de *terroristas*⁶⁹.

É importante destacar que as “instituições da repressão” são majoritariamente masculinas e conhecidas por isso. Ou seja, são órgãos *machistas* por excelência. A documentação, portanto, tem como objetivo incriminar, circulando nesse ambiente machista e homofóbico. O material pesquisado no Rio de Janeiro inclui-se nessa dinâmica, pois apresenta esses valores *incriminatórios*. É um acervo *rico* somente para explicitar as referências da repressão.

Tal atitude está estritamente relacionada com a *desagregação de valores* presentes na ditadura civil-militar brasileira. A própria ditadura está ancorada na *moral* e nos *bons costumes* (religião, família, sexo), e como tal, age sobre isso.

Por meio da análise do material catalogado, repara-se que a repressão constrói o sujeito político “*mulher subversiva*”. Contudo, ao primeiro olhar, elas não aparecem como mulheres desviantes, que romperam com os padrões tradicionais, mas como esposas, filhas e amantes de homens procurados. Tal fato corresponde à concepção de que as mulheres não são capazes de tomarem decisões políticas, que estariam na militância porque os homens as conduziram, as subverteram.⁷⁰

As designadas alegações podem ser corroboradas com o exemplo na passagem abaixo:

comuns, dos discursos de legitimação que, no ocorrer dos séculos, haviam sido considerados os fundamentos da ordem monárquica”. DARNTON, 1992, p.11 apud KUSHINIR op.cit., 2002, p.556

⁶⁷ BECKER, Howard. 1971. *Los Extraños: Sociología de La Desviación*. S.I. Editorial Tiempo Contemporaneo. apud KUSHINIR op.cit., 2002, p. 557. Essa perspectiva é adotada na mesma forma que a autora citada.

⁶⁸ Essa argumentação, seguida na presente dissertação, é baseada na perspectiva e discussão realizada por KUSHINIR, op.cit., 2002.

⁶⁹ A perspectiva seguida é a mesma de Ana Maria Colling. Para melhor esclarecimento ver: COLLING, Ana Maria. *A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio Grande do Sul: Rosas dos tempos, 1997

⁷⁰ COLLING op.cit., 1997.

*“Dados conhecidos: Miriam Abravamovay Iavelberg, vulgo “Tânia”, militante da VAR-Palamres, é **casada** com Samuel Iavelberg (irmão da **subversiva** e **amante** de Carlos Lamarca de nome Iara Iavelberg.)⁷¹ (Grifos meus)*

No processo de investigação das militantes revelado pelas fichas encontradas no Fundo de Polícia Política atenta-se para o fato de pesquisarem sobre seus antecedentes. Lá consta sua filiação, idade, residência, ocupação e estado civil. Este último parece ter uma importância maior, pois será relacionado adiante com denominações tais como *amantes* e *amásias*. Nota-se também que em comum existia a idade: quase todas regulavam por volta dos vinte e poucos anos. Outra informação à qual tinham acesso e que sempre constava nos documentos era a identificação da organização à qual pertenciam e que função exerciam no seu interior. Em comum também existia o fato de serem estudantes universitárias igualmente do conhecimento do regime civil-militar, o qual possuía acesso a quais faculdades estudavam e quais cursos freqüentavam. Sabiam também dos pseudônimos utilizados por elas, os quais as caracterizavam como clandestinas.

Novos dados iam surgindo, demonstrando a eficácia do trabalho de investigação, o qual configurará, de acordo com Carlos Fico, em uma comunidade de informações.⁷² Mais fichas surgem em diferentes pastas alocadas em diversos setores – tais como “comunismo”, “terrorismo”, “informações” – sobre os mesmos nomes. Estes mecanismos eram utilizados para melhor controle das informações permitidas ou proibidas de circularem.

A maneira como os documentos eram alocados diz muito sobre o arquivo. No caso aqui estudado, de acordo com Kushinir, é caracterizado na tipologia mista, ou seja, centrífuga e centrípeta⁷³:

⁷¹ Fundo Polícia Política; setor comunismo; pasta 137.

⁷² FICO Carlos. *“Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”*, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

⁷³ *Centrifugo*: “os documentos, geralmente de caráter administrativo, giram em torno da atuação, do titular no seu sentido amplo. Permitem, assim, perceber tantas as atividades do titular nas instituições da qual fez parte como percorrer a trajetória desses órgãos.”; *Centrípeto*: “os documentos, geralmente de caráter político, estão voltados para as questões do Estado, possibilitando esboçar um quadro do momento histórico visto a partir da óptica privilegiada do seu organizador”. Existem outras tipologias, entre elas: *caótico e monumental*. Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR, op.cit., 2002, p. 570.

“Se, por um lado, tem como objetivo identificar o “fichado” no mundo, por outro lado, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstruir uma história do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do fichador. E esse modo como ele vê o mundo e o “fichado” é o que compõe o material do Dops.”⁷⁴

Considerando a lógica supracitada, percebe-se ao aprofundar o estudo que a mulher só irá *sair* da *postura* de filha ou esposa ao participar efetivamente de atividades consideradas subversivas. Entre elas está o *trabalho de massa* – visto como doutrinação – e/ou atividades correspondentes à luta armada, entendidas como *ações terroristas*.

É quando começam a participar dessas ações que outra construção da imagem feminina surge: a de “*mulher terrorista*”.⁷⁵ Ademais, deixam de serem filhas e esposas para se tornarem “*amantes*” de alguém. Quando a militante participava de “*ações terroristas*”, sua condição de “*amante*” aparecia como fundamental. As fontes, então, acabam por estipular um vocabulário específico e elementos que em conjunto compõem a imagem dos órgãos repressivos⁷⁶ acerca das militantes. Esta é construída baseada nos preconceitos da sociedade e do regime repressor, que se transfere para composição das fichas – estabelecendo certo padrão –, concebendo o olhar destes órgãos em relação às mulheres militantes. As informações passadas pelos órgãos de informação acabavam por configurar nos órgãos repressivos o olhar preconceituoso e moralista, o qual não lhes era exclusivo: estava muito presente na sociedade em geral.

Mulheres como “*amásias*” e “*amantes*” aparecem nos documentos. Todas com atividades *subversivas* para a repressão. Entretanto, estas atividades aparecem em segundo plano. O foco recai em seu envolvimento com os homens “*subversivos*”. Sempre que descrevem uma ação em que há participação feminina, há uma referência a ela ser conjunta com homens. As mulheres não seriam capazes de efetuar ações sozinhas, ainda mais porque estariam participando pela influência de *seus* homens. O envolvimento afetivo, portanto, é o que as caracteriza.

⁷⁴ Idem p.570.

⁷⁵ É seguida a mesma perspectiva de Ana Maria Colling e Elizabeth Xavier. Para melhor esclarecimento ver: COLLING op.cit., 1997 e XAVIER, Elizabeth Ferreira. 1996. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora.

⁷⁶ Para melhor compreensão da diferença entre as denominações “órgão de repressão” e “órgão de informação”, ver: FICO op.cit., 2003.

A passagem abaixo indica o que foi descrito acima:

“ Marilene Villas Boas: **Amásia do subversivo** Mário de Souza Pinto, **participou, juntamente com outros pertencentes** a ALN , de um assalto a mão armada contra a Agência Lido do Banco do Estado de MG”⁷⁷(grifos meus)

No caso relatado acima, podemos reparar que existiam sim mulheres que participavam ativamente e efetivamente de ações armadas. Estas correspondiam às tão conhecidas *guerrilheiras* que “pegavam em armas”, e que acabaram por estabelecer um imaginário idealizado sobre as mesmas.

A questão da família também aparece nos relatórios do fundo político analisado. O *abandono do lar*, dos filhos, marido, e pais, para dedicar-se às atividades de teor *terrorista*, parece incomodar. Isso porque a mulher não poderia sair do âmbito privado, entendido como o lar, e *abdicar* de *suas* funções – entendidas como únicas e verdadeiras para mulher – para o ingresso na militância.⁷⁸

O exemplo abaixo *indica* a situação:

“Clarice Chonchal: Freqüentava uma célula comunista, recentemente desbaratada. Encontra-se foragida e em lugar incerto há cerca de três meses. **Seus pais e irmãos não têm demonstrado preocupação com a sua ausência do lar.**”⁷⁹(grifos meus)

Em outro momento, estes documentos apresentam as mulheres como *objetos* e não como seres independentes capazes de tomar suas próprias decisões – principalmente políticas. As palavras utilizadas para caracterização remetem-se a formas de depreciação, repletas de teor apelativo e conotação sexual. Vale salientar que a repressão ressalta a questão da *promiscuidade* entre elas, afirmando a existência de relacionamento com vários companheiros.

É o caso da militante Flora Abreu, que incorporou todos os estigmas estipulados pela repressão:

⁷⁷ Fundo Polícia Política. Setor: informações; pasta 163, página 751.

⁷⁸ Ana Maria Colling relata essa situação em seu livro (“*A Resistência da mulher...* op.cit., 1997)”. Esta observação serviu como orientação para o encaminhamento da presente dissertação e pode ser comprovada para a mesma na pesquisa e investigação realizada nos arquivos do Fundo de Polícia Política no Rio de Janeiro e demonstrada através dos fragmentos selecionados das fichas arquivadas.

⁷⁹ Fundo Polícia Política. Setor: DEIC; pasta 472.19/03/1969.

*“Sem qualificações (aluna do curso de História), pertence à JEC e à AP. Entre as alunas é a mais **perigosa**, que se incumbem de **perseguir e ameaçar** as colegas. É **violenta** e usa, quando exaltada, da mais **baixa linguagem**. É **ousada, petulante, e altamente revolucionária**. Viveu com vários colegas, mas casou-se depois que entrou para o PC, com outro comunista Alcir Henrique.”*⁸⁰ (grifos meus)

Nesse sentido, somos capazes de observar alguns aspectos que as definiam. O sentido negativo dos termos sobressaía. A acusação de promiscuidade corroborava com a tentativa de menosprezar a imagem das militantes. Esta, na maioria das vezes associada a de “*putas comunistas*”, pois além de serem desviantes – por serem contra o regime –, já que são comunistas, são também “*putas*”, pois se relacionam com vários parceiros e praticam o “*amor livre*”.⁸¹

Chamam atenção outras palavras que são recorrentes nos documentos do Fundo de Polícia Política, com o intuito de caracterização pejorativa. Os vocábulos: “*desquitada*”, “*comunista*”, “*terrorista*”, “*marginada*” e “*revolucionária*” aparecem inúmeras vezes em diversas fichas. É necessário dizer que o emprego desses termos condiz com a visão preconceituosa que existia naqueles anos – 60 e 70 –, e que implicava, então, em um sentido negativo. Configura-se, assim, uma visão depreciativa das militantes. Nota-se também como expressa uma forma de generalização por parte da repressão. É importante destacar que a repressão não era exceção ao usar esses termos.

O *olhar* da repressão, portanto, acerca das mulheres participantes da luta armada é uma visão negativa, depreciativa, pejorativa e apelativa e que, em geral, se associa à sexualidade. Os documentos encontrados nos arquivos investigados corroboram a caracterização de uma imagem ignominiosa dessas mulheres. A militante é um desvio de mulher, vive na promiscuidade e não merece respeito. Tentam desmerecê-las e desqualificá-las como sujeito político, pois ousaram sair do espaço privado para ocupar um lugar que não lhes diziam respeito – o espaço público. Acreditavam que essa “*invasão*” do âmbito político era devido às suas associações – geralmente afetivas – a homens, igualmente *subversivos*.

O preconceito relacionado às militantes diz respeito à determinação de um modelo de cidadão ideal. Como *fogem* desse perfil de cidadão, tais mulheres têm a sua

⁸⁰ Fundo Polícia Política. Setor: DEIC; pasta 472. 9/9/1968

⁸¹ COLLING op.cit., 1997. A autora utiliza essa mesma expressão: “puta comunista”

identidade construída por aqueles órgãos que, junto a um regime autoritário, “cunham a idéia do que é impróprio e, portanto, passível de ser reprimido.”⁸²

Iara Iavelberg, por ser mulher e militante, não escapou de tal caracterização. Ao analisar sua ficha nos arquivos encontramos as mesmas palavras utilizadas para as militantes em geral. Entre elas, encontram-se: “*subversiva*”, “*amante*”, “*terrorista*” e “*comunista*”. O motivo pelo qual ela se destacava das outras e que implicava em um exagero na construção de sua imagem, enfatizando em maior escala o lado depreciativo, era o fato de ser companheira de Carlos Lamarca. Era tida como amante dele. Suas qualidades intelectuais não apareciam nas fichas, haja vista que a intenção dessas fichas não era notar os aspectos positivos e predicados das militantes e sim enfatizar o lado desviante, cujo objetivo era o desprezo para com elas. Os órgãos de informação e repressão fixavam-se em sua função, a que organização pertencia, seus codinomes, sua filiação, atividades efetuadas e o seu relacionamento com Lamarca.

Toda vez que o nome Iara Iavelberg aparecia nas fichas arquivadas estava relacionado com o nome de Carlos Lamarca. Além da palavra *amante*, recorrentemente aparecia a expressão “*companheira de Lamarca*”, ao lado de seu nome. Uma particularidade é a de que em todas as vezes que tinham conhecimento de uma ação realizada por um, situava-se o outro no local. Não os separavam. Em algumas fichas Iara ainda aparecia de forma a ser fundamental na vida de Lamarca, podendo algumas vezes o ter influenciado.

Um trecho retirado do prontuário de Iara sugere essa concepção:

*“Fidel Castro teria indagado o porquê de Carlos Lamarca não ter desejado ir a Cuba quando fora chamado com insistência. (...) teria dito que sua **companheira**, Iara Iavelberg, **teria sido a responsável, opondo-se** à viagem do mesmo a Cuba.”⁸³(grifos meus)*

O uso de termos como “*amante*” e “*companheira*” correspondia à visão negativa que a repressão instituíra. Como exemplo de mulheres militantes, Iara encarnava, igualmente a elas, a imagem de desviante, promíscua e depreciada que estava em voga. O peso era maior por estar em um relacionamento com um dos militantes mais

⁸² KUSHINIR, op.cit., 2002

⁸³ Fundo Polícia Política. Prontuário nº: 38.543; Gaveta 485; Informe nº 126.

procurados pelo regime. A principal característica, então, de Iara era a de ser *amante* de Carlos Lamarca.

Para os órgãos de repressão e informação, esta militante realmente era “*a amante*”, pois era de conhecimento de todos que Lamarca era casado com Maria Pavan, tendo esta ido viver em Cuba e não estando desquitada. Lamarca, portanto, já sendo um *traidor* por ter “desertado” do exército, contribui ainda mais para essa concepção a partir do momento em que é infiel à sua esposa e inicia um relacionamento com Iara, que desta maneira acaba por encarnar o papel da *outra*.⁸⁴ Isto não era bem visto à medida que o regime civil-militar incorporava os discursos da sociedade moralista e conservadora, a qual rejeitava *traições* e não abria espaço para *infidelidades*. A amante então seria uma “*puta*”, por relacionar-se com um homem já estabelecido com uma mulher. Rege sobre Iara a *culpa* de desmembrar uma instituição sagrada que é o casamento. Isto acontece devido ao fato, na visão da sociedade e repressão, de não ser mulher portadora da *moral* e dos *bons costumes*, pois caso contrário, não seria amante.

Não se pode deixar de mencionar que muitas foram as vezes em que o fato de Lamarca ser casado e sua esposa viver em Cuba influenciara na construção do relato. Na maioria das fichas aparece ao lado do nome de Lamarca uma referência sobre sua esposa. Salientando o status dela de cônjuge ou sua situação de exílio. O tipo de escrita denuncia uma visão preconceituosa em relação a essas atitudes, somado ao fator de Lamarca ser um *subversivo*.

No entanto, no momento em que esta militante é “classificada”, um aspecto que poderia ser apontado e empregado de forma pejorativa não recebe esse tratamento: o fato de Iara ser judia. Nas fichas analisadas é interessante notar que essa “característica” não é mencionada, isto é, não conforma uma identidade para a repressão. Esta envereda pela questão da *doutrinação*⁸⁵ – que “tipo de comunistas” eram –, e não pela identidade religiosa e/ou étnica⁸⁶. Da mesma forma que os judeus que integraram a luta armada não se representavam como tais, mas como comunistas, a repressão também os percebia nesse sentido. Nota-se, portanto, neste aspecto a *ausência* de um preconceito anti-semita

⁸⁴ Deve-se atentar ao fato que Iara era desquitada. Situação que não era bem vista aos olhos dos setores conservadores e que *maculava* ainda mais a imagem da militante perante esses órgãos.

⁸⁵ Esta questão irá ser tratada mais adiante.

⁸⁶ Salienta-se que a moral dominante era a Cristã. Sobressaía-se os fundamentos da Igreja Católica, por isso, é interessante problematizar o fato de Iara ser judia não acarretar uma suposta ameaça ou um desvio.

nos registros destes arquivos. A falta dessa referência nos faz refletir o que os órgãos de repressão e informação adotavam como identidade, como forma de “rótulo” para essas mulheres.

Os argumentos supracitados expõem a construção feita pela repressão acerca das mulheres militantes, e mais especificamente, de Iara Iavelberg. Sobressaía a medida de desmerecer a mulher, cujo *desvio* seria preponderante. Como mulheres *desviantes*, abandonam suas funções, lar, filhos e marido, para dedicar-se às *lutas terroristas* – as quais não dizem respeito à sua suposta área de atuação (como mulher) – aparecendo como *amantes e amásias*.

Pode-se aferir, portanto, que, além das preocupações de caráter político, havia o enfoque nas informações sobre as condutas individuais. Os dados, na maioria das vezes, são relacionados a assuntos que correspondem à reputação dos indivíduos investigados e, conseqüentemente, as palavras utilizadas acabam por “atacar” a *honra*⁸⁷ desses cidadãos. Tais noções são aceitas socialmente e fazem parte da lógica presente na sociedade brasileira acabando, assim, de acordo com Kushinir, em justificar a existência dos órgãos repressivos e de informação.

O tratamento secreto – fichas confidenciais – é o de desmoralização. Na verdade, então, não existiam vários olhares, mas um hegemônico. E esse se concentra no fato de estas mulheres romperem com os tabus do sexo, dos conceitos cristãos e do regime vigente. Na verdade, colocam tudo em uma *mistura* só, como se uma transgressão não pudesse se dissociar da outra e traduzindo tudo em uma grande e única *subversão* que o governo e a sociedade teriam que combater.

É significativo mencionar que este departamento era parte do aparelho do Estado e que estava conectado a uma comunidade de informações. Essa soma de conhecimentos era importante para a repressão agir contra os militantes das esquerdas revolucionárias. Tanto representava um braço ideológico do sistema – expresso por palavras, referências e valores – como um agente prático, a partir do momento em que era através dessas informações, obtida das mais diversas formas – inclusive a tortura – que o regime, por meio dos órgãos de repressão, segurança e informação agia para a captura e eliminação

⁸⁷ A questão da honra não será discutida nesse trabalho. É mencionada somente para ratificar a argumentação sobre os órgãos repressivos e de informação.

dos chamados “subversivos”. Sobre as mulheres, a atuação ainda se faz no seu corpo físico, “aproveitando-se” da sua “condição feminina”.

Examinando melhor o Fundo de Polícia Política, incluindo o Dops⁸⁸, repara-se que faziam parte de um instrumento privado de um órgão público, ou seja, eram, como assegura Kushinir, o símbolo e a base de um governo autoritário, isto é, do regime civil-militar brasileiro. Sua função era a manutenção da ordem pública e para isso designava-se a:

“[...] coletar, fichar, anotar e arquivar os informes obtidos pelos órgãos de busca.

[...] ou constantes da correspondência sigilosa, realizar a coleta complementar, preparar pedidos de busca; elaborar informações; preparar a difusão de informes e informações; instruir pedidos de passaporte e de “vistos” de saída do território nacional; fornecer certidões negativas de antecedentes políticos e sociais; realizar as atividades administrativas correntes.”⁸⁹

Outra competência sua era a “Segurança Nacional”. Com esse discurso, se “justificava” a coleta de informações, pois a preocupação com o país era o motivo maior. Logo, a existência desses departamentos, respaldada pela necessidade da “ordem pública” e da “segurança nacional”, tinha como objetivo o controle. Controlar o que era legal e explicitar o ilegal, assim, como afirma a autora, “aos órgãos de repressão cabia definir o que era permitido”.⁹⁰

Este é um ponto fundamental para a análise das mulheres militantes. Tendo em vista que a concepção desses órgãos girava em torno da lógica exposta acima, quem não mantivesse determinada postura ou fosse considerado desviante, era fichado por esses órgãos; se o indivíduo era fichado devia-se ao fato de ser uma ameaça à ordem e à segurança, isto é, era transgressor. Assim, as militantes, à medida que eram fichadas, encarnavam a *ilegalidade* e as *infrações*. Por serem *desvirtuadas* e representarem um *risco* ao país, adquiriram, então, estigmas negativos. O uso de determinadas palavras e

⁸⁸ Compreendido por Beatriz Kushinir como um dos braços políticos do Fundo de Polícia Política. Ademais, para a autora, exercia o “papel acumulador e gerenciador de informações, fazendo-as circular e abastecendo os órgãos de inteligência de dados.” KUSHINIR op.cit., 2002, p. 559.

⁸⁹ Guanabara, Decreto “e”, nº 3002, de 18.8.1969. Relatório da Divisão de Informações, de 1972. Fundo DGIE, Série: Pasta Temática, Subsérie: Administrativa, nº 104 apud KUSHINIR, op.cit., 2002, p.570

⁹⁰ KUSHINIR op.cit., 2002. p. 560

referências correspondia a essa concepção de “permissão/legalidade/segurança/ordem” que era a base do arquivo. Caso não se enquadrassem, as designações pejorativas eram aplicadas, como no caso das militantes das esquerdas revolucionárias.

Através dos arquivos do Fundo de Polícia Política pode-se ter contato com os olhares acerca da temática estudada, assim como a ideologia contida nessas visões, que era expressa através de valores subentendidos nas expressões e vocábulos empregados para a representação das militantes. Isso funcionava em uma via interna e não chegava ao conhecimento do público, circulando entre os agentes do governo. Entretanto, não deixava de configurar uma concepção presente na sociedade da época munida de preceitos conservadores. Era o que realmente acreditavam e tinham como *verdade*.

Assim, o discurso predominante dos órgãos do governo girava em torno do provimento da segurança interna, conforme já foi dito. Para isso, era necessário coletar todo tipo de dados e deixar *transparecer* o perigo que simbolizavam e o quão equivocados eram esses indivíduos. É nesse ponto que se funda a relação com as palavras e referências, que eram constantemente utilizadas. O objetivo, além de deixar clara a sua depreciação para com as mulheres, era extirpar a ameaça à segurança nacional.

A questão da *doutrinação*⁹¹ também era muito chamativa nas fichas. Não obstante a sua falta de conduta moral havia o agravante se serem socialistas ou comunistas. Para os órgãos de repressão e informação essas mulheres eram *doutrinadas* com essas ideologias políticas pelas mais diversas influências, inclusive, por comunistas “interesseiros”. A possibilidade de escolha e do livre-arbítrio para a efetuação do engajamento em tal corrente política por parte delas mesmo era algo inconcebível e se ocorresse, demonstrava toda a sua falta de caráter e a sua grande propriedade errônea. Por isso, era sempre mencionado a que tipo de organização faziam parte e qual era a corrente – stalinista, trotskista, maoísta etc. – que seguiam, para que, além de conhecerem a mulher em questão, enfatizassem o “perigo” a que ela correspondia simbolizando o desvio e o erro. Geralmente a palavra escolhida para designá-los era “*comunista*”, embora, colocassem também que “tipo de comunista” era. A exemplo:

“*Ligada à organização Trotskítiana*, o elemento: Carmem Helena Lisboa , foi encontrada com livros de *propaganda comunista*.”⁹²(grifos meus)

⁹¹ No sentido de terem uma referência e ideologia política.

⁹² Fundo Polícia Política; Setor Secreto, pasta 44, VPR, 19 de junho de 1969.

Outro exemplo da concepção de *doutrinação política* que os órgãos de repressão e informação acreditavam existir:

“Valentina da Rocha Lima: *Militante comunista; Doutrinação: marxista-leninista; Desenvolve* no meio universitário e no meio de adolescentes secundaristas *continua programação marxista-leninista*, e indo até mais adiante, *boicota estudantes que não se adaptam à sua doutrinação.*”⁹³
(grifos meus)

Na concepção dos órgãos de repressão e informação, esta *doutrinação* e esta *ideologia* eram sempre ligadas à subversão. Esta palavra estava em constante uso por parte de repressão, não sendo mais um substantivo, e sim uma qualificação, como se tivesse vida própria e não pudesse ser dissociada da essência das militantes. A característica “subversiva” estava sempre conectada ao aspecto do “terrorismo”. Estas duas “qualidades” estavam intrincadas e remetiam sempre à desmoralização e ameaça e, tão logo, à criminalidade.

Ao entrar em contato com a ficha da militante Inês Etienne Romeu, nota-se o uso e a *força* de tais palavras:

“Em 1962 ampliou o *engajamento com a subversão* assistindo a conferência sobre problemas nacionais promovidos pelo PCB (...). Em 1963, abandonou os estudos entrando posteriormente para a POLOP, cujo objetivo principal era realizar a revolução marxista. (...) Em 1967 está engajada no grupo COLINA (...) Após o AI-5 , *o grupo COLINA passou a realizar ações terroristas como assaltos a bancos* e colocação de bombas em locais selecionados. (...) Transferiu-se para o Rio em junho de 1969, passando para a clandestinidade. Morou inicialmente com Sônia Lacerda Macedo sobre quem exerceu enorme *influência no caminho da subversão.*”⁹⁴(grifos meus)

A caracterização de “terrorista” era muito forte. Na grande parte das fichas analisadas, a maioria das militantes – senão todas – aparecem como “terroristas”. Ademais eram seguidas de outras adjetivações como “marginada”, “elemento” e como não poderia faltar, “amante”. Abaixo seguem algumas informações retiradas das mais diversas pastas e fichas sobre algumas militantes que exemplificam a assertiva acima:

⁹³ Fundo Polícia Política; arquivo número: 0472; CENIMAR; Assunto: permanência de professora militante do PCB na área estudantil. Data: 20 de maio de 1969.

⁹⁴Fundo Polícia Política; Prontuário 19.307; Inês Etienne Romeu.

“***Terroristas e assaltantes***”: ‘ os indivíduos relacionados abaixo e cujas fotografias aparecem (...) são pertencentes ou ligados à organização comunista VPR (...) entre elas se encontra: Eliane Toscano, nascida em 30/11/39, ***amante*** de Carlos Henrique Knapp.’⁹⁵ (grifos meus)

“Iná de Souza Medeiros: Estudante, ***terrorista, assaltante de bancos***, sendo uma das responsáveis pela implementação da guerrilha no Paraná.”⁹⁶(grifos meus)

“Terezinha Teixeira Pimenta – conversações mantidas junto ***a marginada***. Forte tendências ideológicas de esquerda.”⁹⁷(grifos meus)

Acerca do estigma de “amante”, constantemente ressaltado, repara-se que mais que uma imagem cristalizada sobre as mulheres militantes, é uma parte constitutiva do seu ser, da sua essência. Ou seja, é uma interpretação identificando e fortalecendo a idéia negativa e com a intenção de desmoralização. Ainda sobre esse assunto observa-se que nas fichas do Fundo de Polícia Política, como no exemplo mostrado acima da militante Eliane Toscano, sempre é necessário identificar quem é seu *amante*, *companheiro*, *amásio* ou *marido*, evidenciando ainda mais esse “atributo”, deslegitimando, então, os dois envolvidos e suas atividades.

Com o material pesquisado averigua-se, então, a intenção de rebaixar a mulher e colocá-la como objeto, destituindo-a da sua capacidade de agente. A partir da análise dos documentos encontrados focando-se na linguagem utilizada e nas referências – que conformam um universo de valores – notar-se-á, portanto, o uso de palavras recorrentemente empregadas e com significado e significante próprios por parte dos órgãos de repressão e informação. Os termos designam um certo olhar e visão por parte da repressão para com as militantes das esquerdas revolucionárias. O olhar torna-se, então, hegemônico e com o sentido de “verdade absoluta”. Não há contestação.

Evidentemente, como já dito, estes documentos do Fundo de Polícia Política não devem ser tomados como *verdade* em relação a um indivíduo. Considera-se que tais documentos eram compostos a partir do ponto de vista da polícia política, ou seja, da visão do “fichador”, que “trabalha” para um Estado cuja lógica se baseia na

⁹⁵ Fundo Polícia Política; Departamento de Investigações Criminais – DEIC;

⁹⁶ Fundo Policia Política; arquivo número: 0472; CENIMAR. Pasta 46

⁹⁷Idem

desconfiança e no arbítrio⁹⁸. As informações contidas nesse Fundo foram recolhidas a partir da perspectiva dos órgãos de repressão e informação e expressavam o momento de *tensões* vividas na sociedade brasileira. Assim, as palavras, as opiniões, as referências e os olhares correspondiam às características intrínsecas a esses órgãos, ao regime vigente e que, por sua vez, não eram estranhas à sociedade.

A seleção de determinados sujeitos, de informações e a composição desse acervo documental conformava uma metodologia de um instrumento de trabalho que representava o arbítrio político da época encarnado pela ação do regime vigente.

Através das características reveladas acima sobre o Fundo de Polícia Política, em especial o Dops – local de investigação para a primeira etapa da dissertação – pode-se falar que estes documentos correspondem a apenas mais uma fonte para as pesquisas. Entre suas implicações está o fato de os arquivos funcionarem como um “vestígio do passado”, *ajudando* o processo histórico e a ele se somando, desde o momento em que se reflete o conceito de “verdade histórica”. Conforme defende Henry Rousso⁹⁹, o arquivo em questão é apto para a consulta como fonte histórica. No entanto, há de se lembrar de que a possibilidade do acesso às informações passa por certo processo e está submetido à legislação vigente.¹⁰⁰

O debate sobre as fontes faz parte do trabalho do historiador, incidindo inclusive na reflexão da forma da constituição do arquivo e de suas informações, o que acaba por esclarecer muito sobre o período. Ademais, a esse trabalho acrescenta-se o processo da configuração de uma memória. Sobre isso, Kushinir afirma que para Vianna, Lissovsk e Sá¹⁰¹, o arquivo é “um *locus* privilegiado de construção de memória”¹⁰², tanto no sentido do “arquivador” – uma “memória positiva” – como no processo realizado pela “instituição de guarda que recebe, arruma e torna disponível o acesso”¹⁰³.

⁹⁸ Adotada a mesma perspectiva de KUSHINIR, op.cit., 2002

⁹⁹ ROUSSO, Henry. “O Arquivo ou o Indício de uma Falta”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.9 n° 17, 1996^a apud KUSHINIR, op.cit., 2002. A perspectiva foi adotada a partir da leitura do artigo da historiadora.

¹⁰⁰ KUSHINIR, op.cit., 2002. A questão ao acesso aos arquivos da repressão e da legislação sobre eles não será discutida nesta dissertação, pois não corresponde o foco do estudo.

¹⁰¹ VIANNA, Aurélio; LISSOVSKI, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. 1986. “A Vontade de Guardar: Lógica da Acumulação em Arquivos Privados”. *Arquivos e Administração*, Rio de Janeiro, vol. 10-14, n° 2, PP.62-76, apud KUSHINIR, op.cit., 2002.

¹⁰² KUSHINIR, op.cit., 2002, p. 569.

¹⁰³ Idem p.569.

Contribui-se, por conseguinte, para a representação daquela conjuntura, como por exemplo, a ótica da ditadura. Igualmente resulta na conformação de uma memória que, partindo da reflexão sobre as ações perpetradas pelos envolvidos no processo, pôde ser formulada *a posteriori* provocando implicações significativas no tempo presente.

Ao lutarem contra a ordem estabelecida, portanto, as militantes tornavam-se inimigas e, como tais, deveriam ser combatidas. Uma forma de constatar tal intuito, visão e *opinião* é atentar para o estilo lingüístico e os valores presentes nas fichas de dados, fornecendo sustentáculo para uma ação por parte da repressão. Assim, esta estabelece um discurso *oficial* sobre a mulher militante nas organizações da esquerda armada. Entretanto, essa é apenas uma parte das visões existentes; a outra concerne à visão da imprensa que será analisada no próximo tópico.

1.2) A Luz da Cena Pública: sob a ótica da grande imprensa:

Nesta etapa procurarei compreender o olhar da grande imprensa sobre as mulheres militantes das esquerdas revolucionárias no período da ditadura civil-militar brasileira. Tais mulheres empreenderam uma movimentação que consistia em sair da *zona privada* – o lar – para trilhar a *zona pública* – entendida como arena política. Como efeito de suas atitudes e caminhos percorridos, *corroborando* com o *desejo* de permanecerem no campo público, estas mulheres ganharam espaço na grande imprensa – um *locus* público –, principalmente em jornais de grande circulação. Estes, importantes *instrumentos* para a percepção de como era a *visão* da grande imprensa acerca das militantes, através do modo como eram retratadas em suas páginas.

Privilegiar-se-á, especialmente, os periódicos “*O Globo*” e “*Folha de São Paulo*”. O estudo dessas publicações poderá revelar tanto seus posicionamentos, como a interpretação que cada uma delas fazia da realidade histórica abordada. Ao analisar as reportagens selecionadas, procura-se perceber uma determinada imagem das militantes de esquerda armada. O conjunto dos diversos escritos destes dois periódicos é necessário para percebermos a difusão do discurso e dos ditames éticos e morais da sociedade e, logo (como se pretende demonstrar), da repressão. Os jornais, assim como a repressão, eram uma expressão da sociedade, que não aceitava tais mulheres. Elas representavam supostamente uma ameaça à família, instituição que não poderia ser

dissolvida e à “*moral e aos bons costumes*”. Este discurso não é isolado, a imprensa o reconhece e verbaliza.

Para além das visões sobre estas mulheres, nota-se uma opinião – *pública* – formada em torno da ditadura civil-militar e, não obstante, sobre as militantes das esquerdas revolucionárias.

Trabalhar com o conceito de opinião pública – que será importante já que se lidará com a imprensa neste capítulo, constituindo uma parte fundamental desta no que tange sua análise – requer muita cautela. O perigo recai na tendência de estudá-la como algo uniforme ou dicotômico, descartando a sua qualidade plural, e mais ainda, a ambigüidade que possui. Não se pode generalizar e, sim, notar a “sua capacidade reveladora”.¹⁰⁴

Para elucidar melhor esse conceito, é trazido para o debate o autor Jean-Jacques Becker. Em primeiro lugar Becker sinaliza para a ambigüidade da opinião pública, apontando que o objetivo seria perceber “como os acontecimentos agem sobre a opinião pública e como esta influi sobre o acontecimento.”¹⁰⁵ Para tal dinâmica, o autor afirma que só é possível fazer esse movimento, pois a opinião pública procede das “estruturas mentais”, estando englobado o “tempo curto” e o “tempo longo” – noções difundidas por Marc Bloch.

Tal perspectiva se aplica na ponderação sobre a ditadura civil-militar, na medida em que esta teve um “tempo curto” – na verdade vinte e um anos – em relação a toda uma estrutura e “história” da sociedade brasileira ao longo dos séculos. De modo que é possível fazer um recorte – “fotografia” – desse momento da realidade brasileira e analisar como esse acontecimento foi influenciado pela opinião pública, mas também, como esta foi influenciada. Com isso, podem-se extrair importantes vestígios para refletir sobre esse *tempo* destacado – o qual significou uma determinada época – e, não obstante, os períodos posteriores.

O que nos interessa, portanto, é a reação imediata dos indivíduos e desta sociedade diante dos ocorridos, procurando perceber o comportamento dos homens, e o

¹⁰⁴ Ver: BECKER, Jean-Jacques. “A opinião”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.

¹⁰⁵ Idem p. 185

confrontando com os acontecimentos. O que de fato, por ter certa relevância, acabaram por ficar registrado na imprensa, importante veículo de comunicação e de expressão dos aspectos de opinião, principalmente a pública.

Ainda sobre a questão do “tempo breve”, no qual se insere o caso da ditadura brasileira, é preciso enfatizar que a forma de ver, como afirma Becker, “a reação imediata a um acontecimento preciso num momento estritamente delimitado”¹⁰⁶ influi na realidade. No caso aqui estudado, a imprensa torna-se uma importante fonte para se refletir sobre o modo de ver esta realidade e como um influencia o outro. Configura-se um movimento dinâmico, que não deixa de estar inserido em um “longo tempo” arraigado a uma história das mentalidades. Tal movimento pode também possuir características estáticas, cuja tradição e hábitos são predominantes.

Ao tratar a imprensa como fonte – no caso abordado, os jornais impressos – é preciso estar atento a uma pluralidade de informações, e com elas, de opiniões. Apesar da peculiaridade do caso brasileiro se inscrever em uma ditadura e não em um regime democrático¹⁰⁷, estando sujeita a censuras, a imprensa foi um significativo campo para a formação e expressão de visões e opiniões, registrando (suas) “manifestações” de apoio ou não ao regime instituído. Assim, colabora-se para a construção de um *consenso* em torno da ditadura.

A busca pelos olhares sobre as mulheres militantes se efetuará através dos periódicos selecionados – *O Globo e Folha de São Paulo*¹⁰⁸, entre os anos de 1968 a 1971 – a fim de captar o que possa ter circulado em meios de comunicação e assim ter oferecido informações para a *opinião pública*. A escolha de jornais da grande imprensa¹⁰⁹ é devido ao fato de possuírem maior circulação e divulgação, permitindo o acesso à informação às mais diversas camadas da sociedade brasileira. Não obstante,

¹⁰⁶ Idem p. 189

¹⁰⁷ Para Jean-Jacques Becker, só é possível a imprensa se tornar uma fonte para o estudo da opinião pública se ela estiver em um regime democrático e com liberdade de expressão. A partir do momento em que é censurada e se mantém em um regime autoritário, como no caso de regimes totalitários, é incapaz de servir como fonte.

¹⁰⁸ Vale ressaltar que os periódicos selecionados são identificados como de *direita*.

¹⁰⁹ “Grande Imprensa” é aqui entendida também na mesma perspectiva que a definição seguida pelos dicionaristas Carlos Alberto Rabaça & Gustavo Barbosa, em “*Dicionário de Comunicação*, 2. ed., São Paulo, Ática, 1995” apud MAIA, Maurício. *Censura, um processo de ação e reação*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2005. p.493 : “Grande imprensa é definida pelos dicionaristas como ‘conjunto dos principais **órgãos de imprensa editados por grandes empresas jornalísticas**, solidamente estabelecidas no contexto empresarial. Possuem tiragens elevadas, vasta penetração e **exercem significativa influência política, econômica e social junto à comunidade.**” Grifos meus.

são jornais fixados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que além de serem as cidades destacadas do país e com grande influência e participação, foram os locais de maior expressão da luta armada, principalmente por serem importantes centros urbanos.

Para percebermos a propagação do discurso e dos pareceres éticos e morais da sociedade, e mais além, da repressão, é indispensável a verificação do conjunto dos inúmeros escritos destes dois periódicos. A leitura dos artigos, das colunas e das reportagens principais possibilitará a compreensão do processo de formulação da imagem e visão – além das concepções políticas – sobre os militantes de esquerda, e mais especificamente, do objeto de estudo: as mulheres militantes das organizações das esquerdas armadas.

O foco recairá, em grande parte, no vocabulário utilizado, nas referências de valores e em sua *opinião* como forma primeira de verificação. Considerar-se-á que as reportagens jornalísticas nunca utilizam uma linguagem que não seja familiar ou que seja estranha à sociedade, a qual não pode ser vista como simples vítima de *manipulação*. Ao mesmo tempo em que a sociedade é *receptora*, também faz *demandas*, construindo, assim, um léxico em comum para a ocorrência de tal circularidade. Ocorreria uma *troca*, que pode ser percebida pela escrita nos periódicos e utilização cotidiana dessas palavras na sociedade.

É possível dizer, assim, que o discurso que *impera* no jornalismo, principalmente o impresso, remonta a uma “produção da realidade mais que a uma reprodução”¹¹⁰. Nesse sentido, pode ser entendido como *formador de opinião*, a qual pode exercer um poder de pressão em determinados momentos. É necessário destacar a importância da força política que tal opinião pode ter.

Para além deste último movimento, que pode ser encontrado na grande imprensa, os jornais lançam mão de um campo semântico que compõe um universo e também atuam como arena de produção representante de uma oferta da realidade que produz referências que podem ou não ser absorvidas pelo leitor ¹¹¹. Nesse âmbito, se introduz a questão da linguagem, deveras complexa, e sua utilização como instrumento na formação de valores e referências. Como afirma Batista de Abreu, a língua não constitui um instrumento neutro, e sim, um suporte para produzir sentido, composto de

¹¹⁰ Ver: BATISTA DE ABREU, João. *As Manobras da Informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: (1965-1979)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro : Mauad , 2000

¹¹¹ Idem p. 141

um emaranhado de significados, ou como diz o próprio autor, “tomar partido, manipular, escamotear, revelar, denunciar, transparecer”¹¹².

Fazendo uso de Mikhail Bakhtin, o autor discorre sobre a questão de formação de ideologias devido ao fato da linguagem ser constituída de *signo* e *significado*. De acordo com Bakhtin:

“Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. Sem signo não existe ideologia.”¹¹³

Assim, a linguagem – signos e significados – está carregada de um conteúdo que acaba por expressar ideologias e valores, contribuindo ao final para a conformação de um discurso – em sua totalidade – que demonstra uma *mentalidade* ou *opinião* sobre o tema abordado. Vale lembrar que quando se diz respeito a assuntos ou aspectos políticos, a linguagem – “palavras” – é um mecanismo essencial para a associação entre discurso e momento político.¹¹⁴

Partindo dessa perspectiva, e ao analisar as fontes disponíveis, percebe-se determinados posicionamentos dos periódicos em relação à ditadura brasileira e as mulheres militantes. O estudo das reportagens jornalísticas expôs alguns aspectos que definiam política e ideologicamente tais periódicos. Como podemos observar, não possuíam discursos imparciais, influenciando na forma como as informações eram transmitidas.

Ao analisar as reportagens selecionadas percebemos que a imagem das militantes de esquerda armada era construída de forma tendenciosa. Os jornais, assim como a repressão, eram uma expressão da sociedade, que não aceitava tais mulheres, como já dito anteriormente.

O enquadramento das mulheres militantes como seres *desviantes* é presente a partir do momento que identificam em suas reportagens essas mulheres como “terroristas”, “comunistas”, “amásias”, “amantes”, “subversivas” e “traidoras.” Nota-se

¹¹² Idem p. 17

¹¹³ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992. p.22 apud BATISTA DE ABREU op.cit., 2000.

¹¹⁴ Para melhor elucidação ver: BAKHTIN op.cit., 1992. p. 21 e 22. apud BATISTA DE ABREU op.cit., 2000 e o próprio BATISTA DE ABREU op.cit., 2000.

o tom deslegitimador e um juízo de valor – a escrita é muito tendenciosa – com intuito de alarmar e *assustar* a população.

Em relação a esse valor negativo imbuído nos termos utilizados nas reportagens, pode-se formular que tais conceitos não são novidade na sociedade brasileira. O comportamento em determinados episódios – como no caso da luta armada – que “gerariam” certa opinião, provém de uma estrutura do passado, e não de uma nova, que teria sido *inventada* no momento da gestão do acontecimento. Ou seja, esse preconceito e desvalorização de quem participava da luta armada, principalmente as mulheres, procede de um longo tempo, de anos, de uma sociedade calcada em moralismo e conservadorismo, que dá sustentáculo a uma base que se mantém e procura se manter durante todo o período. Assim, a imprensa, que está sempre em diálogo com a sociedade, sendo parte da mesma, não concebeu os termos depreciativos. De fato, ela agregou sentidos negativos na maneira em que formulou a escrita da reportagem e selecionou as notícias. Entretanto, isso já fazia parte do seu universo de valores, por estar inserida nesse contexto – que também respirava contestação e radicalismo, por se encontrar nos “acalorados” anos 60 – altamente moral e conservador. O que vale é investigar como esses termos, vocábulos, palavras, referências e valores, conformaram uma *visão* e *olhar* acerca das militantes da esquerda armada, que podem ser identificados com o tom de deslegitimação. E, assim, se relacionar a grande imprensa – pelo menos a maioria dela – como um órgão em consonância com o regime ditatorial.

No que se refere à opinião pública, a qual está intrincada com o que foi exposto acima, é permitido dizer que é um fenômeno coletivo que apresenta, como afirma Pierre Laborie, uma enorme diversidade de opiniões e comportamentos, embora, sempre com uma certa *tendência* dentro da sociedade e que desemboca em uma opinião pública. Esta não é necessariamente fixa, apesar de expressar uma opinião dominante – no imaginário – num grupo social. A partir disso enxerga-se na imprensa em questão uma idéia de pertencimento a um grupo, no caso a sociedade em grande parte, e que pode trazer uma coesão e integração a ela.¹¹⁵ Forma-se uma *consciência*, mesmo que *inconsciente*, partilhando das mesmas idéias e sentimentos, devido, talvez, à existência de uma *opinião dominante* e, arriscando dizer, colaborando para a conformação de um *consenso*.

¹¹⁵LABORIE, Pierre. "De l'opinion publique à l'imaginaire social", in *Vingtième Siècle*. Année 1988, vol. 18, número 18.

Fugindo de limitações que esse estudo pode trazer, é fundamental, baseado em Laborie, tentar compreender o imaginário social, e mais, compreender a opinião pública dentro desse imaginário. Possibilita-se, com isso, um conhecimento mais amplo e, assim, a oportunidade de conhecer as identidades e a possibilidade de melhor trabalhar com a opinião pública. É isso que permite conciliar opiniões tão dispares na sociedade.

Isso implica na relação com as fontes para a investigação. Na verdade o que deve incidir sobre as fontes é o olhar a partir do que está em pauta, não as definindo de forma uniforme. E é dessa forma que se dará a metodologia para a investigação das fontes aqui utilizadas. Mais do que ler jornais; é articular e consultar outras fontes, buscando empreender “uma análise de conteúdo, que permite obter pelo menos uma fisionomia exata do conteúdo dos jornais”¹¹⁶ e, juntamente com isso, dialogar com a variedade de fatores que circundavam ou circundam a conjuntura.

A partir dessa perspectiva, volta-se o olhar para os periódicos já citados e percebe-se que havia de fato uma opinião formada em torno do assunto “luta armada”, e mais especificamente, sobre quem a praticava. No que diz respeito às militantes, repara-se um peso maior em sua caracterização, o que igualmente expressa uma opinião.

Sobre a participação feminina vê-se que quase sempre nos jornais apareciam acompanhadas da presença de homens:

*“Denise Peres Crispim, que vivia **amasiada com Eduardo Leite.**”*¹¹⁷(grifos meus)

Na mesma direção, nota-se a mesma forma de versar sobre outra mulher militante: Iara Iavelberg, considerada um arquétipo de militante pelo fato de ser uma personagem emblemática desse momento específico da sociedade brasileira. Iara rompe com parâmetros e ao mesmo tempo os mantém, dando a direção para compreender o processo de transposição por parte das mulheres às barreiras impostas da sociedade. Ela as transpassa. Tem um engajamento político ativo. Mas também o sonho de se casar e ter filhos continua em sua essência, correspondendo aos padrões e expectativas da época.

¹¹⁶ BATISTA DE ABREU op.cit., 2000

¹¹⁷Jornal “Folha de São Paulo”; reportagem de 8 de dezembro de 1970; p. 5

Iara, como mulher, sofreu o mesmo tratamento. Os jornais também sempre a colocavam acompanhada da presença do sexo masculino. Ganhara mais destaque por causa do seu romance com Carlos Lamarca. A relação dos dois militantes igualmente aparecia nas páginas dos jornais e era tratada como atípica.

A imagem da militante na maioria das vezes ficava restrita a de *amante* de Lamarca. Quase em nenhum momento a mencionam como uma militante em ação, mas sim, como companheira e mulher do ex-capitão. Ela é tratada como uma paixão de Lamarca, como sua *amante terrorista*.

Pode-se afirmar que o olhar dos jornais sobre a militante em questão era o de realmente a considerar *amante*, pois todas as vezes que aparecia alguma notícia relacionada a Lamarca ou a ela, existia uma referência sobre Maria Pavan, a esposa do militante. A estrutura configurava-se de maneira a formar uma oposição entre as duas, tratando esta como a *oficial e enganada* e aquela como a *outra e desviante*. Fazia-se um contraponto, nunca deixando de esquecer que Lamarca era casado, e que sua esposa se encontrava distante – em Cuba – enquanto ele agia de forma *subversiva* no país, e na companhia de *outra* mulher, a qual era igualmente considerada *subversiva*.

Um trecho retirado do Jornal “*O Globo*” elucida tal argumentação:

“Amante de Carlos Lamarca, é apontada pelas autoridades como participante ativa do seqüestro do Embaixador Alemão. Seu irmão, Samuel, juntamente com a esposa Miriam Abramova, também é militante da VAR-Palmares. Sua participação no seqüestro do Embaixador Von Hollebem foi interpretada como afirmação de prestígio junto a Lamarca, cuja esposa, hoje em cuba com os filhos era apontada como pessoa doente.”¹¹⁸ (grifos meus)

As palavras sublinhadas designam uma caracterização tendenciosa e negativa, no intuito de manchar a imagem desta mulher – processo pelo qual a maioria as militantes relatadas nas reportagens passou, ao serem sempre taxadas de “amantes”. Tal termo possuía alto teor negativo para os indivíduos nos círculos sociais – já que não são partidários da idéia de que uma parcela do sexo feminino se engajou em tais atividades, consideradas subversivas. Estas atividades não condiziam com o papel socialmente estabelecido das mulheres, as quais não deveriam sair de seus lugares naturalmente

¹¹⁸ Jornal “*O Globo*”; reportagem de 12 de dezembro de 1970; p.18.

concebidos como o lar e se envolverem com lutas políticas. Tal “assunto e espaço” era designado aos homens, os quais ocupavam o mais alto *status* na hierarquia social.

Assim, a condição de “amante” aparecia como fundamental. Iara, como outras militantes, incorpora esse estigma. Dessa maneira, fica assinalada a característica “desviante” dessas mulheres. Não eram tratadas ou vistas como sujeitos, mas como objetos, cuja maior “propriedade” seria a promiscuidade e não suas reivindicações. Para além do predicado de “amante”, os periódicos recorriam a outros vocábulos quando se referiam às “guerrilheiras” em suas páginas jornalísticas, não deixando de transparecer o intuito de depreciação. O uso de palavras como: “*subversiva*”, “*terrorista*”, “*comunista*” apareciam constantemente no início das informações sobre elas. O emprego destes termos caracterizava a visão dos órgãos da grande imprensa que tinham como objetivo chamar a atenção para “essas qualidades” e assim, desqualificar suas ações (políticas), *descaracterizando* a luta armada.

No diálogo que a imprensa sustenta com a opinião pública, é de suma importância a realização dessa “metodologia” de informação que a primeira emprega em relação às militantes. Essa “metodologia” tem um peso ao se tornar pública, pois, seguindo a mesma linha dos autores Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, que é citada por Beatriz Kushinir em seu livro “*Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*”¹¹⁹, fica contundente a idéia de que “ao sair na imprensa, passava a pesar muito a idéia de que, ‘se deu no jornal, então, é verdade’”¹²⁰. Dessa forma, é complexo o “jogo” que a grande imprensa fazia em relação às referências e valores usados para com essas mulheres, divulgados para o público, que “consumia” estes periódicos por alguma razão. Pode-se, no caso, pensar em identificação. Assim, poderia existir chance do grupo social acabar por poder *assimilar* tais caracterizações, já que algumas vezes era difícil dissociar a *verdade* dos jornais e suas matérias jornalísticas.

Claro que não se pode falar em manipulação necessariamente, visto que esta é uma questão densa e lembrando que a relação jornal-público-sociedade é uma “via de mão dupla”, na qual em algum momento, há uma identificação entre ambos. Todavia,

¹¹⁹ KUSHINIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalista e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004

¹²⁰ Miranda e Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999. p. 50-3 apud KUSHINIR op.cit., 2004., p.291 nota 132

não se pode negar a força (política, econômica e social) que a imprensa exerce perante a sociedade, muitas vezes através de suas opiniões e visões inseridas nas notícias.

Uma particularidade dos periódicos figurara em torno das notícias sobre uma mulher loira que participava de ações armadas. Seria a tão famosa “*loira da metralhadora*”. Começa-se a criar um mito: existiria uma única mulher loira – sempre loira – que praticava todas as ações. Tal informação se dá na tentativa de desmerecer as mulheres e enfatizarem o apelo sexual. Percebe-se, então, a conotação sexual, apelativa e depreciativa que os jornais associavam às militantes. Não obstante, as consideravam um sujeito unitário a partir do momento em que afirmam que era somente uma loira militante que participava das ações armadas, não estabelecendo diferenças. Ignora-se o fato que, na verdade, essa loira, eram diversas mulheres, que usavam como disfarce a peruca loira para não serem reconhecidas pela repressão.

Os fragmentos abaixo ilustram essa visão:

*“**uma loira figura constante** em vários assaltos a banco e visivelmente líder das operações.”*¹²¹ (grifos meus)

*“empunhando uma **metralhadora**, a loira atirava panfletos subversivos para o ar.”*¹²² (grifos meus)

O trecho abaixo se refere à manchete publicada no jornal *O Globo*:

*“**Loira da metralhadora** assalta na tocaia”*¹²³ (grifos meus)

Uma imagem, portanto, é construída. Na verdade, uma personagem, a qual figura no imaginário dos grupos pró-regime. Contudo, pode-se inferir dessas reportagens que as mulheres tinham participação ativa nas ações. Fica registrado que eram presentes nas organizações de esquerda e realizavam *tarefas* – e não só os homens – não sendo somente, então, mulheres de militantes. Nota-se nos fragmentos acima que essa “loira da metralhadora” podia exercer o papel de líder ativa e não ser só passiva.¹²⁴

¹²¹ Jornal “*O Globo*”; reportagem de 20 de setembro de 1971, p. 6.

¹²² Jornal “*O Globo*”; reportagem de 25 de setembro de 1971; p.19.

¹²³ Jornal “*O Globo*”; reportagem de 20 de setembro de 1971, p. 6

A *mentalidade* vigente “funcionava” assim: todos que praticavam ações armadas praticavam atos *terroristas*; aqueles que eram de organizações de esquerda, eram “comunistas” – e por isso *perigosos* –; aquelas que enveredavam pelo caminho mais radical eram os dois e mais, eram *promíscuas* – já que eram *amásias*. No descrever das notícias percebe-se o tom negativo imbuído nelas.

Um exemplo demonstra isso:

“(…) sua morte tinha assinalado o fim deste tipo de atividade subversiva, que contraria todos os sentimentos, tradições e a própria índole do povo brasileiro.”¹²⁵ (grifos meus)

Através das apresentações, podemos observar a criação de um “*mito*” – mulheres armadas, encarnada pela *loira da metralhadora* – que se organiza em uma dinâmica de imagens e palavras. O interessante das diferentes narrativas míticas é que percebemos pontos convergentes com a construção da figura das mesmas pela repressão.

Entretanto, é o lado negativo do “*mito*” que é enfatizado, a partir do momento em que agregam adjetivos correspondentes ao sentido pejorativo, exemplificados pelos termos atribuídos em suas descrições, que no imaginário coletivo são associados a infâmias. São símbolos do desvio, retirando a “propriedade” do *mito* – pois se tornou uma idealização – para classificar enquanto transgressores. Os periódicos possuíam essa concepção, ratificando que o olhar sobre essas mulheres era preconceituoso.

A circulação dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* – nos períodos de 1968 a 1971 – marcou a divulgação de uma determinada *mentalidade* concernente àquela época. É importante ressaltar que a grande imprensa caracteriza-se como uma fonte histórica, que apresenta uma sistematicidade, tiragem, estrutura financeira e um público. O padrão de notícias está baseado na cobertura de acontecimentos diários. Entretanto, é

¹²⁴ Nesse caso, ajuda também a alimentar o fetiche da mulher desejada, violenta, armada e sedutora, que instigava o imaginário coletivo, assumindo, então, uma conotação positiva, pois a viam como objeto de desejo. Idealizavam-na. Apesar do forte apelo sexual, nesse caso, não é exclusivamente pejorativo, mas sim também provocativo o que desperta o interesse nesse personagem.

¹²⁵ Jornal “*Folha de São Paulo*”, reportagem sobre a morte de Carlos Lamarca no dia 19 de setembro de 1971. No senso comum, a visão tradicional sobre o povo brasileiro corresponde a de um povo cordial e pacífico. Dessa maneira, a violência perpetrada pelos militantes da luta armada não fazia sentido, era prejudicial e nem pertencia ao povo brasileiro. Assim, “a índole do povo brasileiro” e a “atividade subversiva” se encontravam em oposição.

uma fonte que mostra muito das idéias e da visão de mundo dos grupos que representa – nesse caso, identificados como *grupos de direita*.

Essa aproximação com a ideologia representada pela *direita* que muitos jornais realizavam e que transparecia em suas reportagens políticas deve-se muito ao fato – muito bem explorado por Beatriz Kushinir através de Bernardo Kuscinski – de que havia uma “identificação plena dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão – e, portanto, de um virtual colaboracionismo”¹²⁶. Configura-se, então, uma própria dinâmica interna dentro da empresa que estabelecia por ela mesma – embora haja consciência da existência da censura perpetrada pelos órgãos do governo – as regras e as formas de fazer jornalismo, tornando-a pública para a sociedade.

Demonstra-se, assim, que para além dos problemas relativos à liberdade de expressão e seu tolhimento, os periódicos estipulavam e estabeleciam valores e referências porque sua “parte interna” estava de acordo, na fala dos autores citados acima, com o constituído pelo governo. A posição dos proprietários – e até de muitos jornalistas, como Kushinir demonstrou – de serem partidários do regime autoritário remete-se a uma identificação a sua ideologia e atitudes, que irão se refletir nas páginas jornalísticas através do teor das reportagens e mais, no descrever e caracterização da notícia.

Isto implica, então, além de uma hierarquização de poder – a partir do momento em que os donos dos periódicos determinavam as diretrizes da empresa de acordo com suas convicções e as quais o editor e funcionários tinham que seguir - em uma forma de agir conforme os interesses desse grupo social e dos partidários dos mesmos. Incluí-se aí, na maioria dos casos, os próprios jornalistas com suas intenções e opiniões, os quais não poderiam diferir muito do empregador, caso contrário, não trabalhariam para tal empresa.

Isto em vista, é válido afirmar que, ao agir dessa maneira, a imprensa deixava de realizar algumas de suas funções primordiais, como afirma Mino Carta, que são calcadas na busca pela verdade e em fomentar o espírito crítico¹²⁷. Ao noticiarem as versões dos órgãos policiais e de repressão, sem buscarem uma segunda versão, como mostrou Batista de Abreu, estipulam uma única visão como correta – a da repressão – e

¹²⁶KUSCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo, Scritta, 1991 apud KUSHINIR op.cit., 2004., p. 48., nota 36

¹²⁷KUSHINIR op.cit., 2004.,p. 214

corroboram com esta, aplicando-a como *verdade absoluta*. Apesar desse conceito ser muito questionado, a “busca pela verdade” não se configura, ou seja, não há o interesse de procurar a *verdade* e assim agir da forma ética e moral que condiz com os preceitos jornalísticos.

Isso também se reproduz no ponto de “fomentar o espírito crítico”. Como seria possível realizar – e afirmar – que a grande imprensa na maioria das vezes, no que corresponde as questões políticas, executava tal tarefa? Seria seu “espírito crítico”, se além dos jornais estarem sujeitos à censura – e com isso, de certa forma, dificultava-se a expressão e formação da crítica –, refletir nas reportagens desses periódicos uma – *única* – visão e opinião, na maioria das vezes, “expressão da sua criticidade”? Dessa forma, não oferecia abertura ou margem para a ponderação ou manifestações de outros tipos de concepções e visões. Assim, ao final, não estimulava esse espírito crítico. Isto ocorria, devido principalmente, à força da idéia fixada de que o que saía no jornal era a *verdade* e não poderia haver discussão ou discordância. Como apontado anteriormente, se foi publicado, era porque havia fundamento.

Tal perspectiva pode ser enxergada também nos temas abordados sobre mulheres na luta armada nesse tipo de imprensa. Ao (des)qualificá-las em suas reportagens, os periódicos acabam por estabelecer uma suposta verdade e não proporcionar uma discussão na sociedade, ou uma visão crítica; simplesmente as taxavam conforme suas designações – particulares e empresarias – não abrindo espaço para dúvidas¹²⁸.

Uma dessas formas de classificação pode ser percebida em um fragmento extraído do jornal *O Globo*:

“*Subversivos* no roubo de milhão novo: (...) a jovem, *insinuante* e hábil, pertence ao grupo chefiado por Marighela.”¹²⁹ (grifos meus)

¹²⁸Contudo, é importante dizer que nem todos compartilhavam desta dinâmica ou forma de agir, e que a sociedade aqui não é encarada como simples locus de manipulação acrítica. É fato a ocorrência de existir indivíduos que não acreditavam em tudo o que era publicado na imprensa e nem se identificava com tais visões. A sociedade – e os indivíduos pertencentes a ela – tinha suas próprias opiniões e visões, e também podiam discordar ou tentar criticar a forma como era feito o jornalismo no país. A sociedade não simplesmente “engolia” o que era noticiado, embora muitos se identificassem com os jornais. Frisa-se, entretanto, que o intuito deste capítulo é refletir sobre os olhares e opiniões sobre a grande imprensa em relação às militantes das esquerdas revolucionárias e não averiguar se isso acarretava em manipulação ou não por parte desta à sociedade.

¹²⁹ Jornal *O Globo*, referência de 16 de setembro de 1969; p.p 21

Ao examinar esta passagem infere-se o teor novamente do apelo ao lado sexual que era implicado às mulheres militantes. Ao qualificarem-nas como “insinuantes”, além de transmitirem sua visão, e ao mesmo tempo, subentendida, a opinião dominante, demonstravam a concepção de gênero que possuíam perante as mulheres que praticavam ações armadas. Ao invés de se aterem às suas atividades, se remetiam, primeiro ao lado da aparência. Todavia, sempre com um tom de apelação, e ao questionamento de sua *moral*, conformando a idéia dos seus comportamentos desviantes.

A noção de *moral e bons costumes* é bem perceptível no conteúdo desses periódicos. Ao fazerem uso de referências que remetem a “status comportamentais” e que pelo *senso comum* são agregados a valores negativos, a grande imprensa revela uma conotação de não aceitação das mulheres militantes. Mais ainda, realizam, mesmo que não claramente nas reportagens, uma comparação com as mulheres que, para a sociedade, correspondiam aos padrões sociais corretos da época. Vale lembrar que a mulher valorizada era aquela que executava o papel de “boa filha, esposa e mãe”. Se em algum momento, uma mulher saía desse caminho traçado, era vista como errada e atacada em sua moralidade, sempre a relacionando com homens, também visto com o peso do caráter de “subversivos”. Configura-se, assim, a visão de promiscuidade, devido ao fato de não estarem inseridas na estrutura familiar e social.

A posição de preconceito e da abordagem conservadora pode ser vista, como já foi dito anteriormente, no uso constante da palavra “amante”. Esse termo carrega um forte peso e teor negativo, já que não estaria de acordo com o socialmente correto, tornando-se assim, algo secreto. Ao revelarem essa postura – de amante – estar-se-ia comprovando o “absurdo” que eram essas mulheres.

No fragmento abaixo, nota-se o uso desse termo, que, mais que uma referência, era um valor, e que apresentavam em tom depreciativo:

“Do ‘estouro do aparelho’, resultaram duas prisões, que culminaram com o suicídio de Iara Yavelberg, *amante* de Lamarca, que estava naquele ‘aparelho’ (...)”¹³⁰ (grifos meus)

¹³⁰ Jornal “*Folha de São Paulo*”, reportagem do dia 19 de setembro de 1971. A grafia original foi mantida.

Além do “uso moral” que este vocábulo sustentava, ele possuía utilidade para a representação política dessas mulheres. O intuito do uso dessa palavra implicava no objetivo de atingir o sujeito político desses indivíduos – mulheres – já que estavam inseridos no campo da política. A “estratégia” executada – ao referirem-se às militantes sempre como amantes – era a da descaracterização do sujeito político feminino, o conceituando e recebendo uma carga de acusação. Logo, tal termo encarnava dois sentidos: o moral e o político, embora, a *aplicação* fosse em conjunto.

Neste momento volta-se à questão da opinião pública no sentido que foi colocado acima: não pode ser entendido como uma forma de fabricação de opinião, mas sim, de identificação. Lembra-se de que os indivíduos possuem o livre-arbítrio e a oportunidade de livre pensamento, não sendo obrigados a terem uma opinião, mesmo que podendo sofrer influência sobre ela. Assim, o que ocorre é um reconhecimento, e não uma sumária imposição. Pierre Laborie discorre sobre a identidade e o ponto de vista expresso por um grupo social. O autor afirma:

“Cada indivíduo encontra nela [na opinião] a possibilidade de se reconhecer como elemento de uma solidariedade de pensamento, com a convicção garantida que o ponto de vista expresso é partilhado pela maior parte do grupo e em harmonia com a identidade deste mesmo grupo”¹³¹.

Com isso, a questão do uso da palavra amante deve ser visto nesse sentido. Mais que a aspiração de desenvolver uma opinião – dominante – é a forma de partilhar um ponto de vista que está em harmonia e consonância com a maioria – do grupo- e que gerou uma identidade no seu interior. Principalmente, de acordo com o mesmo autor, pelo fato da opinião pública ser:

“um fenômeno coletivo, reflexo e afirmação de uma posição dominante no interior de um grupo social. (...) esta ‘opinião da maioria’ existe por ela mesma, de maneira autônoma, sem que isto implique, todavia, de sua parte a consciência de sua própria existência”.¹³²

Dessa maneira, a grande imprensa partilhava de uma *opinião pública* – sobre as militantes das esquerdas revolucionárias – colaborando como essa maneira de ver influía na realidade – inscrita em um tempo delimitado.

¹³¹LABORIE op.cit., 1988. p. 104.

¹³²Idem p. 103.

Entretanto, não se pode descartar o caráter de persuasão que esta mesma grande imprensa exerce em sua sociedade. Apesar de não fabricarem a *opinião pública* ou simplesmente ocorrer uma manipulação pura, os jornais, como afirma Batista de Abreu, “compõe-se de bens simbólicos, que contribuem para formar opiniões e alterar comportamentos de determinado segmentos social ou nacional.”¹³³.

É neste ponto que temos que nos ater. Não na questão da manipulação, mas sim na problemática da persuasão, cuja melhor palavra para definir a relação imprensa-sociedade não há. Neste sentido, podemos entender a grande imprensa como um instrumento de poder, no qual, o discurso utilizado exerce grande função.

Neste caso, nota-se, de acordo com o autor acima, que a “modalidade discursiva, mais do que a narrativa, determina o campo semântico da notícia”¹³⁴. Ou seja, além da narrativa efetuada no decorrer da reportagem, o que mais se sobressai são as formas de destacarem algum fato ou personagem. Feitos geralmente por legendas ou chamadas, normalmente implicam em uma classificação ou chamada demarcando o sentido e a semântica da notícia. Com isso, de acordo com Batista de Abreu, é na associação entre o título e o ditado, que compõe o enfoque implícito do reconhecimento do teor predominante contido nas matérias jornalísticas.

Um exemplo da associação entre discurso e sentido está exposto nessa passagem retirada do jornal “*Folha de São Paulo*”, sobre a morte de Carlos Lamarca, cujas expressões utilizadas representam uma legenda sobre o personagem:

“Adolfo Oliveria, ex-secretário-geral do MDB e um dos principais articuladores do futuro Partido Democrático Republicano, afirmou que aquele *líder terrorista* ‘chegou ao *único fim que leva o terrorismo*’.”¹³⁵(grifos meus)

As expressões destacadas conformam uma espécie de legenda sobre o que está sendo relatado e que em um *campo macro* da notícia representam um sentido dado pelo discurso utilizado em sua totalidade. Nesta hora, repara-se o olhar que tal discurso e, assim, órgão da imprensa, possuía do assunto abordado. O enfoque dado representa a visão que esse jornal – representante da grande imprensa – continha da luta armada e

¹³³BATISTA DE ABREU op.cit., 2000. p. 198

¹³⁴Idem p. 226

¹³⁵ Jornal “*Folha de São Paulo*”, reportagem de 19 de setembro de 1971.

daqueles que faziam parte dela. Ao usar termos e referências, as quais são identificadas com valores negativos, denotam uma postura de acusação e depreciação dessas atividades. Aproximam-se, assim, com aquela tida pelo Estado.

Apesar das palavras claramente demonstrarem um teor ideológico, cheias de valores e referências, a postura ideológica nunca é assumida de fato pela grande imprensa. Apesar dos termos utilizados – nesse caso, muitos deles negativos – o caráter parcial é subentendido, não podendo dizer que era algo velado totalmente.

A “grande imprensa” não abre mão da *postura* da imparcialidade da narrativa, por isso, não assume publicamente (*abertamente*) sua posição partidária, sendo percebido, assim, nas “entrelinhas”¹³⁶. Diferindo-se da imprensa partidária, a qual, como afirma João Batista de Abreu, “uma das diferenças [em relação à grande imprensa] é o fato de o jornal partidário assumir uma posição ideológica e abrir mão da idéia de imparcialidade da narrativa.”¹³⁷

Mas os sinais estão presentes. A interpretação do olhar que a grande imprensa, representada aqui na dissertação pelos dois jornais analisados, é baseada na tarefa de observar os usos, por exemplo, de adjetivos e substantivos que contribuíram para formar um valor – em grande parte depreciativo – das mulheres militantes da luta armada. Eles utilizavam palavras negativas para elas sim, somado ao tom de desvio e conotação sexual. A caracterização negativa que essas mulheres recebem está circunscrita em um momento político peculiar pelo qual a sociedade brasileira passou, e não é exclusiva delas, e sim, a tudo o que envolvia o universo da luta armada. É interessante notar como o uso desses termos sobrepõe-se à censura, sendo utilizados por vontade própria do jornal.

Sobre isso, Batista de Abreu conclui que o jornal *O Globo* foi o primeiro a empregar o termo “terrorista” em suas matérias para se referir à luta armada. O sentido dado era o de “ladrão”, “assaltante”, “criminoso”, transferindo o teor policial para o campo político, ou seja, conformando uma construção tendenciosa. Isso foi feito, de acordo com o autor, em 1966, antes da instituição oficial da censura.

¹³⁶ A palavra encontra-se “entre aspas”, pois não se pode falar realmente na postura de “entrelinhas” haja vista que a visão, opinião e posição do jornal podem ser percebidas pelos usos de palavras, referências, valores e vocábulos utilizados nas reportagens.

¹³⁷ BATISTA DE ABREU op.cit., 2000, p. 215.

Batista de Abreu ainda mostra como as reportagens políticas, ou que deveriam ser de teor político – sobre a luta armada ou sobre o regime vigente, por exemplo – foram colocadas nas páginas policiais, com o intuito de associar estes temas – principalmente a luta armada e seus participantes – a crimes comuns. A cobertura torna-se, então, policial.

Dessa forma, muitas foram as palavras usadas com conotação policial. Representavam, além do teor negativo e desviante, algo perigoso e nocivo à sociedade, como sinônimo de criminoso, ladrão.

As palavras mais empregadas, as quais tiveram essa dinâmica e, recorrentemente apareciam nas reportagens eram: “terroristas”, “subversivas” e “comunistas”, como mostrado previamente. Em relação às mulheres militantes, além do sentido também criminal, havia a aplicação de vocábulos que diziam respeito ao comportamento, à *moral* e aos *bons costumes*. Existem, então, duas classificações: a política – “policialesca” – e a moral, na qual, referências como “amantes” e “amásias” são recorrentes. Normalmente, elas apareciam como “a subversiva... amásia do militante”¹³⁸. Esses olhares assumiam um tom de naturalidade junto ao público leitor da grande imprensa.

A grande imprensa, por sua vez, ao apresentar uma só versão dos acontecimentos infringia as regras do jornalismo, afastando-se da sua suposta objetividade. O uso das palavras se completava, portanto, com o lugar em que as matérias apareciam, como vimos acima.

Batista de Abreu afirma que o uso dos vocábulos tem um significado próprio de acordo com o momento utilizado:

“As palavras são vazias de sentido. Ganham seu peso, seu lugar social, de acordo com o uso e a apropriação que os sujeitos fazem dela. Remetem a um conceito, situado historicamente no tempo e no espaço.”¹³⁹

Um exemplo demonstrado pelo autor é como a palavra “terrorista” era designada a todos que eram contra o regime militar; as mulheres igualmente recebiam este

¹³⁸ Construção feita pela autora com o intuito de fundamentar o seu argumento e exemplificar o mecanismo e dinâmica ocorrida nos periódicos analisados.

¹³⁹ BATISTA DE ABREU op.cit., 2000 p.150

tratamento. A *mentalidade* vigente era que todos os opositores eram *desvirtuados* e, por isso, merecedores de críticas, fazendo jus ao termo – “terrorista” – agregado a eles.

Ainda sobre as referências utilizadas, o autor afirma que somos nós que emprestamos o significado às palavras, que definem algo de acordo com nossas intenções. É o caso de um termo muito utilizado pelos periódicos da grande imprensa, como *O Globo* e a *Folha de São Paulo*: “elemento”. Ao referir-se aos militantes – tanto masculinos como femininos – como “elemento”, termo usado pela polícia, buscava-se, de acordo com Batista de Abreu, descaracterizar o sentido humano da pessoa, tratando-o como ser desviante, diferente, logo, errado. Entre essas classificações também está o vocábulo “subversivo (a)”, muito freqüente. Rompendo com os padrões estabelecidos, era considerado um criminoso, transgressor.

A partir então desta dinâmica empreendida pela grande imprensa, recorrendo à lingüística e ao discurso, João Batista de Abreu refere-se à “guerra psicológica”¹⁴⁰ travada, então. Como instrumento de poder e exercendo certa influência e pressão na sociedade, a imprensa estava em vantagem nessa guerra. Aliada ao regime, vai trabalhar, por sua vez, valores e referências presentes na sociedade.

O repertório de termos usados pelos repórteres mostra certo engajamento, radicado pela ideologia dos mesmos. Tal afirmativa pode ser corroborada, principalmente nos periódicos já citados, devido ao fato de que estes jornais nunca, de acordo com Batista de Abreu, sofreram a visita de censores à redação. Não havia censura nas próprias redações de *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Esta abordagem era feita pela própria linha editorial do jornal, identificada com o regime vigente. Trata-se de auto-censura¹⁴¹, mas não no sentido de trabalhar com o que seria ou não cortado e editado da reportagem, mas sim, de como era a correta forma de relatar os acontecidos e os agentes.

Assim, pode-se falar que as qualificações contidas nos textos jornalísticos publicados eram obra dos próprios jornais e não ordens de um órgão exterior a ele, como os de censura.

¹⁴⁰ Expressão utilizada pelo jornalista João Batista de Abreu, tanto em seu livro (*Manobras... op.cit.*, 2000), quanto em uma mesa de debate realizada na Livraria Travessa do Ouvidor no dia 29 de março de 2010.

¹⁴¹ Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR *op.cit.*, 2004

É digno de nota que a descrição do sexo feminino sempre é acompanhada de uma característica física, fazendo menção à sua aparência, ao contrário do sexo masculino. Como já citado, é a figura de uma mulher loira e armada que instiga o imaginário social. É o caso do seqüestro do embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, feito por uma coligação das organizações revolucionárias ALN-VPR:

“O embaixador da Alemanha, Sr. Ehrenfried von Holleben, foi seqüestrado em três minutos, por um **grupo de nove homens e uma mulher loira** às 20 horas de ontem (...). Diante as armas, de mãos para o alto, o Embaixador foi arrancado do interior do seu carro.”¹⁴²(grifos meus)

Pode-se afirmar também sobre este aspecto a existência de uma conotação sexual e também apelativa, sempre ligada à aparência da militante, descrita com informações sobre suas roupas e cabelos nas matérias jornalísticas:

“*Subversivos no roubo do milhão novo*: O assalto cinematográfico ocorreu em plena avenida Atlântica (...) **uma moça bonita e falante, bem vestida e alegre**, acompanhava três rapazes (...) A **jovem esbelta, de saia curta**, foi a primeira a entrar (...)”¹⁴³(grifos meus)

Ao deslocar o olhar para as mulheres militantes, os jornais, muitas vezes aparentavam “espanto” ao constatar indivíduos do sexo feminino participando de ações de guerrilha, uma subversão, já que o seu papel era os de “donas do lar”. Assim, sempre se referiam a elas na presença de homens, distanciando das “verdadeiras mulheres”, enfatizando o fato de portarem armas. No fragmento abaixo, fica claro a surpresa com as participações do sexo feminino em ações práticas da guerrilha urbana, destacando as transgressões:

“Metralha parou o trânsito para o assalto ao Banco: **duas mulheres no bando dos 9 subversivos**(...) os demais, ***inclusive as duas mulheres,estariam usando carabinas semi-automáticas.***”¹⁴⁴(grifos meus)

Nota-se, aí, o um juízo de valor igualando as militantes a criminosos comuns:

¹⁴² Jornal “*O Globo*”, reportagem do dia 12 de junho de 1970.

¹⁴³ Jornal “*O Globo*”, reportagem do dia 16 de setembro de 1969.

¹⁴⁴ Jornal “*O Globo*”, reportagem do dia 10 de setembro de 1969.

“Quem reagir morre – disse um dos *bandidos*, apontando para a parede, enquanto *a jovem* chamada pelo nome de Sônia recolhia dinheiro das caixas, utilizando uma pasta preta (...) *assim que a mulher concluiu sua tarefa, outro marginal* subiu ao balcão e, aos gritos, exigiu que o gerente se apresentasse (...) paralelamente, *a outra mulher do bando*, notou que os funcionários entravam numa porta paralela (...) enquanto a *ladra maltratava* os bancários com ofensas morais.”¹⁴⁵ (grifos meus)

Com isso, a associação por parte do leitor destes “atos políticos” com a violência criminal é imediata.

Os jornais estão longe, portanto, da suposta objetividade a eles atribuída, intervindo de diferentes formas na narrativa publicada. Para além disso, existe o recurso da “repetição” – de termos, valores, referências, reportagens, opiniões etc. –, a qual é sucessivamente aplicada de forma que, de acordo com Batista de Abreu, produza “uma nova referência, que numa sociedade autoritária torna-se facilmente hegemônica”. Entretanto, o autor reconhece, que isso não significa uma postura passiva do leitor.¹⁴⁶ Nesse momento, cabe a ele absorver ou não as referências produzidas pela realidade da grande imprensa.

Assim, sobre as militantes, como já explicitado, observou-se um juízo de valor arraigado no âmbito social condizente com padrões moralistas e conservadores. Tal atitude é percebida na utilização de palavras, vocábulos, termos, referências e valores para descreverem e noticiarem as militantes. Sob elas, pairava o estigma da promiscuidade, da sexualidade e do desvio. Ao empregarem palavras como “subversiva”, “terrorista”, “amante”, “amásia” e outros, o que ocorria recorrentemente, nas matérias jornalísticas, a grande imprensa – representada neste caso pelos dois periódicos analisados – acaba por qualificar e classificar estes indivíduos com o intuito de desmerecer e depreciar sua imagem, suas posições, sua ideologia e suas ações. Com isso, no caso das mulheres, além do desmerecimento político, sempre havia a menção ao comportamento – errado e desviante – relacionado à conotação e ao apelo sexual. Não obstante, eram da mesma forma equiparadas a criminosas – “comuns” – como também os homens militantes. Aquela que não exercia seu papel socialmente estabelecido era vista como subversiva, desviante e uma ameaça à sociedade e à instituição familiar.

¹⁴⁵ Idem

¹⁴⁶ BATISTA DE ABREU op.cit., 2000, p. 144

Como *locus* de poder, a grande imprensa intervém social, política e economicamente. Sua intervenção é contundente a partir da utilização adequada das palavras provocando, de acordo com Batista de Abreu, a atribuição de um peso ao lugar social do grupo ou de pessoas. A relação simbólica do relato privilegiado apreende em uma função de rótulo implícita na comunicação entre imprensa e sociedade.

Os jornalistas ao lançarem mão, segundo o autor, de seus “pré-conceitos” dominantes, sobretudo de ordem profissional e social, acabam, por conseguinte, atribuindo uma identidade – no caso das militantes uma ofensiva – universal a um grupo de pessoas que não compartilham dos mesmos conceitos e nem a ele pertencem. Nas palavras de Batista de Abreu, “a maioria das vezes, esta identidade relaciona-se mais por oposição que por semelhança e os segmentos sociais são rotulados pelo o que tem de incomum com os responsáveis pela classificação.”¹⁴⁷ Respeitando a língua do público alvo, a simpatia pelo regime vigente imbuída nas matérias jornalísticas acarretava a construção de discursos e imagens que defendessem a posição partilhada por ambos.

No diálogo que a grande imprensa sustenta com a opinião pública, portanto, há manifestações de ambas as partes. Lembrando que a opinião pública, de acordo com Jacques Becker, possibilita observar a reação imediata – da própria opinião – do acontecimento num tempo delimitado e como a maneira de ver influi na realidade, a relação com a imprensa, em determinados momentos e situações, implica em ambigüidades. Há, então, uma via de mão dupla entre as duas esferas.

Os periódicos, por conseguinte, servem como fonte para o questionamento e elucidação de aspectos importantes da realidade histórica. No caso brasileiro, em uma conjuntura peculiar, contribuem para a investigação de valores e referências enraizados na sociedade, conjugada com a ambígua *opinião pública* e suas influências e repercussões. Ao exprimirem suas visões e olhares *corroborados* pelo *senso comum*, jogam à luz da cena pública sua posição em relação ao tema abordado. Alocam-se, portanto, no sentido oposto da imparcialidade e aproximam-se da postura de colaboração do poder vigente, que poderá ser percebida a partir da conjugação dos pontos de vista entre eles.

¹⁴⁷

BATISTA DE ABREU op.cit., 2000 p.160.

1.3) A Confluência de Olhares: a comparação da ótica da repressão com a da grande imprensa:

O estudo paralelo das percepções das mulheres na luta armada em dois níveis – nos órgãos de repressão e informação e na grande imprensa – sugere muitas aproximações (pouco perceptíveis de imediato), para além das evidentes diferenças, que dizem respeito às representações das mulheres na sociedade da época e suas mudanças e continuidades nas décadas seguintes. Ao investigar as militantes da esquerda armada, sob a ótica dos jornais da época e dos órgãos de informação e repressão, deparamo-nos com *visões* que em muito se assemelham.

Esta parte do capítulo é dedicada à interpretação, portanto, dos documentos encontrados no Fundo de Polícia Política e das reportagens dos jornais da grande imprensa, estimulada por uma comparação entre os dois. Procura-se averiguar a corroboração daqueles por estas, pois utilizariam das mesmas categorias, ou seja, valores e referências para tratar das mulheres na luta armada. O olhar seria o mesmo. O preconceito que paira sobre a sociedade, aparecerá nas folhas dos arquivos da repressão e se afirmará nas páginas jornalísticas.

Esses dois universos *conectam-se*. Os vocábulos e as palavras utilizadas pelos dois órgãos aparecem recorrentemente, com os mesmos significados e, para o mesmo objetivo. Constrói-se, assim, uma rede. Esta acaba por denotar uma *cognação*, a qual culmina em um *senso comum* entre a repressão, a grande imprensa e a sociedade.

Logo, ao analisarmos a inserção da mulher na luta armada, nota-se para além dos pontos de interseção entre eles, e assim, uma *afinidade* presente entre esses níveis diferenciados, a existência de um *consenso*¹⁴⁸ que está sendo formado em torno da ditadura civil-militar. Tal problemática nos remete a uma questão maior, que diz respeito à memória desse tempo: sua reconstrução¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Para melhor esclarecimento ver: MUSIEDLAK, Didier. «Le fascisme italien: entre consentement et consensus. In:ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2010]

¹⁴⁹ Esta problemática será analisada no capítulo que diz respeito à questão da memória propriamente dita.

Como é fundamental para a dissertação a análise sobre o *consenso*, tratar-se-á primeiro de se fazer uma breve exposição sobre o mesmo para melhor entendimento e esclarecimento da reflexão pretendida:

O consenso aqui referido corresponde à noção trabalhada por Didier Musiedlak¹⁵⁰ e não deve ser confundido com consentimento. Está aí a complexidade do conceito. A questão do consenso é entendida nesta dissertação como *adesão* de parte significativa da sociedade ao golpe e à ditadura, no período estudado, ou sobretudo, até o governo Médice. Esta *adesão* não é de forma nenhuma monolítica, assim como não é a própria ditadura, considerando um período longo (1964-1985) que comporta muitas fases. Não significa uma *adesão* devido às forças repressoras, mas por identificação com elementos presentes neste regime. Na verdade, não seria uma *manipulação*. Assim, é por meio da percepção da *realidade* vivida naquele momento, a sociedade ao identificar-se ao regime ditatorial, *adere* a ele.

Marcada também por rupturas e continuidades, a ditadura apresentou no seu decorrer diferentes “níveis de *consenso*”: A primeira fase, de 1964-1966/67, é caracterizada por uma considerável *adesão* da sociedade. Nos anos de 1967 e 1968 – principalmente em 1968¹⁵¹ – há críticas, problemas na *adesão* e questionamentos, correspondendo, assim, a fissuras no governo ditatorial. Entre 1969 e 1974, durante o governo Médice, principalmente devido ao “milagre econômico”, voltou-se a ter um *consenso* na sociedade brasileira em relação à ditadura. Já nos anos de 1976 a 1979, no governo Geisel, com a decadência do “milagre econômico”, este *consenso* e esta *adesão* diminuem, abrindo espaço para questionamentos ao regime vigente. Percebe-se, então, que a ditadura brasileira apresenta rupturas no seu decorrer e na sua relação com a sociedade civil, apesar de serem maiores os traços de continuidade.¹⁵²

¹⁵⁰ MUSIEDLAK op.cit., 2010

¹⁵¹ Esse ano merece destaque, pois é o auge das rupturas e fissuras, cujas manifestações acontecem com mais força, impacto e recorrência. Este ano está inserido em um contexto que abarca toda uma politização do cotidiano, de transformação da sociedade, apostas de enfrentamentos e derrubadas de tabus, influenciando de maneira significativa toda uma geração. Promove-se uma radicalização política. Entretanto, nota-se, que apesar das rupturas há fortes traços de continuidade, muito devido a essas manifestações serem pontuais.

¹⁵² Em relação à grande imprensa, pode-se dizer que houve em grande parte uma *adesão* à ditadura e, as críticas, quando ocorreram, eram também pontuais. Embora 1968 tenha recebido certo destaque e configuravam-se “rachas” à ordem estabelecida, no movimento de rupturas e continuidades, sucedido na grande imprensa, a continuidade foi maior que aquela.

Para entender o caráter polissêmico do conceito, que pode abranger o significado de *consenso* e *consentimento*, toma-se como referência as análises em relação ao regime fascista, presentes em Didier Mudiedlak, que, acredito, podem muito nos ajudar em termos teóricos na compreensão da realidade aqui estudada. Em tal contexto *confronta-se* as visões dos fascistas e dos antifascistas. Para os últimos, a questão do consenso não é percebida como um identidade do fascismo. Em suas concepções “ as massas apareciam como vítimas da repressão de uma gangue que tomou o poder pela força”¹⁵³, ou seja, “era vista necessariamente como um elemento de propaganda, simples artifício, destacando a máscara da exploração real das massas”¹⁵⁴.

Ressaltando essa perspectiva, os antifascistas *excluem* a relação entre *consentimento* e *consenso*. Para eles, trata-se antes de uma relação de “dominação” e “manipulação” por parte de forças repressoras. Sobressai a imagem da nação como vítima. Além disso, recai sobre a propaganda fascista a responsabilidade do comportamento da população em relação a tal regime. Enfatizando a repressão e a *manipulação*, as interpretações antifascistas acabam por “enquadrar” a sociedade como “matéria prima inerte modelada de acordo com a vontade de qualquer um”¹⁵⁵. Isto é, não consideravam as ações do povo, o qual não era visto como ator da vida política.

Seguindo esta linha, portanto, o *consenso* existente não seria obra de uma *identificação* ou *adesão* por parte da sociedade italiana, mas um controle exercido pela força policial do regime em consonância com a propaganda. Com isso, não haveria um *consentimento*; uma consciência a fazer escolhas, mas uma força que se sobreporia às ações dos atores sociais.

Em contrapartida, há a visão dos fascistas, a qual procura comentar sobre a possível integração da sociedade naquele momento. Como afirma Musiedlak, a reflexão fascista percebe a dominação política feita pelo regime “como uma combinação fundada na liberdade, na força e no consentimento.”¹⁵⁶ Assim, a sociedade é vista como autônoma e como um corpo social que tem vontades, consciência e liberdade para fazer escolhas. Embora não descartem a questão da repressão, a noção do *consentimento*

¹⁵³ MUSIEDLAK op.cit., 2010.

¹⁵⁴ Idem

¹⁵⁵ TASCIA, A. (A. Rossi). *Naissance du Fascisme. L'Italie de l'armistice à la Marche sur Rome*. Paris: Gallimard, 1938, reedição 1967, p. 355, apud MUSIEDLAK op.cit., 2010

¹⁵⁶ MUSIEDLAK op.cit., 2010

possui grande intensidade, o que faria a população aderir de maneira durável ao regime fascista.

Tais afirmações se aplicam na ditadura brasileira na medida em que predomina a idéia de que esta chegou ao poder pelo meio da força, fazendo uso exclusivo da repressão. Não é *aceitável* a concepção de que além da repressão houve um considerável apoio e legitimidade por parte da sociedade. Ressaltava-se também a ação da propaganda do regime como forma de *manipular* e *ludibriar* a população. Com esses elementos, a idéia de *consenso* é rejeitada, principalmente pela esquerda brasileira, pois não haveria espaço para uma adesão por parte da sociedade a esse regime repressor. O povo *encarna* a imagem de vítima. Esta, por sua vez, pode entrar em conflito com a visão de *resistência brasileira*.

De qualquer forma, o *consenso* em tais ponderações não teria espaço e não seria discutido, pois não haveria a possibilidade de uma *adesão* e/ou um *consentimento* ao regime ditatorial por parte da sociedade. Esta posição merece uma reflexão, que será proposta adiante. Entretanto, é necessário primeiro elucidar o conceito de *consenso* e suas implicações

Apresentadas estas duas concepções, que diferenciam *consenso* e *consentimento* é necessário aplicá-las às realidades do fascismo italiano e de ditaduras militares. Na verdade, é saber o lugar ocupado pelo *consenso* e *consentimento* em relação à nação. Tem-se como exemplo o PNF¹⁵⁷, o qual privilegiou a noção de “vontade expressa” por parte da nação, o *consentimento* ao Estado fascista.¹⁵⁸

O interessante é notar nesse debate como a postura de vítima muitas vezes é valorizada. A apresentação da Itália como vítima, por Benedetto Croce¹⁵⁹, se assemelha com a imagem de um Brasil *manipulado* na época da ditadura. Nesse aspecto, não é considerada, como já mencionado, a formação de um *consenso* nessas sociedades, recaindo sobre o Estado as responsabilidades do período e *absolvendo* a sociedade civil

¹⁵⁷ Partito Nazionale Fascista

¹⁵⁸ Vale lembrar que Musiedlak afirma que o PNF a partir de 1932 tem como missão primeira de partido de vanguarda obter o consenso, apesar de desenvolver o consentimento na pátria italiana.

¹⁵⁹ “O mito do fascismo concebido como um longo parêntese de mais de vinte anos, elaborado por Benedetto Croce entre 1943 e 1944, havia tido, principalmente, como objetivo iniciar um processo de refundação política recorrendo a uma forma de absolvição coletiva da nação italiana.” Para melhor esclarecimento ver: MUSIEDLAK op.cit., 2008

de suas posições, comportamentos e escolhas. Tal perspectiva adotada acaba por não responder a muitos questionamentos relacionados ao contexto histórico abordado.

Esta abordagem histórica que excluí o *consenso* e o *consentimento* levou à formulação da “teoria da “resistência”, conforme Mudiedlak. Marca da corrente marxista, na conjuntura dos anos 1947-1948, e pautada em maniqueísmos, tomou-se como aspecto central a *resistência* das massas na vitória contra a ditadura fascista. Assim, a população não seria inerte mas atuante, *resistente*. Essa teoria dignificaria a sociedade italiana, exaltando-a como símbolo na luta contra o regime fascista e *excluiria* a posição de vítima. Embora não fosse considerada vítima, a nação italiana era absolvida coletivamente de suas responsabilidades, e a noção de *adesão*, que o conceito de *consenso* suscita, não era mencionada. O *consenso* e o *consentimento*, então, não teriam lugar nessas análises.

Isto só foi “rompido” depois da pesquisa de R.de Felice, quando em 1974, tratou a questão do *consenso* com a da *adesão* das massas entre os anos de 1929 e 1934. Para o autor, o regime fascista se beneficiou de apoio popular entre esses anos, o que sustentava uma *identificação* por grande parte da sociedade ao regime. Tal *identificação* se dava para De Felice, de acordo com Musiedlak, através de vários motivos:

“a força das organizações ligadas ao Partido, o poder dos aparelhos de controle limitando os espaços, a fascinação exercida junto aos jovens pelas promessas de renovação econômica e social, especialmente através da difusão do corporativismo”¹⁶⁰

O mesmo autor ainda informa que em 1936 o *consenso* atingiu o seu auge. Estabeleceu-se essa ligação nos anos pós-plebiscito: nesse período, o *consenso* foi mais amplo e resultou em uma aceitação maior da autoridade estatal – já que não era muito questionada – e dos padrões morais. Ademais, a essa adesão havia uma pequena distinção enxergada pelo historiador que consistia em tornar os italianos “bons cidadãos” ou “verdadeiros fascistas” em prol do crescimento do regime.¹⁶¹ Tal distinção

¹⁶⁰ Para melhor esclarecimento ver: DE FELICE, R. *Mussolini il Duce*, I, “Gli anni del consenso, 1929-1936”; II, “Lo stato totalitario, 1936-1940”. Turim: Einaudi, 1974 (I); 1981 (II) e MUSIEDLAK op.cit., 2010

¹⁶¹ DE FELICE, R. op. cit., 1974; p. 199. Para melhor entendimento ver: MUSIEDLAK op.cit., 2010.

não surtiu muitos efeitos além da *acomodação* da nação italiana que dessa forma atenuava o caráter repressor e criminoso do governo.

Entretanto, serviu para demonstrar como a idéia do fascismo, no início dos anos 30, tornou-se *normal* e passível de convivência por um longo período. O regime fascista transforma-se em algo *naturalizado*. Manifesta-se, assim, a dimensão consensual da sociedade, a qual, de acordo com Musiedlak, promove a apreensão do momento em que se tornou um *consentimento* e que dimensão este assume em seguida.

O que chama a atenção é o fato de como esse *consenso* pôde ter sido formado por uma coesão da nação. Como afirma Musiedlak, a ausência de distúrbios na ordem pública ou um *silêncio* dos opositores facilitou uma coesão da sociedade italiana que permitiu uma conformação da mesma ao Estado Fascista, atendendo, então, o sentido pretendido pelo regime.¹⁶² Isso será importante mais à frente quando se fizer a relação com a ditadura brasileira, pois há semelhanças no que diz respeito o comportamento da sociedade no Brasil¹⁶³.

Percebe-se que o consenso era almejado pelo Estado fascista. Para este, seria uma forma de *atenuar* a repressão e atingir um equilíbrio na sociedade. Assim, como afirma M. Franzinelli, de acordo com Musiedlak, o regime tinha o objetivo de construir o *consenso* recorrendo a diversas formas como, por exemplo, a patronização, a uniformização e a solução da Questão Romana pelo Tratado de Latrão em 1929. Desenvolver-se-ia, assim, um processo que contribuiria para a garantia da estabilização da sociedade italiana resultando, então, também em um *consenso*.¹⁶⁴

¹⁶² A perspectiva adotada é a mesma de Musiedlak. Vale lembrar que o regime fascista utilizava-se de uma política repressora e havia eficácia do regime policial em relação aos opositores, o que dificulta o entendimento de um consenso em tal contexto. Nas palavras do autor: “*Mas essa repressão nem por isso excluía o consenso. O recurso explícito à violência, mas também a simples ameaça sob forma de dissuasão favoreciam ou contribuíam para marginalizar os oponentes, oferecendo a imagem de uma sociedade nacional que estava pacificada a esse preço. Em outros termos, o terror no plano oficial não era administrado contra o povo italiano, mas contra aqueles considerados como obstáculos à política de recuperação nacional*”. Para melhor esclarecimento ver: MUSIEDLAK op.cit., 2010

¹⁶³ No caso brasileiro o *silêncio* que será investigado diz respeito às atuações da grande imprensa no período da ditadura e da própria sociedade em relação ao regime, a imprensa e as formas de repressão, como a tortura. Tal postura pode não significar estritamente um *consenso*, mas a falta de *manifestação* da sociedade civil brasileira nesses espaços facilitou a coesão do regime civil-militar e de quem era a favor dele.

¹⁶⁴ Para melhor esclarecimento ver: FRANZINELLI, M. *I tentacoli dell'OVRA. Agenti, collaboratori e vittime della polizia fascista*. Turim: Bollati Boringhieri, 1999, p. 65, e MUSIEDLAK op.cit., 2010.

Isto se aplica de certa forma à problemática da ditadura brasileira, pois se observam os dois movimentos: de um lado a questão da *manipulação* e da repressão, e de outro, a questão da *identificação* e da legitimação do regime civil-militar.

Conforme dito acima, apesar da análise do *consenso* ter integrado a questão do *consentimento*, semelhante ao que ocorria no fascismo, no regime civil-militar também não se excluía o uso da repressão. Com esta informação, verifica-se que é melhor trabalhá-lo aqui a partir de uma visão mais autônoma do conceito, tendo como fio condutor o regime fascista, como já citado. Tal conceito, a partir de 1929, passa a ser percebido como dotado de estrutura original, uma forma nova, um consentimento ativo¹⁶⁵, “baseado num ato de fé, fruto de um gesto de autêntica vontade e verdadeira conversão dos espíritos¹⁶⁶”.

Pode-se relacionar esses fatores com a ditadura brasileira a partir do momento em que a maioria da população, sobretudo entre 1964 e 1967 e entre 1969 e 1973, enxergava o golpe e sua manutenção como forma de “salvação” do povo brasileiro, um novo governo, uma forma de levar ao progresso e ao futuro, acabando, por fim, com as ameaças e com os problemas econômicos e sociais do país¹⁶⁷. Assim, por todas essas propriedades, não precisando do uso da força, há uma “adesão por vontade”, ou seja, uma identificação:

“O consentimento que a vontade política exige não é a submissão natural e instintiva de uma tribo de primitivos em relação ao seu chefe, mas uma *adesão deliberada e consciente a uma ordem histórica* que tem sua realidade na vida de todos e que, conseqüentemente, reconhece nessa vontade uma interpretação dela mesma e o impulso de seu progresso”¹⁶⁸. O consentimento só poderia ser ativo em uma sociedade nova na qual “a ação política é de fato marcada por um *equilíbrio que se determina entre uma vontade inovadora e o complexo das forças sociais e históricas*”¹⁶⁹. (grifos meus)

Nota-se aí que a questão do *consentimento* ainda ocupa um importante lugar. Entretanto, entende-se a *adesão* como deliberada e consciente, o que é significativo no que diz respeito à relação da sociedade com a ditadura brasileira, com seu governo e

¹⁶⁵ MUSIEDLAK op.cit., 2010

¹⁶⁶ ZUNINO, P. G.. *L'ideologia del fascismo. Miti, credenze e valori nella stabilizzazione del regime*. Bolonha: Il Mulino, 1985, p. 176. apud Musiedlak op.cit., 2010

¹⁶⁷ É com o fim do governo Médice que as fissuras neste *consenso* começam a aparecer de forma mais clara.

¹⁶⁸ MANCINI, G.; PAGLIARO, A.; MARTINI, G. *Dizionario di Politica*. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1940, voce « consenso », p. 575 apud MUSIEDLAK op.cit., 2010.

¹⁶⁹ Idem

suas ações. Se o *consenso* corresponde a uma *afinidade*; o *consentimento* corresponde a uma *ratificação*. Ambos se completam¹⁷⁰.

Há de se considerar a reflexão de Musiedlak, fazendo-nos pensar nas condições de em que a distinção entre *consenso* e *consentimento* se faz no caso estudado em que “se se conseguia obter não somente a obediência, mas uma aprovação ou a adesão, isso significava que a livre vontade dos indivíduos nele podia participar”¹⁷¹. Tal questionamento passa pela problemática da legitimidade. O autor, para melhor esclarecimento, aborda essa questão a partir de uma perspectiva sociológica:

“O poder parece detê-la no momento em que o *indivíduo*, para retomar a formulação de *Emile Durkheim*, *age de maneira autônoma*, isto é, se conduz de acordo com suas obrigações, segundo o princípio de uma educação considerada como integrada. Entretanto, será ele um ator ativo ou passivo? Seria necessário, então, medir o grau de motivação dos membros que formam a comunidade nacional para apreender o consentimento. *O regime político pode se considerar satisfeito quando consegue desenvolver uma suficiente interiorização das normas ou quando o indivíduo traça por si mesmo os limites que separam o lícito do ilícito. O regime não é mais obrigado a exibir sua força.* A dificuldade aumenta ainda mais porque as normas sociais não são escritas. Elas formam um aspecto visível do código do comportamento e da sensibilidade dos indivíduos, cuja importância é tão grande quanto as leis oficiais que dizem respeito às manifestações formais do monopólio de Estado da violência física.”¹⁷² (grifos meus).

Tal análise relaciona-se com a questão da *adesão* à ditadura brasileira, por certa identificação com valores e referências do regime. Apesar do aparato repressor, este atingiu uma parcela específica da sociedade, não causando *traumas*, ao menos no sentido de experiências de outras ditaduras latino-americanas do período. Os órgãos de repressão e a grande imprensa buscavam legitimar a violência de Estado – e obter a *adesão* – na medida em que as esquerdas usavam de violência para alcançar seus

¹⁷⁰ Sobre as implicações de *consenso* e *consentimento*, que podem ser diferenciados, a passagem é elucidativa: “A análise produzida por R. De Felice, apesar das imperfeições, tivera o mérito de abrir o caminho, ao fazer uma distinção entre *consenso* e *consentimento*. A idéia de que o fascismo, ao menos no começo dos anos trinta, tornara-se um *regime normal* com o qual os italianos iam, aliás, viver durante mais de vinte anos, impôs-se progressivamente na historiografia. Essa abordagem suscitava, no entanto, outras interrogações, em especial, sobre a natureza do acordo dado ao regime, a apreciação do comportamento desviante, a fronteira entre *consenso* e *consentimento* delimitando a famosa “zona cinzenta”. Como apreender esse lugar entre dois lugares? Essa percepção concreta do comportamento dos italianos estava igualmente ligada à própria natureza da ditadura” Para melhor esclarecimento ver: MUSIEDLAK op.cit., 2010

¹⁷¹ Para melhor entendimento ver: FREUND, J. L'essence du politique. Reedição. Paris : Dalloz, 2004, p. 378 e MUSIEDLAK op.cit., 2010

¹⁷² Ver: ELIAS, N. *Studien über die Deutschen. Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19. und 20. Jahrhundert*. Frankfurt : Suhrkamp, 1989, p. 76 e MUSIEDLAK op.cit., 2010

objetivos. As ações armadas uma vez trabalhadas pela imprensa, como por exemplo, através da idéia de terrorismo, repercutiam negativamente na sociedade brasileira posto que estava longe de se *identificar* com a *revolução*, muito menos a *revolução violenta, armada*. Portanto, ao almejar uma *estabilidade*, muitos indivíduos *assentiam* ao regime civil-militar, o que acabou por se associar a um *consentimento*. A identificação, então, dessa ligação entre a sociedade e o regime vigente diz respeito, como fala o autor, ao fato de que “o consenso era também a resultante de tudo que contribuía para garantir o equilíbrio da sociedade”¹⁷³.

Equilíbrio. Esse era o desejo do povo brasileiro, pois no contexto pré-64 vivenciava-se um período de crises. Para isso, medidas teriam que ser tomadas. Entre elas e considerada a melhor, estava a efetivação de um governo militar. O regime ditatorial, então, ao *garantir* o equilíbrio almejado pela sociedade brasileira, *assegurava* uma identificação e possuía uma *adesão* por parte da mesma. Resultava-se, por conseguinte, em um *consenso* por grande parte do grupo social ao governo vigente.

Assim, ao aceitar as denominações acerca das militantes, a sociedade não se isenta, e dessa forma, toma parte no mesmo *elo* que liga as diferentes esferas – a repressão e a grande imprensa –, podendo, então, condescender com o *consenso* que está sendo formado em torno da ditadura civil-militar.

É digno de nota, que trabalhar com o conceito de *consenso* não é relativizá-lo, considerar tudo igual, mas sinalizar que o conflito permanece, que há disputa, o que pode ser estudado através do próprio *consenso*.

Esta ponderação foi realizada aqui para explicitar a direção a ser tomada na dissertação. Feito isso, volta-se novamente à questão da repressão e da grande imprensa: estabelecendo um paralelo entre os termos utilizados pelos órgãos de repressão presentes no Fundo de Polícia Política e nas reportagens dos periódicos selecionados, pode-se comprovar a afirmação sobre a conformação de um *elo* entre eles. Para exemplificar, utilizamos dois fragmentos, sendo o primeiro retirado dos jornais e o segundo das fichas do Fundo de Polícia Política:

“Do estouro desse aparelho, resultaram duas prisões, que culminaram com o suicídio de Iara Yavelberg, *amante* de Lamarca, que estava naquele “*aparelho*” e conseguira passar para outro apartamento após pular um muro da área de serviço. (...) Ainda através do *subversivo* “Rocha”, os

¹⁷³

MUSIEDLAK op.cit., 2010

órgãos de Segurança conseguiram chegar a um “aparelho” na zona rural na localidade de Brotas de Macaúbas ¹⁷⁴(grifos meus)

*“Marilene Villas Boas, estudante universitária, **amante** do **subversivo** Mário de Souza Pinto. A marginada faleceu em 2/4/71 quando reagiu à bala aos militares, durante a invasão de um “**aparelho** subversivo.”* ¹⁷⁵(grifos meus)

A caracterização negativa é facilmente reconhecida nas páginas dos periódicos. A classificação pejorativa é concretizada nas palavras utilizadas para a escrita dos textos, logo, a *afinidade* entre a grande imprensa e a repressão é grande, pois compartilham da mesma opinião sobre os indivíduos que aderiram às organizações de esquerda. No caso das mulheres, ainda existe o elemento do apelo sexual representado pela idéia da *promiscuidade*.

O tratamento igual também é percebido quando se referem às militantes de acordo com os seus codinomes. Há um conhecimento tanto por parte da imprensa como da repressão dos pseudônimos que as militantes utilizavam. Se existia a necessidade de fazerem uso de outros nomes é porque algo não procedia corretamente, e, por isso, estas mulheres precisariam fugir ou se esconder, enveredando, então, pela clandestinidade. Ao publicar os codinomes, a grande imprensa demonstra que está ciente do que ocorre. Fortalece, assim, a suposição de uma ligação com a repressão, a qual possuía uma estrutura de informação. A divulgação dos *disfarces* pode ser entendida como uma forma de ajudar na captura de tais indivíduos e de tratá-los da mesma forma que a ditadura: como objetos e não sujeitos.

Os fragmentos abaixo, embora sejam de pessoas diferentes, explicitam o conhecimento dos pseudônimos por ambas as partes:

*“Inês Ethienne Romeu: ‘Sem dados de qualificação, usando **codinomes de “Tânia”, “Olga”, “Isabel”, “Leda” e “Nanda”**, já foi citada no depoimento de Alex Polari de Alvarenga, como componente da VPR e tendo participado de vários **assaltos e roubos**, inclusive do seqüestro do embaixador Enrico Bucher.”* ¹⁷⁶(grifos meus)

¹⁷⁴ Jornal *Folha de São Paulo*; reportagem de 19 de setembro de 1971. A grafia original foi mantida.

¹⁷⁵ Fundo de Polícia Política; Setor informações; Pasta 163; p. 751.

¹⁷⁶ Fundo de Polícia Política. Setor Informação; Pasta 108; p.536.

“Bancos roubados por 3 mulheres e seus 14 ladrões: ‘Renata Ferraz Guerra, uma jovem loura que usa o nome de Cecília, recolheu 15.300 cruzeiros novos.”¹⁷⁷ (grifos meus)

Outros exemplos podem demonstrar a interseção de visões entre os órgãos referidos. Se nos focarmos na questão do estado civil das militantes, notaremos uma considerável preocupação tanto da grande imprensa como da repressão em ter este conhecimento e mencioná-lo em suas informações. Frisa-se também o fato de usarem as mesmas palavras para descrever a “situação civil” destas mulheres, recorrendo a termos de cunho negativo para designar as militantes, através do foco em sua “vida privada”. Na verdade, enfatizam suas relações com o sexo masculino – aí o enfoque no estado civil – referindo-se a relacionamentos amorosos, mas de forma insultuosa. Normalmente usavam as palavras “amante” e “amásia”, como já descrito. Não obstante, a informação de “desquitada” que às vezes aparecia era igualmente negativa haja vista que o desquite não era bem visto pela sociedade. Dessa forma, o “estado civil”, os relacionamentos com o sexo masculino e o olhar pejorativo estão intrinsecamente interligados no que tange o olhar da repressão, da grande imprensa, e, por conseguinte, da sociedade.

Abaixo segue os exemplos da afirmação acima:

“Vera Lúcia é amásia do depoente [Ramon Alves Soares], com a qual vive há cerca de seis anos, possuindo dessa união uma filha.”¹⁷⁸ (grifos meus)

“Marilene Vilas-Boas é desquitada, vindo falecer em razão de sua atividade criminosa.”¹⁷⁹ (grifos meus)

“Lamarca sabia que Iara tinha se suicidado e antes de morrer confessou ser Carlos Lamarca e que sua verdadeira esposa e dois filhos menores estavam em Cuba.”¹⁸⁰ (grifos meus)

¹⁷⁷ Jornal *O Globo*; reportagem de 9 de julho de 1969.

¹⁷⁸ Fundo de Polícia Política; setor: declarações; pasta 11; p. 506.

¹⁷⁹ Fundo de Polícia Política; setor: declarações; pasta 11; p. 559.

¹⁸⁰ Jornal *Folha de São Paulo*; reportagem de 19 de setembro de 1971.

“Iara Iavelberg – ‘*amante de Carlos Lamarca*, é apontada pelas autoridades como participante ativa do seqüestro do Embaixador Alemão.’”¹⁸¹ (*grifos meus*)

Nos fragmentos acima selecionados vê-se que a palavra “desquitada” e a expressão “verdadeira esposa”, embora opostas, dão o mesmo significado. O sentido é o mesmo. Valoriza-se o matrimônio e a condição de esposa, enquanto se rechaça a situação de desquitada e a relação fora do casamento. São situações diferentes expostas em órgãos diferentes mas que se complementam, pois o valor embutido nelas é o mesmo. Da mesma maneira podemos observar, novamente, os termos “amante” e “amásia”. O uso desses vocábulo por parte destes órgãos explicitam a referência que possuem das militantes. As palavras não são opostas e têm quase o mesmo significado. Estão na mesma linha que conforma uma imagem sobre as mulheres militantes. Os valores, então, “amante” e “amásia” são semelhantes e são aplicados com o mesmo propósito.

A imagem depreciativa da qual as militantes eram alvo ratificar-se-á na grande imprensa. Os periódicos também associavam as mulheres militantes à *promiscuidade*, referindo-se àquelas com os termos destacados acima. Na apresentação do personagem havia um destaque para tais características, configurando-se assim como a totalidade do indivíduo. Existia um juízo de valor repleto de conotação sexual, estabelecendo um olhar apelativo sobre essas mulheres.

O teor sexual pode ser exemplificado a partir da figura nos jornais da “*loira da metralhadora*”, correspondendo à tentativa de ressaltar o lado apelativo das militantes e mostrar para a sociedade o quão fora do padrão estavam. A identidade feminina como sujeito era suprimida. O que sobressaía era o olhar estigmatizado.

A idéia, então, de “*mulheres subversivas*” era construída. Tal concepção girava em torno da compreensão das militantes como transgressoras de códigos sociais¹⁸², já que romperam com seu papel socialmente estabelecido. Existia o fato de se envolverem com atividades políticas – espaço não destinados a elas –, e pior, com a luta armada. A

¹⁸¹Jornal *O Globo*; reportagem do dia 9 de dezembro de 1970; p. 18.

¹⁸² Esta é uma concepção da época e também uma construção *a posteriori* da memória. Não se pode confundir memória com história. Ao mesmo tempo que essas mulheres rompem com parâmetros socialmente definidos, elas os mantêm. A dinâmica funciona em torno do movimento de rupturas e continuidades por parte dessas mulheres.

questão da sexualidade e dos relacionamentos agravava a situação, entendendo a revolução sexual – e liberdade – que perpassavam como uma *recisão* com o código moral e comportamental socialmente vigente. Estas mulheres, assim, do ponto de vista da sociedade e dos órgãos da imprensa e da repressão subvertem o seu papel de gênero instituído evidenciado por uma hierarquia social .

Para os órgãos da repressão, portanto, a “*mulher subversiva*” era uma mulher *desviante* dos padrões definidos pela sociedade, e para desmoralizá-las usavam de aspectos tidos como pessoais – invadindo a vida privada – para desmerecerem-nas como sujeitos. Sua identidade ficava restrita aos preconceitos vigentes à época, como já observado.

A divulgação de reportagens nas quais militantes eram tratadas como *subversivas*, tem a mesma acepção que os órgãos de repressão e informação. Por pré-definição eram tratadas como *desvirtuadas*. A conceituação de militantes femininas era igualada a idéia de “mulheres subversivas”.

Para além da idéia de subversão, existia a concepção de “mulheres terroristas”. Como já trabalhado no capítulo, este vocábulo – por parte desses órgãos - expressa a percepção de criminosos – comuns e não políticos – sendo recorrentemente utilizado tanto pela repressão como pela grande imprensa. A visão de “subversivas” e “terroristas” se *irmanam*, se *misturam* e se *completavam*, conformando uma opinião sobre as militantes.

Trechos de reportagens dos periódicos selecionados e das fichas arquivadas no fundo de documentos pesquisado demonstram o uso das palavras “terrorista” e “subversiva” em ambos e corroboram com a afirmação acima:

*“Nise Guimarães da Silveira ou Nise da Silveira: exonerada por motivos a exercer **atividades subversivas** nas instituições políticas e sociais.”*¹⁸³(grifos meus)

*“Maria Cândida de Souza (Kátia): **a terrorista** foi presa com verdadeiro arseanal.”*¹⁸⁴(grifos meus)

¹⁸³ Fundo de Polícia Política; setor: secreto; pasta 44; 12 de dezembro de 1968.

¹⁸⁴ Fundo de Polícia Política; CENIMAR; pasta 46

*“Iara Yavelberg(...) suicidou-se com um tiro de revólver calibre 38 no coração, dentro do banheiro de empregada. Ainda através do **subversivo** “Rocha”, os órgãos de Segurança conseguiram chegar a um **aparelho** (...)Esse aparelho foi cercado e os **terroristas que lá se encontravam saíram de casa atirando.**”¹⁸⁵ (grifos meus)*

*“No **estouro do aparelho da subversão**, as armas foram encontradas na geladeira. Em 24 horas de atividades ininterruptas, agentes do Exército e da polícia desmatelaram ao todo mais quatro **ninhos do terrorismo.**”¹⁸⁶(grifos meus)*

O mecanismo de composição das imagens dos militantes é feito através destas palavras presentes, tanto nos órgãos de informação e repressão como na grande imprensa. Novamente frisa-se que o adjetivo “terrorista” é usado para referir-se às ações armadas, embora, o seu *significado inicial* fosse designar qualquer ação ou atitude que provocasse insegurança. Pelo esforço, principalmente da grande imprensa, o *sentido* deste termo “evoluiu”, de acordo com Batista Abreu, criando um novo significado. Passou a assinalar, então, qualquer ação contra o regime civil-militar. O termo “subversiva”, de acordo com o autor, igualmente passou por uma *modificação*: anteriormente, a instituição da ditadura indicava “políticos cassados” e, posteriormente, passou a denominar qualquer opositor ao regime vigente. A repressão também usava os “novos significados” ao empregar essas palavras.

Assim, a partir da semântica destas palavras, confirma-se que essas duas esferas de poder partilhavam da mesma visão, opinião e valor. A imprensa corrobora com a repressão e, a sociedade, corrobora com os dois.

No que diz respeito à sociedade podemos falar que o leitor destas notícias conhece estas referências. Dessa forma as matérias jornalísticas fazem associação de modo muito simples com esses termos, pois a sociedade está imersa nesses valores. Não lhes são estranhos. Da mesma maneira divide tais valores com a repressão pois a base é a mesma: o preconceito, o moralismo e o conservadorismo.

¹⁸⁵ Jornal “*Folha de São Paulo*”; reportagem de 19 de setembro de 1971. Grafia original foi mantida. Notar que a palavra “aparelho” também era um termo da época e que foi igualmente utilizada pela imprensa. Este vocábulo era usado pela repressão para se referir aos apartamentos ou casas utilizadas pelos militantes para esconderijos, atividades e/ou reuniões das organizações de esquerda. Os periódicos também usam nesse sentido. É um termo próprio daquela conjuntura.

¹⁸⁶ Jornal “*O Globo*”; reportagem do dia 22 de dezembro de 1969.

Tudo isso sinaliza uma aproximação que, para além das similitudes, conforma um *consenso* que está sendo formado. A afinidade cristalizada por esses universos assemelha e demonstra a convivência com o regime vigente. Na verdade, podemos falar em uma postura de colaboração por parte da imprensa com a repressão e de *consenso* da sociedade com as duas.

Estudando como os jornalistas se tornaram censores da Polícia Federal e como policiais se tornaram jornalistas, Beatriz Kushinir tenta desmistificar a idéia de que, em bloco, os jornalistas combateram o arbítrio. Tal perspectiva aqui é adotada justamente por perceber que a imprensa, para além da problemática de auto-censura e censura prévia analisada pela autora, não fugia dos padrões da repressão. Justamente por isso, partilha dos mesmos valores e faz uso recorrente dos mesmos termos. Desta maneira, enxerga-se aí uma postura de colaboração com o regime. Ao censurar-se e/ou utilizarem-se das mesmas referências para a caracterização das militantes, os jornais colaboram e corroboram com olhar da ditadura brasileira. Há, portanto, uma situação de adequamento ao esquema que então estava sendo conformado.

Neste ponto é válido mencionar que a sociedade cria demandas que confluem com as do Estado, na medida em que este é uma expressão da comunidade social. A sociedade está *presente* na grande imprensa. Utilizando-se de Kushinir, dizemos que a formação cultural de muitos dos agentes envolvidos na repressão e na grande imprensa e que configurava uma *afinidade* entre eles, é semelhante a de muitas parcelas da sociedade.

Assim, a assimilação por parte dos leitores dos periódicos da grande imprensa, que *consente* com o olhar da repressão, possui coerência a partir da visão de mundo predominante na sociedade brasileira de então. A *adesão* efetuada, assim, por grande maioria da sociedade à imprensa e à repressão diz respeito ao fato de as duas *esferas de poder* responderem aos anseios por parte daquela. Incorporando, então, conceitos e opiniões com os quais os leitores simpatizam, e assim, tornam-se mais acessível, a grande imprensa, para além de aceitar o regime, foi, de acordo com Kushinir, “uma arma essencial da ditadura”¹⁸⁷, mantendo uma estreita relação para com ela.

Dessa forma, a intenção na caracterização – negativa e desmoralizante – das mulheres militantes das esquerdas revolucionárias, por parte dos órgãos de grande

¹⁸⁷

KUSHINIR op.cit., 2004.

imprensa e da repressão, tendo como uma das estratégias o uso de determinados adjetivos e substantivos, como já percebido, tem como objetivo a defesa dos princípios morais e culturais da sociedade brasileira.

A intenção na utilização desses vocábulos é clara. A atuação da imprensa e da repressão no uso deles tem a finalidade de induzir ao grupo social uma sensação de ameaça e descrever e classificar os militantes como desviantes e perigosos. Com esse aspecto, se constata similiaridades da grande imprensa e dos órgãos de repressão e informação ante a imposição autoritária. A articulação com a sociedade envereda pelo mesmo caminho, a partir do momento em quem compartilham do mesmo discurso sobre as mulheres que atuaram na luta armada.

As acusações feitas às militantes e a constante pretensão de descaracterização feminina e desconstrução do sujeito político, portanto, nos sinalizam uma aproximação e *afinidade*, para além das semelhanças e similaridades no uso das referências, palavras e opiniões. Ao final, configuram uma *convivência* e um *consenso* formado pela sociedade¹⁸⁸, imprensa e repressão em torno da ditadura. Há, então, uma identificação entre esses três *espaços de poder* que conforma, ao final, um fluxo ininterrupto de valores e opiniões por parte deles acerca dos agentes – principalmente as mulheres – envolvidos na luta armada.

¹⁸⁸ As questões que envolvem a sociedade, a problemática do consenso, articulando com a discussão da memória no que diz respeito a sua construção *a posteriori*, e sua relação com a *lembrança*, *com o esquecimento e com o silêncio* que envolvem também a sociedade será trabalhada no capítulo dedicado a análise propriamente dita do conceito.

PARTE II

As Memórias das Mulheres Militantes: biografias e autobiografias

CAPÍTULO III:

As Camadas da Memória: as mulheres guerrilheiras na ótica das biografias das décadas de 80 e 90

A presença do lembrar e a ausência do esquecer...

“Eis que chega a hora de partir

A hora derradeira do adeus

Levo na memória

Risos, prantos, histórias

Coisas que não esqueço

Peço só poder voltar”

*(Balada da despedida –
TMUC)¹⁸⁹*

Este capítulo tratará basicamente da problemática da memória. Ao analisarmos, portanto, a inserção da mulher na luta armada, notaremos a esse respeito, para além dos pontos de interseção, entre a grande imprensa e os órgãos da repressão, já mencionados no capítulo anterior, uma *aproximação* entre esses níveis diferenciados. Tal proposição nos remete a uma questão maior, a qual diz respeito à memória desse tempo: suas construções e reconstruções.

¹⁸⁹ O trecho provém: “A Estudantina Académica de Castelo Branco, em parceria com a AJADI – Associação de Jovens em Acção pelo Desenvolvimento do Interior, apresentou o seu primeiro certame de Tunas, o FITU "Cidade de Castelo Branco" 2007 – Festival Internacional de Tunas Universitárias da Cidade de Castelo Branco, evento que teve lugar no dia 17 de Novembro, na Mui Nobre Cidade Albicastrense. Este evento contou com a presença de algumas das mais reputadas Tunas de Portugal, e também Tunas Internacionais, que vieram a Castelo Branco mostrar um pouco das tradições do seu país: De Coimbra veio a TMUC que presenteou o público albicastrense com uma actuação muito própria da sua cidade. Iniciaram com um Fado de Coimbra "Balada da Despedida do Ano 2007".
Ver: www.tunos.com/foro/lofiversion/index.php/t5482.html

Identificado, portanto, o universo comum entre estes níveis diferenciados – os olhares da repressão e o da grande imprensa -, no período em que se deu o enfrentamento armado, busco identificar as memórias construídas sobre as militantes das esquerdas revolucionárias, nas décadas posteriores. Trata-se de examinar em que nível, na construção da memória destes anos, teria havido certo *esquecimento* ou *silêncio* a respeito das muitas aproximações entre as representações da grande imprensa e as dos órgãos de repressão e informação. Pretendo ainda verificar em que alcance as visões em relação às mulheres, em particular às mulheres militantes, são marcadas pelo moralismo e pela hipocrisia, tão presentes na sociedade. Em outras palavras, as representações destas mulheres, supõe-se, não são estranhas às representações da própria sociedade, sobretudo pelo fato de estas representações nos documentos da repressão pouco diferirem do que vemos nos jornais da grande imprensa.

A partir dessa perspectiva, a memória acabaria, então, por desconsiderar o envolvimento da sociedade na construção e consolidação do regime. Ao analisar com maior profundidade estes aspectos, procura-se esclarecer a possibilidade de ocorrer uma *liberação* da sociedade civil das *responsabilidades* em relação à ditadura civil-militar, embora, tal aspecto continue tão velado.

Procurar-se-á, por conseguinte, analisar as memórias produzidas sobre a luta armada, buscando especificamente a inserção da mulher, em diversas épocas: as obras memorialísticas publicadas nos anos 80, 90 e do início do século XXI. Diante da grande quantidade de obras, decidi trabalhar com dois livros de cada época. A escolha levou em conta aqueles que se revelaram os mais significativos para compreender a problemática abordada, expressando melhor o universo vivido naquele período. É importante destacar que nem sempre se fará uso de obras memorialísticas escritas por mulheres. Neste caso, o foco será a visão sobre essas mulheres, o tratamento dado a elas.

Assim, trata-se de comparar representações do período do regime civil-militar sobre as militantes, em diferentes níveis (os órgãos de repressão e informação e a grande imprensa) com as das décadas posteriores descritas nas biografias e autobiografias. Essas, como memórias, recuperam o passado em função das questões do presente e, não raramente, deslocam referências do presente para o passado. Já aquelas estiveram marcadas pelas referências de sua época, as quais posteriormente contribuem para a formação de uma memória.

Exposta tal problemática, faz-se necessário debater algumas questões referentes à memória, às autobiografias e às biografias. Tais formas de escritas são essenciais no trabalho aqui efetuado e para tanto é preciso elucidá-las.

A memória e a “escrita de si”:

A chamada “escrita de si”, como afirma Ângela de Castro Gomes¹⁹⁰, tornou-se fonte privilegiada e objeto da pesquisa histórica. Não é por acaso que muitos trabalhos têm incorporado como forma de investigação. Entretanto, nem sempre foi assim. A autobiografia e a biografia quando surgiram não possuíam a pretensão de serem fontes, mas sim, uma “memória de si.”¹⁹¹

Esse tipo de escrita – a auto-referencial – “integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar de “produção de si” no mundo moderno ocidental”¹⁹². Como afirma Castro Gomes, estabelece-se uma relação entre o indivíduo moderno e seus documentos.

Com a “memória de si” se institui a prática da “produção de si”, ou seja, uma soma de ações evidencia uma identidade e a relevância do mundo que rodeia os indivíduos com significados especiais. Estariam aí como exemplos, os diários e as autobiografias.

Tais significados especiais são importantes na medida em que circunscrevem o fator da necessidade de haver alguma característica excepcional capaz de tornar relevante o indivíduo para ser lembrado e perpetuado¹⁹³. É o caso das obras analisadas neste capítulo: as memórias das militantes das esquerdas revolucionárias só têm “valor”, porque justamente possuem uma característica excepcional: o engajamento na luta armada e a oposição ao regime civil-militar que tanto são referidos nas falas das militantes, *elemento* principal para ser *rememorado* durante os anos. Por esse motivo, surgem inúmeras biografias e autobiografias sobre o assunto.

A prática dessas ações remonta a constituição do indivíduo moderno, de acordo com Castro Gomes, cuja sociedade – moderna ocidental –, sofreu um processo de transição da chamada sociedade tradicional. A *inovação*, portanto, no que tange as

¹⁹⁰ GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹⁹¹ Termo utilizado pela autora. GOMES op.cit. 2004.

¹⁹² Idem

¹⁹³ Idem

sociedades diz respeito à “emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais.”¹⁹⁴

Indivíduos livres. Iguais. Autônomos. Estes se vêem e são visto como importantes, capazes de se tornarem objeto merecedor de serem narrativas e, assim, de se *eternizar* na memória, tanto própria como coletiva.¹⁹⁵ Dessa forma, valoriza-se o ato de escrever a vida como uma história e, que, de acordo com Philippe Levillain¹⁹⁶, é antigo e é a base da escrita biográfica e autobiográfica.

Tais considerações são pertinentes, pois trazem conjuntamente para a discussão outras noções, como *documentos, verdade, tempo, memória e história*. Noções essas que serão trabalhadas na realização deste capítulo, devido, principalmente, à análise das fontes utilizadas: autobiografias e biografias (de militantes da esquerda armada). Ou seja, o centro da questão está na problemática da memória.

Esta é estritamente ligada à postulação de uma identidade, uma das funções da memória, que como tal precisa de coerência, mas que é ao mesmo tempo fragmentada, exprimindo rupturas e permanências. Como a vida dos indivíduos, as suas memórias e identidades, de forma geral, são subjetivas, fragmentadas e ordinárias,¹⁹⁷ que influem na concepção de *verdade* e, assim, se “afirmam”. Tal dinâmica será percebida nas obras de memórias selecionadas, as quais demonstram a estima pelo sujeito, o qual está voltado para si e seus sentimentos.

Percebe-se, por conseguinte, que este é um assunto complexo. Tanto pela discussão, como pelo que é incorporado ao debate. Mais uma vez vemos aparecer a questão da subjetividade, já trabalhada anteriormente, por se conectar não somente com o indivíduo, mas com a idéia de *verdade*, muito utilizada na “escrita de si”.

Ainda de acordo com Castro Gomes, a noção de *verdade* que perpassa muitos indivíduos que realizam tal escrita, está vinculada com a idéia de foro íntimo e de experiências relevantes ao mesmo.¹⁹⁸ Por sua vez, esta passa a ser relacionada com a idéia de sinceridade, isto é, de ética e conhecimento. Tal fator é fundamental para se

¹⁹⁴ Idem, pág. 11

¹⁹⁵ Sob a perspectiva de: GOMES op.cit.2004

¹⁹⁶ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René. *Por um história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996 apud Gomes op.cit.2004

¹⁹⁷ GOMES op.cit.,2004

¹⁹⁸ Idem pág 13.

compreender a dinâmica do que chama de “produção do eu”. Para a autora, esta “produção” é influenciada por dois sentidos, ao mesmo tempo em que, os incorpora: o sentido da idéia de “verdade dos fatos” e da “sinceridade do indivíduo”.

Sobre isso, é esclarecedora a passagem em que Castro Gomes demonstra esta ligação associada às memórias aqui trabalhadas, contribuindo, assim, para a na sua compreensão e *respaldando* a sua escolha como fonte:

“ A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” – como a literatura tem designado –, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “ íntimas e profundas” do indivíduo que assume a sua autoria.”¹⁹⁹

Apesar de a citação se referir mais diretamente às autobiografias, porque utiliza primeira pessoa do singular, as palavras da autora nos faz refletir igualmente sobre as biografias. Principalmente, que diz respeito a “busca de um efeito de verdade”, que esta, como a primeira procura estabelecer. Dessa forma, o “efeito da verdade” e a dimensão do “eu” – mesmo nas biografias – determinam o cerne da investigação a ser realizada neste capítulo.

A partir desse momento, entra em cena a História. Uma vez que procuro analisar a memória como objeto da história, é importante estabelecer as diferenças entre uma e outra e esclarecer como o historiador trabalha com a problemática. Seguindo Henry Rousso²⁰⁰, memória e história não devem ser confundidas: esta encontra-se no registro da construção do conhecimento, o objetivo do historiador; aquela, no da militância e construção da identidade²⁰¹. É na perspectiva da história que a dissertação busca seguir.

Em relação à questão da “verdade”, Castro Gomes discorre que não deve existir a possibilidade de saber o que “de fato ocorreu”. Isto é, discutir o “efeito da verdade dos fatos”. A busca da “verdade” – mesmo que se tenha um conceito sobre ela– não deve ser o objetivo do pesquisador:

“O que passa a importar para o historiador é exatamente a *ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa*. Isto é, o documento não trata de

¹⁹⁹ Idem pág 14.

²⁰⁰ ROUSSO, Henry. *La hantise du passé. Entretien avec Philippe Petit*. Paris, Les Éditions Textuel, 1998.

²⁰¹Idem

“dizer o que houve”, mas *dizer o que o autor diz que vive, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.*²⁰²
(grifos meus)

Assim, o que importa é o “autor” do texto e como ele conforma a sua memória de determinada maneira.

Para tanto, é necessário saber quem escreve, para quem escreve e por que escreve. Seguindo esta lógica, procurar-se-á investigar nas obras memorialísticas das esquerdas armadas no período da ditadura civil-militar, para além do já exposto, as camadas dos tempos (as décadas diferentes) e as suas referências: se o autor é homem ou mulher e, se é militante ou não. Tais características dizem muito sobre o trabalho realizado e nos ajuda a refletir sobre a memória formulada do período estudado.

Esta afirmação está relacionada com a “escrita de si” na medida em que, “existe a questão da distância entre o sujeito que escreve – autor/editor – e o sujeito de sua narrativa – o personagem do texto.”²⁰³ Envolve-se, nesse ponto, a questão do texto como uma “representação”. Representação do autor; do indivíduo; da identidade; de outros. Ou, talvez, uma “invenção”, tendo como referência as palavras de Castro Gomes, do próprio autor visto como produto da narrativa que elabora. Tais “representações” realizadas na “escrita de si” também podem ser uma “invenção” feita pelo autor que busca consolidar uma identidade, uma *verdade*. Sob esta ótica, associa-se a problemática da memória, que reúne todos esses elementos, sendo também uma representação dessa “escrita de si”.

Nas fontes selecionadas neste capítulo, será enfatizada a discussão da memória, indagando sobre as referências e representações feitas sobre as militantes das esquerdas revolucionárias. Confrontar-se-á a todo momento com a questão da “produção do eu” – autobiografias e biografias –, trabalhando a perspectiva da “invenção”. O interessante é perceber as construções dessas memórias e como suas formulações têm a ver com o “eu” e com o momento político e o presente em que são produzidas.

No entanto, através de uma leitura dos livros escolhidos, o autor e a personagem muitas vezes se confundem. No caso das autobiografias esse fenômeno torna-se mais evidente. Nesses casos, percebe-se claramente uma postura de não distanciamento entre

²⁰² GOMES op.cit.,2004, pág 15.

²⁰³ Idem

o autor e a personagem. Assim, podemos salientar que, de certa forma, essas posturas se oporiam ao que Castro Gomes diz acerca de “um equilíbrio entre expressão e contenção de si, que se traduz na distância entre autor e personagem do texto”.²⁰⁴ Ou seja, tal “distância” não ocorreria, embora, possa-se perceber uma “expressão de si”, e até mesmo, “a contenção de si”, devido às ausências que podem ser notadas nas memórias. Mesmo assim, sinaliza-se a idéia do indivíduo como “personagem de si mesmo”, importante para a compreensão das obras memorialísticas.

Tudo isso relaciona-se, a fragmentação do indivíduo, mesmo em sua tentativa de continuidade e estabilidade. Um “paradoxo” interligado à questão do tempo: ao mesmo momento em que é rítmico, não é de forma alguma “linear, único e progressivo”²⁰⁵. Isto é, plural e não dicotômico. Dessa forma, atenta-se para a conexão entre tempo, “escrita de si”, memória e as influências que um “causa” no outro. Ao trabalhar com a memória, deve-se ater à questão do tempo, primeiro porque aquela é anacrônica, segundo, porque este busca uma cronologia, uma unidade, que a “escrita de si” incorpora no sentido – talvez tentativa – de permanência.

Assim, é digno de nota, ainda de acordo com a autora, a relação estabelecida entre “domínio de tempo” e “escrita de si”. É caso de registro de fases específicas da vida. Nesta dissertação, o tempo delimitado é o período da ditadura civil-militar. Constituí-se, portanto, um *domínio* no sentido de “reter o tempo” que engendra um “lugar de memória”, nas palavras da historiadora, sendo uma forma de produção de memória, presença constante na “escrita de si”.

Feitas essas ponderações, voltemos à análise das fontes.

Para esse trabalho foram selecionados dois livros de cada década: 80/90 e início do século XXI. Os critérios de escolha de dois livros por década foram baseados na seleção daqueles em que a questão de gênero, a questão sexual – incluída a homossexualidade –, a maternidade, ou seja, as questões do feminino, eram mais explícitas. Ao se trabalhar as camadas do tempo, tendo como referência a visão da luta armada – e das mulheres – em cada época, procura-se, através da *comparação*, perceber, para além das representações acerca das militantes, o que permanece ou não

²⁰⁴ Idem pág 16

²⁰⁵ Idem pág 17

entre as diferentes épocas. Vale lembrar que existe uma distinção entre autobiografias e biografias, que será considerada.

3.1) Década de 1980: início das primeiras “manifestações” memorialísticas:

O primeiro livro selecionado é “*A Revolta das Visceras*”²⁰⁶ de Mariluce Moura²⁰⁷. Um livro autobiográfico. Escrito por uma mulher – uma militante – no início da década de 1980. Em forma de romance²⁰⁸, cuja personagem central chama-se Clara, “espelho” da própria autora que narra suas experiências na luta armada.

Publicado em 1982, o livro tem tom poético perpassando por todas as etapas do engajamento na luta armada. Escrita carregada de emoção e quase militante, Mariluce Moura discute importante tópicos da vida cotidiana das militantes: a questão da morte na juventude, os romances, a vida clandestina, a prisão, a tortura, a maternidade etc.

Primeiro, é importante discutir o fato de a autora ser uma militante, ou melhor, uma mulher militante. Na grande maioria entre os livros de memória dos militantes das esquerdas revolucionárias, os autores são os homens.²⁰⁹ São os militantes que escrevem. Os homens narram as suas próprias experiências e igualmente a de outros. Já no caso das mulheres, muitas vezes, elas próprias não contam sua trajetória e, se é feita, são outros autores que a fazem. Ou são mulheres que não foram militantes, ou são homens, em sua grande parte, igualmente militantes. Isto é, ficam *restritas* a biografias as memórias das mulheres militantes enquanto as do sexo masculino são, em sua grande maioria, autobiografias.

As duas obras realizadas por mulheres que serão analisadas nesse capítulo são como exceções. Com isso, uma “possível autobiografia” *torna-se* uma biografia, cuja escrita e recorte são feitos por um determinado autor. Ou seja, acaba se efetuando uma

²⁰⁶ MOURA, Mariluce. *A Revolta das Visceras*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982. (Coleções Edições do Pasquim; v. 125)

²⁰⁷ Moura, jornalista baiana e militante da Ação Popular (AP). Casou-se com Gildo Macedo Lacerca, também militante e assassinado pela ditadura civil-militar em 1973, com quem teve uma filha: Tessa. Também foi exilada política.

²⁰⁸ Entendido aqui como um estilo literário que fica na fronteira da autobiografia e da biografia. Um recurso utilizado nas obras para não dizer que é “verdade”. Salienta-se que é um estilo próprio, diferente da memória, mas usada por ela. O romance data do início do século XVIII, com o advento do indivíduo moderno. É uma “prática” literária que preza pela narrativa e é muito utilizada. No entanto, o romance não é o foco do estudo pretendido, mas poderá ser mencionado como uma forma da abordagem escolhida ou não pelos autores dos livros de memórias selecionados para essa dissertação.

²⁰⁹ Como bem observou Samantha Viz Quadrat no exame de qualificação.

representação das mulheres escrita por homens. O que significa o fato de estas histórias de mulheres serem contadas por homens? Talvez o motivo seja a atitude de não quererem se confrontar com essas memórias, com essas trajetórias. As questões do trauma, principalmente pela tortura, e da subjetividade feminina, inserida na discussão de gênero, têm papel significativo nessa postura.

Essa é uma característica que deve ser discutida e, certamente, diz respeito às questões da memória. Entretanto, como disse, a primeira obra memorialística foge a essa regra.

Neste livro, o olhar é feminino. Centra-se na participação feminina, embora a discussão de gênero não seja feita. Relata como era o funcionamento nas organizações e o tratamento pela repressão e até da sociedade em geral. O destaque da paixão e da morte são constantes. De acordo com a autora, tudo é visto da perspectiva da visão feminina, a qual é enfatizada com o diferencial do livro.

Já o segundo livro analisado da década de 1980 foi escrito sob a visão masculina. Entretanto, há uma peculiaridade: o autor é homossexual. Nesta obra, “*Passagem Para o Próximo Sonho*”²¹⁰, de Herbert Daniel²¹¹, problematiza algumas questões tabu no universo da luta armada. Publicado também em 1982, o livro é a forma de expressão, de “militância” e de crítica do autor a ele próprio, às organizações de esquerda armada e, claro, ao regime ditatorial e à sociedade. Daniel escreve sobre a homossexualidade. Suas experiências, os preconceitos, o tratamento e o segredo de sua opção sexual. Reflete sobre o *silêncio* do tema na vida militante; sobre a experiência da militância, da luta armada e da clandestinidade; sobre suas paixões; sobre suas concepções políticas e intelectuais; sobre o exílio.

As Autobiografias de Herbert Daniel e Mariluce Moura: a homossexualidade na militância armada e as sensações de uma mulher militante:

O livro é apresentado como “um (possível) romance autocrítico”. Novamente destaca-se a questão do uso do romance. Parece que sua escolha se deve à crença de que

²¹⁰ DANIEL, HERBERT. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro; Codecri, 1982.

²¹¹ Herbert Daniel (14/12/1946 A 29/03/1992) começou a sua militância em Minas Gerais. Foi militante dos grupos revolucionários Polop, Colina, Var-Palmares e VPR. Ficou na clandestinidade durante muitos anos, sendo um dos últimos a se exilar na Europa – com ajuda de outro militante: Ângelo Pezzuti – e o considerado o último exilado a retornar ao Brasil (1981), devido às acusações de “crimes de sangue”. Morreu de Aids em 1992.

este é a melhor forma para se narrar experiências, ajudando a constituir uma identidade, de afirmação do próprio sujeito diante de si e do outro.²¹²

Como forma de verificação das fontes, priorizei os temas considerados essenciais para o estudo do objeto proposto. Para tanto, selecionar-se-ão determinados tópicos vistos como importantes de cada livro e que tenham relação com a dissertação. Estes serão analisados para uma melhor perspectiva e compreensão²¹³.

O primeiro tema trabalhado diz respeito à questão da imprensa nessas duas memórias. Tanto no livro de Moura como no de Daniel, há um referência à imprensa, embora de maneira distinta. No primeiro caso, é vista como portadora de notícias; já no segundo, é chamada de “mentirosa”. Utilizando-se de Daniel, fica claro a relação que a maioria dos militantes tinha para com a chamada grande imprensa: “ a campanha ideológica da época combatia os guerrilheiros em geral fazendo deles mitos onde colavam todas as taras que rondam a burguesia.”²¹⁴

Daniel aborda a questão da “Loura da Metralhadora”, ou como ele fala, a “Loura dos Assaltos”. Para ele é uma concepção de um mito, de uma criação dos jornais. Caracterizados como sensacionalistas:

“ Na hora da ação ninguém notava o descompasso, principalmente, os assaltados apavorados com *o mito que fez correr tinta nos jornais e sangue –na cabeça dos jornalistas*: a Loura dos Assaltos. Helga foi uma das *intérpretes do papel*.” Grifos meus.²¹⁵

A partir dessa personagem, Daniel discute as “invenções” – termo usado por ele – da imprensa acerca dos “guerrilheiros”. Sobre a “loura”, ele observa a carga erótica atrás da imagem, a qual, para ele “foi uma criação bem masculina”²¹⁶. O autor apresenta como ele e seus companheiros divertiam-se lendo as descrições dessa “lenda”.

²¹² A narrativa é, de acordo com Janete Leiko Tanno, “ por excelência a forma de escrita desta manifestações que tem como personagem central o indivíduo.” Para melhor esclarecimento ver: TANNO, Janete Leiko. *Os acervos pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si*. UNESP- FCLAs- CEDAP. v.3, n.1, 2007 p. 110

²¹³ Vale lembrar que caso necessário, podem-se acrescentar outros tópicos cujos temas sejam essenciais para o esclarecimento da problemática proposta.

²¹⁴ DANIEL op.cit 1982 pág 37.

²¹⁵ Idem pág 38.

²¹⁶ Idem

Nessa perspectiva, Daniel, traz para o debate uma discussão de gênero²¹⁷. Neste momento, é necessária uma breve exposição sobre o conceito de gênero, pois tal conceito norteará as discussões aqui realizadas e se faz presente nas análises e nas obras memorialísticas.

Apresentando o conceito de gênero:

Relativamente novo, o conceito vem sendo trabalhado a partir dos anos 80 como uma categoria útil da análise histórica, especialmente, em relação ao campo das mulheres.

Os debates acerca dessa temática foram retardados por um domínio de certas abordagens que priorizavam a atribuição de um caráter universal ao sujeito da história representado pela categoria “homem”. Ao se falar dos homens, acreditava-se que as mulheres estariam juntamente sendo contempladas, o que não correspondia à realidade.

Com a emergência da historiografia dos Annales, com a sua proposta de ampliar as fontes e observar a presença de pessoas comuns, contribuiu-se para que posteriormente as mulheres fossem vistas em suas particularidades, gerando estudos que foram incorporados à historiografia. Igualmente o desenvolvimento da história das mentalidades e da história cultural reforça o avanço dos trabalhos sobre o feminino.

De acordo com Rachel Soihet²¹⁸, essas mudanças na historiografia com a explosão do feminismo, ocorrido a partir da década de 1960, foram cruciais para o processo no qual as mulheres são lançadas à condição de objeto e sujeito da História, o que marca a emergência da História das Mulheres. Uma de suas maiores representantes, Joan Scott²¹⁹, contribuiu para que caíssem em descrédito as correntes historiográficas que polarizavam um sujeito universal. De acordo com a autora, a partir do momento em que as mulheres eram levadas em consideração, com a evidência de que influenciavam

²¹⁷ Entende-se como questão de gênero a identidade sócio-cultural atribuída a cada sexo, a maneira pela qual a sociedade percebe o comportamento e a identidade do homem e da mulher. Ver: LEITE, Juçara Luzia. *República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro, (1954-1974)*. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.

²¹⁸ SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, vol. 27, p. 281-300

²¹⁹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. In: *Gender and the Politics of History*. New York; Columbia University press, 1989. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. SOS Corpo. 3 edição. Recife, abril de 1996.

os acontecimentos e tomavam parte na vida pública - afirmando que a vida privada também tinha uma dimensão pública - o sujeito histórico constituído como figura universal, torna-se inviável. Com a inclusão das mulheres, vieram à tona inúmeras ambiguidades nessa relação com o ser humano universal.

Para isso, foram fundamentais as contribuições recíprocas entre história das mulheres e o movimento feminista. Um dos exemplos é baseado na suposição de historiadores sociais, segundo as quais as “mulheres” eram uma categoria homogênea. Ou seja, “pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava,”²²⁰ o que contribuiu para o discurso da identidade coletiva, favorecendo o movimento das mulheres nos anos 1970. Estabeleceu-se, então, o antagonismo: “*homems versus mulher*”, tornando-se o centro na política e na história e beneficiando uma mobilização política.

Entretanto, no final da década, surgiu um quadro de tensões que questionava a viabilidade da categoria “mulheres” e começava a incorporar a “*diferença*” como uma problemática para análise. O que se pretendia era mostrar a impossibilidade de uma *identidade em comum*, haja vista as inúmeras contradições manifestadas. Entre elas está a própria fragmentação do categoria “*mulher*”, pois não se podia negar as diferenças dentro dela: mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, de classe média. Se anteriormente acreditava-se na possibilidade de uma identidade única para as mulheres, esta noção passou a ser desacreditada, e a concepção de múltiplas identidades passou a ser utilizada.

Para compreender então a identidade das mulheres militantes inseridas na luta armada, acho válida a utilização do conceito de gênero baseada em Scott. Primeiramente, pela questão da diferença entre os sexos, pois muitas militantes tentavam se assexualizar para buscar a igualdade nas organizações, deixando a sua condição feminina de lado. Tentavam camuflar a sua sexualidade numa “categoria sem sexo”: a de militante política. Na realidade, elas seriam militantes, iguais aos homens, e não mulheres.²²¹

²²⁰ SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria op.cit. pág 6

²²¹ Sua vontade era de ser vista somente como militante, em detrimento de sua condição feminina, descuidando inclusive de sua aparência pessoal, não levando em consideração que eram de fato diferentes dos homens, até mesmo biologicamente, de acordo com Ana Maria Colling. Ver: COLLING op.cit.1997

Não se podia constituir uma identidade somente divergente da de “homem”. Era preciso notar a “diferença” dentro da diferença, como afirma Soihet. Voltando ao conceito de gênero em si, este enfatiza o caráter social, cultural e das distinções baseadas no sexo. O importante é que leva em consideração a idéia de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder. Ou seja, realça o aspecto relacional entre as mulheres e os homens: “nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado.”²²²

Isto também é importante para analisar o papel das mulheres na luta armada na medida em que muitas conviviam com homens militantes, e por esta razão não descartaremos aqui o sexo masculino. Embora, não se possa perceber a questão de gênero fora de sua interação binária masculino/feminino, deve-se destacar que transcende a questão sexual homem/mulher.²²³ O gênero, nessa perspectiva, só existe se for culturalmente construído, ultrapassando, com isso, as questões do sexo, ou seja, do determinante físico dos seres humanos. Assim, relaciona-se diretamente com as questões das relações de poder.²²⁴

O gênero, então, sob a perspectiva também de Scott, se refere a duas propostas: uma que corresponde a um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e a outra que é uma forma de significar relações de poder.

Sobre a questão das relações de poder – principalmente de dominação – ela deverá ser muito útil, como categoria de análise, haja vista que existia uma relação de poder nas organizações, articuladas principalmente pelos homens²²⁵. Assim, por mais que alegassem não fazer distinção entre os gêneros, o cotidiano da atividade política era um pouco diferente já que existia uma relação de dominação-subordinação.

²²² SCOTT op.cit 1996 .Pág 8

²²³ Ver: LEITE, op. cit 2005 pág 51

²²⁴ Idem.

²²⁵ É sabido que para as mulheres eram atribuídas tarefas de menor importância, sendo renegadas a segundo plano, e enfrentando o preconceito de seus companheiros. Nas organizações se reproduzia o saber da sociedade – moralista e conservadora – sem a incorporação das relações de gêneros, reproduzindo o poder masculino. Eram vistas também como mulheres desviantes, a partir do momento em que debater relações de gênero e liberdade sexual também significava dividir o movimento. Os militantes viam-nas como seres sexuais (como mulheres) e, portanto se colocavam em patamares diferentes.

Tais discussões podem ser observadas nos livros de memórias que retratam a militância nas esquerdas revolucionárias, principalmente quando o sujeito é feminino.

Retornando a análise das fontes, notam-se as questões de gênero também em obras produzidas pelos sexo masculino, como o livro de Herbert Daniel. Através do tema da imprensa, o autor, apresenta a problemática de gênero e a fundamenta.

Daniel, assim, reflete acerca da representação das mulheres militantes, principalmente para a grande imprensa. A visão destas pelos jornais, articulada a da sociedade e, até mesmo, a das organizações. Uma discussão sobre mulher, a “mulher guerrilheira”.

Para o ex-militante, a “mulher guerrilheira” era tratada pela maioria como um fenômeno inquietante, que não se levava a sério, ou seja, era uma “mistificação e um desrespeito”. Suas próprias palavras elucidam o imaginário, as atitudes e as posições dos militantes, da grande imprensa e, assim, da sociedade:

“ (...) iriam tomar das suas páginas a figura da Vênus Flageladora para explicar –ou desexplicar – um fenômeno inquietante: uma Mulher guerrilheira. Incapazes de reconhecer nas guerrilhas a mesma multiplicidade de figuras e comportamentos que tinha. ***O guerrilheiro, faziam das mulheres A fêmea; não AS mulheres.*** A Fêmea, com F maiúsculo. O F de *fálus*. ***A Loura dos Assaltos só tinha uma significação: a Mulher- Fálus.*** Todas as companheiras foram um dia A loura. (...) ***Nunca se levou a sério o significado daquela invenção para as mulheres guerrilheiras. (...) Uma segregação da mulher,*** um racismo descaradamente intolerável.” Grifos meus.²²⁶

Dessa citação pode-se aferir duas problemáticas: primeiro como era a visão dos órgãos de imprensa. A imagem, com conotação sexual e negativa, no intuito de descaracterizar estas mulheres e suas atividades políticas. Para além disso, enxerga-se aí a menção do comportamento da grande imprensa – e até uma crítica – não *silenciando* sua presença no envolvimento no período ditatorial.

²²⁶

Idem. A grafia original foi mantida.

Entretanto, não há uma relação entre essa atuação e a postura da sociedade. Não se discute a opinião da sociedade face à imprensa. Ou que esta mesma imprensa fazia parte da sociedade civil e que ao fazer tais posicionamentos, se aproximava das concepções e ideologias da repressão, formulando uma espécie de *consenso*.²²⁷ *Esquece-se* o posicionamento da sociedade civil, tratando a imprensa como algo à parte, separada, sem ligações e que atua por conta própria ou sob ordens do regime vigente. Dessa forma, não “*responsabiliza*” a sociedade de seus “*encargos*” durante o regime. *Lembra*, portanto, da grande imprensa, mas *ausenta* a sua aproximação e os paralelos com a sociedade.

A segunda problemática concerne a própria questão da mulher. Como tais mulheres, mesmo rompendo com padrões estabelecidos para o sexo feminino, continuam sofrendo o machismo e os preconceitos dos próprios companheiros de organização, da imprensa, e, por conseguinte, da sociedade. A mulher é ainda uma mulher. É a fêmea.²²⁸ Dessa forma, percebe-se como tudo é interligado.

No livro de Mariluce Moura, a imprensa é vista como um órgão capaz de transmitir informações. Pode-se, entretanto, através da forma como é escrita a sentença, até inferir que os jornais poderiam às vezes publicar notícias “mentirosas”. A autora relata a questão da morte, ou seja, dos militantes mortos pela repressão, entres eles o seu próprio marido. Descrevendo todos os sentimentos angustiantes e esperançosos em relação à informação sobre a sua morte, Moura, alude, de forma sutil, à imprensa. O sentido de seu texto corresponde ao esclarecimento do momento em que teve conhecimento do assassinato. Entretanto, a mesma não acredita, por suas convicções, e define os jornais como “mentirosos”. Para melhor compreensão, retira-se um fragmento do texto:

²²⁷ Este conceito já foi trabalhado no segundo capítulo da dissertação. Não é de nenhuma forma monolítico. Entretanto, é válido destacar que a perspectiva adotada, para o “uso” de tal conceito, é a da adesão.

²²⁸ Herbert Daniel ainda discute a questão da sexualidade, do gênero, do preconceito em outros momentos: quando fala de sua homossexualidade. O preconceito na própria esquerda para com os homossexuais; a falta de posicionamento; o silêncio a respeito de sua homossexualidade; a tentativa de proibição e censura – “não é assunto diretamente político” para a esquerda. Ou seja, o tabu da sexualidade. Militante tinha que ser homem, masculino. Isto é, há um perfil de um “guerrilheiro” ideal. Quem fugisse desses padrões era considerado desviante. Está aí a causa do seu silêncio. O mesmo serve para as mulheres, as quais mesmo rompendo com os modelos estabelecidos seguiam o padrão de uma militante ideal: aquela que se preocupa com a luta política. Muitas se assexualizavam, como diz Ana Maria Colling) deixando prevalecer o machismo. (*A Resistência...* op.cit,1997). Ao tratarem-se ou serem tratadas como mulheres assexuadas, ou como “fêmeas”, acabam por engendrarem e/ou sofrerem preconceito e machismo para com as militantes. Uma questão de gênero não discutida na época e que só irá ser analisada posteriormente ao período.

“ Não havia mais morte...havia a espera da liberdade e do encontro com o amor. *O resto era frase, notícia mentirosa de jornal*. Real era a vida dele, que milagrosamente escapara.²²⁹” (Grifos meus).

Sob esse prisma, indaga-se qual era o papel da imprensa para essa militante? Qual a sua relação com a imprensa? Em nenhum momento Moura questiona a imprensa, ou faz referência à sua atuação, ou até mesmo, à sua *relação/colaboração* com a repressão. Sua única citação diz respeito à sua descrença a morte de seu companheiro. Não é problematizada. Sendo assim, a própria sociedade – já que a imprensa é uma expressão da sociedade – e sua postura não são observadas e, por conseguinte, relatada nesta memória.

Todavia, a autora destaca o fato de que talvez a imprensa publicasse notícias falsas. Como fica claro na passagem “notícia mentirosa de jornal”, sabe-se que o jornal, *mente*. Tal fator deve-se à própria noção da “instituição imprensa”, ou a hipótese de esta estar sempre em consonância com o regime vigente.

No que tange a problemática da mulher referida por Daniel, pode-se comparar com uma temática trazida por Moura: a mulher não feminina. Aquela que era séria, usava calça jeans e que não era vaidosa. Isto é, a imagem de uma “militante padrão”.

Estudando as organizações de esquerda armada, observa-se que na sua maioria os líderes eram do sexo masculino; “homens, sempre homens”²³⁰, diz Moura. Com isso, a mulher para ter credibilidade na organização deveria estar de acordo com esse modelo de militante homem, forte, viril, macho, cujas emoções não poderiam ser transparecidas. Caso contrário, eram desvalorizadas. Para além dos preconceitos da época em relação ao comportamento feminino, os militantes eram machistas, assim, por exemplo, os relacionamentos com algum companheiro ou com vários parceiros eram vistos como algo desviante em muitas organizações. Havia um patrulhamento interno, principalmente nas questões de relações afetivas – como “fêmeas”, fazendo alusão ao termo utilizado por Daniel.

Repara-se que, enquanto no livro de Daniel a mulher militante é erotizada, tratada como *fêmea*, mulher, embora, uma guerrilheira, na obra de Moura, é passada a imagem das militantes assexuadas – rígidas –, ou que deveriam ser assexuadas, pois não

²²⁹ MOURA op.cit, 1982 pág 11.

²³⁰ Idem, pág 41

havia lugar para vaidades²³¹. Mesmo assim, apresentam semelhanças: são representações acerca das militantes, preconceituosas, segregacionistas, hierarquizadas e machistas, nas próprias organizações. De um lado a fêmea – “mulher do lar” – do outro a “macho” – aquela que “pega em armas” e só vive para a política.

Há, portanto, rupturas e permanências na experiência dessas mulheres, e de seus próprios *companheiros* militantes, que não deixa de ser uma reprodução da sociedade em que estão inseridos. Existe, assim, uma questão de gênero intrínseca a esse movimento. Salienta-se, entretanto, que esta problemática é percebida pelos dois autores e comentada. *Lembram*, portanto, da representação feminina na época da militância, mesmo que, posteriormente, essa lembrança corresponda a uma memória.

Uma passagem de Moura elucida tal questão:

“ Clara se imaginava vestindo um vestido desbotado, o rosto lavado sem nenhuma pintura, o cabelo amarrado, desajeitado...mas clandestinidade é uma barra muito pesada...heroína romântica, ao contrário da que se imaginara na infância, ***não a princesa belíssima, mas a mulher feia, sem nenhum encanto***, uma ponta de tristeza se insinuava e ela a afastava com vigor, entregue ao seu destino. Era mesmo o quê? Nem militante de base ainda, ou já era?” .Grifos meus ²³²

A segunda temática analisada concerne ao sexo. Como se dava a experiência e como era visto pelas militantes das esquerdas revolucionárias. No livro de Daniel, ele fala em um “tabu do sexo”²³³. E para ele ainda era mais forte devido à sua homossexualidade²³⁴: “Eu não falava de mim. Falava da sexualidade dele” ²³⁵. Ele chega a tratar a sexualidade como política; a ausência desta era uma necessidade de luta. O autor fala em exílio, mas não um “exílio militante”, mas um homossexual exilado. Ou seja, há um silêncio em torno dessa problemática, que só vai ser rompido no exílio europeu. A sexualidade era, então, de certa forma patrulhada. E no caso dos homossexuais existia a sensação de repressão. Discutia-se a sexualidade alheia, mas não

²³¹ A perspectiva adotada é a mesma de COOLING op.cit. 1997.

²³² MOURA op.cit 1982, pág 44.

²³³ DANIEL op.cit, 1982, pág 221.

²³⁴ Apesar da dissertação ter como objeto de estudo as mulheres militantes, é necessário trazer para a discussão a homossexualidade – mesmo que a masculina – por dizer respeito a uma questão de gênero. Também muitas das experiências e dificuldades pelas quais passavam as mulheres podem ser relacionadas a tal problemática haja vista que ambos sofriam patrulhamento e preconceito. Ao mesmo tempo em que são diferentes, se assemelham na questão de gênero e, também, no debate da sexualidade dentro das organizações de esquerda armada.

²³⁵ DANIEL op.cit., 1982 pág 221.

a própria.

Na memória de Moura, essa sexualidade é discutida no mote da virgindade, e também do relacionamento com companheiros. Relatando as experiências de Clara, sua personagem, Moura demonstra duas formas de enxergar a virgindade. A primeira sob o prisma da ruptura, da liberalização, do controle do corpo e da vida, da atmosfera efervescente dos anos 60. A segunda sob a ótica da continuidade, da permanência, do moralismo e conservadorismo. As duas citações a seguir exemplificam respectivamente as afirmativas acima:

“ Falaram um dia em relacionamento afetivo...se relacionar com alguém que tivesse a mesma perspectiva de vida...Maria falou de se relacionar sexualmente antes do casamento (...) Se o relacionamento for bom, se as idéias forem as mesmas, as mesmas perspectivas, tem mais é que trepar.”²³⁶

“ Não teve sangue, Clara, e ele começou a gritar possesso que eu o enganara, que não era mais virgem, que era uma puta descarada – Maria chorava, sofria, sua fé inteira abalada e ela não queria abalos na sua fé. Um companheiro, Clara, como pode, um militante?”²³⁷

Nota-se, portanto, nessas passagens o ambiente que circundavam essas mulheres e que não deixavam de ser “suas representações”. Essas problemáticas são uma espécie de concepção sobre as militantes e pode ser enxergada através de suas memórias, em suas “falas”. Perceber como essas questões eram vistas por esses militantes é notar o olhar em relação às mulheres militantes, mesmo que seja algo muito complexo para se precisar.

É digno de nota que estes dois primeiros livros analisados são autobiografias. É necessário, portanto, comentar sobre as implicações das autobiografias.

Autobiografias: a “história do seu eu”:

Na perspectiva de Phillippe Lejune, a partir de Janete Leiko Tanno, a

²³⁶ MOURA op.cit., 1982 pág 45.

²³⁷ Idem pág 57.

autobiografia se caracteriza por ser “ uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência acentuando a sua vida individual, particularmente a história de sua personalidade.”²³⁸ Ou seja, há uma identidade e pretensão de se ser lembrado. Sob essa perspectiva, entende-se o vínculo criado entre narrador e personagem, sem a interferência de outrem, e que, respalda, de certa forma, o autor na ação de escolher o que narrar e como narrar.

A valorização do pessoal, e a ação de torná-lo público advêm, com já falado, com o crescente poder da escrita. Todavia, frisa-se que se o subjetivismo não tivesse influência – no sentido da “vontade” de se ser lembrado, como forma de “glória”, de *sacralização* ou de alerta para a posteridade – essa publicação do pessoal não seria de toda forma possível mesmo com o surgimento e “popularização” da escrita.

Esse subjetivismo (com tudo o que isto implica), então, do indivíduo “promove” o arquivamento de (nossas) vidas. Os arquivos pessoais respondem a uma injunção social, mesmo que não estejam sob o controle do Estado. Não obstante, o sujeito escolhe o que arquivar; o que deve ficar para a posteridade. Isto é, *manipulam-se* os arquivos na ação do “arquivamento do eu²³⁹”. Feito isso, a próxima fase caracteriza-se na escrita, e conseqüentemente, na publicação – no sentido de sair do âmbito *secreto* – deste “eu arquivado”. É dessa forma, que se “concretiza” a vontade de se ser recordado, “sustentando” a identidade estabelecida e o sentido procurado de nossas vidas, que desembocam na narrativa.

Como fala Philippe Artières, “a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar as nossas vidas”.²⁴⁰ Assim, o controle é feito pelo indivíduo, na conjugação dos acontecimentos, do subjetivismo, da identidade, da valoração e da posteridade. Tal fator implica na realização de uma autobiografia, a qual não se configura como uma prática neutra. Ou seja, o autor (sujeito, indivíduo) controla a realização de sua autobiografia (a escrita, a narrativa) na mesma forma que controla (classifica) o seu arquivo pessoal (acontecimentos, experiências,a “vida”). Arquivar a própria vida, então, requer uma dinâmica, que está inserida na necessidade da

²³⁸ LEJEUNE, Philippe. Guarda-memória. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997 apud TANNO op.cit. 2007.

²³⁹ Termo usado por Janete Leiko Tanno

²⁴⁰ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v.11, n.º 21, 1998 pág 11 apud TANNO op.cit.2007.

constituição de uma identidade. Vale lembrar que para além da *crença* de que há algo relevante para se relatar, existe o destinatário desse discurso. Toda obra é escrita para um futuro leitor cujo papel como destinatário é importante. Para quem se escreve? Essa é uma pergunta que deve ser levada em consideração na leitura e na análise desse tipo de narrativa.²⁴¹

No caso aqui estudado, o leitor, considera-se, é aquele que não se envolveu no projeto de luta armada. Os militantes, além de acreditarem seus feitos são relevantes e dignos de recordação, têm o objetivo de informar àqueles não pertencentes ao movimento e até mesmo à sociedade o ocorrido naqueles tempos; suas experiências; seus pensamentos; e até suas críticas. Outro ponto é o alerta para a posteridade, com a intenção de impedir que tais fatos se repitam. E ainda existe a sua vontade de afirmação na cena pública e, talvez, política. Isto é, querem ser “escutados” e acreditam que têm os motivos para tal e que serão “ouvidos”. E esse público é todo aquele que não esteve junto do autor no momento de suas experiências.

Os destinatários, nesse caso, podem ou não se identificar com essa representação estabelecida, pois não pertenceram a este movimento, ou seja, não são militantes. É aí que se cria a relação da mitificação ou processo de repúdio que as memórias sofrem. Funciona também para os militantes, os quais podem ler essas obras memorialísticas, no intuito de *corroborarem* com o sentido dado. Há, igualmente, o desejo de pertencimento de um grupo e a valorização dos seus feitos.

Com isso, busca-se, compor um passado com o qual se possa conviver. E é esta perspectiva que se observa nas fontes aqui analisadas, tanto autobiografias, como biografias. Na década de 1980, o predomínio foi das autobiografias. Já na década de 90, observaremos imperar as biografias, as quais também trazem múltiplos indícios para a elucidação da pesquisa.

3.2) Década de 1990: o boom memorialístico

Biografias: a “escrita do outro”:

Antes de iniciarmos a análise das fontes, é preciso esclarecer quais são as

²⁴¹ A partir da perspectiva de TANNO op.cit 2007.

implicações que contém a biografia. Dentre as obras selecionadas do período da década de 1990 duas são biografias.

Diferentemente das autobiografias, as quais o narrador recupera suas reminiscências em um trabalho conjunto, às vezes, de um pesquisador, por exemplo, as biografias caracterizam-se por ser a história de alguém escrita por outro. Contudo, ambas esboçam a marca da intermediação.²⁴² Como o objetivo da dissertação é produzir ao final um trabalho historiográfico, utilizando de memórias, vale aqui destacar algumas considerações entre a relação da história e da biografia. Esta, percebida como uma memória.

A biografia é vista como um estilo de romance, pois sua estrutura não se distingue muito daquele. O romance tem seus eventos contados pela narrativa nascida da imaginação. Já as narrativas do historiador, são baseadas em documentos. No caso das biografias do período da luta armada no Brasil, tanto se tem o romance – com seu estilo literário, com suas representações, até mesmo com as construções da memória, o que poderia se inserir no âmbito da “invenção” – como possui a narrativa histórica. Mesmo que não elaborados por historiadores, tal fator se deve a existência de documentos existentes, de depoimentos, de testemunhas e de fontes.

Em todo caso, a biografia dialoga tanto com o romance como com a história, não deixando, no entanto, de configurar uma memória. Mesmo assim, a biografia, a história e o romance precisam da narrativa. E nesta, não se pode subtrair os procedimentos literários. Como afirma Mary Del Priore, “o discurso é sempre narrativa no sentido de colocar em ação as ações representadas.”²⁴³ E é isso que procuram os autores que escrevem as biografias sobre os militantes e as militantes das esquerdas revolucionárias. Embora não sejam historiadores – isso não quer dizer que a biografia seja exclusividade da história e de historiadores; há jornalistas e até mesmos militantes capazes de e responsáveis por tais tarefas, mas pensaremos também na biografia histórica – a narrativa não é por simples retórica. Tanto para o historiador, como para os autores das biografias, trata-se de validar e legitimar, conforme Del Priore, o discurso histórico²⁴⁴.

²⁴² A perspectiva adotada é de TANNO op.cit.2007

²⁴³ DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16

²⁴⁴ Entretanto, como já visto, as memórias, em realidade, não estão no registro da história, que visa à produção de conhecimento, a partir de referenciais teóricos e metodológicos próprios ao ofício, e não a legitimação do passado em função do presente, na busca de identidade.

De acordo com Janete Leiko Tanno, a biografia deseja a unidade e a coerência, as quais são perseguidas e construídas pelo biógrafo. A autora ainda fala que algumas vezes os escritos não correspondem à vida do biografado, já que este perpassa por fragmentações, descontinuidades e incoerências. Pode acarretar, assim, uma ilusão, ou como afirma Pierre Bourdieu, uma “ilusão biográfica”²⁴⁵.

Como discorre Del Priore, a biografia no início era um procedimento retórico ligado a um acontecimento histórico mais amplo e, depois, enveredou pela reconstituição da vida dos Santos. A partir do Renascimento, como uma nova concepção do homem, emergiu a forma de viver e conceber o destino deste no mundo. Valoriza-se o indivíduo e, como consequência, surge também o individualismo. Para tanto, isso surtiu efeito na formação do herói²⁴⁶. Apesar da substituição do “herói medieval” pelos “grandes homens”, a função era a mesma: exaltação do indivíduo e suas glórias, visando a ser proveitoso na sociedade.²⁴⁷

Com a Escola do Annales, a nova orientação²⁴⁸ era excluir a biografia, narrativa por excelência, algo rechaçado pelo movimento. No mesmo sentido, seguiu a corrente marxista, que mantinha a biografia em segundo plano. Somente a partir das décadas de 1970 e 1980 se observa uma revalorização desse estilo. Coincidência ou não, é a partir dos anos 80 que as biografias – mais autobiografias – sobre o período da ditadura civil-militar, sobre os militantes, começam a ser produzidas, mesmo que não produzida por historiadores, ou seja, não inseridas na denominação “biografia histórica”.

De acordo com Del Priore, “a reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta e individual.”²⁴⁹ Desse modo, a biografia passa a

²⁴⁵ “O polêmico texto “L’ Illusion biographique”, de Pierre Bourdieu criticava a subjetividade da biografia histórica capaz de, exclusivamente, segundo ele de reconstruir a vida de forma artificial, mesmo absurda. (...) Enterrava-se a biografia positivista dos tempos de antanho” é uma crítica à biografia”. Nem toda [biografia] pode ser vista de forma positiva. É um *pessimismo* em relação a essa *história*. Ver: DEL PRIORE op.cit.2009, pág 3

²⁴⁶ No século XIX, de acordo com a autora, as biografias foram importantes no papel da construção de idéia de “nação” e da sacralização de heróis. Tal concepção foi retomada pela corrente positivista, assimilando-se, assim, a exaltação das glórias, dos acontecimentos e dos fatos.

²⁴⁷ DEL PRIORE, op.cit.2009.

²⁴⁸ De acordo com Del Priore, “Lucien Febvre foi o pioneiro nas bases de uma biografia histórica renovada”. Instaurava-se a “biografia modal”, e que se voltava para o indivíduo e que informava sobre a coletividade. Idem

²⁴⁹ Idem.

tratar os atores como testemunhas, reflexos e reveladores de uma época. Passa-se a fazer a “história” de uma época através do indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

É nesse sentido que se enxergam as biografias sobre os (as) militantes participantes da luta armada. Muito embora glorifiquem, mitifiquem o sujeito biografado, é permitido conhecer a dinâmica, a conjuntura, os acontecimentos do determinado período, isto é, a época vivida. O indivíduo não existe só. Existe inserido nas relações sociais diversificadas. O que acaba, às vezes, por consolidar *gerações*. A geração de “combatentes”, a geração dos anos 60, como exemplo, da relação indivíduo-sociedade.

Nas palavras da historiadora:

“Na vida de um indivíduo convergem fatos sociais, e forças sociais, assim como, o indivíduo, suas idéias, representações e imaginário convergem para o contexto social, ao qual pertence.”²⁵⁰

Entretanto, lembro que o foco das biografias até então analisadas na dissertação dizem muito mais respeito ao indivíduo, apesar de relatarem a conjuntura política e social da ditadura. Narram os fatos, os acontecimentos, as experiências vividas; há o conhecimento do contexto social, mas a base da narrativa é a trajetória individual do sujeito biografado que passou por aquele contexto social, político e cultural. Por vivenciar esse contexto específico e ter as atitudes e posturas que teve, é necessário contar, relatar, narrar, isto é, “biografar” para ficar na “memória”.

Neste ponto, a discussão sobre a biografia se aproxima do debate proposto na dissertação. Baseada em Del Piore, a qual sustenta no espírito dos *Annales*, a biografia deve instaurar-se por um questionamento e se formular como um caso de “história problema”, procura-se executar essa metodologia em relação às obras biográficas – e autobiográficas – analisadas. A seleção desta fonte foi proveniente de uma questão, de um problema: a memória e a representação das mulheres na luta armada e tudo o que isto implica. Também a partir da leitura destes livros, surgiram questões e problematizações, as quais se busca responder. Ademais, ao estudar as fontes, o pesquisador já tem formulado alguns questionamentos, antes mesmo de trabalhar com elas, que podem ser ou não respondidas por elas. É o caso das obras memorialísticas

²⁵⁰

Idem

sobre a militância na luta armada em que já se envereda pelo seu estudo a partir de questões e hipóteses a serem formuladas.

Correlacionando mais estritamente História e biografia e indicando como esta é pertinente como conceito teórico-metodológico para a pesquisa histórica, procuro estabelecer a ligação entre a história e a biografia com o objeto de estudo: as memórias sobre os militantes das esquerdas revolucionárias. Para isso, adoto como referência as reflexões de Giovanni Levi sobre biografias²⁵¹.

Neste tema muito debatido entre os historiadores, observa-se que o sujeito que é biografado supera a sua época. Além de representar a conjuntura vivida por ele, esse sujeito destaca-se na medida em que rompe com códigos aceitos. Não obstante, o uso da biografia ainda requer alguma cautela. De acordo com Levi, neste conceito a ambigüidade é extremamente presente, notando-se que pode ser utilizada tanto para enfatizar a irredutibilidade dos indivíduos e seus comportamentos em uma atmosfera normativa mais abrangente, levando-se em consideração as experiências já vividas, como para demonstrar as práticas e funcionamentos das regras sociais.

O autor ainda afirma que ela pode ser, para os historiadores, um instrumento da pesquisa social. Essa relação história-biografia se dá no âmbito da narrativa, a qual é oriunda da literatura. Esta, livre de entraves documentais, comporta inúmeros esquemas biográficos que influenciaram de maneira indireta os historiadores, os quais não conseguem muitas vezes transpor as barreiras documentais.

A principal problemática gira em torno de uma dúvida: pode-se ou não escrever a vida de um indivíduo? Levi afirma que há uma certa simplificação ao respondê-la, estabelecendo como justificativa a possível falta de fontes. Ele pretende, então, mostrar que isso não é o único motivo e nem o principal. Para o autor, as distorções fundamentais se devem ao fato de que os historiadores supõe que os agentes históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Em seu texto “*Usos da biografia*” ele fala:

“Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia

²⁵¹ LEVI, Giovanni. “*Usos da biografia*”, in MORAES, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.”²⁵²

Nesse ponto, o autor concorda com Pierre Bourdieu quando este fala em “ilusão biográfica”²⁵³, afirmando que é necessário reconstruir o contexto em que age o indivíduo, em uma pluralidade de campos em cada momento.

Entretanto, a possibilidade ou não da biografia ainda é duvidosa, mesmo que não se possa responsabilizar por isso a nova dimensão que a pessoa assume com a sua individualidade: “A própria complexidade da identidade, sua formação progressiva e não-linear e suas contradições se tornaram os protagonistas dos problemas com que se deparam os historiadores”²⁵⁴. Estabeleceram-se pontos de confronto, e o principal ocorre quando ganham destaque as novas abordagens acerca das estruturas sociais, principalmente no que diz respeito à maneira como os indivíduos se definem em relação ao grupo ou se reconhecem numa classe.

Segundo o autor, os historiadores vêm trabalhando com essa problemática da biografia de diversas maneiras. Isso se dá devido ao encantamento com as trajetórias individuais e também a uma inabilidade de dominar a singularidade pertencente a estes indivíduos em suas vidas.

Buscando uma orientação a partir do conceito de biografia, procuro na dissertação problematizar as memórias produzidas, utilizando-a como fonte para o conhecimento tanto do contexto – especificamente entre 1968 e 1971 – como das mulheres militantes. Trabalharei com as biografias de Iara Iavelberg, Carmela Pezutti, Maria do Carmo Brito²⁵⁵, entre outras. Na minha perspectiva, essas obras tratam as personagens como *caso extremo*²⁵⁶. A partir da leitura, percebe-se que as personagens foram um tanto transgressoras dos comportamentos vigentes, o que as qualificariam como um *caso extremo* pelo fato de terem ultrapassado a margem do sistema social. Desta maneira, se permite conhecê-las através de suas atitudes contrárias e, esclarecer o contexto vivido. Nesse caso, tal contexto, é visto como extremamente conservador, moralista, de intensa efervescência cultural e atividade política. Baseado nos *detalhes* da

²⁵² LEVI op.cit., 1996. Pág 169.

²⁵³ BOURDIEU, op.cit 1996

²⁵⁴ LEVI op.cit., 1996. Pág 173

²⁵⁵ Será trabalhada na reflexão da década seguinte.

²⁵⁶ Tipologia empregada por Levi ao problematizar o conceito de biografia. Há outras: prosopografia; caso extremo e biografia e contexto. Para melhor esclarecimento ver: LEVI op.cit.1996.

vida das personagens, os autores transportam para o leitor os seus “*destino*”. Porém, concomitantemente, nos fornecem indicações do que estava acontecendo no mundo – principalmente situações políticas – na época.

Ao demonstrar essas militantes como sujeitos que se destacam entre a maioria e que romperam padrões e códigos, estas biografias exprimem a trajetória individual e suas particularidades. Além disso, esclarecem também a conjuntura, levando a crer que certas atitudes muito tinham a ver com sua essência como indivíduo, como também eram influenciadas pelo contexto, impelindo-os para a militância.²⁵⁷

Com isso, demonstra-se a relevância da relação da biografia com o objeto da dissertação: a memória das mulheres na luta armada. Não obstante, a própria biografia configura uma memória, a qual engloba vários pontos trabalhados por Levi e nos ajudam na sua análise, não como uma biografia somente, mas como a memória em si.

Os anos 90 e a valorização das biografias

Sob esse prisma, investigam-se as obras biográficas da década de 1990. Para representantes dessa década, selecionaram-se os seguintes livros: “*Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*”²⁵⁸ e “*Memórias do Esquecimento*”²⁵⁹. Além desses, é trazida para a discussão a biografia de Iara Iavelberg, *Iara – reportagem biográfica*²⁶⁰, por igualmente ter sido publicada na década de 1990 e pela personagem ser considerada um arquétipo, o qual sintetiza características das mulheres militantes. Na verdade, tudo o que se encontra nas outras militantes é enfatizado nela, pois aparece como a mais “radical” e, ao mesmo tempo, está marcada por contradições. Entretanto, é preciso refletir se essa questão não é também uma construção da memória.

²⁵⁷ Por mais que algumas biografias não sejam realizadas por historiadores e sim, por exemplo, por ex-militantes ou jornalistas, tais descrições de Levi nos ajudam nas abordagens das fontes e nas análises das biografias e memórias selecionadas. Mesmo que esses autores não tivessem a intenção de se inserir na lógica descrita por Levi ou de produzi-la, preferindo “somente” em narrar as trajetórias de sujeitos considerados destacados, nota-se que não escapou da relação de biografia exposta por Levi. Assim, nos ajudam a compreendê-las e dar uma direção à pesquisa proposta.

²⁵⁸ PAIVA, Mauricio. *Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996

²⁵⁹ TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. - 3. ed. - São Paulo, Editora Globo, 1999.

²⁶⁰ PATARRA, Judith Liebllich. *Iara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991

A biografia de Carmela Pezzuti: uma mãe em luta...

No primeiro livro sobre Carmela Pezzuti, observa-se que a autoria é de um homem. Um ex-militante. Um sujeito que conviveu com a biografada. Este indivíduo é quem vai narrar a trajetória de uma militante, uma mulher.

A obra refere-se à trajetória de Carmela, uma mulher sem histórico de militância, com trinta e seis anos, separada e mãe de dois filhos. Através destes, Ângelo Pezzuti e Murilo Pezzuti, resolve se engajar nos movimentos tidos como de resistência ao regime ditatorial. São essas características que dão base ao parâmetro estabelecido para ela. A partir disso, toda uma imagem de mãe e militante é construída. Tal imagem é positiva, no sentido de *glorificar* o fato de ser uma mãe, uma cidadã “comum”, a qual defendeu os seus ideais²⁶¹ e ainda tinha o lado maternal muito forte e atuante. Essa característica ao longo do livro é retratada.²⁶²

Em geral, a obra enfatiza a trajetória de Carmela sem, no entanto, enveredar pela questão específica da luta armada ou das organizações de esquerda revolucionária. Tais questões abordadas para exemplificar como eram ou para saber de algumas atividades e formas de atuações. Não é mencionada, ou até mesmo discutida, a situação dos militantes em si, principalmente das mulheres que se engajam nessas organizações. O foco recai quase sempre na questão da clandestinidade – como todas as suas peculiaridades, dificuldades e experiências – e do exílio – em grande parte no sentido de saber como era a sua vida de exilada e o que isso implicava.

O livro também trata das relações amorosas – situa Carmela nesse campo – mas não “discute” muito as questões de gênero que estão envolvidas, como o fato de ser separada²⁶³, uma mulher mais velha e que tem relacionamentos (livres) com

²⁶¹ Mesmo que não se visse como comunista. O olhar é mais de manifestação quanto às injustiças e ao inconformismo com a situação social e política do país. Eram as motivações e propósitos subjetivos. Uma crítica aqui também pode ser pensada, em relação ao não engajamento, das donas de casa, da mulher ter participação política devido à influência de alguém, como debateu Ana Maria Colling. Pode-se pensar a mulher e a política; as que são “alienadas”; as que atuam, e as “influenciadas”. Ver: COLLING, op.,cit. 1997.

²⁶² Percebe-se, então, o movimento em que as mulheres da época, como Carmela, estavam fazendo no sentido de sair da esfera privada – o lar – e entrar na esfera pública – a política. Para além disso, observam-se a ruptura e a continuidade de tais mulheres no desenvolver de suas trajetórias como mulher e como militante.

²⁶³ Apesar de muito brevemente, Mauricio Paiva chega a abordar a problemática da sociedade e da família, cujo lugar da mulher era inferior ao do homem. Discorre sobre essa tradição, conservadorismo e moralismo da sociedade brasileira: “Naquele universo interiorano, mais que em qualquer outra parte, a mulher estava condenada irremediavelmente à passividade.” (PAIVA op.cit., 1996. Pág 17); “ (...) de maneira geral, as mulheres se resignavam ao papel que desde sempre parecia haver sido a elas reservado,

companheiros de organização. Para aquela época, tais fatores constituíam um valor na visão que se tinha do sexo feminino. O sexo fora do casamento ou casos amorosos correspondiam a uma experiência – nova – para essa e outras mulheres e que não é trabalhada com profundidade no livro.

Entretanto, há outros tópicos referentes ao sexo feminino e à militância que são abordados, os quais nos trazem alguns indícios das representações e tratamentos para com as mulheres militantes do período.

Nas primeiras inflexões aqui trabalhadas percebem-se imagens construídas: a de mulher “ideal” e a das militantes, “ as desviantes.” Idéias preconcebidas – pela repressão²⁶⁴ – e, que, por isso mesmo, entram em conflito quando juntas, pois pela concepção majoritária, são totalmente diferentes e não poderiam estar reunidas em uma pessoa só. Carmela, por sintetizar tais aspectos, acaba por exemplificar esse paradoxo. Todavia, a partir do momento em que é classificada como militante, sua imagem é modificada perante os olhos da repressão, adquirindo somente a de desviante. O paradoxo some e resta a identificação uniforme e unitária, mesmo que depreciativa.

As passagens citadas elucidam a afirmativa acima:

“ Ô Joaquim, a polícia está maltratando o rapaz, a ***mãe dele está muito preocupada, quer visitá-lo.*** Você precisa dar uma autorização para a família visitá-lo.”²⁶⁵ (Grifos meus).

“ Um cafezinho, ***Dona Carmela?***”²⁶⁶. (Grifos meus)

“ Não conhece, não sabe...***A senhora está feito uma comunista, fria! Tem o coração gelado!*** Não pensa na sua família, na sua irmã que está ai fora

o de apagarem-se à sombra dos homens. As coisas eram assim, inquestionavelmente.” (pág. 18). Nota-se uma crítica, portanto. Da mesma forma, mostra-se simpatizante às transformações do e para o sexo feminino e o conhecimento de isto ter ocorrido: “ A liberdade da mulher e a equiparação de direitos, o papel que a mulher ocupam hoje na sociedade, enfim, foi uma das maiores revoluções dos tempos recentes.” (pág 18). Há ainda uma referência na fala do autor que pode ser entendida aqui como relacionada à problemática de rupturas e permanências constantemente trabalhadas: “ O certo é que, na sociedade, todos – homens e mulheres, opressores e oprimidos – todos são cúmplices em relação aos costumes que definem as regras e convivência e os papéis de cada um.” (pág 18). É interessante notar, então, que o autor se coloca com um interlocutor, muitas vezes expressando suas opiniões, como homem, militante, e um indivíduo inserido na sociedade.

²⁶⁴ Vale lembrar que essas concepções também são percebidas na grande imprensa, como já demonstrado no capítulo anterior, a partir das referências e termos aí utilizados. São concepções partilhadas pela sociedade.

²⁶⁵ PAIVA op.cit., 1996. Pág 35.

²⁶⁶ Idem pág 46.

querendo saber da senhora. A sua família está preocupada, sofrendo.²⁶⁷”
(Grifos meus).

“ Nós não sujamos as nossas mãos *batendo em mulheres* – falou e foi saindo da sala [o coronel].”²⁶⁸ (Grifos meus).

“ Põe ela no pau- de-arara, que ela fala”²⁶⁹

Vemos neste trecho como as mulheres eram tratadas pela repressão. Ou seja, há uma *lembança*, que é muito enfatizada. São constantemente lembrados o tratamento da repressão a essas militantes, atribuindo o peso maior as atuações da repressão. Acaba por designar à repressão as responsabilidades e autoria por esse juízo para com as militantes, como se só naquele espaço essas atitudes ocorressem.

Não se nota uma discussão – pelo menos densa – sobre as organizações de luta armada. Da mesma forma é em relação à imprensa; são quase inexistentes as menções sobre a grande imprensa, seu tratamento e sua visão. Raras são às vezes que se referiu àquela. Quando há referência, é muito mais no sentido de recordar uma notícia que foi divulgada, pois fazia parte do momento vivido por Carmela naquele presente. A exposição sobre a imprensa, nesse livro, diz respeito só aos relatos efetuados pelos jornais dos fatos e acontecimentos ocorridos. Assim, Carmela por interesse, lia ou ouvia os meios de comunicações. Mas também às vezes era surpreendida pelos acontecimentos, como por exemplo, referentes aos seus filhos, divulgados na imprensa²⁷⁰. Nesse último movimento, por ser noticiado pela imprensa, os acontecimentos são percebidos como “algo concreto”, com “veracidade”.²⁷¹

²⁶⁷ Idem pág 47.

²⁶⁸ Idem pág 48

²⁶⁹ Idem pág 47.

²⁷⁰ Como exemplo dessa dinâmica, a respeito de uma notícia da imprensa e das referências aos filhos de Carmela, é elucidativa essa passagem: “ Adivinhou que alguma coisa de muito ruim havia acontecido. O contínuo estava nervoso, inquieto – é no que dá, às vezes, ficar *ouvindo noticiário policial no café da manhã*(...) , contou-lhe que a polícia havia invadido uma casa de subversivos no bairro de São Geraldo [referente a Murilo Pezutti] (...) *ouviu no rádio sim senhora*. (...) para estar falando desse jeito com ela, aquele contínuo devia ter ouvido mais coisas além das notícias do rádio” (grifos meus). Idem pág 37. Notar que aqui a imprensa não são periódicos, mas noticiários veiculados pela rádio. Embora não se tenha trabalhado com esse meio de comunicação nesta dissertação, serve de um exemplo para discutir a imprensa.

²⁷¹ Tal discussão já foi feita no capítulo 2. Para lembrar: a partir da publicação no jornal, há a concepção de que “ se saiu no jornal então é verdade”. Beatriz kushinir , através de vários autores, discute essa problemática. Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR op.cit. 2001.

Em relação à sociedade civil, não há qualquer discussão sobre a imagem que se possuía acerca das militantes, como se a sociedade estivesse *alheia* ao que estava acontecendo. Ou não havia conhecimento das atitudes do regime ditatorial (a repressão). Na leitura do livro, percebe-se que a sociedade estava à parte disso tudo e, por isso, não teria uma opinião ou uma imagem ou uma referência sobre as militantes. Tal motivo para aparecer dessa forma na biografia pode ser pelo fato dos militantes acreditarem que quem faria a *revolução* e a *libertação* do Brasil seriam as organizações de esquerda revolucionária, que se auto-afirmavam como vanguarda. Assim, só restava a sociedade aderir a esse movimento. Embora, houvesse a crença de que a sociedade resistia à ditadura.²⁷² Com isso, mesmo que houvesse participação da sociedade civil - com formulações de imagens e visões sobre os militantes, já que um discurso e uma construção são sempre produzidos -, tal fato é *esquecido*. Estabelece, assim, o *silêncio*.

Como sabemos, há opiniões, referências, visões, imagens e representações da sociedade acerca das mulheres militantes²⁷³. Contudo, essas não são trabalhadas ao longo da memória analisada, embora, provavelmente, houvesse o seu conhecimento. Mesmo os militantes – inseridos aí o autor e a biografada – cientes – *conscientemente* ou não – dessas noções por parte da sociedade civil, não as narram. Para alguns, o *consenso* e o *senso comum* em relação à ditadura civil-militar, não era sequer uma possibilidade²⁷⁴. Torna-se, então, uma problemática complexa abrangendo *lembranças*, *silêncios* e *esquecimentos*. Estes estão presentes no lidar com as [suas] experiências e as [suas] trajetórias dos militantes de esquerda armada.

Ainda tendo como base as citações acima, através da obra memorialística, se observam algumas circunspeções em relação ao sexo feminino que se engajou nas organizações de esquerda revolucionária. Considerando a forma como lidaram com Carmela, principalmente a denominando “comunista de coração gelado”, a qual não pensa na família, identifica-se uma tentativa de desmerecer a mulher. A repressão – e

²⁷²Na memória social do período ficou cristalizado, como diz Daniel Arão Reis Filho, que a sociedade desde sempre resistiu, foi resistente à ditadura, e não teve uma postura colaboracionista. No máximo poderia ter sido *manipulada*. Dessa forma, neste livro, como é uma memória produzida por um militante e sobre uma militante, tal perspectiva pode sobressair às demais. Para melhor esclarecimento ver: REIS FILHO, Daniel Aarão *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

²⁷³ Tais questões já foram trabalhadas no capítulo 2 da dissertação.

²⁷⁴ Essa problemática do *consenso* e do *senso comum* já foi discutida no capítulo 2. Vale frisar que é uma questão complexa e de nenhuma forma monolítica. Nesta dissertação, refere-se ao sentido de participação no golpe de 1964 e na sua legitimação. Entretanto, é necessário salientar que o *consenso* é resultado de uma disputa; há um valor de conflito. Envolve, assim, todas as esferas referentes ao período ditatorial: a sociedade, a imprensa e a repressão.

esta memória *lembra* isso – usa de forma pejorativa o termo *comunista* e o identifica com noções negativas. O intuito é afetar e acusar Carmela. Também nota-se a menção à família, com um juízo de valor, pois Carmela é vista como desvirtuada a partir do momento em que “abandona o lar” – algo inaceitável – e incorpora-se à atividade tida como subversiva.

Para além disso, ainda relacionado as já citadas passagens do livro, tem-se conhecimento que Carmela sofreu ameaças e/ou torturas como outras mulheres militantes. Ela representa também um exemplo de como se deu a vivência das militantes durante o envolvimento político e armado na ditadura civil-militar, mesmo com peculiaridades de cada uma em sua trajetória.

Uma questão de gênero também pode ser ponderada através das recordações dos momentos vividos por Carmela que serve como paradigma igualmente para outras militantes²⁷⁵. O tema “mulher sexo frágil” aparece neste livro. Desponta como imagem que se tem das mulheres, mesmo que elas sejam *subversivas*. A partir do momento em que o coronel diz que “não se bate em mulheres”, “não se suja as mãos batendo em mulheres”, repara-se um olhar de fragilidade para com as mulheres somada à noção de superioridade masculina, principalmente pela força. Nesta situação particular, só por ser mulher, não torturariam Carmela, pois se considera o fato de ela ser mulher. Isto é, um ser “inferior e frágil”, de acordo com a concepção regente. Não mereceria o mesmo tratamento que os homens. Isso se contrapõe à concepção de que a mulher era resistente à dor. Suportando-a mais do que o homem, principalmente por passar pela experiência do parto. Por isso agüentariam a tortura. As mulheres são representadas como participantes fortes, cruéis, controladas e ferozes, daí o *ódio* dos torturadores a elas. Constitui-se, assim, um *ódio* às mulheres na fala dos militares. Duas possibilidades existem, portanto: a de rupturas e a de continuidades, de concepções; e ser um caso particular.²⁷⁶

Mesmo que na obra não haja a discussão dessa imagem, ela foi relevante o bastante para ser *lembrada* e relatada. E nos traz a noção da hierarquização da sociedade

²⁷⁵ Vale lembrar que essas recordações foram relatadas a Mauricio Paiva, através de cartas, de entrevistas e de pesquisas. Dessa forma, a estrutura do livro e sua narrativa foram construídas pelo autor e não pela própria Carmela. Assim, não se pode deixar de mencionar a possibilidade de uma seleção e da influência do autor ao escrever as memórias da militante.

²⁷⁶ Para melhor esclarecimento ver: CASTRO, Celso; D’ ARAÚJO, Maria Celina; DILLON, Gláucio Ary.(organização e introdução). *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponibilizado no site: <http://cpdoc.fgv.br/>

– mesmo que venha da fala de um agente do regime ditatorial, mas que por ser um indivíduo social está inserido na lógica e na sociedade da época –, locus predominantemente masculino. Demonstram-se, então, o conservadorismo e o moralismo que imperavam para com as mulheres. Estas, mesmo rompendo padrões, continuavam sujeitas a esses tratamentos, quando não, ainda os incorporavam, continuando algo já estabelecido.

Entretanto, mais à frente, Carmela sofre sevícias. Em sua segunda prisão, agora no Rio de Janeiro, Carmela vivencia fisicamente a tortura, além da psicológica. A ação da repressão começa no seu discurso. Termos preconceituosos, pejorativos e apelativos são constantemente empregados. A intenção é desmerecer e humilhar a mulher, “quebrar o indivíduo”. Há uma forte conotação sexual, pois para a repressão tudo diz respeito à *moral e aos bons costumes*, estando o sexo e as relações diretamente ligados àqueles; a “promiscuidade” é sempre apontada. As militantes são vistas como desvio de mulher.

A seguir se comprovam tais assertivas:

“ Lucia-Carmela tentou falar, quis dizer que Dona Marta e seu filho nada tinham a ver com ela e que sequer conhecia o porteiro.

- Cala boa, *sua vaca!* Gritou um.

Um perguntava, outro mandava calar, tudo aos berros, tudo como o tratamento apropriado à ocasião: *vaca, filha da puta, vagabunda.*” (Grifos meus).²⁷⁷

Prestes a ser torturada:

“ Vamos sua *filha da puta*, é a sua vez! – berraram.”²⁷⁸ (Grifos meus).

“ Agora é assim, sua *vaca!* Ou você fala tudo, *ou te arrebetamos!* Vai falando! Codinome, aparelho, ponto, tudo!”²⁷⁹. (Grifos meus).

Já na tortura:

“ Carmela vestiu, na sala de tortura, o que pareceu-lhe ser uma calça de judô

²⁷⁷ PAIVA op.cit.1996 pág 70.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Idem.

ensebada de sangue, suor e excrementos de muitas torturas (...) *dependuraram-na no pau-de-arara*. Ligaram os fios na sua orelha e pé esquerdos. E começaram a destroçá-la a *choques elétricos* e *pancadas generalizadas*. Seus gritos e urros destacavam-se dos *berros dos torturadores* (...)

- Fala, *desgraçada, filha da puta!*²⁸⁰(grifos meus).

O tema da tortura é recorrentemente aludido nas biografias e autobiografias dos militantes das esquerdas revolucionárias, como já vimos nas obras até então estudadas²⁸¹. Apesar de também constituir um tema tabu, muito devido aos traumas decorrentes, narram-se tais situações por exercerem certa identificação entre muitos dos que participaram da luta armada. Mesmo que algumas vezes haja um *silêncio* em relação às sevícias sofridas, foi um processo pelo qual a maioria dos militantes passou e, que *a posteriori*, é tida como uma *bandeira* – individual e coletiva – de *luta e resistência*.

Com isso em vista, a memória, a qual é construída e tem grande influência do presente, formula uma identificação em torno da tortura e dos militantes, já que é produzida pelos próprios ou por seus pares. Também, visa a atender certas demandas da sociedade. Essa obra memorialística sobre Carmela Pezzuti é um exemplo de tal dinâmica. Além da necessidade de contar o que se passou durante aqueles anos, como forma de alerta também.

Para enfatizar como este livro sobrepõe-se em grande parte às referências que a repressão possuía, é necessário exemplificá-las um pouco mais. Vale lembrar que em nenhum momento a “loira da metralhadora” é citada, ou qualquer outro assunto acerca das militantes na imprensa, suas imagens e visões. Por tal razão, não é possível discutir a grande imprensa mais a fundo nessa memória, como nas obras já analisadas. Todavia, essa ausência corresponde a um conhecimento, a uma presença: não se situa a imprensa, como parte da sociedade, e esta, como responsável também pelo golpe de 1964 e sua legitimação. Ou isso foi intencional, ou não tinha sido percebido e/ou *assimilado* pelos militantes em questão. De qualquer forma, a intenção do autor não tem como ser comprovada ou percebida totalmente; o que se frisa é que essa problemática é uma

²⁸⁰ Idem pág 72.

²⁸¹ Mesmo que não discutido nas autobiografias da década de 1980, por escolher outra direção para a análise de tais obras, o tema da tortura também é aí relatado nestas, dando alguns indícios para a sua compreensão, principalmente no que tange os procedimentos e tratamentos para com os militantes.

construção e uma formulação de uma memória, e por ser exatamente isso, tem grande influência na sua narrativa.

Este livro expõe algumas formas pelas quais as militantes eram identificadas. Como já trabalhado no capítulo 2, algumas palavras eram recorrentemente utilizadas para indicar as mulheres das organizações da esquerda armada. Essas palavras agregavam juízos de valores. Carmela, como exemplo disso, também teve esta experiência e as retoma, através de Paiva, como forma de *lembrar* a atmosfera daquele período e a ação da repressão. Tais vocábulos, como já estudados anteriormente, são: *comunista*, *terrorista* e *subversivo*.

A partir da passagem abaixo, nota-se o tom relacionado a qualquer um que participava de ações políticas e/ou armadas contra o governo vigente:

“ Às vezes, uma pessoa aparentava ser inofensiva, ordeira, trabalhadora, cumpridora dos seus deveres, patriota –patriota – e na realidade, o que era? Um *comunista*! Pois quando o Senador lhe falou, baixinho para que ninguém ouvisse, da sua desconfiança de que os filhos eram *comunistas*, a própria Carmela já pertencia a essa confraria, por vezes identificadas pelo gênero *subversivo* e que mais tarde ganharia o epíteto mais contundente de *terrorista*.”²⁸²(grifos do autor).

Apesar de não aparecer nesta memória um debate sobre a sociedade, há referências de como esta via e se dirigia aos indivíduos envolvidos na luta armada. Através dessa passagem, percebem-se as representações da sociedade e repressão em relação aos militantes em geral. Os valores de traição, de antipatriota e de ruptura são destacados. Contudo, a sociedade civil não é questionada. Não obstante, é tido como algo já pré-estabelecido ou referido à parte que concerne à repressão.

As representações percebidas em geral nesta obra memorialística, portanto, são as que colocam a repressão como foco. Não se percebe uma autocrítica (da personagem) ou até mesmo uma crítica das atitudes dos militantes e das organizações durante a luta armada. Há, em grande parte, uma valorização dos indivíduos e dos seus feitos. No caso de Carmela, o principal fator de destaque e valorização se deve ao fato da militante ser mãe, *lutar* pelos seus filhos, os seguindo, mas também, por *combater* pelos seus ideais e querer transformar a sociedade.

²⁸²

PAIVA op.,cit, 1996. Pág 29. Salienta-se que a palavra amante não é referida.

Aqui vale um questionamento: que tipo de militante era Carmela? A da “teoria” ou da “prática”, ou talvez as “duas”? Carmela não participou diretamente da luta armada, no sentido de “pegar em armas” e realizar uma ação armada. Ela cuidava do setor financeiro, dos transportes, dos contatos. Neste momento se pergunta, por que esses encargos e não o outro? Por que ela era mãe? Mulher mais velha? Ou mulher? Não tinha perfil ou potencial de militante? É uma questão subjetiva ou política, da organização? São algumas questões que nos ajudam a pensar as organizações das esquerdas revolucionárias e sua relação com as mulheres militantes. Internamente também havia uma imagem e uma concepção das militantes que refletiam em suas atitudes e postura para com elas. Outra questão diz respeito à assexualização das militantes, que para serem consideradas propriamente militantes tinham que se “igualar” aos homens – mostra aí o machismo delas e das organizações. Carmela não era assim. Ademais, denotava o lado maternal, ao mesmo tempo que possuía uma ideologia.

O vínculo, afetivo e político, com seus filhos –Ângelo e Murilo – e suas atividades políticas e práticas é o que norteia a narração da trajetória da militante. Não obstante, é uma fonte para o conhecimento da problemática pelas quais passavam as mulheres militantes, seja na repressão, seja na experiência da luta armada, seja na sociedade.

É necessário, ainda, trazer para o debate o fato de o narrador ser um homem. Ou seja, é um olhar masculino sobre uma mulher, sobre a participação dessa mulher. E como tal, este olhar masculino é influenciado pela sociedade que o rege – majoritariamente conservadora e moralista – e suas concepções em relação ao sexo feminino. Sua narrativa pode ter tido alguma influência por ser homem como pela sua visão de mundo. Existem construções (sociais) acerca de cada sexo que podem engendrar as formulações que cada indivíduo – nesse caso um homem – pode fazer em relação ao outro – aqui uma mulher e militante. Trata-se também de uma ruptura e uma continuidade a partir do momento em que é um homem que escreve as memórias de uma mulher militante. Ela ao mesmo tempo em que rompe, - atuou de forma prática na arena pública e política, rompendo com papéis pré-estabelecidos-, permanece com o já constituído, haja vista que delega a outro a capacidade de escrever sobre ela.

Apesar de questões subjetivas, ou de traumas, pode-se aferir que se sobrepõe uma hierarquização (de sexo). Uma possibilidade é a concepção que um homem teria mais

aceitação e credibilidade ao tratar desse assunto e torná-lo público na sociedade. Afinal, quem são os leitores? Na maioria dos casos pessoas que se identificam com essas experiências. Porém, não se pode deixar de mencionar que Mauricio Paiva e Carmela Pezzuti tinham laços de amizade, sendo companheiros de organizações e conviverem no exílio. Há aí, então, uma relação de confiança e subjetividade, que também influencia no momento de concretização de uma memória.

Essa fonte, portanto, é classificada como militante e que acaba por sacralizar²⁸³ uma memória, principalmente em relação à *glorificação* da biografada. Não obstante, consiste em um próprio objeto de estudo – por ser uma memória – para se compreender as representações das memórias em relação às militantes de luta armada.

A obra sobre Carmela Pezzuti reúne muitas informações acerca da ditadura, da sociedade e das militantes. Entretanto, é mais uma no variado acervo memorialístico que se produziu na década de noventa. Com isso, para melhor explorar essa questão, analiso mais um livro de memória dessa década.

A biografia de Iara Iavelberg: Uma musa...

Outra fonte do período, a qual debate muitos temas referentes às experiências e trajetórias femininas na militância armada, perpassando por algumas problemáticas trabalhadas no livro acima, é a biografia de Iara Iavelberg. Publicada três anos antes da biografia de Carmela, ou seja, em 1993, o livro sintetiza um arquétipo de militante, com uma imagem idealizada. A obra apresenta Iara como uma mulher ideal, perfeita. Mulher que, mesmo nas adversidades, se sobressaiu e, a qual possuía um jeito peculiar – considerado positivo no livro – de viver a vida, conjuntamente com sua visão em relação ao mundo. Ela é descrita como “uma mulher à frente de seu tempo”. Sua militância é estimada. Não há uma discussão densa sobre sua trajetória²⁸⁴, mas há uma

²⁸³ É a problemática da “sacralização da memória” na mesma perspectiva que a trabalhada por Tzvetan Todorov, ou seja, como uma *memória*, a qual idealiza mitos e heróis e não visa ao conhecimento. Assim, essa memória não favoreceria a História, a partir de um instrumental teórico-metodológico. Ao trazerem as militantes das esquerdas revolucionárias como figuras mitificadas, os autores e, até elas próprias, acabam por “sacralizar” a memória sobre essas mulheres na política através da luta armada. Para melhor esclarecimento ver: TODOROV op.cit. 2008.

²⁸⁴ Até mesmo porque é uma memória, a qual não se propõe a discutir explicitamente, mas relatar experiências. Tal fato acaba por constituir uma mitificação, uma militância. Percebe-se, aí, a diferença entre memória e História: aquela é militante e esta procura produzir o conhecimento. Essa falta de discussão pode ser intencional ou não, depende de quem escreve, para quem, e o por que escreve.

valorização – há o destaque do fato de ser feminina – de suas posturas ainda que consideradas equivocadas.

Novamente justifica-se o a exposição desta mulher ao longo da dissertação, sendo presença constante ao mesmo tempo em que é *invisível*, por não ser mencionada a todo o momento, junto às análises das militantes das esquerdas revolucionárias.

Mito, símbolo, arquétipo de uma época, Iara conjuga em si as diversas mulheres do período, tanto militantes quanto não militantes. Ademais, faço uso dela como referencial, principalmente no que tange as rupturas, as continuidades, e a subversão. Iara, subverte, rompe com todas as esferas: família, marido, escola e até com a sua religião, a judaica²⁸⁵. Além disso, envolve-se em um romance com Carlos Lamarca²⁸⁶, o “líder da subversão” casado, e atua politicamente. Ao final, Iara é polêmica²⁸⁷. Palavra

²⁸⁵ Iara rompeu até em sua morte, pois subverteu em relação à sua crença – judaica - por ser considerada suicida e, por isso, ter sido enterrada em uma ala renegada, separada no cemitério judeu, observando que a versão do suicídio é discutida pela Comissão de Mortos e Desaparecidos. Não correspondeu a como deveria ter sido o enterro de uma judia *digna*. Foi divergente até nesse ponto. Os ritos religiosos não puderem ser feitos da mesma forma como feitos em mortes naturais. Subverteu, principalmente, porque seu assassinato diz respeito às suas atividades políticas e de militância. Só foi morta pelo regime civil-militar porque era sua opositora. Ao romper as delimitações do governo vigente, Iara se subverte.

²⁸⁶ Conheceram-se em abril de 1969. Havia dois meses que Lamarca tinha deixado o Exército e ela começava a sua militância em uma organização de esquerda armada: a VPR. Nasceu daí a forte paixão. O amor operou a grande transformação e a comunhão entre eles a todos impressionava, como descrito na biografia de Iara. Para além do fato de Iara ter morrido, contribui também para a sua mitificação a história de amor, paixão. Ele, de origem humilde- filho de um sapateiro e de uma dona de casa – casado com filhos, e formado em rígidos padrões morais, a princípio angustiava-se com a possibilidade de trair a mulher, Maria, a quem deixou, para lutar na *revolução*. Ela, judia, de uma família abastada, *rebelde*, casou pela primeira vez aos 16 anos, acadêmica. Parecia não se prender a ninguém. A partir desses elementos percebe-se que entre eles existia uma grande distância, relacionadas principalmente à própria questão de classe social e de formação. Essa união jamais poderia ser concebida; as diferenças eram muitas; e as dificuldades só aumentavam devido ao contexto em que se encontravam. Não obstante, foi ele que Iara escolheu como o homem de sua vida. Essa relação, então, revela o conflito entre os dois mundos tão distantes, mas ligados pela fé na revolução. O entrelace entre os dois militantes exprime um choque cultural, social e político. Atenta-se, entretanto, que tal descrição pode corresponder também a uma mitificação.

²⁸⁷ Mesmo depois de sua morte, Iara continua a criar controvérsias. A atual refere-se à questão sobre seu falecimento, havendo dúvidas sobre como ocorreu: suicídio ou assassinato? Na versão divulgada pela ditadura civil-militar, a primeira hipótese é afirmada e, segundo relatórios do governo vigente da época, fala-se que, trancada no banheiro de um apartamento, em Salvador, cercada por policiais, Iara teria dado um único e certo tiro no peito para não ser presa. Os laudos médicos oficiais desapareceram. A família não pôde ver o corpo. Com base nisso, a militante – que era judia – foi sepultada “com desonra” e com os pés ao invés da cabeça voltados para a lápide em uma área separada no cemitério judeu. Essa versão é contestada, principalmente por sua família. Esta afirma que Iara foi executada, e busca através da justiça o reconhecimento disto. A partir do acesso que obtive a reportagens da grande imprensa (Revista Veja; Istoé online; Época), parece que sua família conseguiu comprovar a sua versão. Primeiramente exumaram o corpo da militante, que em seguida foi periciado e o resultado do laudo comprovou que não

de conotação positiva e negativa ao mesmo tempo para ela. No entanto, é a positividade que sobressai na obra memorialística escrita pela jornalista Judith Patarra.

Em relação a Lamarca²⁸⁸, uma problemática pode ser ponderada: a questão da “mulher militante” e da “mulher de militante”. Afinal, qual delas Iara era? As duas? Para a imprensa e a repressão, Iara é a mulher do militante. Por isso, era considerada a *amante*. Há também de se lembrar da concepção de que essas mulheres, entre elas, Iara, se engajaram nos movimentos políticos não por opção, mas “levadas”, influenciadas, por homens, como namorados, pais, maridos e “amantes”. Então, são também vistas como “mulher de militante”. Esta visão também está presente na sociedade da época. Nas próprias organizações, como mostra o livro, Iara muitas vezes era vista como a mulher do Capitão Carlos Lamarca.

Uma situação em que isso se concretiza se dá no treinamento do Vale do Ribeira²⁸⁹. A relação dos dois não era bem vista nas organizações revolucionárias de esquerda, e na VPR enfrentou pressões. Quase todos condenavam aquele amor. Iara não era considerada mulher para o líder da revolução, primeiro por ser sua *amante*, depois por não encarnar o estereótipo de militante. Por fim, o ex-capitão não poderia ter *distrações*, concentrando-se somente na revolução, sem *perder tempo* com “paixões”. É o público/coletivo *versus* o indivíduo/ secreto Nesta lógica, há espaço para o sexo e não tanto para o amor e para paixões; o *amor* era destinado à *revolução*.

Parte dessa rejeição é notada quando os dois e outros militantes começam o treinamento militar na mata – Vale do Ribeira - em 1970. Lá, Iara recebeu muitas críticas e acusações. Entre elas o fato de atrapalhar e atrasar a *missão*, além da discórdia que sua posição de *primeira-dama* representava²⁹⁰. Muitos não aceitavam o fato de um homem casado se relacionar com outra mulher, sobressaindo a visão depreciativa dos

poderia ter sido suicídio. O governo reconheceu e houve uma indenização. Com isso, os familiares puderam providenciar um enterro digno de uma judia.

²⁸⁸ Vale lembrar que socialmente, no *sensu comum*, essa união jamais poderia ser concebida. As diferenças eram muitas, a distância cultural, intelectual e social são grandes. Devido ao contexto político, a relação se complexava ainda mais. Não obstante, foi com ele que Iara conseguiu se realizar como mulher. Iara e Lamarca representam o ideal da revolução: a união de todas as classes, a história de amor e paixão entre duas pessoas de classes diferentes: “a dama e o vagabundo”.

²⁸⁹ Treinamento militar na mata, liderados pelo ex-capitão do exército Carlos Lamarca, efetuado pelos militantes da organização revolucionária VPR, na região está localizada no Sul do estado de São Paulo e a Leste do estado do Paraná. O objetivo era treinar na mata para posteriormente instaurar a guerrilha rural no país.

²⁹⁰ No livro de Herbert Daniel também há referência sobre o assunto. Para melhor esclarecimento ver: DANIEL, op.cit., 1982.

companheiros. Outro fator era a dificuldade que Iara tinha de completar os treinamentos físicos na mata.

Os exemplos abaixo são claros em relação à maioria dos militantes – homens – no que concerne o treinamento militar de Iara:

“ Iara manifestou desejo de incorporar-se ao treinamento no vale do Ribeira. *Os militares opuseram-se*, em especial Darcy: *frágil e desajeitada*, maneirismos pedantes, sem hábito de caminhar, asma, alergias. *Inepta ao mato cheio de mosquitos*. Aliais, reprovava a ida de casais. A situação especial frustraria os outros. E, curto e grosso, *convinha excluir mulheres em geral. Lamarca apoiou Iara.*²⁹¹” (grifos meus)

“Mulher, vá lá. *Mas mulher de alguém é transtorno.*”²⁹² (grifos meus)

Dessa forma, a imagem internamente das organizações acerca de Iara era a de classificá-la como mulher do militante Carlos Lamarca. Um dos motivos era o apoio irrestrito que recebia do ex-capitão do exército e, o outro, por se considerada mulher e frágil.

Entretanto, Iara também era “mulher militante”. A partir do momento em que decide se engajar em movimentos políticos, em organizações de esquerda, a atuar politicamente e diretamente em algumas atividades, Iara milita.

A radicalização da ditadura levou à radicalização da *luta*. Iara aderiu a uma das organizações que procuravam desencadear a luta armada e o foco guerrilheiro contra a ditadura – supostamente baseadas na experiência cubana, no exemplo e na teoria do Che Guevara e de Régis Debray. É a transição, no plano político e pessoal.

O fragmento abaixo é elucidativo:

“ Durante o segundo semestre de 1968 *Iara cobriu os pontos e levou mensagens, tarefa vital à dinâmica da Organização*. Datilografou e distribuiu o jornal. Fez levantamentos e transbordos – passagem dos malotes bancários de um carro a outro. *Aprendeu a*

²⁹¹ PATARRA op.cit.1993, pág 335.

²⁹² Idem pág 357.

atirar. Espinosa e ela embrenhavam-se na fazenda junto à rodovia Castelo Branco.²⁹³ (grifos meus.)

Demonstra, assim, suas atividades na organização. Mulher também tem *tarefas*; é necessária, contribui, maneja armas. Mostra uma participação ativa de Iara.

É digno de nota que a obra memorialística discute essas duas noções. Esta biografia revela e questiona a imagem que Iara possuía, dentro e fora das organizações. Trabalha com a idéia de machismo nas organizações de esquerda armada: sofria com machismo e o preconceito por parte de alguns *companheiros*, principalmente por ser a mulher do líder da organização. Nota-se que mesmo dentro destas, acabava-se também por incorporar e reproduzir o teor moralista e conservador da sociedade. Da mesma forma, discorre como a repressão e a grande imprensa a tratavam, desconsiderando sua militância, assunto já abordado no capítulo 2.

Essa memória, então, mostra algumas implicações referentes à imagem e à visão para com Iara e, assim, algumas militantes. *Lembra* as representações, as elucidas com um tom de crítica²⁹⁴. Não fala da sociedade diretamente em relação à problemática exposta. Entretanto, é um livro de teor militante – afinal constitui uma memória –, pois não vê Iara como “mulher do militante”, apesar de citar essa concepção. Percebe-a como uma militante digna de respeito, um mito entre essas mulheres militantes. Descarta, assim, somente a visão da “mulher de Lamarca” e valoriza suas realizações e posições, tanto políticas como comportamentais em relação ao sexo feminino.

É necessário destacar a imagem que a própria Iara tinha dela mesma. Embora percebida através da construção de sua biografia, observa-se que Iara se via como militante, na verdade como mulher e como militante. A exemplo:

“ A peça fala de nós, *mulheres e guerrilheiras*.²⁹⁵” (grifos meus.)

²⁹³ Idem pág 244.

²⁹⁴ Referente muito mais Às visões internas dos militantes - geralmente homens, -, da organização de esquerda revolucionária do que à repressão ou à imprensa, haja vista já se ter o conhecimento de que essas duas esferas buscavam a depreciação. No entanto, a discussão do livro neste ponto é o preconceito de seus próprios *companheiros*.

²⁹⁵ PATARRA, op.cit., 1993. Pág 194.

Deste modo, Iara Iavelberg encarna as duas representações: a “mulher militante” e a “mulher do militante”. Afinal, o que definirá é o olhar que se tem e quem tem esse olhar sobre esta mulher²⁹⁶. Mais uma vez, Iara é a síntese e a complexidade das mulheres engajadas em movimentos de esquerda revolucionária, mesmo que seja uma mulher com peculiaridades, principalmente no âmbito comportamental.²⁹⁷

A biografia, ou melhor, a reportagem bibliográfica como diz a própria autora, de Iara Iavelberg discute algumas questões relativas às mulheres por ser justamente uma memória sobre uma mulher militante, além de ser considerada um mito, uma musa entre os próprios militantes. Ser considerada musa pela memória e suas peculiaridades como indivíduo, é o que dá destaque a essa mulher e nos faz atentar para as considerações sobre o sexo feminino naquele período.

Devido ao seu comportamento, considerado inusitado, Iara é chamada de *subversiva*. No livro é clara a idéia de *subversão* tanto na área política, como comportamental e amorosa. Os relacionamentos sempre estão em evidência em relação a ela e as questões subjetivas são os pontos de questionamento do livro. Ela é apresentada como uma mulher diferente; diferente das outras militantes; tanto na postura, como nas atitudes, como nos pensamentos. É por isso criticada, mas também admirada.

Percebe-se no livro, graças a fala de Patarra, um debate sobre o papel e o lugar da mulher na luta armada. Iara é mais uma vez o parâmetro. Através dela, pode-se fazer a micro-história²⁹⁸: conhecer a militante através de suas atitudes e, também, esclarecer o

²⁹⁶ Ao final desse debate é preciso explicitar que essa problemática também diz respeito às gerações de jovens e de mulheres na década de 1960. Há duas gerações marcantes: a de 1964, cuja imagem de com mulher estava majoritariamente associada à “mulher de militante”; a outra é a geração de 1968, associada mais à mulher atuante politicamente. É a essa geração que pertence Iara.

²⁹⁷ Acerca da participação ativa da parcela feminina, Marcelo Ridenti faz um paralelo entre a geração de 1964 e a de 1968, afirmando que elas atuaram sim na época do golpe, embora não de forma muito significativa. O autor diz que essa atuação mais expressiva se configura no momento pós-golpe, em uma conjuntura de maior radicalização, correspondente, em maior parte, ao ano de 1968. Na luta armada, Ridenti afirma que o contingente inferior aos militantes do sexo masculino não representava menor adesão, mas sim, considerando a época vivida, um percentual bastante condizente com a conjuntura e que se assemelhava à proporção de mulheres economicamente ativas no país. Para melhor esclarecimento ver: RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

²⁹⁸ Análise historiográfica a partir do indivíduo e sua vivência individual que permite o conhecimento do contexto do período em que se situa o indivíduo analisado. Contempla temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas — geográfica ou sociologicamente —, às situações-limite e às biografias ligadas à reconstituição de microcontextos ou dedicadas a personagens extremos. Para melhor esclarecimento sobre a micro história ver: GINZBURG, Carlo. “Provas e Possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’ de Natalie Zemon Davis”. In: *A Micro-História e outros Ensaio*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

contexto, ou seja, fazer, ao mesmo tempo, uma análise “macro histórica”. Todavia não é um livro historiográfico, com análises historiográficas, e sim uma biografia, uma memória. A autora não apresenta como metodologia a micro-história. Com isso, tal “micro história” – a vivência do indivíduo Iara – estaria muito influenciada pelas formulações memorialísticas, especialmente pelas construções da década de 1990. É preciso, assim, não extrair o todo pelo específico.

Porém, mesmo sendo uma memória, deve-se atentar para as reflexões sobre as mulheres que aparecem no livro, tanto pela autora, como por outras militantes, como pela própria Iara, através de seus arquivos e relatos sobre suas falas. As militantes fornecem testemunhos à Patarra. Estes se relacionam com a problemática da História Oral²⁹⁹. Ao mesmo tempo constituem uma memória. O que não deixa de também constituir uma memória entrelaçada com as questões da história oral.

Um tema recorrente nesta biografia e que se aproxima de outras é o perfil de uma militante. Através desse perfil pode-se enxergar representações acerca das militantes armadas.

Como fica claro no livro, Iara era uma militante “diferente”. Vaidosa, se preocupava com as aparências, algo que não era admissível nesse universo militante tanto para as próprias militantes quanto para seus *companheiros*. Isto é, imperava a assexualização, de acordo com Ana Maria Colling³⁰⁰. O perfil ideal de militante era o masculino. Características identificadas com as do sexo masculino, as quais representavam força, vigor, firmeza, autoridade e rigidez. Não havia lugar para sensibilibidades. Estavam em uma *luta* e assim deveria ser visto.

Dessa forma, sobrepõe-se o machismo – das próprias militantes para com elas mesmas e das organizações – sobre essas mulheres que afirmavam como mulheres, indivíduos do sexo feminino. Assim, novamente volta-se a falar nas rupturas e nas continuidades que essas mulheres processaram. Ao mesmo tempo em que rompem com o papel social da mulher como ser privado e doméstico, ainda mantêm incorporado os estigmas hierárquicos predominantemente masculinos em suas atuações como mulheres na esfera política e também na esfera privada.

²⁹⁹ Lembrar a questão da entrevista e da “fala”, já trabalhadas na dissertação
³⁰⁰ COLLING op.cit.1997.

A concepção masculina das militantes era partilhada tanto pelos homens militantes quanto pelas mulheres militantes em sua maioria, como fica claro a seguir:

“[Lamarca reflete]: *E quanto à fragilidade, mulheres devidamente adaptadas nivelam-se a homens*. Certo, as pequenas mãos de Iara e Maria do Carmo *faltavam empunhadura e força para armar equipamentos pesados. Compensariam, treinando em dobro. A habilidade substitui o que a natureza negou*. E já descobrimos que o fuzil MI é o adequado.”³⁰¹ (grifos meus)

“ [Maria do Carmo]: Iara e eu sentíamos medo, sem refletir. Do contrário, impossível continuar – pondera Maria do Carmo.(...) *Exibíamos firmeza porque supunham as mulheres frágeis, amedrontadas.*”³⁰² (grifos meus)

Com isso, essa memória nos fornece as representações, as imagens, os perfis que se tinha das militantes. Foca-se, no entanto, na visão das organizações, não deixando de elucidar que essas concepções de “mulher-macho” também estavam presentes na sociedade e na repressão³⁰³. O único espaço que não se menciona é a imprensa. A esta fica restrita somente aos relatos sobre as reportagens publicadas acerca de Iara.

Iara divergia desse perfil. Ao apresentar o comportamento e visão de Iara, a obra memorialística esclarece a imagem que se possuía dela e das outras militantes. Apresentando o diferente, o livro nos demonstra a predominância.

Iara evidencia a questão da feminilidade na militância. Algo que se deveria lidar, de forma a “exercê-la” ou não. Iara era sempre feminina. Mesmo na luta não abandonou a vaidade, se posicionando contra a concepção dominante de não haver, principalmente, espaço e nem tempo para vaidades, importando somente a política, a *luta* e a *revolução*. Agia contra o entendimento de que não eram mulheres e sim militantes. Para ela, não queria dizer que a *luta* estava em segundo plano para se cuidar, mas que fazia bem ao sujeito mulher.

³⁰¹ PATARRA op.cit., 1993 pág 336. A mulher teria que se igualar ao homem para ser uma boa militante. Nota-se tratar de uma fala do líder da organização – VPR – o qual se relacionava amorosamente com Iara. É homem, é militante e é o chefe, comandante. Ainda sim, tem incorporado o *consenso* em relação ao sexo feminino, apesar de fornecer um “voto de confiança” às militantes, entre elas sua “amante”, para executarem as tarefas por acreditar nos seus potenciais. Todavia, isso é feito com a condição de elas estarem no mesmo patamar dos homens militantes, ou se esforçarem para isso.

³⁰² Idem pág 337.

³⁰³ Entretanto, a que se sobressai era a de mulher promiscua. A desviante de conduta e *moral*, a qual saía com vários homens. Se não fossem consideradas homossexuais eram vistas como *putas*.

A passagem abaixo elucida a problemática:

“Cristine! Como é que você anda com uma perna cabeluda dessas?

- *Uma revolucionária pensa em depilação?* Evergonhou-se.

- Ah que desleixo! A gente tem de estar sempre lisinha, roupa de baixo combinando. E não para o homem. É para a gente.”³⁰⁴(grifos meus).

Em outro momento indica-se a preocupação de Iara não só com ela mesma, mas para com as outras militantes. A obra comenta que algumas mulheres militantes, por mais que não concordassem com essa visão que possuía Iara, acabaram de certa forma por incorporarem esse discurso de feminilidade e vaidade que Iara perpetrava.

Os fragmentos abaixo demonstram a relação das militantes com a vaidade e subjetividade feminina, mediada por Iara:

“ A amizade com *Maria do Carmo* (...) estreitou-se. Procurava diverti-la, *caçoando a sua aversão à vaidade*. (...) Passava cremes no rosto, cotovelos. Experimentava as várias perucas

[conversa com Maria do Carmo Brito] (...) Amanhã vamos botar unhas postiças.

- De jeito nenhum.

- Vem sim, estou no teu pé [Iara]

- Obedeci e foi bom, realmente parei de roer. *Aprendi que não precisava me enfeiar.*”³⁰⁵ (grifos meus)

[Maria do Carmo]: “ *Não gasto dinheiro da organização com futilidades* [lentes de contato] (...) Iara não a persuadiu. Conformou-se em ensiná-la a maquilar os olhos para embelezá-los sob os óculos (...)

- Só quando voltei ao Brasil, depois do exílio, resolvi usar lentes. Mudei minha maneira de ser e confirmou-se tudo o que Iara dizia. Arrependi-me de não ter seguido os conselhos antes.”³⁰⁶ (grifos meus)

[Iara] “ A *gente precisa de cuidar – já automatizara o discurso* – Olha, vou levar você ao Jambert para cortar a sua juba fora de moda. (...) *Dilma obedeceu(...)* *Mas as críticas de Iara persistiam*. – Agora, as roupas. Não caem bem. *Defendemos o direito à beleza, apesar de revolucionárias. Faz*

³⁰⁴ PATARRA op.cit., 1993. Pág 153.

³⁰⁵ PATARRA op.cit. 1993. Pág. 334

³⁰⁶ Idem pág. 335.

bem a auto estima. Quem se acha interessante trabalha melhor, é mais segura, dá menos bandeira.³⁰⁷ (grifos meus.)

Tal exposição denota a sua relação e a de outras militantes com o projeto revolucionário, principalmente pela via armada. A perspectiva de Iara muitas vezes entrava em confronto com as próprias mulheres militantes. Assim, não eram somente os homens militantes que possuíam essa concepção sobre a *luta* e o sexo feminino, mas muitas das próprias mulheres, o que ao final, conforma uma representação delas por elas mesmas. Configura-se novamente, portanto, o movimento de romper – pois atuam – e de permanecer – haja vista a “anulação” da feminilidade e do sujeito feminino perante a política, a sociedade, as ações, as organizações e os *companheiros*.

Isto demonstra uma questão de gênero, cuja política e feminilidade não se amalgamavam. Iara, então, é o símbolo de sexualidade e feminilidade. Em contraponto, há as representações das militantes, como fica claro nesta biografia, como seres assexuados ou quase masculinizados, predominando, portanto, o machismo, o conservadorismo, o moralismo e a hierarquização. Questão complexa para quem alegava estar rompendo com as opressões.

Essas imagens acima abordadas são as representações sociais que predominavam no período. Depois, elas são lembradas e apresentadas, mas não corroboradas. Em alguns momentos são questionadas quando aparecem. Então, o questionamento em si configura a memória e não a visão que se tinha na época propriamente dita. Se no período da luta armada, essas representações e imagens não eram, em sua maioria, criticadas, por que anos depois o discurso se modifica e passa a ser de crítica às concepções daquele momento anterior? Uma das possibilidades é o fato da influência do presente, das transformações ao longo do tempo e da marca anacrônica da memória. Vale lembrar que após o período da luta armada, o movimento feminista e a valorização da mulher ganharam espaço. Assim, é possível que depois desses acontecimentos, essas mulheres, através de suas experiências, das visões e representações do período e com a influência do presente revejam o passado e passe a questioná-lo. Interpretam-no de outra forma. E essa formulação é a própria memória, pois sabemos que no passado, a fala, a crítica, a visão do presente, não correspondia aquela de outrora.

³⁰⁷

Idem pág 298.

Esta obra de memória sobre Iara Iavelberg, então, questiona as imagens formuladas acerca das militantes e de Iara. Percebe-se, nesse sentido, quase um tom de *condenação* em relação as essas concepções por parte das organizações e certa tendência a apoiar as posturas de Iara. Com isso, fica clara a parcialidade do livro, afinal, é uma memória. Imparcialidade, assim, não seria uma característica das memórias, mais preocupadas em construir uma relação de pertencimento e de identidade de uma pessoa ou de um grupo.

Esta parcialidade se configura, em grande parte, pelo autor das obras. No livro em questão é uma autora. Uma mulher não militante. Isto é, não passou pelas experiências das mulheres na luta armada. Assim, se posiciona em relação ao narrado, que ela mesma construiu, baseada em sua pesquisa.

Patarra não é uma militante³⁰⁸. Assim, não é uma visão interna, no sentido de estar inserida na lógica da militância. É um olhar externo em relação a outro indivíduo. Entretanto, mesmo que ela não tenha participado das organizações das esquerdas revolucionárias, a biografia por ela escrita tem caráter *sacralizante*. Entretanto, não é na acepção de “ativista”, de defender ou glorificar a militância em si – por mais que seja valorizada a militância política de Iara e de outras mulheres –, mas em *heroicizar*, a mulher, o sujeito feminino – transgressor – Iara Iavelberg.

Nesse sentido, Patarra demonstra no seu livro não ver contradições. Iara é a mulher perfeita. Ela, então, acaba por produzir igualmente uma representação sobre a militante. O motivo aparente pode ser justamente não pertencer a esses movimentos. Assim, a partir de sua visão de mundo, suas concepções, seus olhares para as fontes, o material a ela fornecido, os contatos com pessoas próximas a Iara, influenciaram na formulação de sua biografia – mais uma vez: uma memória – que acaba por construir um mito, ou seja, uma imagem, uma representação. Para além disso, é um olhar que muito se assemelha a dos próprios militantes da época – grande parte observa-se nos depoimentos à Patarra para a concepção do livro – que tratam essa mulher como símbolo. Até hoje versam sobre as mulheres militantes, como Iara, em sua grande

³⁰⁸ Novamente nota-se que não é a própria militante, no sentido de ser um sujeito do sexo feminino, que escreve suas memórias, e sim, outrem. Embora neste caso a personagem em questão tenha falecido havia aproximadamente vinte anos antes da publicação de sua biografia, o que aqui é destacado é essa constante postura das militantes em si. Elas não produzem na escrita suas memórias; podem relatar; lembrar; mas não as escrevem elas mesmas. Tal característica é forte nos países do Cone Sul, o que é passível de muitas reflexões.

maioria uma constante mitificação. Esta, propriedade associada à memória, a qual é um sentimento de coerência e de continuidade de uma pessoa como forma de afirmação.

Um outro tema trabalhado que podemos perceber na biografia diz respeito aos relacionamentos amorosos de Iara. A maioria das militantes também vivenciou relações de amor. Como seres sociais não havia como não se relacionar, principalmente no sentido de relações amorosas com o sexo oposto, os homens. Soma-se, também, o fato de vivenciarem a década de 1960, a qual ficou conhecida, em relação às décadas anteriores, como a década de abertura, de liberdade, principalmente no comportamento, na afetividade e na sexualidade para as mulheres.

Iara, como mulher que vivenciava esse período, participava dessa dinâmica. Aliada a isso estava a sua entrada na universidade – no curso de psicologia na USP, na rua Maria Antonia, centro conhecido por suas atividades políticas – e posteriormente o seu engajamento nas organizações de esquerda revolucionária. Assim, sua visão de mundo encontrava um espaço social onde poderia se desenvolver. Sua entrada na cena pública representava a liberdade. Tal liberdade era social, política, mas também afetiva e como indivíduo mulher. Como muitas mulheres, Iara, ao entrar em contato com esse universo politizado da faculdade, era-lhe permitido conhecer outro mundo. Colaborava-se, assim, para a ampliação da visão de mundo e da atuação das mulheres. A universidade era, pelo menos para a Iara, o lugar onde ocorria a realização como sujeito e, principalmente, como mulher. Lá se inicia sua trajetória de descoberta como mulher. Assim, junto a isso, Iara se descobre, também no campo afetivo, com as suas relações com o sexo masculino. Esta dinâmica acabou marcando a sua trajetória.

Iara antes de Lamarca foi casada, *desquitou-se*³⁰⁹ e engendrou diversos relacionamentos amorosos, com militantes e não militantes. Estes fatos respaldam sua propriedade de *subversiva* e de “mulher à frente de seu tempo”, que a memória social do período e sua própria biografia instituem.³¹⁰

É nessa época que começa a ter novas experiências, entre elas afetivas e sexuais, e sua curiosidade pelo novo a impele a outras direções. Sua realização máxima acontece quando ela envereda na política. É devido à atuação política que conhece o “homem de

³⁰⁹ Termo que assumia conotação pejorativa na época. Dizia respeito a mulheres separadas de seus maridos. Era um estigma ser desquitada.

³¹⁰ O fato de se desquitar já representava uma mudança no que diz respeito ao papel socialmente construído da mulher. E também era uma característica atribuída às mulheres, em geral, de forma negativa.

sua vida”: Lamarca. Com isso, política e amor se amalgamam na trajetória de Iara Iavelberg.

A sua vivência sexual e afetiva se deu de forma intensa e tinha como gênese a sua desilusão e crítica à instituição da família e do casamento, algo que a sociedade considerava como fundamental. O seu afã por liberdade era a mola propulsora para as suas relações. Sua vontade de descobrir-se e realizar-se como mulher eram a base para as suas atitudes tidas como avançadas e libertárias. Dessa forma, como nos descreve Patarra, Iara não se tolhia, agia e estabelecia relações com os homens que ela considerava interessante. Ela queria, pela narrativa feita no livro, sentir.

Um dos fatores que contribuiu para tantos relacionamentos amorosos e para a instituição de sua imagem como mito se dá graças à sua beleza. Iara é descrita como uma mulher muito bonita. Não somente possuía atributos físicos, mas também, era inteligente; conhecia teorias políticas da época, o que era muito valorizado nos meios militantes. Assim, no meio de outras militantes “masculinizadas”, ela se destacava.

Na biografia escrita por Patarra – a qual ajuda a promover a mitificação de Iara, devido à forma através da qual construída a narrativa e como a personagem é apresentada, para além de ser uma memória –, a militante tem descritos seus atributos. Era alta, loira, tinha os olhos claros, grandes, e um rosto com sardas. Comprova-se, então, a beleza de Iara e sua transformação como símbolo de uma geração de mulheres.

Vaidosa, cuidava do corpo, dos cabelos e das roupas, hábitos inusitados para a esquerda da época. Separada, passou a exercitar o “amor livre” e as relações quase sempre efêmeras – entre seus namorados, o líder estudantil José Dirceu. Era o fenômeno da revolução sexual e fazia parte do contexto de libertação da mulher. Não obstante, não deixou de ser motivo de críticas da repressão, da sociedade e da própria esquerda armada.

As mulheres militantes que enveredaram pelos mesmos caminhos sofreram da mesma forma ataques à sua conduta e o questionamento à sua *moral*. Inclusive pelos companheiros de suas organizações. Constituíam-se, portanto, o machismo para com as militantes. Elas podiam romper no que concernia à luta política e à instauração da revolução socialista, mas no que dizia respeito ao seu comportamento, seu papel social e sua conduta moral, tinham que permanecer como outrora. Isto é, mulheres femininas –

não vistas como militantes – com imagem de castas, de esposas, de donas-de-casa e de filhas dedicadas.

Era a ruptura e a continuidade não só nas mulheres militantes, mas nas organizações, nos “companheiros de militância”. A “promiscuidade” vista e condenada por eles, era uma representação das mulheres na época. As mulheres não “compartilhavam” de tal representação sobre elas. Da mesma forma, aparece na memória social do período com uma imagem, uma visão sobre militantes, que, em grande parte, é “condenada” atualmente. Entretanto, muitos ex-militantes, hoje, ratificam tal percepção de outrora em seus depoimentos e em suas memórias. Ou relembram de forma crítica – como era feito, o que se pensava, qual era a concepção – ou mantêm a crença – “compactuam” – naquela visão.

Podem considerar tanto antes como agora, no presente, aquelas mulheres que transgrediram os códigos de gênero, como desviantes. Já as mulheres, ao *rememorarem* esses episódios, criticam hoje a representação, a concepção que se tinha sobre elas. Assim, constituem uma memória. Podem, também, relatar nunca ter sofrido preconceito, o que pode ser tanto uma representação da época, ou uma memória construída *a posteriori*, no sentido de não quererem fragmentar o movimento, suas experiências, suas trajetórias, suas narrativas, isto é, suas memórias. Ou seja, colocar em xeque a identidade consolidada na memória.³¹¹ Tem o objetivo de se afirmarem e se identificarem. Assim, o discurso do trauma, da *vitimização* e da *heroicização* é sedutor e majoritário, e que acaba por influir na formulação da memória passada.

Voltando à análise a Iara, percebe-se que logo ela torna-se “musa”. Ao mesmo tempo em que cativava – por sua beleza inclusive -, chocava. Seu discurso sobre a *mulher* impressionava não só por ser transgressor, mas ao mesmo tempo por defender uma postura mais feminina, rejeitada pela maior parte das militantes, as quais recusavam essa condição de mulher.

O quadro formulado por Patarra do retrato de Iara é complexo e arrebatador. Uma mulher que manteve comportamentos e relacionamentos que ainda não eram

³¹¹ Essas afirmações são baseadas nas leituras de diversas obras memorialísticas do período da luta armada de e sobre militantes que contribuíram para uma percepção da atmosfera da época e das trajetórias das mulheres militantes cf TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*: romance. São Paulo, Alfa-Omega, 1977; POLARI, Alex. *Em Busca do Tesouro*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982; PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996; GUARANY, Reinaldo. *A Fuga*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

costumeiros, mesmo na avançada Maria Antônia. Iara, por muitas razões, condensava em si, na sua vida pessoal e na sua militância, as contradições, as esperanças e o desencanto dos indivíduos que diante de uma atmosfera que exalava *radicalização* achavam que tinha chegado a *hora da revolução*.

Para Iara a revolução era sexual também. A troca de parceiros significava libertação. O sexo se dissocia da reprodução e é associado ao prazer. Transformações pelas quais a maioria das mulheres do período, como as militantes, passavam.

O fragmento abaixo demonstra a relação de Iara com os homens e como se davam suas relações amorosas:

“*Tinha uma coleção enorme de namorados*. Conhecia e se apaixonava. Insegura, esperava demais; e *eles queriam exclusividade*. Não dava certo.”³¹²(grifos meus)

“ Chegavam a dizer que Iara provocava outros homens, devido à *fama de namorada do passado*.”³¹³ (Grifos meus)

Acima é evidenciada a liberdade que estava experimentando. A liberdade e o desejo sexual – algo inusitado nos anos 60. Mostra a abertura que as mulheres, mesmo criticadas, estavam começando a vivenciar. O sexo causal. A diversidade de parceiros.

Em relação às militantes em geral, a clandestinidade, as prisões e as mortes contribuíam para as relações amorosas efêmeras. Entretanto, como já dito, muitos consideravam essas posturas como “promiscuidade” e a viam de forma negativa. Era o desvio. Uma problemática que corresponde à *moral e aos bons costumes*.³¹⁴

O machismo era uma constante, segunda a biografia de Iara, tanto na vida desta militante em particular, como na de outras mulheres militantes.

³¹² PATARRA op.cit., 1993 pág 106

³¹³ Idem pág 357. Aqui nota-se claramente uma conotação sexual e apelativa no comentário. Não a viam nesse momento como transgressora, com o sentido positivo, mas como uma desviante promíscua. Uma visão negativa. Isto atrapalharia no seu objetivo de luta e poderia comprometer a organização e seus projetos, principalmente por se relacionar com o chefe da organização, Lamarca, e por conviver num ambiente repleto de homens. Iara ao mesmo tempo em que era valorizada, era criticada. E percebe-se isso nas falas que eram feitas a seu respeito. Entretanto, é necessário dizer que essa fala apresentada faz parte da memória produzida sobre a militante, uma vez que a autora [Judith Patarra] trabalha com base em entrevistas de pessoas que conviveram com Iara.

³¹⁴ Por todas as esferas envolvidas: a sociedade civil, a grande imprensa, a repressão e as organizações de esquerda revolucionárias, nas quais a grande maioria dos militantes era do sexo masculino. Não obstante, observa-se essa postura proveniente das próprias mulheres.

Esse machismo dizia respeito à não-aceitação do comportamento libertário das mulheres, no que concerne à sexo, relacionamentos, roupas, e postura, como ainda ao próprio fato de serem mulheres, indivíduos. Isto é, era o próprio preconceito para com as mulheres.

Mais uma vez a imagem de Iara como mulher perfeita, ideal é formulada nesta obra memorialística. Patarra descreve uma mulher, acima da militante, a qual tem ética e fervor na luta, que não aceita passivamente o que tentam lhe impor. Em um episódio destacado no livro, Iara, enfrenta uma situação de machismo a que foi submetida por um *companheiro* militante. Inclusive leva o acontecimento para a discussão na organização, algo que não era de costume.

Abaixo fica clara a exposição das situações de machismo pelas quais ela como outras militantes passavam:

“ Quero pedir moção de censura ao *companheiro Rubens. Ele não tem respeito pelas companheiras*. Há pouco, numa reunião da Psicologia, *chamou-nos de vacas*. É de levar as coisas a um nível muito baixo, *um machismo revoltante e ultrapassado*.

- Sacana! Gritou alguém do MCI – pura apelação.”³¹⁵ (grifos meus)

Neste episódio, Iara e outras militantes são chamadas de “vacas” por um homem, um *companheiro* de organização. Palavra depreciativa e com conotação sexual. Entretanto, não se faz submissa e protesta. Mais uma vez subverte. Visão esta constantemente veiculada na biografia escrita sobre sua trajetória.

Essa opinião sobre sua personalidade em relação às rupturas é percebida não somente em sua biografia, produzida por uma não militante, mas também na memória dos próprios militantes que conviveram com ela. O discurso sobre sua pessoa é quase o mesmo e não deixa de constituir uma construção. Talvez, não “consciente” no período vivenciado, mas afirmado no tempo presente – pelo menos no início da década de noventa. O interessante seria agora notar o que permanece ou não ao longo das décadas, devido às constantes mutações dos discursos. Todavia, quando uma memória é sacralizada, ela dificilmente sofre muitas alterações.

Nota-se uma opinião sobre Iara na passagem abaixo:

³¹⁵

Idem pág 176.

“ *Por desfrutar de liberdade, fora dos padrões*, ela possuía um elemento de *avanço, coragem e desprendimento*.”³¹⁶ (grifos meus)

Repara-se, portanto, que a autora faz uso da fala de outros indivíduos, inclusive os transcrevendo, para situar Iara no mundo, como sujeito. Como a personagem já era falecida³¹⁷ no ano da publicação da obra, não se pode averiguar a repercussão de sua biografia, ou seja, de sua memória em relação à própria biografada. Não se pode saber se ela a ratificaria ou a rejeitaria, já que como todo ser social, formula uma memória sobre o seu passado. Ela veria isso como história (na verdade seria mais uma memória) ou teria outra percepção do seu passado? E mais, seria ela a escrever sua trajetória, ou deixaria sobre a responsabilidade de outros, como Judith Patarra ou um escritor-homem? Questões que ficarão sem respostas.

Tal relação de obra, memória e identificação ficou a cargo de sua família, que parece aceitá-la. A sua representação, a sua memória, é proveniente tanto da memória, da visão, e da opinião de outros – como amigos, família –, quanto da pesquisa da autora, de arquivos e escritos pessoais, como se fosse a própria Iara falando. Ou seja, uma memória é formada através de várias memórias e que por buscar – ou ter – algo em comum e uma identidade acaba por constituir uma unidade que se afirma como o todo.

Uma grande ênfase é dada à sua afetividade, uma vez que se constitui elemento essencial de sua personalidade. Esta muitas vezes foi deixada pelas militantes. Novamente, Iara vai em direção oposta. Iara não desconecta sentimentos – subjetivos – da luta política. Para ela, os dois se completavam.

A problemática da subjetividade para a maioria das mulheres militantes era algo complexo. Funcionava como fosse um paradoxo: sentir ou lutar? Embora não se possa dissociar as duas esferas, pois que a luta suscita sentimentos também. As militantes, como se observa em suas falas em variadas obras memorialísticas, como nesta biografia de Iara, em entrevistas, em escritos e outros, tentavam negar ou reprimir esse lado. Alguns motivos podem ser cogitados para isso: o machismo, o perfil ideal de militante, o preconceito, as concepções de época e a própria situação de luta política na qual estavam inseridas. Todavia, era algo presente, como fala Dilma Rousseff acerca da sua própria visão do tema e do que pensava Iara:

³¹⁶ Idem pág 81. Trata-se do depoimento de Evelise à Judith Patarra.

³¹⁷ O “mito” também tem a ver com o fato de a militante ter morrido. Talvez o fato de Iara Ter morrido contribua para a sua mitificação, assim como, a história de amor.

“*É perversão, comum na militância, reprimir a afetividade. Ela se mistura a tudo, impregna o lado político. Acreditar que basta combater é o cúmulo do voluntarismo. Eu me sinto meio marciana ao insistir no valor da vida íntima, das confidências. Inviável dar conta, sozinha, da própria subjetividade.*”

- *Dilma concordava, grande olhos umedecidos. Que ousadia de Iara, enfrentar a coerção e assumir a importância dos sentimentos.*”

³¹⁸(grifos meus)

Com isso, demonstra-se como essas mulheres militantes viviam em situação de *antítese* de si mesma. Questões sobre as quais irão refletir anos depois³¹⁹. A luta armada, então, engendrou algumas problemáticas – entre elas a de gênero –, com as quais ainda lidam atualmente.

Concluído este assunto, ainda nos resta um tópico muito importante de se mencionar, também trabalhado nos livros já analisados nesse capítulo. O tema da imprensa.

Na biografia de Iara Iavelberg, a imprensa não é abordada como parte da sociedade civil³²⁰. Na verdade só aparece quando narra a primeira vez em que publicam uma reportagem acerca da militante. Em alguns momentos relata certas notícias sobre a VPR, Lamarca, ou algumas ações. Entretanto, é só a título de conhecimento do que ocorria no momento com a personagem, demonstrando o que ela vivenciava. Evidencia ainda que a militante também lia as notícias publicadas pela grande imprensa. Algumas vezes discordava, acusando os jornais de manipuladores e mentirosos e a favor da repressão. Então, mesmo que haja uma crítica à grande imprensa, esta diz respeito a serem tendenciosos também, ou até atuarem em convênio com o regime.

Todavia, a memória de Iara não vê a imprensa como *locus* de posicionamento da sociedade civil e nem a sua *colaboração*, como já trabalhado no capítulo 2, com o regime. O livro pode falar da imprensa como órgão à parte, sujeita à repressão – por *censura* ou *conivência* – mas dispensa a existência da atuação na imprensa de uma

³¹⁸ Idem pág 296. Narrativa feita pelo livro para relatar as experiências e trajetórias de Iara.

³¹⁹ É interessante notar que o discurso e até a própria memória podem se modificar de acordo com os anos, ou de década em década. Este livro é da década de 1990. Os primeiros livros analisados neste capítulo remontam a década de 1980. Alguns temas não aparecem nos primeiros, mas nestes já analisados dos anos 90; ou aparecem nas obras da década de 1980 e, também, mas de forma diferente, com outra apresentação, nos livros mais recentes. Notar as permanências ou diferenças entre as memórias e entre as décadas nos ajuda a perceber a memória e as representações das militantes. Esta análise será feita mais a frente para nos auxiliar na realização da pesquisa.

³²⁰ É preciso observar que a autora Judith Patarra é jornalista.

parcela da população. Portanto, não partilha da idéia de que a sociedade civil – em geral, ou inserida na repressão e na grande imprensa – aderiu, apoiou, legitimou e estava em *consenso* com a ditadura. A ligação “imprensa-sociedade”, “imprensa-sociedade-repressão” não é feita, ou propositalmente, no sentido de *esquecer* e *silenciar*, ou por não fazer parte da sua percepção, da sua reflexão. No máximo o que há é a ligação, “imprensa-repressão”, mas tratando a grande imprensa como órgão – de notícias, dos grandes empresários, do capital – que se relaciona com outro órgão – o repressivo – e nisso, reside algumas críticas³²¹.

Para se perceber como aparece a imprensa na biografia de Iara, é válida a passagem:

“ O nome da ‘professora assistente de Psicologia’, apareceu nos jornais no meio dos economistas. As detenções ‘ na rua ou em casa’, dia 27 de junho, forma atribuídas à participação nos comícios-relâmpago. A polícia ocultou a suspeita de luta armada para impedir o sobreaviso de outros núcleos.”³²² (grifos meus).

Assim, no que diz respeito à ponderação de *lembranças*, *silêncios* e *esquecimentos* que envolvem a memória, a imprensa, a sociedade e a repressão, esta biografia também se coaduna com a sacralização de uma memória. Quando não identifica as aproximações entre a sociedade, regime, imprensa, acaba por não atribuir responsabilidade à sociedade na construção do regime. O fato de não discorrerem sobre a grande imprensa ou a sociedade, colocando toda a *imputabilidade* na repressão significa também uma representação sobre o período da luta armada, mas igualmente, uma visão e concepção formulada. Esta pode ser *consciente*. Entretanto, devido a grande parte dos militantes concordar com a *verdade* estabelecida em relação à imprensa, a sociedade e a repressão, acabam por *silenciar* ou preferir *esquecer* – pela não aceitação – o aspecto da *colaboração* entre essas esferas. E é isso que aparece nas memórias produzidas por eles.

³²¹ No máximo o que ocorre é a descrição da percepção da visão da repressão sobre os episódios de luta armada, ou de prisões nas notícias dos periódicos. Os militantes estariam conscientes que a imprensa não publica sem a interferência do governo vigente. Há críticas em relação a isso. Entretanto, não é questionado se é devido à censura e ao autoritarismo ou se há uma *colaboração* precisa desse órgão para com a repressão. Em nenhum momento a participação da sociedade civil nesse movimento é trazida para o debate.

³²² PATARRA op.cit., 1993. Pág 230. A autora cita os periódicos em cujos nomes de Iara aparece pela primeira vez e dos quais ela retirou as informações para escrever a passagem. São eles: “ *O Estado de S. Paulo*”, do dia 6.07.68 e “*Folha da Tarde*” ,do dia 1.07.68. É preciso mencionar que esses periódicos da grande imprensa são/eram considerados de *direita*.

É necessário dizer que nesta biografia, no pouco em que se refere à imprensa, não aparece as visões das organizações acerca das construções feitas sobre as militantes na imprensa, como questionado por Herbert Daniel quando fala da “Loura dos Assaltos”. O que ocorre é a exposição e a crítica das referências que repressão possuía. Não obstante, é narrada a *opinião* dos companheiros das organizações, a qual é baseada no machismo. Entretanto, a repressão ainda é a apontada como *responsável* majoritariamente por tudo. As outras esferas, como a imprensa e as próprias organizações, são *relativizadas*.

Cristaliza-se, assim, um discurso de *culpado* – a repressão – e de *inocente* – Iara, assim como a maioria das militantes e, até mesmo, a sociedade. A memória, então, acaba por sacralizar um indivíduo e, também, uma geração: as militantes dos anos 1960, que romperam com as barreiras do sexo feminino, se engajaram na luta armada em defesa do *povo*, para a transformação da sociedade e a realização da *revolução*. O regime ditatorial é o opressor. Já o *povo* é percebido como aquele que não aceita a ditadura, mas que precisa de uma vanguarda que o lidere – as organizações da esquerda armada.

Em relação à Iara, ela é colocada no patamar de “musa” e “heroína”. No livro, as rupturas e as permanências da sua trajetória aparecem como em constante *evolução*, em um tempo linear, em que tudo é coerente e faz sentido. Desde a infância até a morte. Como se suas posturas desde criança já apontassem para o que ela viria ser na juventude. Sua transgressão³²³. Até seus “problemas” são visto como parte da “excentricidade” de Iara. Tudo isso reunido em uma reportagem biográfica que se apresenta como uma reconstituição da vida de toda uma geração de militantes da esquerda brasileira. Todavia, ao final, reúne uma gama de memórias como se fossem História. Proporciona, assim, uma formulação ao narrar o passado. Isto é, um controle do passado, sobre a memória.

Patarra, então, uma mulher não militante, dedicou vários anos de pesquisa, de repetidas entrevistas com dezenas de pessoas, de reflexão e de estudo, para produzir este trabalho. O resultado aparece como uma percepção apaixonada de seu objeto. A biografia, assim, partilha de uma memória social coletiva que endossa e por ela é endossada.

³²³ Tal afirmação recai no plano da problematização da biografia, que possui o tempo linear. Aqui procuro analisar a obra. Entretanto, sabemos que isso é uma característica própria das biografias.

A Memória e o futuro:

A noção de futuro³²⁴ tem relação com a idéia de projeto, a qual, de acordo com Gilberto Velho³²⁵, está inserido num campo de possibilidades e marcam o advento do indivíduo-sujeito. Como o sujeito é fundamental na sociedade moderna, igualmente é a sua trajetória de vida. O projeto, assim, antecipa no futuro esta trajetória. Busca pelo estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios pelos quais os atingirão. Com isso, memória e projeto se relacionam: aquela é uma visão retrospectiva que se articula para dar sentido à identidade, a construção de pertencimentos sociais. Já o projeto é uma visão prospectiva que situa o indivíduo no campo das possibilidades, como espaço para negociação na construção de identidades sociais. Ou seja, existe como forma de expressar e articular interesses, sentimentos, objetivos para a transformação da realidade social. Como consequência, o projeto e a memória se associam, pois dão significação à identidade.³²⁶

O discurso da “falta de memória” é uma memória em si, ou melhor, é uma *uniformidade* que quase se institui como uma identidade entre esses indivíduos. Assim, torna-se algo positivo, devido ao intuito, como se alega, para a realização de obras biográficas e autobiográficas. A biografia de Iara, então, é apresentada nessa perspectiva: lembrar uma mulher “inigualável”, uma que se destacou entre outras militantes. Deve-se tê-la na memória para não esquecer, para valorizar, para “ficar na história”. E, assim, contar às gerações futuras o ocorrido no passado – as *atrocidades* – e precaver de que aconteçam no futuro.

Há, portanto, uma expressiva bibliografia referente ao período da luta armada. Escrita por (ou sobre) seus protagonistas: militantes de esquerda, da direita, como também por muitos estudiosos do período. A maioria dos relatos disponíveis estão marcados pela diversidade dos sujeitos e pela multiplicidade de abordagens. Assumem formas que vão desde relatos de trajetórias aos testemunhos, contendo memórias,

³²⁴ A noção de futuro pode ser trabalhada em diversos sentido: o futuro da memória, com que objetivo e para quem esses livros, essas memórias vão ser escritos? O sentido da “não repetição” dos erros do passado no futuro – discurso majoritário da maioria das memórias. E, também, o sentido da visão prospectivas dos objetivos e dos fins a serem alcançados por parte dos militantes de esquerda armada, os quais tinham um projeto para responder e atender aos seus anseios e, assim, projetar um futuro que se tornaria, no devido momento, o presente.

³²⁵ VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Ed: Jorge Zahar; Rio de Janeiro, 1994.

³²⁶ Para melhor esclarecimento ver: VELHO op.cit,1994.

entrevistas, reconstituições ficcionais, apresentadas sob a forma de livros e até mesmo filmes e documentários³²⁷.

É sobre essa intenção, que o próximo livro analisado foi produzido: *Memórias do Esquecimento* de Flávio Tavares³²⁸.

A autobiografia de Flávio Tavares: não se deve esquecer

Esta obra é uma autobiografia, portanto, se difere em parte dos livros já analisados da década de 1990. Tavares era um jornalista engajado na década de 1960. Quando ocorre o golpe, ainda passa um tempo na legalidade. Posteriormente, principalmente no considerado ano mítico de 1968, *cai* na clandestinidade. É banido do país em 1969, em troca da liberdade do embaixador americano Charles Elbrick.

Assim, ele é um militante. Mas não um militante de ações armadas, atuava na nos contatos. O fato de ser ex-militante e o autor da própria biografia influencia a obra memorialística.³²⁹ Não se pode deixar de mencionar que também é do sexo masculino. Como já dito, são poucos os livros escritos por mulheres e os que tenham uma perspectiva de gênero³³⁰. Não obstante, mesmo as obras escritas por homens podem nos fornecer informações e representações sobre as mulheres militantes. Afinal, ambos conviveram no mesmo espaço e tinham trajetórias associadas.

Neste livro, então, protagonista e narrador são os mesmos. Apresenta-se como vítima e como testemunha. A biografia é descrita como um romance³³¹ de ação, que

³²⁷ Alguns filmes sobre a questão da luta armada e dos militantes podem ser exemplificados: *Lamarca* de Sérgio Rezende (1994); *Que bom te ver viva* de Lúcia Murat (1989); *Quase dois irmãos* de Lúcia Murat (2004); *O que é isso Companheiro?* de Bruno Barreto (1997); *Cabra-cega* de Toni Ventura (2004); *Batismo de Sangue* de Helvécio Raton (2006); *Hércules 56* de Sílvio Da-Rin (2007). Estes filmes e documentário nos ajudam a perceber as representações sobre os militantes da esquerda, inclusive, as mulheres, mesmo que poucos sejam os estritamente direcionados a elas. Através de relatos e narrativas podemos entrar em contato com a trajetória desses indivíduos e, até mesmo, observar as visões que a repressão e a sociedade possuíam dos mesmos. Repara-se que as películas foram produzidas em diversas décadas também. O que pode nos sugerir a mesma metodologia para análise dos livros: o que permanece ou não durante o passar dos anos? Também podemos tentar perceber se há diferença entre os filmes e os livros no tratado do assunto. Os filmes igualmente produzem memória. Entretanto, os filmes não serão analisados nesta dissertação, o que requereria uma outra análise e um conceito teórico-metodológico específico. Para melhor esclarecimento ver: FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³²⁸ TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. - 3. ed. - São Paulo, Editora Globo, 1999

³²⁹ Já se discutiu no presente capítulo a peculiaridade da autobiografia.

³³⁰ Como apontado por Samantha Viz Quadrat no exame de qualificação e já demonstrado no capítulo.

³³¹ Vale lembrar que Tavares é um jornalista. Infere-se daí a suposta postura de objetividade, mas que por ser um romance não ocorre. Sobre as peculiaridades do romance e sua diferença entre história, narrativa e literatura etc ver: GINZBURG op.cit, 1989 e GINZBURG, Carlo. Apontar e citar: a verdade

possuí emoção e afirma contar a *verdade* sobre período do regime civil-militar. O discurso é o da necessidade de *lembrar*. Recordar e divulgar essa reminiscência por mais dolorosa que seja. O trauma é presente. Tanto que o próprio autor prefere *esquecer* seu passado. Não pode. Não consegue evitar a lembrança. Tenta, mas não consegue. Daí surge o ato de relatar: é a solução dessa *luta* – e *escravidão* – com a memória, como diz Tavares. Ele demorou trinta anos para contar, mas pela necessidade – emocional e social – escreve, deixa registrado a sua trajetória.

Logo nas primeiras páginas, Tavares deixa claro esse objetivo. É a sua introdução, que pode ser lida como uma espécie de justificativa por ter tomado essa atitude. Alguns trechos da introdução esboçam a fala do autor:

“ *Tornei-me um esquizofrênico da memória ou de mim mesmo: o que queria e desejava agora me impacientava em seguida me cansava e aborrecia logo adiante.*”³³² (grifos meus)

“Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer.”³³³

“ *Eu me lembro tanto* de tanto ou de tudo que, talvez, *por isso, tentei esquecer.*”³³⁴ (grifos meus).

“ *Esquecer? Impossível*, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo e a alma sofridos *não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente.*”³³⁵ (grifos meus)

“ *A única solução é não esquecer. E por não esquecer te conto, minha amada. Com um grito te conto.*”³³⁶ (grifos meus)

Desse modo, observa-se novamente como a memória é diretamente intrincada com o ato de narrar as experiências de vida. O próprio autor o reconhece e discorre sobre isso. Reflete sobre suas implicações, tais como *lembranças* e *esquecimentos*. Para o militante a memória é o psicológico, o emocional. Para nós, historiadores, olhamos para a memória como um mecanismo, como um conceito, como objeto de estudo. Tavares não trabalha ou estuda a memória. Mas ele a usa. Não é um pesquisador, e sim a personagem. Personagem esta que dialoga com o leitor. Reflexão? Auto-crítica? O

na história. *Revista de História*. Campinas: UNICAMP, vol. 2, nº3, setembro, 1991, p. 93.

³³² TAVARES op.cit.1999. pág 11.

³³³ Idem

³³⁴ Idem pág 13.

³³⁵ Idem

³³⁶ Idem.

tempo decorrido entre os acontecimentos e o livro? Mais uma vez, os fatores da memória sobressaem.

Com isso, o seu discurso sobre a memória também configura uma construção *a posteriori*. Afinal, somente três décadas depois ele resolve se pronunciar a respeito. Esses trinta anos passados podem também ter influenciado a sua formulação da memória e sua concepção de vida, trajetória e luta. As camadas de décadas e o passar do tempo, com as implicações políticas e as do presente, podem acabar por *transformar* a memória de Tavares³³⁷.

O foco, obviamente, é a trajetória e as experiências de Tavares. Todavia, através da narrativa de suas vivências, o autor nos apresenta o sexo feminino militante. Devido à sua convivência com as mulheres que militavam e por estar inserido no *universo da luta armada*, Tavares discorre sobre algumas problemáticas femininas durante a ditadura.

Um dos temas expostos diz respeito às mulheres e à repressão, à prisão e à tortura que as militantes vivenciaram. Tópico muitas vezes abordado pelas obras memorialísticas dos militantes das esquerdas revolucionárias, como visto nos livros estudados no capítulo. Novamente, a repressão é o centro. Através dela, podemos entrar em contato com as percepções e as atitudes do regime ditatorial em relação às mulheres militantes.

Quando Tavares relata as sevícias sofridas por ele e pelos militantes, acaba também por tratar das mulheres nessa situação. Usa a forma comparativa para expor a problemática. Demonstra enxergar um peso maior no procedimento da tortura para as mulheres, principalmente devido à questão sexual e a do corpo. Embora evidencie o seu desgosto pela memória que a repressão lidava com as mulheres, solidarizando-se com elas, percebe-se claramente que a humilhação era vivida – inclusive humilhação sexual – pelos homens também.³³⁸

Sobre a relação tortura e mulheres Tavares afirma:

³³⁷ Baseada na perspectiva de Beatriz Sarlo para quem o ato de narrar o passado não está livre da marca do presente. Para a autora toda a memória é anacrônica. Tal discussão já foi exposta no primeiro capítulo da dissertação. Para melhor esclarecimento ver: SARLO op.cit.2005.

³³⁸ Tavares fala sobre os choques elétricos tanto nas mulheres como nos homens: naquelas era introduzido o cabo metálico na vagina; nestes eram amarrados os fios no pênis. E em ambos existia a alternativa de choque elétrico no ânus. Um tabu, principalmente para os homens. Assim, observa-se que a humilhação e o abuso sexual também ocorriam para o sexo masculino.

“ De modo geral, *os homens-prisioneiros se despiam fácil, mas as mulheres se negavam e resistiam*. Primeiro, argumentavam. Com paciência ou com ira, *perguntavam se o torturador faria isso com a mulher, a mãe e a irmã ou a filha*. Depois, empurravam o sargento que lhes ia *arrancar a blusa ou a saia*. Outras vezes, mentiam e se diziam menstruadas, sem saber que provocavam, assim, um sadismo abominável e abjeto: dois ou três se atiravam sobre a prisioneira e, subjugada, ela era apalpada e cheirada nos órgãos genitais, enquanto lhe arrancavam a roupa (...) e, como ela já estava no chão, deitada e inermes, abriam-lhe as pernas e – para começar e não como requinte final, como era a norma – *metiam-lhe o cabo elétrico na vagina*.³³⁹ (grifos meus).

Neste trecho, como já exposto, Tavares descreve como era a experiência das mulheres presas e o procedimento da tortura. Nota-se, como percebido em outros livros de memória, a intenção de humilhar a mulher, a partir de seu corpo. Daí é possível extrair a representação da ditadura acerca das militantes, como também, a representação dos militantes, das organizações – simbolizado por Tavares sobre as mulheres e a tortura por elas vividas.

Na passagem citada, nota-se que prevalece o sentido de demonstrar a força e o poder de abuso sobre as militantes. Infere-se, portanto, que as sevícias passavam pela conotação sexual, com abusos, humilhações físicas e verbais. É preciso se lembrar dos termos utilizados: *vagabunda, puta, vaca*. Na tortura, a repressão não diferia os homens das mulheres, não as poupando da violência. Submetiam-nas de igual forma aos choques, aos espancamentos etc. A “condição feminina” só se destacava na espécie de sevícia e nos abusos físicos, ligados sempre à questão sexual, como o estupro.

Mais uma vez é a questão do corpo da mulher que sobressai. É nele que a repressão vai agir. A noção da *moral* e dos *bons costumes* aí se deteriora. Afinal, essas militantes eram consideradas mulheres desviantes e, como tal, eram *amorais* e não mereceriam tratamento digno. Um paradoxo existente: ao mesmo tempo em que exige da sociedade e das mulheres uma postura correspondente à *moral* e *aos costumes*, a ditadura não exerce tal postura quando se depara com indivíduos opositores a ela. O fato se agrava quando se trata do sexo feminino. Com isso, é o corpo das mulheres e a sua imagem que a repressão vai atingir.

339

TAVARES op.cit.1999, pág 36.

De igual forma é também a esse aspecto que as militantes vão se *apegar*, enfatizando em seus discursos a maneira em como eram tratadas. É uma espécie de *bandeira* por elas levantada, ou uma identidade. Nas memórias, a *lembrança* da tortura e da ação no corpo feminino aparece constantemente – salvo exceções que, por razão de trauma e da “vontade de esquecer”, não se remetem a esse assunto. A própria obra de Tavares representa isso. O militante – um homem – aludi à questão do sexo, do corpo feminino, da tortura, da humilhação, da repressão em relação às mulheres militantes.

A partir do extrato acima, ainda podemos refletir sobre a atuação das presas. No início, as militantes “usavam” da *condição de mulher* na tentativa de serem poupadas das sevícias e dos abusos, ao perguntarem se os policiais fariam isso com sua mãe, sua esposa ou sua irmã. O intuito, parece, é o de obter respeito. A idéia predominante era: “com mulheres não se faz isso”.

Esta concepção nos faz pensar sobre a questão específica de gênero. Essas mulheres, ao evocarem este discurso, estariam aí se nivelando? Isto é, estariam se comparando aos homens, no sentido de hierarquia e/ou superioridade? Duas leituras podem ser feitas dessa fala de Tavares, que diz corresponder às *palavras* das militantes: ou elas se consideravam “superiores” aos homens, pois podiam “exercer” essas condições tidas como especiais e, assim, não poderiam ser tratadas de forma agressiva. Ou se colocavam como seres frágeis, como se fossem distantes dessa situação. Teriam até como base, o *senso comum* segundo o qual “em mulher não se bate nem com uma rosa”. Das duas formas, baseado na passagem citada, parece que não poderiam ser tratadas daquela maneira ou passarem pelas torturas. Todavia, isso não quer dizer que elas acreditavam que a tortura poderia acontecer em homens.

A partir disso, nos questionamos em relação às próprias mulheres militantes e o seu meio. Falas como estas e determinadas posturas e concepções de assexualização configuram novamente um movimento de rupturas e de continuidades na formação do sujeito militante feminino.

Como mostrado, as militantes negam muitas vezes sua condição de mulher durante a militância, principalmente quando esta diz respeito às ações práticas, armadas, militares, aos treinamentos físicos etc. Sendo assim, julgam necessário partilhar das características consideradas masculinas, como força, vigor, rigidez para se afirmarem. Por que, então, na hora da tortura, essa postura “masculina” não é manifestada? Se elas

declaram suportar o mesmo peso e as mesmas atribuições dos homens durante a militância revolucionária, por que não agüentariam como eles as sevícias praticadas? Por que o discurso de se igualem às mães, às esposas e às filhas dos torturadores se tanto estes quanto elas se vêem distantes e diferentes dessas mulheres? Seria uma estratégia de defesa, já que a repressão enxerga o sexo feminino desse modo? Ou elas também se enxergam dessa forma, partilhando, assim, também desse perfil destinado às mulheres? A resposta considerada mais plausível para esses questionamentos compete às *ambivalências*³⁴⁰ dos seres sociais e as rupturas e as continuidades que as mulheres enfrentam durante a sua trajetória de vida. Ao mesmo tempo em que são mulheres, são militantes e vice-versa. Ora dispensam essa qualidade, ora a retomam. *Ambivalência* que pode parecer um paradoxo, mas não é. São comportamentos. Tal *ambivalência* – e exemplo disso –, pode ser observada na narrativa da memória de Tavares. Assim, podemos observar uma representação das mulheres militantes pelas próprias mulheres, que está sintetizada nessa autobiografia.

Outro tema que podemos perceber sobre as mulheres no livro de Tavares corresponde aos relacionamentos entre homem-mulher e suas implicações, principalmente na postura dos homens, das organizações perante o sexo feminino. Como sabemos, estas obras, tais como os livros já analisados, o assunto dos relacionamentos entre os sexos é sempre referido.

Em uma situação particular, apesar de não ter um envolvimento amoroso, Tavares delinea um vínculo com uma militante, Ítala³⁴¹. O autor tem a visão condescendente em relação às mulheres, mesmos as militantes. Isto se dá porque Ítala é do sexo feminino, influenciando, inclusive, nas decisões ou concepções políticas de Tavares. É a subjetividade em consonância com a visão que se possui do sexo masculino e do sexo feminino que encontra a política e a militância.

A partir do olhar de Flávio Tavares, enquanto sexo masculino, repara-se a relação e postura que se tinha com a mulher e com a sua militância:

³⁴⁰ Conforme o conceito de *Penser-doble* proposto por Pierre Laborie: LABORIE, Pierre *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale. 1936-1944*. Paris: Seuil, 2001 e LABORIE, Pierre *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.

³⁴¹ A militante teve um romance com Fernando, também militante. Novamente nota-se uma referência nos livros dos relacionamentos amorosos entre militantes

“Quando vi a lista nas mãos do Dagoberto, explodi: ‘ a Ítala, não!’ Argumentei que valia incomensuravelmente mais tê-la junto à opinião pública com o prestígio de jovem atriz (...) e que ela seria a grande combatente sendo uma propagandista da causa. Espernei por estar convencido disso, de que a utopia necessita de musas públicas? Ou foi tudo mero acaso, e tu não embarcarias, mesmo, naquela *romântica aventura de treinar para heroína e, depois, como outras e outras, morrer com um cão faminto atropelado na estrada?*”³⁴² (grifos meus)

Infere-se, portanto, a partir do relato do autor sobre Ítala, uma postura de proteção do homem para com a mulher. Não se pode generalizar, principalmente porque fica claro que essa militante possui um vínculo afetivo com Tavares. No entanto, a citação exemplifica uma determinada postura e atitude que várias vezes ocorriam nas organizações das esquerdas revolucionárias, especialmente dos militantes para as militantes. Tal atitude corresponde a uma “proteção”. Há também uma “defesa” do sexo feminino em se tratando de situações de grande risco, como expropriações, treinamentos, clandestinidade etc. O intuito é poupá-las, resguardá-las.

Entretanto, ao mesmo tempo em que enxergamos um zelo para com as mulheres militantes, vemos uma noção machista da situação. A idéia do “sexo frágil” em relação às mulheres sobressairia e a hierarquização masculina se afirmaria: o homem era o indicado para perpetrar tais tarefas arriscadas; era o mais capacitado; suportaria. Com base nessa perspectiva, algo já incorporado por grande parcela da sociedade, era constituída a zona política de atuação de ambos os sexos³⁴³. Tais fatores, principalmente no presente, só podem ser enxergados a partir da realização de obras como biografias e autobiografias, que nos ajudam a ver as representações da época e juntamente estudar a formulação da memória.

³⁴² TAVARES op.cit. 1999, pág 235. Apesar de não ser objeto da dissertação, nota-se uma crítica ao projeto de via armada nesta passagem. O interessante é que essa memória foi produzida após o processo de redemocratização do Brasil e, como tal, a valorização da democracia e o “repúdio” à radicalização pode ter influenciado na conformação dessa memória.

³⁴³ Vale salientar que embora essa perspectiva seja predominante, existem aqueles que dela divergem. No livro há menção ao militante Thiago de Melo, o qual “convenceu o coronel Dagoberto, primeiro, e logo Brizola, de que elas – *e não só ele – também deveriam ser guerrilheiras e, portanto, preparar-se.*” Ainda assim, vê-se uma determinada concepção do assunto, que corresponde à possibilidade de se igualarem aos homens: “ (...) *e isso significava* tomar fuzil, caminhar 40 quilômetros com a mochila de 15 quilos às costas(...) se enfiar na lama (...) aprender tudo de ataque e defesa”. Ou seja, para serem militantes teriam que ter a mesma postura e o mesmo tratamento dos homens. Então, mesmo que haja *avanços* no sentido de haver mulheres nas ações práticas e na militância, há *restrições* no que concerne a seu alcance de atuação. Muito disso ocorre graças à concepção de “sexo frágil”, isto é, um certo preconceito e hierarquização em relação ao sexo feminino. Estas passagens se encontram em: TAVARES op.cit.,1999 pág 235 (grifos meus).

O último tópico abordado na análise desse livro é o da imprensa. A relação imprensa e sociedade e destas com a repressão. Tavares tem uma ligação com a imprensa, justamente por ser jornalista.

Em uma das primeiras referências sobre o assunto, o autor fala da questão da censura³⁴⁴. Muito embora faça ressalva da existência de um apoio civil ao golpe³⁴⁵, Tavares se foca no autoritarismo do governo vigente sobre a imprensa e a sociedade. O autor afirma que uma dessas formas autoritárias seria a censura nos jornais, que a combateram com diferentes estratégias. Assim, ele afirma a existência de uma postura de *resistência* e de *ação* por parte da grande imprensa, mas não de *colaboração*³⁴⁶.

Sobre isso, é elucidativa a passagem:

“Os espaços em que podia mover-se a oposição tornaram-se diminutos. Ao endurecer-se, porém, a *direita militar rompeu o próprio esquema civil que a havia apoiado e ampliou o leque opositor*. Os liberais autênticos ficaram *contra a ditadura e a enfrentaram com os instrumentos que tinham a mão(...) rebelião liberal quando O Estado de S.Paulo e o Jornal da Tarde desafiaram a censura*. Em vez de substituir a verdade das notícias cortadas pelos censores com a *versão mentirosa inventada pelo governo militar*, já que nenhum jornal podia circular com espaços em branco(...) eles começaram a publicar os cantos de *Os Lusíadas*, de Camões, ou insípidas receitas de cozinha, da primeira à última página, *mostrando que ali estavam informações censuradas.*”³⁴⁷(grifos meus)

Múltiplas informações podem ser retiradas do trecho acima. No que tange a grande imprensa, o autor deixa clara a posição adotada: para a imprensa foi tolhida a liberdade de expressão. Na concepção do autor, a imprensa não poderia publicar qualquer tipo de matéria – principalmente de/sobre oposição – ou a “verdade” sobre os acontecimentos, pois estava sob a vigilância do regime. Ainda destacado no livro e defendido por Tavares foi o enfrentamento da censura pelos periódicos da grande imprensa. Em nenhum momento ele menciona a possibilidade da *colaboração*, como

³⁴⁴ As outras referências dizem respeito a reportagens de jornais publicadas sobre fatos, acontecimentos, que envolviam o universo da luta armada e da ditadura. Como exemplo: “ Na manhã seguinte, os jornais noticiavam a fuga e informavam que um ‘pedestre’, um velhinho ferido como tiro no tórax(...) estava hospitalizado”. Tavares op.cit.1999 pág 53. Outra referência de reportagem publicada, dessa vez sobre o autor, nos jornais “*O Globo*” e “*Correio da Manhã*”: “ (...) data de saída, em que ocupamos quase todos os espaços [embarque no Hércules 56 rumo ao México]. Os jornais devem ficar com os jornalistas- me diz”. Idem pág 137.

³⁴⁵ Cita o jornalista e político Carlos Lacerda como um dos gestores civis do golpe.

³⁴⁶ Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR op.cit.2004

³⁴⁷ TAVARES op.cit. 1999, pág 42

afirma Beatriz Kushinir, ou do *consenso* para com a ditadura por parte dos grandes jornais, entre eles os mencionados no trecho acima.

Sua *lembrança*, é somente sobre os cortes feitos pela ditadura nas matérias que se propunham a *contar a verdade* e as estratégias a que os jornais recorriam para burlar tal bloqueio. Valoriza, como exposto, as atitudes “inovadoras”: não publicarem espaços em branco ou matérias editadas, mas utilizarem de táticas como os poemas de Luís de Camões ou receitas culinárias para enfrentarem o regime vigente³⁴⁸. O autor destaca, assim, a marca da *resistência* e da *luta* da grande imprensa contra a ditadura. Em momento algum questiona a atuação dos grandes periódicos ou se refere ao processo de autocensura, existente no interior da grande imprensa.

Ele *esquece* ou *silencia* sobre a autocensura. Ou porque não a enxerga ou porque não a admite. Existe também a possibilidade de que em sua memória essa atuação não teria espaço. Então, a *ausência* da postura de *colaboração* que a grande imprensa possuiu, pois utilizava os mesmos termos da repressão para os militantes, publicava só uma única versão (a oficial do governo), *praticava* a autocensura³⁴⁹, aponta para uma construção da memória.

A memória de Tavares, como as outras analisadas, não partilha da idéia de que a grande imprensa, apoiou, legitimou, consolidou e estava em *consenso* com a ditadura, como discutido no segundo capítulo. Nenhum aspecto sobre isso é explicitado. A *batalha* contra a censura é o cerne do discurso. Não percebe que ações como a dos poemas de Camões ou as receitas culinárias foram algo pontuais, em determinados momentos, executado por alguns indivíduos e que não obtiveram grandes efeitos ou repercussões³⁵⁰.

A memória do ex-militante, portanto, *dispensa* a grande imprensa como parcela da sociedade civil e como agente em *consonância* com o regime ditatorial. Não é levada em consideração a ocorrência da autocensura, da ação dos proprietários dos periódicos, os quais influíam, dirigiam e determinavam as diretrizes nos jornais, que foram

³⁴⁸ Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR op.cit.2004

³⁴⁹ Os próprios jornalistas, editores e donos dos jornais.

³⁵⁰ Vale lembrar que há relatos de ligações dos leitores dos periódicos para as redações dos jornais solicitando a receita ou reclamando que esta estava errada; não dava certo. Assim, infere-se que parte da sociedade civil não compreendia a estratégia de burlar a censura, ou até mesmo que o jornal estava sendo censurado. Dessa forma, os objetivos dessas estratégias pontuais não eram totalmente alcançados; não atingiam à sociedade civil em grande parte. Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR op.cit. 2004.

importantes na legitimação e consolidação da ditadura³⁵¹. Não atenta também para a atuação de alguns jornalistas *coniventes* com o regime vigente.

Então, estabelece-se um *esquecimento* e um *silêncio*, pois a ligação “imprensa-repressão” não aparece de forma alguma nos escritos de Tavares³⁵². Mais que um *esquecimento*, acredito ser um *silêncio*, pois silenciar pressupõe saber, ter o conhecimento, mas não querer falar, analisar, ponderar. Se Tavares afirma ter existido apoio de setores civis no golpe de 1964 e na sua legitimação³⁵³, como a imprensa – *locus* público e civil – não participaria dessa atuação? Ou seja, mesmo que reconheça o apoio civil, Tavares não fala na *colaboração* da grande imprensa, simbolizando que *silencia* sobre isso, pois não tem como a dissociar totalmente da sociedade. Se a grande parte da sociedade *aderiu* à ditadura por determinado período, a imprensa, como ator político e social, também estaria aí inserida. Assim, por não aceitar, por não concordar se prefere não falar sobre isso, mesmo que exista o conhecimento de tal fato. Ao contrário do *esquecimento*, em que não se *lembra* do assunto. Não é o caso que se configura na narrativa de Tavares, embora, possa haver o movimento de *lembrar* e querer *esquecer*.³⁵⁴

Tavares *lembra* a imprensa, os setores sociais, mas *silencia* parte dessa *recordação* e/ou *esquece* alguns aspectos. É a *escolha* do que *lembrar*. Tal atitude pode ser intencional e, aí, construída. Igualmente pode só aparecer com o decorrer do tempo, pelas transformações que ocorrem e pelo presente do momento. Vale salientar a influência dos ideais, das referências, das concepções, da política e da identidade na

³⁵¹ Lembremos o fato de os proprietários dos grandes periódicos partilharem e corroborarem com a ideologia difundida pelo regime ditatorial. Eram opositores ao comunismo e necessitavam de apoio financeiro para a manutenção do jornal, oriundo das propagandas e publicidades do próprio governo ou de grupos empresariais aliados ao regime. Assim, os jornais são atores políticos. Principalmente quando começam a fazer propaganda política. Nota-se que a maioria desses jornais, como *O Globo* e *Folha de S. Paulo* são considerados periódicos de “direita”. Desse modo, os “donos dos jornais” agiam de forma a não prejudicar os seus interesses e atender às demandas do Estado. Fazem isso prescrevendo diretrizes às redações dos jornais e demitindo quem discordasse destas. Sobre o assunto ver: KUSHINIR op.cit.2004 e KUNSCINSKI op., cit. 1991 apud KUSHINIR op.cit.2004

³⁵² Lembremos o fato de Flávio Tavares ser um jornalista. Tal característica pode ter relação com a posição assumida sobre a imprensa no seu livro.

³⁵³ Tal visão é aqui percebida com certo *avanço* no que diz respeito a reflexões de intelectuais militantes de esquerda.

³⁵⁴ Observemos que o autor passa a ser correspondente na Argentina do jornal *O Estado de S.Paulo* em 1975, plena ditadura. Novamente ele destaca as dificuldades por que passava a imprensa, como a censura, e não fala em *colaboração*: “ (...) passei a escrever para *O Estado de S.Paulo*, numa **relação profissional que escandalizou o SNI(...)** para não criar problemas, assinava com o pseudônimo Júlio Delgado, em homenagem a Júlio de Mesquita Neto – **que tivera a coragem de levar para o seu jornal um ‘banido’**, trocado pelo embaixador norte-americano.” (grifos meus) . TAVARES op.cit., 1999 pág 248

formulação da memória. E é sob essas circunstâncias que se constitui a autobiografia de Tavares, isto é, sua memória.

Distintamente de outras obras já trabalhadas, o livro de Tavares, não *desresponsabiliza* a sociedade, entretanto, *alivia* os *encargos* da grande imprensa no que concerne a sua atuação no período da ditadura civil-militar. Então, da mesma forma em que reconhece a atuação da sociedade civil, o autor não assume a mesma atuação da imprensa. Entende que foram setores, grupos específicos da sociedade que estavam em *consenso*, o qual não é monolítico. Não compreende que foi um conjunto de vários segmentos sociais, sendo a imprensa um destes. Esta é vista como um agente político e social, mas muito correlacionado à *resistência* e não à *adesão*. A obra memorialística, por conseguinte, *lembra, esquece* – de certa forma – e *silencia* ao mesmo tempo. Recursos estritamente relacionados à formulação da memória. O que ocorre no caso de Tavares – vítima, testemunha, autor e personagem – com sua autobiografia, levando em consideração todo o aspecto teórico que implica a “escrita de si”, é a realização da *memória em si*.

A partir da análise realizada da autobiografia, observa-se que esta memória, portanto, é uma espécie de autocrítica em alguns aspectos, embora, ainda muito militante, demonstrando a crença no seu passado. Possui a concepção da necessidade de contar para não esquecer, pois é preciso para o futuro. Por mais que se tente compreender o passado, ele é estabelecido como *verdade absoluta*.

Verdade, identidade, História e Memória se entrelaçam, então. Tais aspectos são estão relacionados às obras memorialísticas produzidas, como no caso das referentes à ditadura civil-militar. É necessário, portanto, notar as suas constâncias nas camadas de época.

Sob a perspectiva exposta em relação à biografia e à autobiografia, isto é, as memórias em geral, analisa-se a última camada de época: a mais recente, do início do século XXI, a década do ano 2000. Nesta década, os livros trabalhados serão uma autobiografia e uma biografia, as quais permitirão compreender as peculiaridades da “escrita de si”, *dividida* em “dois estilos de memória”. Ambas são de militantes e foram produzidas por mulheres.

CAPÍTULO IV:

As Camadas da Memória: as mulheres guerrilheiras na ótica das biografias das décadas de 10

Pedaço de Saudade

*“Resquícios de algo bom
que se tornou ruim.
Confronto da memória
revivendo o passado,
com a consciência
que denunciava
a insatisfação presente”*

(Gilberto Brandão)

4.1) A Década do ano 2000: início do século XXI: mulheres também são protagonistas:

A biografia de Maria do Carmo Brito: uma militante chega à direção...

A primeira obra analisada, *“Uma Tempestade como a sua memória – a história de Lia, Maria do Carmo Brito,*³⁵⁵ é a biografia da militante Maria do Carmo Brito, cujo codinome é : “Lia”. O interessante desse livro é que a autora, Martha Viana, é também uma ex-militante, com atuação na organização de esquerda “ Ação Popular” (AP). Então, é uma autora ex-militante que escreve a trajetória de vida – como enuciado – de uma outra ex-militante. Ambas mulheres.

Tal informação suscita algumas questões: Por que Martha Vianna não escreve as suas próprias memórias, ou seja, sua autobiografia? Por qual motivo Maria do Carmo Brito também não escreve suas experiências e permite que outra militante o faça? O fato

³⁵⁵ VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória – a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Ed: Record, Rio de Janeiro, 2003.

de serem ambas ex-militantes e terem laços de amizades contribui para isso? Tais questionamento têm relação com as problemáticas das memórias e o presente vivido. Mesmo assim, o resultado final da relação entre as duas militantes foi uma obra biográfica, a qual permite ter contato com a atmosfera da militância armada, podendo perceber as representações sobre a parcela feminina que se engajou nesses movimentos. Após a observação de tais representações, por serem provenientes também de uma obra memorialística, confronta-se com a memória constituída.

Aponta-se ainda no referido livro a possibilidade de autora e personagem se amalgamarem, haja vista que é narrada a trajetória de vida de uma mulher militante como também foi a autora. Muitas das experiências vividas por Maria do Carmo Brito podem ter sido semelhantes às de Martha Vianna. Dessa forma, acaba-se por ter uma visão da autora baseada na sua vivência, por ser, de certo modo, um agente envolvido nessa situação. Igualmente se possui o olhar da autora sobre outra militante, mesmo que *Lia* “participe” de sua biografia, com a sua visão, através dos depoimentos dados.

A imagem que fica cristalizada da biografada corresponde a uma idealização, quase uma mitificação. A personagem apresentada pela autora é aquela cujos feitos são memoráveis. É uma mulher que merece destaque por justamente se destacar: era a melhor aluna – a mais inteligente; publicou poesias –, a melhor esposa e a melhor militante, pois correspondia aos padrões estabelecidos para os militantes. Nesta obra memorialística, não se vê *rupturas* em relação à Maria do Carmo; se percebe uma valorização de seu sujeito mulher e militante. Semelhante à Iara, é única, surpreendente, e como tal, há uma supra valorização. A memória, então, sobre essa militante, realizada através de construções de Vianna, é positiva.

Essa obra, assim, reúne inúmeras discussões pertinentes ao sexo feminino que condiziam muito com a época dos anos 1960 e 1970, ao regime de exceção e à militância política³⁵⁶. Por se tratar de uma mulher, uma militante, escrita por uma mulher, essa memória versa acerca da memória feminina da luta armada e traz ao debate as questões que eram e são importantes para este sexo, para além da política e militância³⁵⁷.

³⁵⁶ Também traz arquivos recolhidos no Fundo de Polícia Política (DOPS), utilizados no livro como fontes.

³⁵⁷ Um dos temas recorrentes em “memórias femininas”, como essa, diz respeito ao debate sobre maternidade e gravidez, principalmente quando há filhos envolvidos no processo. Tais reflexões podem

Os primeiros relatos do livro dizem respeito à infância de Maria do Carmo Brito, que, desde já, expõe a problemática do papel da mulher na sociedade. Nas primeiras referências concernente ao assunto, aborda a condição da mulher na sociedade, inclusive pela própria família:

“ Tive sorte de ser mulher, senão ia me chamar Getúlio. *Meu pai sempre quis ter um filho homem*. Na verdade, *não fui educada para ser mulher*. Meu pai queria que as filhas fossem seres humanos bem-sucedidos, e minha mãe queria que tivéssemos uma profissão para não depender do homem. *Só fui entender o que é ser mulher muito tempo depois quando tive filho, porque até então ser mulher era uma coisa da qual você tinha que escapar.*” (grifos meus)³⁵⁸

“ Menina, *para ser moça prendada*, tinha que estudar piano e balé. (grifos meus).³⁵⁹

A partir da reflexão de Maria do Carmos Brito, percebem-se a valorização do homem na sociedade, o papel que a mulher deveria desempenhar e aparentar naquela e na família, mesmo que sua mãe defendesse outro ponto de vista. Apesar da observação de uma “assexualização” feminina, no sentido de estimar o sexo masculino, há a presença do conservadorismo da sociedade quando há a descrição de como deveria “ser uma mulher”. Priorizam-se, nesse sentido, as atividades e as qualidades consideradas tipicamente “femininas e delicadas”, ou seja, pertencentes às moças, às mulheres, ao sexo feminino. Caso desvirtuassem desse caminho específico a elas destinado, eram consideradas desviantes. Ser “prendada” e “feminina” era uma representação da mulher pela família e pela sociedade, lembrada pela militante. Tais características são “perdidas” ao se engajarem em movimentos da esquerda revolucionária. Desaparece tanto em razão da concepção social, tornando-as desviantes, como por motivo da militância em si, cujo parâmetro de militante era aquele semelhante ao perfil masculino.

Alguns temas específicos podem ser trabalhados nessa obra e que se relacionam com os livros analisados neste capítulo. Um tópico abordado é novamente a visão que

ser vistas nas obras sobre Carmela Pezzuti, Iara Iavelberg, Maria do Carmo Brito e a próxima a ser analisada: a de Marília Guimarães. Por mais que essas questões não sejam trabalhadas a fundo nesta dissertação, é um assunto presente, suscitando algumas ponderações no período da ditadura, como *a posteriori*, no campo da memória. Para melhor compreensão sugere-se a leitura de tais obras.

³⁵⁸ VIANNA op.cit. 2003. Pág 19. Pode-se inferir aí uma também atitude de subjugar a mulher e valorizar uma postura masculina. Tal processo de assexualização da mulher na militância pode ser comparado com a experiência passada por Lia, a qual ficou conhecida por sua rigidez, firmeza e por ter características do perfil idealizado de um homem militante.

³⁵⁹ Idem pág 20.

as próprias militantes possuíam do sexo feminino. Ao opinar sobre uma característica relacionada intrinsecamente com as mulheres, Maria do Carmo Brito suscita uma questão que diz respeito ao debate de gênero. Vale lembrar que sua biografia foi realizada a partir dos depoimentos da ex-militante à autora:

“Lembro que Iara [Javelberg] e eu ficamos aflitas com aquela reação [em relação ao discurso do então presidente Médice]. *Não sei se é porque somos mulheres*. Talvez por mais racionalidade, *porque a sensibilidade leva você muitas vezes a ser mais racional*.”³⁶⁰ (grfos meus)

Esta citação demonstra que a militante – presença constante na biografia através de suas falas – enxerga uma diferença entre os homens e as mulheres evocando uma qualidade considerada própria destas: a “sensibilidade”, inserida no campo da subjetividade e do feminino. Pode-se, então, ponderar sobre essa qualidade ou atributo tanto pelo *lado positivo* – como vê *Lia* – como pelo *lado negativo*. Tal negatividade se constitui pela questão de uma “fragilidade” ou “inferioridade” da mulher, por exercer justamente essa qualidade mais “delicada”, vista como feminina.

Outro tema que aparece na biografia é a representação que se tinha das militantes nas organizações das esquerdas armadas. Mais uma vez, a fala é de *Lia*:

“ (...) e eu argumentava que, lá, iria acabar sendo presa pela Delegacia de Costumes. E a resposta que ouvia era sempre a mesma: ‘*mulher não dá mesmo para essas coisas, estão vendo? ‘Essas coisas era a clandestinidade*.’” (grifos meus)³⁶¹

Percebe-se, assim, o olhar de alguns *companheiros* de organização sobre a mulher e a luta armada. Nesta discussão de gênero, observa-se o teor do machismo, como visto em outras obras, e o preconceito das próprias organizações em relação às militantes. É presente um *sexismo*. Assim, pode-se pensar sobre qual era o lugar *dado* à mulher na luta armada e na clandestinidade. Para alguns, principalmente homens, não havia. Para outros, como grande parte das mulheres militantes – dependia da própria militante e o seu perfil – existia. Um “embate” no interior das organizações que repercutia em *conflitos*, como os de gênero. As próprias organizações agrupavam estas

³⁶⁰ Idem, pág 60.

³⁶¹ Idem pág 64.

duas visões e, com isso, acabava por sobressair uma determinada representação acerca das mulheres militantes.

A trajetória dessa militante se distingue por uma particularidade: *Lia* chega a ocupar o cargo de direção da organização (VPR, após o *racha* da VAR-Palmares³⁶²). Embora, “compartilhada” com outros dois *companheiros* – Lamarca e Ladislas, ambos do sexo masculino – é algo inusitado para uma mulher ter posto na direção de um *grupo revolucionário* .

Apesar de apresentar dúvidas e titubear para aceitar a decisão coletiva, *Lia* torna-se um importante componente da organização, segundo a sua avaliação:

“ *Você é mais útil na direção* – dizia Jamil –, *pois tem capacidade para por ações práticas* que viabilizem a linha política.”³⁶³ (grifos meus)

“*Chorando, Maria do Carmo pensava em que não era justo alguém que não estivesse acreditando ocupar um posto de direção* (...) era um caminho sem volta. *Quando se faz parte de um grupo, as decisões são coletivas*. Além disso, não havia saída: Maria do Carmo não tinha certeza suficiente de duas dúvidas para romper com tudo, inclusive porque isso significaria romper com Juarez [seu marido] e todos os seus amigos.”³⁶⁴(grifos meus)

Através dos recursos de construções de Vianna, a análise das citações acima compete a variados tópicos:

Primeiro, observa-se não só a atuação política e pública de uma mulher no período da ditadura civil-militar como também a atividade prática, em forma de ações armadas. A considerada “violência revolucionária”, de acordo com Maria Paula Araújo, era um instrumento político de atuação e como tal, as mulheres militantes a aderiram e praticavam³⁶⁵. Um exemplo disso é o treinamento no Vale do Ribeira, no qual *Lia*, assim como Iara, também estava envolvida, demonstrando que as mulheres tinham uma participação ativa e que, até algumas delas, estavam incluídas nas atividades práticas, armadas, e nos treinamentos. Algo positivo, já que passavam pelos mesmos processos

³⁶² VPR- Vanguarda Popular Armada. “Segunda versão”. A primeira VPR sofreu um “racha” e se transformou na Vanguarda Armada Palmares (VAR- Palmares), a qual depois sofreu novamente uma cisão e voltou a se chamar VPR.

³⁶³ VIANNA op.cit.2003, pág 64

³⁶⁴ Idem pág 65.

³⁶⁵ ARAÚJO op.cit.2008

que os homens.³⁶⁶ *Lia* alcançou o posto de direção por ser *capaz* de executar esses tipos de atividades, como a teoria, a política, além das ações.

O que nos leva à segunda análise: Quais foram as características que a fizeram chegar a esse cargo? Foi por suas ações práticas? Por ser mulher? Por não a verem como mulher? Ou por ter perfil e a possibilidade de executar melhor o papel de dirigente?

Pela narrativa de Vianna, se percebe que *Lia* não se enxergava apta para desempenhar tal papel. Não fica claro se o motivo da sua dúvida dizia respeito ao fato da militante enxergar *um empecílio* por ser mulher ou por *desacreditar* do projeto revolucionário e, até mesmo, duvidar da sua capacidade e da sua eleição para dirigir uma organização. De qualquer forma, para seus companheiros, *Lia* possuía o perfil de dirigente. Primeiro porque executava ações práticas, ou seja, se identificava com a *linha revolucionária* da organização; depois apresentava as qualidades necessárias a um militante: vigor, rigidez, firmeza, “política acima de tudo”, como ficou conhecida pela memória coletiva. Novamente é trazido ao debate a questão da assexualização feminina, já discutida aqui a partir da exposição de Ana Maria Colling. Apesar das circunstâncias forçarem as escolhas apressadas dos dirigentes³⁶⁷, *Lia* possuía algumas características que a levaram ser eleita dirigente da VPR.

Por último pode-se refletir sobre a postura de *Lia* em relação à sua crença no projeto da *revolução*. Essa problemática não é apresentada como crítica, mas explicita alguns questionamentos que concerniam à realização e à credibilidade da *revolução*. Como seria a revolução? Seria a se era a solução para os *problemas*? Como sabemos, as memórias produzidas foram concretizadas no período da redemocratização, quando o projeto revolucionário já haveria perdido o lugar ocupado outrora. Por conseguinte, pode-se inferir que essa dúvida de Maria do Carmo Brito em relação à sua crença no projeto, nas organizações e na sua capacidade de ser dirigente, apresentada na biografia, pode dizer respeito à construção feita *a posteriori* sobre período da luta armada. Por

³⁶⁶ Para melhor esclarecimento ver: VIANNA op.cit.2003 pág 69.

³⁶⁷ Pela situação de clandestinidade, pelo pouco número de militantes e, principalmene, pela ação da repressão com prisões e torturas.

mais que afirmar, em seus depoimentos³⁶⁸, que esta concepção era a “do momento”, não se pode descartar a influência do presente no ato de *rememorar* tais episódios.

Outro tema comum à maioria das obras já analisadas é a prisão e, portanto, a tortura. Maria do Carmo Brito, militante clandestina e procurada pela repressão, passou por esses dois processos. Através de sua biografia, tanto pelo prisma da repressão como por meio da ótica da biografada, com suas lembranças e falas narradas, temos contato com a atmosfera da luta armada e o conhecimento de como as mulheres militantes eram vistas.

Como um *sensu comum*, a acepção sempre apontada nas obras de memória, e esta biografia não foge à regra, é a descrição do tratamento de “subversivo” pela repressão:

“ O coronel Ari era o personagem principal daquela caçada: era ele o responsável pela captura do ‘ *perigoso casal de subversivos*’ Juarez e Maria do Carmo Brito.”³⁶⁹(grifos meus)

Nota-se prontamente uma representação dos militantes pela visão do regime civil-militar. A palavra sublinhada carrega um significado pejorativo, constantemente aplicado.

Outro momento inúmeras vezes destacado corresponde às sessões de tortura. *Lia* sofreu essas sevícias e, como mulher, passou por experiências peculiares a seu gênero. É a condição da mulher sendo percebida e erigida como discurso:

“ Maria do Carmo, quando foi presa, estava menstruada. Cada vez que era levada ao pau-de-arara, o sangue jorrava.

- a Lia tá menstruada, bota uma calça aí, senão vai ser aquela cagada.

E me enfiaram uma calça de homem, cheia de esperma e sangue.”³⁷⁰

³⁶⁸ Para essa problemática é válido o uso da história oral como metodologia. Entretanto, como não se trabalha diretamente com testemunhos orais, essa metodologia não foi aqui usada.

³⁶⁹ VIANNA op.cit. 2003. Pág 76.

³⁷⁰ Idem pág .76.

Como visto em outros relatos sobre a tortura nas militantes, nota-se que sobressai a questão da ação no corpo da mulher. O intuito é claro: a desmoralização e a humilhação da mulher e militante.

Essas sevícias são em grande parte traumas com os quais as mulheres devem lidar. Muitas se calam sobre o assunto, não querendo lembrar aquele período. Outras, como Maria do Carmo Brito, mesmo sendo difícil essa questão, escolhe narrar, até mesmo tem a necessidade de narrar a experiência. Possivelmente querem que a sociedade conheça esse passo. Ou seja, “levanta a bandeira” de levar a *verdade* dos acontecimentos naqueles tempos e, assim, pretendem evitar que eles se repitam. Há ainda, provavelmente, a expurgação desses momentos no ato de narrar justamente porque são traumáticos. De qualquer forma, estas narrativas estão “a serviço da sociedade”, como se possuíssem uma função. Neste ponto se relaciona com os motivos pelos quais se realizam e se publicam esse tipo de obra.

O extrato abaixo elucidava como se manifestava a tortura por parte da repressão nas mulheres, tendo como exemplo *Lia*, e como esta reagia a ela e refletia sobre a tortura:

“ Com um pequeno detalhe: passou a ser torturada com requinte e delicadeza: ‘ a senhora sabe que vai levar *choque na xoxota?*’

Meu cunhado tinha dito que eu era esposa do irmão dele, e esposa fiel. Isso foi importante porque *para eles toda mulher de esquerda era prostituta*. Com isso, parou a ameaça de tortura sexual, que para mim era horrível. Eles me acordavam de madrugada, *tiravam minha roupa toda*, era tétrico. E diziam: ‘ faz de conta que você está num ginecologista.’ (...) *choca a sua dignidade, na sua formação.*”³⁷¹(grifos meus)

Assim, a tortura era também sexual com abusos físicos e psicológicos. Nesse fragmento também se pode trabalhar com a questão das referências da repressão sobre as mulheres. Em sua visão, todas as militantes eram desviantes, “putas”, “prostitutas”, “promíscuas”. Uma noção carregada de preconceito, de machismo que visava a desmerecê-las. Por isso também, a aplicação de termos como “amantes” e “amásias” na sua caracterização.

³⁷¹

Idem pág 88.

Retomando a perspectiva de Colling, a repressão ressalta a questão sexual, enfatizando a “promiscuidade”³⁷². Esta concepção parte de uma visão conservadora e moralista tanto da repressão, quanto da sociedade. Como parte também desta, a repressão partilhava das percepções. Esta noção era percebida e conhecida dos militantes, principalmente pelas mulheres militantes, como no caso da Maria do Carmo Brito. A militante reflete sobre a imagem de “prostituta” e “esposa fiel” em sua fala exposta na biografia e demonstra uma dificuldade em lidar com esses procedimentos e processos.

O próximo tópico debatido, que se insere nos principais temas escolhidos dos livros de memória para serem aqui trabalhado, corresponde à questão dos relacionamentos amorosos.

Como já mencionado, Maria do Carmo Brito era legalmente casada³⁷³ com outro militante: Juarez Brito. Desse modo, era um “casal militante”. No entanto, Maria do Carmo não *iniciou* as atividades políticas por influência de Juarez, seu namorado. Eles se conheceram e iniciaram uma relação durante a militância política, já nas organizações. Assim, a imagem segundo a qual “são os homens que subvertem e influenciam as mulheres para que se insiram nesses movimentos de esquerda”, descaracterizando o sujeito político feminino³⁷⁴, não corresponde à experiência de *Lia*. Ela é sujeito e se engajou por escolha própria; não foi *manipulada* por um homem. Com isso, mesmo que recaia sobre ela a referência de “mulher de militante”, ela é, antes, uma “mulher militante”.

Para além disso, o que nos interessa é a questão que as relações entre militantes suscita. Qual a imagem que as organizações, a sociedade e a repressão possuíam em relação a eles?

Juarez morreu. Se suicidou quando estava para ser preso pelos agentes do governo civil-militar. Após esse acontecimento, já no exílio, Maria do Carmo Brito, viúva, se envolveu romanticamente com outro militante: Angelo Pezzuti – filho da

³⁷² Para melhor esclarecimento ver: COLLING op.cit, 1997. Parte dessa problemática já foi desenvolvida ao longo da dissertação.

³⁷³ “Em fevereiro de 1962, ainda estudantes, Maria do Carmo e Juarez se casaram. Só no civil, o que foi um escândalo para os rígidos padrões religiosos da família mineira.” VIANNA op.cit.2003 pág 29

³⁷⁴ Para melhor esclarecimento ver: COLLING op.cit. 1997.

militante Carmela Pezzuti – e com ele teve um filho. Viveram no exílio³⁷⁵. As vivências, então, de Maria do Carmo Brito como militante se amalgamaram com experiências e trajetórias no campo afetivo e amoroso.

A citação abaixo, explicita como se apresentavam, de certa forma, as relações para os militantes:

“ Eu fiquei meio assim, precisava loucamente de uma âncora, um porto de salvação. Não sei se me apaixonei por ele ou pela idéia de que alguém gostava de mim e estava ali por perto. Mais gostei muito dele, mas não sei, com toda a honestidade, se quando começou era amor mesmo ou simplesmente uma carência total.³⁷⁶ ”

No exílio, ainda militante e ligada à organização, Maria do Carmo Brito se *separou* de seu marido e pai de seu filho. Verifica-se, assim, mais uma vez, a efemeridade das relações entre a maioria dos militantes. O tipo de vida de um militante claramente influenciava nos relacionamentos.

Lia dá mais um exemplo disso, quando, após a separação, começou a se envolver com alguns homens, militantes e não militantes:

“ Maria do Carmo começou a namorar os mais variados tipos de jovens de 18 anos a homens de 30, uma roda viva.”³⁷⁷

E quando se relacionou e se casou com “Mario Japa”, outro militante:

“ Mário Japa era um militante exemplar(...) sem mulher, sem filhos, sua vida era a militância (...) [Lia] ‘ comecei a me interessar pelo Japa (...) de noite fui com o Japa para casa e comuniquei a mamãe que tínhamos resolvido nos casar.’ ”³⁷⁸

Os dois fragmentos acima indicam os relacionamentos amorosos na trajetória de uma militante, sendo um ponto fundamental em suas *lembranças* e em sua memória.

³⁷⁵ Narrado por Vianna a partir de pesquisa e do depoimento de Maria do Carmo Brito.

³⁷⁶ VIANNA op.cit. 2003. Pág 108. Mostra a dinâmica de uma relação entre militantes. Por estarem em uma situação de exceção, e/ou na clandestinidade cuja rotatividade e tempo de convívio de militantes durante um período é grande, a possibilidade de laços afetivos e de relacionamentos, somados a carência e ao isolamento, aumentava.

³⁷⁷ Idem pág 126.

³⁷⁸ Idem pág 127 e 128.

Para além disso, conseguem-se verificar algumas questões importantes que competem ao sexo feminino, à sociedade e até mesmo a repressão.

Quando *Lia* se envolve em vários relacionamentos com os “mais variados tipos de jovens”, observa-se a questão da liberação sexual, da revolução sexual, numa sociedade ainda fortemente marca pelo conservadorismo e moralismo³⁷⁹.

Lia, então, encarna duas imagens: a de “liberta”, como mulher, no aspecto sexual e comportamental e a da “promíscua e desviante”, a partir do momento em que dissolve o casamento, a família e se relaciona de forma efêmera com vários homens. Da mesma maneira, essas posturas, como já estudado, eram reprovadas pela repressão, que acusava as militantes de “promíscuas”, referindo-se a elas como *amantes*. Assim, esse comportamento – mesmo que houvesse o movimento de ruptura e de permanência – experimentado por *Lia* e por outras militantes era algo *inédito*³⁸⁰. Todavia, gerava críticas. Representações eram retiradas desses aspectos. Tal fator nos ajuda a perceber qual era a visão da repressão, da sociedade e das organizações.

Apesar de não se referirem ao olhar das organizações, pode-se falar, através da leitura das obras de memória sobre a luta armada, que essas atitudes, na maioria das vezes, também eram mal vistas pela própria organização e pelos militantes. Com isso, por esse *preconceito* e por esse *machismo*, em relação à percepção sobre as mulheres e o seu papel, a esquerda revolucionária se *aproxima* da repressão, tendo internalizada também o olhar de grande parte da sociedade. Ao mesmo tempo, tal esquerda diverge dos projetos políticos destas.

Atenta-se, portanto, para a existência de vários *pontos-chave* comuns nos livros de memória. Um ponto que não é unânime, inclusive, na sua percepção, é a questão da imprensa brasileira neste período analisado.

Na biografia de Maria do Carmo Brito, não há qualquer discussão e nem relatos específicos sobre a imprensa. As únicas menções em relação a ela são em situações pontuais: no período pré-golpe comenta que os jornais noticiavam manifestações de

³⁷⁹ Como exemplo: “[Juares e *Lia*] os dois resolveram ficar noivos, pois só assim o pai de Maria do Carmo Brito iria deixá-los em paz para namorar.” Idem pág 29.

³⁸⁰ Muitas foram as vezes que a criação formal, conservadora e rígida de Maria do Carmo é relacionada à criação da época de uma menina, uma moça, uma mulher foi mencionada. A própria fala sobre as concepções morais e comportamentais, nas quais foi educada e com as quais rompeu.

protestos³⁸¹; quando lembra que [*Lia*] comprou o *Jornal do Comércio* e na primeira página estava a notícia sobre um “Inquérito Policial Militar” investigando ela, seu marido e alguns outros militantes³⁸²; na tentativa de encontrar sua mãe [Dona Angelina], publicando uma nota no *Jornal do Brasil*, na qual informa o seu desaparecimento³⁸³. Há ainda, no livro, um anexo em que é publicado e disponibilizado os bilhetes, as fotografias, as fichas e as cartas da trajetória de vida da ex-militante³⁸⁴. Neste anexo, foram publicados reportagens de jornais – fotocópias – com a notícia da prisão de Maria do Carmo Brito e da morte de Juarez.

Por conseguinte, pode-se refletir sobre a ausência da imprensa nas memórias. Não existe uma presença. Há um *silêncio* completo. Entretanto, não se pode saber se trata-se de um *esquecimento* ou um *silêncio*. O que se pode dizer é que, “*Lia*”, no final do livro, transmite “sensação de dever cumprido”. Ao mostrar que não se arrepende de sua trajetória ou dos rumos tomados, apesar dos “erros”, afirma sua posição³⁸⁵. Ao deixar claro que, apesar das críticas ou *autocríticas* das escolhas feitas, em relação ao projeto revolucionário e às medidas para a sua implementação, *Lia*, a militante, manifesta a crença na idéia de *resistência* da sociedade. Sua memória tem como base esses fatores. Portanto, não existiria aí, espaço para discussões sobre *colaborações* ou sobre *consensos*, muito porque a própria biografada demonstra não acreditar nisso.

Subtende-se, então, a não admissão da *colaboração* e do *consenso* da imprensa tanto quanto da sociedade, a partir do momento em que as obras de memória não percebem, não discutem e não manifestam qualquer informação, concepção, pensamento, opinião, crítica ou apoio da grande imprensa – principalmente nas referências, nas representações e nos valores sobre as mulheres militantes.

³⁸¹ VIANNA op.cit 2004 pág 27

³⁸² Idem pág 38

³⁸³ Idem pág 57 e 58.

³⁸⁴ Idem; anexo. Notícias: morte de Juarez, Estado de Minas, 21/04/1970; enterro de Juarez, Estado de Minas, 22/04/1970; e mais dois detalhes de notícias do mesmo periódico nas mesmas datas.

³⁸⁵ Denota uma reflexão da própria *Lia* sobre a luta armada e sua participação: “ ***o que sinto é uma sensação de dever cumprido. Então já está pago; quer dizer: o que eu tinha que fazer, eu fiz. Nossa geração pelo menos conseguiu mostrar ao mundo inteiro o horror que este país era, e não deixou que a ditadura se implementasse de graça, sem que corresse um pouco de sangue. Fica a sensação de dever cumprido, com falhas e imperfeições, mas cumprido.***” VIANNA op.cit. 2003, pág.175.(Grifos meus). Infere-se um discurso – que pertence à memória – sobre a luta armada e a ditadura. Discurso este com teor militante, de valorização, embasado em uma identidade e um pertencimento, os quais se estabelece como *verdade absoluta*.

Não se pode perceber, através da produção escrita da obra biográfica, se essa atitude não é compreendida dessa forma, ou se é proposital, uma seleção. Todavia, salienta-se que é uma memória e, como tal, foi construída com base na busca e na afirmação de uma identidade, de um pertencimento e de uma coesão. Sendo assim, se sustenta em tais pilares, os quais influem no momento da formulação da memória. Se, por exemplo, entre os militantes, a concepção majoritária é a da *resistência* e não da *colaboração*, é isso o que vai sobressair e aparecer nas narrativas das trajetórias.

A autobiografia de Marília Guimarães: uma mãe militante do Brasil a Cuba...

Para finalizar, então, analiso a última obra: uma autobiografia do ano de 2000. Escrita por uma mulher, não tão *famosa e conhecida* do “grande público” por sua militância e atuação como as outras militantes já analisadas. A empresária e escritora, como se autodefine, Marília Guimarães *relembra* seu passado de guerrilheira na ditadura dos anos 70 através do livro “*Nesta Terra, Neste Instante*”³⁸⁶. Em um universo de sete livros analisados no decorrer destes capítulos, essa é a segunda autobiografia escrita por uma mulher militante, uma característica peculiar das obras memorialísticas do período da militância política e armada na época da ditadura civil-brasileira, como já demonstrada³⁸⁷.

No final dos anos 1960, Marília Guimarães juntamente com os seus companheiros de organização, seqüestraram um avião comercial com destino a Cuba. A militante participou dessa ação armada – ou *fuga* – com os seus filhos, na época com dois e três anos, para aquele país e lá vivem por 10 anos³⁸⁸.

O livro narra esses acontecimentos sob a ótica de uma mãe: a experiência de participar dessas ações sendo mãe e levando consigo sua prole. O enfoque de tal circunstância é considerável, assim como a maneira em que esta influenciava sua vida política.

³⁸⁶ GUIMARÃES, Marília. *Nesta terra, nesse instante*. Ebendinger Ed. Rio de Janeiro, 2000.

³⁸⁷ Tal afirmação pode ser feita mesmo que aqui sejam estudadas um número reduzido de obras memorialísticas. Percebe-se freqüentemente tal característica nas várias obras memorialísticas, ainda que não analisadas aqui.

³⁸⁸ Dez anos depois, voltou para o Brasil e fundou com a família a Ebendinger Systems, empresa especializada em sistemas para computador, que atualmente conta com uma filial nos EUA. Informações no site: <http://ebendinger.com.br/not1.htm>

A obra em geral apresenta episódios em que se podem discutir alguns pontos pertinentes às representações das mulheres. Tem como ponto de partida o caso em que foi intimada a depor sobre a compra de um mimeógrafo, em fevereiro de 1969. O desfecho se dá com o seqüestro do avião, em primeiro de janeiro de 1970, com a sua aterrissagem em Cuba. Durante esse percurso, a autora vai se apresentando e constituindo uma imagem de “guerrilheira” e “revolucionária”, mas acima de tudo, mãe.

Seu discurso autobiográfico se baseia na luta contra as diferenças sociais, o amor à pátria e o desejo por um mundo melhor. Com a ditadura, a única solução que encontrou foi o engajamento em organizações de esquerda revolucionária e a *revolução*. Tal discurso é encontrado também em outras obras memorialísticas e testemunhos de mulheres militantes, como motivo para a atuação política.³⁸⁹

A primeira descrição feita no livro refere-se à sua prisão devido à compra do mimeógrafo. Através das “montagens de cenas” e dos diálogos que *relembra*, é demonstrado como as mulheres – baseadas em sua experiência – eram tratadas pela repressão. Ao reproduzir em forma de narrativa as referências e os termos utilizados pela repressão, como *subversivos*, *comunistas* e *elementos*, reporta à visão e à representação que o regime tinha dos militantes.

O fragmento abaixo demonstra a afirmação:

“ (...) Não estou enganado, não. Sua escola comprou um mimeógrafo, que foi *apreendido em mão de elementos ligados à subversão*.

- Onde?

- Em Niterói, num aparelho.

- Aparelho. O que é isto?

- Lugar onde se escondem os *comunistas*.

- Comunistas? Não eram subversivos?

- *Comunistas, subversivos, tudo a mesma coisa – explicou nervoso.*”³⁹⁰ (grifos meus).

³⁸⁹ Para o contato com alguns testemunhos, é indicada a leitura das obras de COOLING op.,cit 1997 e XAVIER op.cit 1996. Nesses livros fica evidente o discurso de engajamento na política como opção das mulheres, muito motivadas pela questão das desigualdades e injustiças sociais no Brasil.

³⁹⁰ GUIMARÃES op.,cit 2000. Pág 18.

O sentido das palavras sublinhadas já foi discutido no capítulo dois da dissertação. Ainda assim, é marcante o tom desses termos sobre os militantes, incluídos os do sexo feminino. Revela-nos a negatividade aí presente.

Apesar de o livro ter como enfoque a vivência de Guimarães na clandestinidade até sua *liberdade* em Cuba, algumas observações relativas às mulheres militantes podem ser apreendidas, esclarecendo a maneira como aquelas circunstâncias colaboravam na constituição do sujeito feminino militante:

“ Maria Auxiliadora partiu naquela mesma noite. Meses mais tarde, soube da *coragem de uma jovem, enfrentando a polícia, numa casa invadida no Méier*. Anos mais tarde, soube do *seu suicídio* no metrô na Alemanha. A *tortura e o exílio* foram mais fortes do que o amor.”³⁹¹ (grifos meus).

A descrição supracitada indica aspectos presentes no indivíduo “mulher militante”, algumas de suas possíveis atuações, posturas e posições, assim como determinado olhar sobre as militantes. A passagem provém de uma reflexão de uma mulher militante acerca de outra mulher militante, expondo uma representação – as militantes possuíam uma representação sobre elas mesmas. Aqui, através da visão da militante Marília Guimarães, narrando sobre a trajetória da militante Maria Auxiliadora³⁹², demonstra-se a coragem da mulher, a sua participação ativa na luta, o enfrentamento armado. Evidencia, igualmente, as experiências comuns das militantes: a tortura, o exílio, e, especificamente no caso de Maria Auxiliadora, o suicídio. Destacam-se aqui as atuações femininas e o fato de as militantes também possuírem uma visão sobre si mesmas e sobre as outras, formulando uma representação que *a posteriori* poderá aparecer em forma de memória.

Um indício do perfil que as mulheres militantes deveriam ter e que lhes era exigido, principalmente pelas organizações compostas pela maioria masculina: era a capacidade de suportar dor, de ser forte; estar apta para qualquer situação ou adversidade. As militantes tinham que se assemelhar aos homens, vistos como seres

³⁹¹ Idem pág 58.

³⁹² Maria Auxiliadora Lara Barcelos: militante da VAR-PALMARES. Estudante de medicina, torna-se na clandestina sob o pseudônimo de “Dora”, entre outros. Foi presa em 21 de novembro de 1969 e banida para o Chile em 1971, após o seqüestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Após o golpe de 1973 no Chile, se exilou na Europa: na Alemanha, cometeu suicídio, jogando-se sob os trilhos do metrô. Ver: GUIMARÃES op.,cit 2000

naturalmente capazes e dotados de características que os permitiam participar de atividades políticas e militantes.

Ao narrar um caso em que necessitava de cirurgia, mas não podia ir ao hospital, a autora emite tal concepção:

“ Vamos suturar aqui mesmo. Não tenho outro remédio. Não podemos levá-la a um hospital – explicou Ivan.

- *Segure a minha mão, não conseguimos anestesia - comentou Carlos.*

- Sem anestesia?

- *É. Você agüenta. Precisa agüentar! Segure a minha mão – pediu Carlos. Vamos segure. Fique calma. Não grite. Lembre, ninguém pode ouvir, tá bem?*

- Tá...- murmurei esgotada. Viajei na dor. Só me dei conta quando passei a mão pela frente e meu suor era de sangue. As mãos do Carlos sangravam. *Nem um ai.* Nem um lamento havia saído dos seus lábios.(...) O pior havia passado.”³⁹³ (grifos meus).

Assim, a mulher militante tinha que ser forte e agüentar tudo pelo objetivo maior que era a derrubada da ditadura e instauração da revolução socialista. Era o sacrifício para o bem maior, para a vitória; e nada poderia impedir. Só aqueles com crença, dedicação e que se encaixassem nas demandas feitas pelas organizações eram percebidos e *permitidos* como militantes. As mulheres passavam pelo mesmo processo e até mais intenso, pois o perfil ideal a ser atingido era o parâmetro masculino. É necessário, entretanto, destacar o quanto de idealização existe nessa cena. Trata-se de uma mitificação em relação à vida na clandestinidade e a *bravura* de uma mulher militante. A mulher é valorizada; ocorre uma idealização completa da militante.

Isto acontecia na clandestinidade. Sobre isso, a militante discorre acerca das constantes mudanças e deslocamentos de “aparelhos” para fugir da repressão e continuar atuando.

³⁹³ Idem pág 62.

Na experiência de Marília Guimarães, destaca-se a descrição de um “ponto” com uma mulher militante. Posteriormente, esta terá um papel fundamental por denunciar as um local onde aconteciam torturas: Inês Ettiene Romeu³⁹⁴.

A título de esclarecimento:

“ Antes das duas horas chegou Inez. Que bom que foi Inez Ettiene. Trazia no olhar a garra dos guerreiros, a força dos tornados. Olhou sem compaixão. Explicou-me que ficaríamos na casa de uns simpatizantes até o final da tarde. Estava procurando, urgentemente, um lugar para ficarmos (...).

- Me perdoe a demora. Não foi fácil conseguir um lugar. Vou levar vocês, provisoriamente, para a casa de um companheiro; o tempo para conseguir um aparelho mais estável³⁹⁵ (grifos meus).

Percebe-se também que as lembranças de Marília em relação aos militantes, à luta e a certos episódios recebem quase sempre uma conotação positiva em sua memória, uma espécie de valorização. Observa-se isso claramente quando a autora descreve Maria Auxiliadora e Inês Ettiene como exemplo de mulheres militantes com grande coragem, contribuindo para a formulação de uma imagem daquele segmento.

Marília destaca seu papel de mulher mãe militante. Tal característica se apresenta como um paradoxo para as militantes – para a autora inclusive – e que provoca variados sentimentos, entre eles a culpa, a angústia e a dúvida, como por ela descritos.

Em sua reflexão sobre o assunto, a condição de mãe era uma impossibilidade: de um lado as ações práticas; do outro, o zelo pelos filhos. Como combinar os dois, se a suposição era de que na política, além do risco de prisão e morte, não havia espaço para a afetividade, a qual se acreditava só possuir no lar e/ou com os filhos? Estes questionamentos decorriam também das concepções estabelecidas pela maioria dos militantes, em suas organizações. O entendimento predominante era de que os papéis de

³⁹⁴ Inês “estudou História e trabalhou como bancária no Banco do Estado de Minas. Foi militante política, com atuação no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e no movimento estudantil dos anos 1960. Inês pertenceu às organizações Política Operária e Vanguarda Popular Revolucionária. Foi presa em maio de 1971, em São Paulo, onde foi torturada pelo delegado Fleury e, depois, transferida para o Rio de Janeiro, onde sofreu mais suplícios. Em 1972, foi condenada à prisão perpétua; permaneceu na penitenciária de Bangu até 1979. Dois anos depois, com o apoio de entidades como a OAB e a ABI e de familiares de desaparecidos políticos, denunciou o cárcere privado onde esteve seqüestrada – a casa de torturas, em Petrópolis – relacionando as pessoas que lá estiveram e que, desde então, constam como desaparecidas.” Fonte: *Grupo Tortura Nunca Mais*. Ver: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=146>

³⁹⁵ GUIMARÃES op.,cit 2000pág 76. (a grafia original foi mantida)

mulher/esposa/mãe não cabiam na função de militante, principalmente no que correspondiam às ações práticas, ou seja, inseridas na luta armada: visão tanto quanto machista que prezava pela idéia da militante ter que ser forte, rígida, comprometida e dedicada exclusivamente à luta, não havendo espaço para mais nada. Conforme já debatido através de Colling, isto implicou de certa forma em uma postura de assexualização das militantes.

Todavia, ressalta-se que em todas as obras memorialísticas analisadas aqui existia a condição da maternidade. Mesmo aquelas que não foram mães, como Iara Iavelberg, expressam o desejo de se tornar. Mais uma vez, evoca-se o movimento de rupturas e de permanências. Ao mesmo tempo em que rompiam com o seu papel feminino e estavam inseridas em um movimento e em uma *luta* na qual não se valorizava ou se desejava a maternidade, grande parte das militantes, possuía a vontade de ter filhos. Assim, permaneciam no modelo que era apreciado, esperado e constituído para a mulher naquele contexto. Continuavam inseridas na sociedade a qual a maioria contestava. Este paradoxo formava-se um conflito entre a condição de militante e mãe.³⁹⁶

Abaixo fica claro o embate entre a vivência de mãe e militante expresso por Marília:

“ Ora vinha um companheiro, ora outro, ocasiões em que aproveitávamos para discutir o futuro de todos e elaborar planos. Devagar, ia participando de novo da organização. *Sempre na logística. Minha condição de mãe era uma grande impossibilidade.* Fiz desde bolsas de couro, para arrecadar dinheiro, a silenciadores, para serem usados nas ações armadas.”³⁹⁷ (grifos meus).

A maternidade mexia com o lado afetivo, emocional e a subjetividade tidas como condição feminina. Marília salienta esse lado sentimental da vida militante: “fora as questões políticas a serem resolvidas, havia o lado emocional”³⁹⁸. Seu discurso

³⁹⁶ Vale lembrar que muitas militantes engravidaram durante o período da clandestinidade e do exílio. Algumas fizeram abortos; outras tiveram os filhos; que se casaram com seus companheiros de militância e pai de seus filhos. Trata-se, portanto, de percepções acerca da maternidade e que podia ser a condenada, porque era um empecilho para a luta, ou ser englobada à vivência militante, desejada e defendida. Isso também diz respeito ao contexto da revolução sexual.

³⁹⁷ GUIMARÃES op.,cit 2000. Percebe-se que, devido à “condição de mãe”, Guimarães não participava de ações diretas, práticas, armadas, sendo-lhe delegada a função de “logística”. No caso da autora, existia a peculiaridade da presença constante de seus dois filhos na clandestinidade com ela.

³⁹⁸ Idem pág 102.

sempre mescla a política – seu principal tópico – acompanhado do teor emocional³⁹⁹. A ênfase dessa “ebulição” afetiva é calcada principalmente na preocupação com os filhos. Entretanto, sua luta política é regida, segundo o seu depoimento, pelo combate às injustiças e pela ação de um mundo melhor – inclusive para seus filhos –, o que significaria o esforço e a sublimação do lado afetivo, emocional.

No que tange a política, sua principal ação se deu no seqüestro do avião. Marília relata os detalhes da operação desde o seu planejamento, passando pelo acontecimento, até a sua conclusão⁴⁰⁰. A todo momento, *lembra* as reflexões durante o ato.

Como mulher, como mãe, na ação prática, no seqüestro, sua memória é exaltada. Apesar do tratamento que os homens davam as mulheres militantes e a maneira como percebiam suas atuações, Marília aparece como um indivíduo fundamental na sua militância, principalmente em um episódio: observamos esta propriedade quando a autora se refere a um momento do seqüestro, no qual a sua decisão determinaria o seu desfecho. Para além disso, podemos observar a visão que as organizações⁴⁰¹, em sua maioria os homens, possuíam das militantes. É a representação que se tinha delas, ao basearem suas decisões em suas concepções, refletindo nas suas atitudes em relação a elas. Vale ressaltar que Marília era uma dentre as duas mulheres participantes do seqüestro.

O extrato abaixo elucida as afirmações acima:

“Meus companheiros entreolharam-se aflitos. Que decisão tomaria, agora que a ***negociação mudara tão repentinamente de mãos? Eu, que fora posta à margem de tantas decisões...das mais simples às mais secretas***, que tivera meus filhos afastados do meu convívio, para garantirem o seqüestro...***Neste instante, o destino de todos, nas minhas mãos***: passageiros, tripulantes, companheiros, meus próprios filhos.

³⁹⁹ A militante também relembra o encontro com Maria do Carmo Brito, a qual lhe faz *revisitar* o passado. Assim, o emocional é ligado a uma *história*, a um passado também. São as ligações e laços afetivos.

⁴⁰⁰ A descrição da ação começa na página 113 do livro, com a entrada de Marília e seus filhos no avião e o anúncio do seqüestro com mudança de rota para Cuba. O objetivo declarado era: “levar para Cuba os filhos de um companheiro preso e torturado pela ditadura [Marcelo e Eduardo, filhos da autora] e reverenciar Che Guevara”, com correção de Guimarães “(...) comemorar a Revolução Cubana”; passam por vários países utilizando seus aeroportos; situações extremas de falta de água e comida, até chegar ao destino final, que termina na página 135. GUIMARÃES op.cit. 2000. Destaca-se nessa passagem a ocorrência de um relacionamento entre dois militantes: a autora e o pai de seus filhos. É mais um ponto em comum com as outras trajetórias de mulheres militantes cuja maioria se envolveu antes, durante ou depois com algum “companheiro de organização”. As conseqüências disto não deixavam de serem discutidas. Entretanto, a autora não discorre muito sobre esse fato.

⁴⁰¹ Ela menciona a cisão entre a sua organização e como isso influenciou sua vida na atuação militante e na clandestinidade.

- (...) não vou deixá-los. Não agora (...) *Um dia, conversaremos sobre este momento*. Conversaremos.”⁴⁰² (grifos meus)

Nota-se, portanto, que, apesar de a militante ter uma participação ativa, ela era “posta de lado”, marginalizada quando dizia respeito às decisões, às atitudes, ao planejamento, como se fosse um peão em um jogo de xadrez, cuja função seria somente seguir ordem e não discutir⁴⁰³. Deveria deixar o “que era importante” sob responsabilidade daqueles que eram mais qualificados – os homens. Contudo, pode-se estender esse tratamento a outras militantes. Obviamente, havia exceções. Nem todo homem militante agia assim; nem toda organização funcionava dessa forma. Havia algumas mulheres militantes com importantes funções e papéis nas organizações, nas decisões e nas ações com enfrentamento armado, para além das discussões de ordem teórica.

A despeito de toda essa situação, a narrativa construída ao longo da obra memorialística de Marília vem apresentando a militante como fundamental, como ativa, mas que sofria com os “erros” e preconceitos de sua organização e de outros envolvidos na militância. O ápice de sua importante participação, de sua essencial atuação como militante e a sua valorização como sujeito mulher militante se dá quando recai sobre ela a decisão e o futuro da ação armada e da trajetória de todos os envolvidos. Evidentemente, lembremos aqui que se trata de uma auto-imagem construída, embora, haja um certo tom vitimizante, correspondente à crítica por ter sido marginalizada inúmeras vezes e nas decisões tomadas, sua auto-imagem sempre vem acompanhada de uma glorificação. Quase que no sentido de *heroizá-la*, devido ao que passou na sua trajetória de militância, e, ainda pelo fato de ser uma mãe e militante.

O importante momento é a chegada a Cuba. Lá se sente realizada, apesar de configurar uma *fuga*, das dificuldades na sua trajetória, das *falhas da revolução* e dos rumos tomados pelos órgãos da esquerda revolucionária. Sua realização ainda se dá no campo feminino, quando se identifica enquanto mulher, e diz ter encontrado em Cuba o

⁴⁰² GUIMARÃES op.cit. 2000. Pág 124.

⁴⁰³ Pode-se questionar por que a colocavam à margem. Possíveis hipóteses são: o fato de ser mulher, e isso só bastava, nos remetendo ao preconceito vigente e *agravado* pela condição de ser mãe. Assim, por estar mais focada nos filhos do que na luta, arriscaria possivelmente, na concepção de grande parte dos envolvidos, o futuro da luta e da organização. Ela precisava estar totalmente dedicada à luta. Quando há divisão ou dúvida, somado ao fato de ser mulher, sofre mais limitações em seu papel como militante, tanto quanto sofre com visões machistas.

que procurava para a *categoria*. Lá, verifica a *libertação*. A chegada a território cubano simboliza a liberdade, tanto política quanto comportamental e sexual. Livre da repressão e da ditadura em seu país, ainda que por meio de exílio, *fuga e derrota*; livre por estar em um território livre; livre por ser mulher em um país em que as mulheres, em sua visão, são livres.

Suas impressões acerca do sexo feminino são expressas na passagem abaixo:

“ Quantas mulheres elegantes! Vestidos godês (...) *Mary Quant lançou a minissaia, libertando a mulher dos milhões de anáguas, da censura sexual. Pouco a pouco, também, fomos nos libertando do jugo machista*. É importante registrar todas as épocas, pensei com os meus botões. ⁴⁰⁴(grifos meus).

A celebração da chegada a Cuba é igualmente a celebração como mulher. A minissaia representa o comportamento, a libertação comportamental e, possivelmente, sexual, das décadas de 1960 e 1970. Embora apenas no final do livro a autora se manifeste acerca das questões do sexo feminino, deixa claro que queria, em suas palavras, o fim do machismo e da censura sexual. Não há profundas discussões sobre gênero, sobre a mulher ou a mulher militante. Há meras referências. A impressão é que somente quando se *alivia* dos problemas políticos, a militante pode se dirigir às questões do universo feminino. Anteriormente, a única problemática existente em sua vida de militante como mulher correspondia à condição de mãe e à *marginalização* na organização por isso.

Apesar disso, é notória a representação sobre o feminino obtida através da fala de Marília, cujo discurso remonta ao papel e ao comportamento da mulher. A militante não deixa de estar inserida em sua época, a qual para as mulheres representou uma abertura mais expressiva em sua atuação com sujeito. Há a consciência e o questionamento da sua situação e da sua imagem. O seu discurso se encontra com o discurso político (propriamente), sintetizada na “libertação”.

Aqui também se percebe a falta da referência à imprensa. A grande imprensa e a imprensa alternativa não aparecem. Os únicos registros correspondentes do assunto são as descrições de situações específicas, quando os jornais aparecem como provedores de

⁴⁰⁴ GUIMARÃES op.cit. 2000. Pág 134.

notícias. Em uma parte anexa, no último capítulo, há cópias de reportagens, de manchetes, de notícias e de fotos selecionadas sobre os acontecimentos narrados.

Não se tem, assim, informação da representação que a grande imprensa possuía das militantes. A grande imprensa não aparece como instrumento de poder ou submetida à censura. Ela é mostrada simplesmente como um veículo de informação. Isto acontece em passagens específicas e expressivas: como no caso do depoimento da autora na delegacia, acusada da venda do mimeógrafo a *subversivos*, no qual o delegado pergunta “a senhora não lê jornal?”, e ela responde “como posso ler todo o jornal com tantas coisas para fazer? Só tenho tempo para ler a parte cultural e econômica”⁴⁰⁵

Do mesmo modo, é mostrada a postura *omissa* que um indivíduo teria, explicitada pela “dissimulação” de Marília, caso não se lesse a parte política dos jornais, denotando não ser possível perceber no cotidiano social. Note-se, entretanto, uma visão dos militantes partilhada pela repressão e que possivelmente apareceria também na grande imprensa, conforme mostra a fala do delegado no diálogo com Marília:

“ - Subversivos?!

- Sim, comunistas.

- Comunistas onde, no Brasil?

- Claro, no Brasil. A senhora não lê jornal?⁴⁰⁶

Assim, repara-se que os termos “comunista” e “subversivos” – com conotação pejorativa – utilizados pelo delegado, poderiam ser de conhecimento público porque apareciam na imprensa. Caso contrário, não questionaria sua “ignorância”, perguntando “se não lê jornal”. Entretanto, apesar da possibilidade de observarmos essa menção olhar sobre os militantes por parte da imprensa – feito através da *montagem* de um diálogo *lembrado* –, não há um questionamento, uma discussão, ou uma referência sobre assunto.

⁴⁰⁵ Idem pág 37.

⁴⁰⁶ Idem.

Da mesma forma, isto acontece em outra situação específica: quando membros de sua organização não lhe contam sobre a prisão de seu marido, Luís, pai de seus filhos⁴⁰⁷. Eles obtiveram a informação através do *Jornal Nacional*⁴⁰⁸:

“ Enquanto fazia as famosas mamadeiras de leite em pó, o qual nervosamente se embolava, se a água não estivesse morna, todos souberam da notícia, dada com muita ênfase no Jornal Nacional.

Menos eu”⁴⁰⁹

A última vez em que aparece alguma menção à imprensa é ainda em decorrência da prisão de Luís, a qual a autora continuava sem saber. Esperava notícias pelos periódicos:

“ Na manhã seguinte, Maura não *trouxe os jornais do Rio*.

- Esgotaram cedo – justificou. Amanhã levanto bem cedo e compro *O Globo*.”⁴¹⁰ (grifos meus)

Nota-se, mais uma vez, a grande imprensa como fonte de notícia para os militantes do que se passava no país. Chama-se atenção, entretanto, para o fato de que uma dessas fontes – o jornal *O Globo* – era um periódico da grande imprensa identificado com o *grupo de direita*. Não há, no entanto, qualquer referência sobre tal posicionamento e nem sobre a maneira pela qual as notícias eram aí veiculadas.

Já o anexo, encontram-se reproduções de algumas reportagens de vários jornais impressos sobre os episódios do seqüestro e da chegada a Cuba. Somente através das cópias das notícias publicadas no livro é que entramos em contato com o teor das reportagens. Só assim, então, podemos perceber algum tipo de visão da grande imprensa sobre os militantes das esquerdas revolucionárias. Não há alusão ao conteúdo das reportagens ou manchetes, nem destaque dos termos e vocábulos utilizados. Há somente a seleção de trechos explicativos. Ao ler esses trechos, entrando em contato “direto”

⁴⁰⁷ Mais uma vez ressalta-se a relação amorosa entre os militantes, tópico bastante abordado nas obras memorialistas. No caso de Marília, sua autobiografia não se concentrou muito nessa questão, dando ênfase a outras problemáticas. Não obstante, note-se a existência da relação afetiva e amorosa entre militantes, casados ou não, e as implicações que isso trazia, constituindo, assim, um importante tema para ser analisado nas memórias dos (das) militantes da luta armada.

⁴⁰⁸ GUIMARÃES, op.cit., 2000, pág 71. Nesse caso, a imprensa referida diz respeito à televisão, mais precisamente à emissora televisiva *Globo*, que não deixa fazer parte da grande imprensa.

⁴⁰⁹ Idem

⁴¹⁰ Idem pág 72. A militante se encontrava no Estado de Minas Gerais.

com as reportagens, como fonte primária, é que observamos a visão dos órgãos de imprensa. Mas ela não reflete sobre isso ao ilustrar a narrativa. Com isso, o anexo com as reportagens funciona como uma ilustração da *história* narrada ao longo do livro, como se fosse uma forma de ratificar o que foi descrito e demonstrar como foi a repercussão de tais eventos.

Vale lembrar a concepção de que “se era importante saía na imprensa”. Assim, ao “estampar” as reportagens, Marília corrobora a idéia da importância dos seus atos porque foram noticiados, inclusive nos órgãos da imprensa.

São os periódicos em parte reproduzidos: *O Globo*; *Folha de São Paulo*; *O Estado de São Paulo*; *La Cronica* e *El Comercio* de Lima, Peru; *Correio da Manhã*; *Última hora*; *O Dia*; e por fim, *O Gramma*, de Havana. Todos datam do mês de janeiro do ano de 1970.⁴¹¹

O *silêncio*, a ausência da imprensa na autobiografia de Marília diz respeito à *não responsabilização* da sociedade civil nas suas atuações e nas suas posturas de apoio e de legitimação do golpe de 1964. Quando só a repressão é vista como opressora, algoz e a responsável pela implementação e continuidade da ditadura, esta obra partilha da memória coletiva da luta armada: a resistência ao regime ditatorial é legitimada; e a *adesão e colaboração* por parte de setores civis estão ausentes.

A autobiografia termina. A jornada, então, se encerra: no encontro da liberdade que une as duas esferas, a política e a comportamental (inscrita em questões de gênero). Cuba, considerado o “primer território libre de América⁴¹²”, símbolo e modelo da luta contra governos repressivos e, a minissaia, marco das rupturas com a dominação, com o machismo e com o preconceito com as mulheres. Estes são pontos-chave finais de suas considerações sobre a militância e a época vivida. Há uma valorização sustentada pelo campo da memória, cuja trajetória e experiência de vida são feitas de forma uniforme e sem o aspecto conflitivo. Ocorre uma *conciliação*, um *encaixe* compondo sentido em

⁴¹¹ Idem, páginas 138 a 153. Novamente se destaca o fato de a maioria dos jornais reproduzidos serem considerados da “direita”.

⁴¹² Ao ouvir em uma estação de Rádio Cubana: “Cuba, primer território libre de América. Hoy, 5 de enero de 1970. Año de los diez millones.” Idem pág 135. Última página de sua narrativa na qual narra o fim bem sucedido, mesmo que com empecilhos, de sua trajetória; a sensação de esperança e a noção de um futuro por vir.

todos os aspectos da vida de forma linear. Assim, os justifica. Esta reflexão é aqui pensada no caso da “escrita de si”⁴¹³.

Assim, Marília encerra “um capítulo de sua vida”⁴¹⁴, lembrada através de sua “memória”.

Como vimos, todos os livros de trajetória de vida dos militantes aqui analisados, acabam por sacralizar uma determinada memória como coletiva.

Esta memória também pode se construída a partir dos testemunhos orais. Uma forma de investigar as trajetórias das mulheres militantes, devido ao interesse suscitado, é através dos depoimentos das ex-militantes. A partir dos anos 2000, as mulheres *falaram mais* de suas experiências, sobretudo, em entrevistas. Assim, nas memórias, principalmente do início do século XXI, temos a característica dos depoimentos, como veremos a seguir.

A memória na forma de entrevista

A partir dos anos 1990 e 2000, a participação feminina na política e na luta armada desperta o interesse dos mais variados segmentos tanto sociais, como acadêmicos. Tal acontecimento é beneficiado pelo reconhecimento da História oral como instrumento teórico metodológico. Permitiu-se, assim, a legitimação dos

⁴¹³ É necessário destacar o caráter conflitivo que a memória implica como memória social coletiva, como nos demonstra Michael Pollak. No caso aqui de *conciliação* e uniformidade diz respeito à especificidade da “escrita de si” – termo referido por Ângela de Castro Gomes – tendo como exemplo as biografias e as autobiografias que buscam uma valorização do sujeito biografado, conferindo um sentido linear em suas ações. Como se desde o início todas as suas atitudes o levariam aos feitos que o dignificaram, sendo merecedoras de serem narradas. Ou seja, não haveria conflito e sim, uma uniformidade. Contribui, assim, para uma imagem valorizada e uma identidade que em um âmbito macro, coletivo, acaba por se sacralizar. Estaria aí a característica militante da memória, que em algum momento, entra em conflito com outras memórias – como exemplo a “subterrânea” versus “oficial”, como afirma Pollak. Ver: POLLAK op.cit. 1989.

⁴¹⁴ Cabe aqui mencionar a pretensão da autora da produção de outras obras autobiográficas, simbolizando, então, a idéia da vida dividida em partes; em fases; em capítulos. Como se cada fase tivesse significação própria, valor e a necessidade de se relatar. De acordo com Marília Guimarães, em entrevista concedida a um site da internet, de domínio de sua família, ela pretende *destrinchar* a sua militância em três livros, em três etapas: O primeiro livro tratará do ano de 1969, da clandestinidade e da saída do Brasil. O segundo livro abordará os dez anos passados em Cuba. E o terceiro será sobre o retorno ao Brasil, a volta do exílio e a sua readaptação e dos seus filhos. A concepção tem a ver com a intensidade, a importância, e o comprometimento com a revelação, com a verdade, com a sociedade “não dá para contar tudo num único livro”, nas palavras da autora. Para melhor esclarecimento ver: <http://ebendinger.com.br/not1.htm>. Entretanto, ressalta-se que somente o primeiro livro foi objeto de análise na dissertação, não tendo o conhecimento da concretização das outras obras e nem à pretensão até a leitura da entrevista. Vê-se, então, uma memória (total) *desmembrada* em três memórias.

testemunhos e das entrevistas, que há muito já ocorriam, como possibilidade de investigação do tema.

Depoimentos, escritos ou falados, sobre as mulheres militantes são importantes para sabermos suas representações e até mesmo a memória construída. Os registros escritos e orais não são novidades, o que muda agora é o destaque dado a eles. Suas *falas* podem ser analisadas no plano da historiografia, colaborando para a produção do conhecimento e na formulação de uma memória. As considerações sobre as especificidades da participação feminina em organizações da esquerda revolucionária podem ser apresentadas tendo como fonte também a entrevista. Um desses exemplos é o testemunho da militante Jessie Jane Vieira de Sousa, que também é historiadora.

Militante durante a ditadura civil-militar, Jessie Jane Vieira de Sousa, atuou no grupo revolucionário Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi presa em 1970 e passou nove anos detida, período em que vivenciou as experiências femininas na militância e na prisão, inclusive sujeita a sevícias pela repressão.

Em sua entrevista concedida à Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero⁴¹⁵, a militante relata a sua trajetória na luta armada, expondo as implicações de ser uma mulher militante. Inserida em uma organização de esquerda armada, na companhia do marido, é detida. Através da sua entrevista, atentamos para algumas referências, representações.

Como quase todas as mulheres militantes, Jessie [assim ela é conhecida] cita as justificativas de seu engajamento – já vinha de uma família com histórico de atuação comunista. Discorre sobre a condição feminina (o corpo feminino), que era explorada pela repressão, especialmente, através do tipo de sevícia e dos termos utilizados para se referirem às militantes – como *putas* –, encaixando-as em um estereótipo.⁴¹⁶ Tais percepções já foram também observadas nas memórias analisadas, narradas por meio da escrita.

Um ponto de destaque em sua fala diz respeito à visão sobre as mulheres das organizações das esquerdas armadas. Jessie não enxergava, como afirmou, a existência de um preconceito para com as mulheres militantes. Nem quando ela estava no presídio

⁴¹⁵ Entrevista de Jesse Jane Vieira de Sousa concedida a João Bôsco Hora Góis e Samantha Viz Quadrat in *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, - v.8, n. 2 (1 .sem.2000) – *Niterói: EdUFF*, 2008

⁴¹⁶ Idem pág 29

e aquelas eram vistas pelos presos como “as meninas”, em uma postura de defesa e de proteção. Não reconhece o teor machista que esse termo empregava. Para ela, só a visão dos órgãos de repressão e informação eram depreciativos e machistas. Refere-se unicamente a eles, relevando os termos utilizados, como “putas terroristas”.

No máximo, sua fala aborda a diferença entre os sexos nas organizações, quanto a algumas visões e por algumas posturas. A militante reconhece que havia a percepção de que o “mundo da política” era um universo masculino. Essa noção diz respeito à descrição de que as mulheres que entravam na política terminavam adotando valores e posturas masculinos. O universo era muito masculino. Esse olhar, então, corresponde a uma *masculinização* das “mulheres políticas”, ensejando uma postura de assexualização.

Outro tema debatido é a questão da revolução sexual, na qual a militante afirma não ter vivenciado, alegando ser uma pessoa conservadora, por ter sido criada em uma família igualmente conservadora. A questão da moral para ela era fundamental. Expressa, dessa forma, como essa mulher, que rompe ao entrar para a luta armada mantém valores conservadores: é o movimento de ruptura e de continuidade.

A discussão também passa pela condição de *vitimização*, muito presente entre os atingidos pela repressão e com a qual não compartilha. Jessie, como historiadora, trabalha com a questão da memória e atenta para as suas construções. Afirma que muito do que se escreve configura-se como memórias individuais, personalistas.

Entretanto, ela mesma constrói uma memória. Na entrevista, observamos várias questões que são formadas a partir da construção e da identidade de Jessie, sobretudo, quando expressa a surpresa de um civil em uma auditoria tratá-la como a repressão tratava os militantes. Como se a sociedade civil nada tivesse a ver com a ditadura, não teria participado do golpe e da sua legitimação, sendo ação somente do regime ditatorial. Também nota-se uma identidade estabelecida em torno do mundo feminino, uma identidade de gênero, a qual influencia na sua forma de ver o passado, o que constitui igualmente uma memória.

A partir, portanto, da entrevista de Jessie Janie (história oral), percebemos uma memória construída acerca do período estudado. Não obstante, essa memória demonstra que a visão da esquerda não estaria muito distante da visão da repressão. No máximo

considera a visão de uma outra geração, anterior àquela aqui estudada, ocasionando certas implicações⁴¹⁷, e a observação de um universo masculino que influenciava as militantes, presente em suas memórias. A questão do preconceito das organizações em relação às mulheres e do apoio civil à ditadura não aparece. Tais ausências fazem parte de uma memória consolidada.

Entretanto, a entrevista de Jessie em muito se aproxima das memórias das várias camadas de tempo. Contudo, a principal diz respeito à figura da mulher como *Eva*. A visão da pecadora, muito engendrada pela repressão – Jessie não menciona que essa visão também pertencia à imprensa e à sociedade – institui um fetiche. Ou seja, é a mulher quem comete pecado porque *desertou* dos seus lugares na sociedade e possui um comportamento *amoral*. Dessa forma, um estereótipo é determinado. Todavia, isso somente é observado no nível da repressão.

4.2) A configuração final das obras de memória:

Ao final destes dois capítulos, podemos concluir que as obras aqui analisadas centram-se na memória. Como tal, são formuladas por ela e, assim, constituem a mesma. Dessa forma, a produção de tais obras *funcionam* como espécie de “arquitetos da memória”, os quais, em grande parte, são os ex-militantes.

As histórias dos ex-militantes, então, são contadas em livros, como uma maneira de oficializar suas trajetórias. Há uma necessidade de relatá-las, seja por questões de ordem individual – a subjetividade envolvida – seja por questões de ordem social – “iluminar” a sociedade sobre o período e evitar que se repita. De qualquer forma, ficarão registradas por estarem escritas.

A *estratégia* da narrativa e do romance são fundamentais nesse momento. Com a escrita romanceada, conquista-se o leitor, por meio de outros componentes como fotos, notas de pé de páginas, reproduções de reportagens, mini-biografias e legendas de cada

⁴¹⁷ Diz respeito também à diferença das gerações. A de 1964 e a de 1968 são diferentes. Vê-se um crescimento em pouco tempo de mulheres na política e na luta armada, o qual corresponde a um momento específico da sociedade brasileira. A participação das mulheres na vida política a partir de 1968, tendo em vista que em 1964 esta era irrisória, é a expressão de uma mudança significativa no panorama mundial e brasileiro. E é isso que se pode enxergar na fala de Jessie Jane Vieira de Sousa. Ver: Entrevista de Jesse Jane Vieira de Sousa concedida a João Bôsko Hora Góis e Samantha Viz Quadrat in *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, - v.8, n. 2 (1 .sem.2000) – Niterói : EdUFF, 2008 e RIDENTE op.cit 1993.

militante participante do livro. Estes aspectos sustentam toda a narrativa construída e auxiliam a remontar o contexto, a conjuntura e a época.

Assim, dá-se o *boom* de publicações de biografias e autobiografias sobre a militância no período da ditadura civil-militar, que acontece desde os anos 80 e vem crescendo⁴¹⁸. Fato que ocorre devido a um misto de necessidade por parte dos militantes, e do deslumbramento, da mistificação, que esse período suscita no imaginário social. Há até uma certa demanda, pois alguns destes livros tiveram vendas significativas⁴¹⁹, sendo alguns deles transformados em filmes, como por exemplo, “*O que é isso, Companheiro?*”⁴²⁰ de Fernando Gabeira.

Assim, proporcionam idealizações que se materializam nestas memórias. Afinal, é uma das características das memórias, ainda mais por envolver personagens que são concebidos como heróis, vítimas ou algozes.

Dessa forma, o trabalho empreendido pelos livros analisados corresponde a uma memória e não a um trabalho de História, a qual busca o conhecimento. É uma memória a partir do momento em que seleciona, mitifica e idealiza, sacralizando uma “verdade”. A influência subjetiva, militante e do presente é marcante. Igualmente é a força política do presente em que se enseja a memória, a qual se constitui no momento e que pode-se perpetuar *a posteriori*. A qualidade anacrônica, como diz Beatriz Sarlo, é assim manifestada e sustentada.

Tais características são observadas nas obras autobiográficas e biográficas das trajetórias de vida dos homens e das mulheres militantes das esquerdas revolucionárias, as quais contribuem para a formulação de uma memória coletiva. Identidades e coesão são percebidas, assim como críticas e “revisionismos”. Entretanto, o cerne dessas obras é a valorização e a crença da importância que as ações dos militantes, suas atitudes, suas posturas, suas lutas, suas experiências e sua vida possuem. Em relação às mulheres militantes, suas experiências “ganham” mais valor por serem consideradas “pioneiras” no que tange ao papel da mulher na sociedade brasileira, graças a seus avanços e lutas

⁴¹⁸ É importante dizer que há inúmeras publicações de obras por parte dos militares, relatando a sua visão e experiência no período. Da mesma forma que há a produção por parte de artistas, jornalistas e outros sujeitos não envolvidos diretamente com a militância na esquerda revolucionária.

⁴¹⁹ Para a verificação do número de vendas dos livros sugere-se a visita aos sites das editoras correspondentes.

⁴²⁰ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, Companheiro?* Rio de Janeiro, Codecri, 1979

na questão feminina. Estima-se, assim, a imagem de rupturas e da ousadia que tiveram ao ingressar na esfera pública e política.

Estas memórias, então, em muito se assemelham, como também divergem. Diferenciam-se em suas referências; assemelham-se em determinadas problemáticas, como a da imprensa e sociedade civil. As *lembranças*, os *silêncios* e os *esquecimentos* ao mesmo tempo em que são individuais, são coletivos, sociais. Fatores que vão ser percebidos nas camadas do tempo, observando as continuidades e as permanências, como também as transformações e as rupturas.

O ato de narrar o passado, portanto, engendrado pelo presente e visando ao futuro é tanto conflituoso como possui coesão. Cabe a nós, historiadores, buscar o conhecimento suscitado pela visão do presente pela formulação da memória de determinado período.

CONCLUSÃO

A Memória da Mulher na Luta Armada: as sacralizações

*Distante de Tudo,
Próximo de Mim*

“Meios momentos,
fragmentos de palavras.
Fluem na alma tempos
passados, já distantes,
para logo se saber a
presença do agora.
E o presente ocupa o lugar
das lembranças.
O coração perde peso, o
cérebro fica vazio
e nisto parece haver uma
intensa liberdade.
Em meio às sensações, a
pureza ingênua.
O prazer não tem tempo
para se fazer culpa.
Vive-se um momento que
comunga consigo.
Vive para si, para todos e
por ninguém,
e isso cria um estado de
plena leveza.”

(Gilberto Brandão)

Durante a pesquisa, foram analisadas diversos tipos de fontes, como os arquivos da repressão no Fundo de Polícia Política (APERJ), como periódicos da grande imprensa, assim como, as obras memorialísticas, biografias e autobiografias, de militantes das esquerdas revolucionárias. Tais obras correspondem também a fontes de caráter literário, se apresentando, inclusive, como romances. O uso da narrativa é o que fornece a correlação entre esses estilos, até mesmo, como recurso da memória. Desta forma, são igualmente objetos para a análise *científica* no âmbito da historiografia.

Foram verificadas semelhanças, aproximações nas representações das mulheres militantes presentes nessas diferentes fontes. Estas representações contribuem nas construções da memória coletiva sobre o período e as mulheres envolvidas na luta armada.

As percepções das militantes das esquerdas revolucionárias nas organizações, nos órgãos de repressão e de informação e na grande imprensa se aproximavam para além das evidentes diferenças. Na análise das visões das militantes nessas esferas diferenciadas, percebemos pontos de *cruzamentos* entre as visões da repressão, da grande imprensa – principalmente pelas palavras utilizadas – e da sociedade.

Ademais, através da reflexão sobre as referências, as opiniões, os olhares, os termos e os valores, foi identificado o universo comum entre estes níveis diferenciados, no período em que se deu o enfrentamento armado. Em outras palavras, as representações destas mulheres nos documentos da repressão pouco diferem do que vemos nos jornais da grande imprensa, representações que por sua vez, não são estranhas às representações da própria sociedade, como demonstrado principalmente pelo uso de vocábulos em comum.

Neste sentido, a imprensa, ao compartilhar uma determinada percepção de mulher militante, contribui com a própria repressão, e, assim, com a construção de um *consenso* na sociedade. Se houve *resistência* na grande imprensa à ditadura, houve também e sobretudo, *colaboração*.⁴²¹ Esse consenso, por sua vez, modificou-se ao longo dos anos de ditadura, em suas diferentes fases.

Dessa forma, é relevante o papel desempenhado pela grande imprensa na legitimação e na consolidação do regime. Ela se apresenta como ator político na medida em que é produtora de discurso político, formulando e influenciando a *opinião pública*. Esta está ligada ao comportamento da sociedade, dos fatos, dos acontecimentos. Concomitantemente, a *opinião pública* conforma-se no “tempo longo” e no “tempo curto”.⁴²²

O “tempo longo” diz respeito a valores e referências presentes numa sociedade, conformados em um período de tempo mais estendido. No caso estudado, valores conservadores predominavam nas décadas de 1960 e 1970. As representações das militantes eram, assim, inferidas com base na *moral* e nos *bons costumes*, apresentando um juízo de valor, que não era estranho à sociedade.

A militante era vista como “promíscua”, “desviante” e “criminosa”. Acrescenta-se aí a concepção sobre o papel da mulher na sociedade, engendradas nas relações de

⁴²¹ Como demonstrado por Beatriz KUSHINIR Ver: KUSHINIR op.cit., 2004

⁴²² Ver: BECKER op.cit, 1996

gêneros, que estabelecem uma relação de poder entre o homem e a mulher . É importante destacar que o papel feminino é visto como inferior ao do sexo masculino, designando as mulheres para a atuação na esfera privada, o lar. Configura-se, assim, a hierarquia social e de gênero.

Ao denominarem as militantes de *comunistas*, acabam reunindo em um mesmo grupo homens e mulheres, já que são todos “comunistas”, identificando-os como *ameaças* e *desviantes*. Desta maneira, as militantes se assemelham ao homens militantes e são vistas como iguais a eles. Entretanto, não quer dizer que são percebidas ou tratadas de forma igual a eles..

Sobre este olhar, as mulheres caem em “desgraça”, remetendo-nos ao texto de Bernhard Giesen⁴²³. O enveredar na luta armada significava a *deserção* da mulher dos seus lugares socialmente estabelecidos na sociedade. Abdicavam da sua condição de proteção que lhes cabia, na percepção da sociedade. *Arriscavam-se*. São mulheres consideradas “desertoras”; *desertaram* de seus lugares, são “desvirtuosas” e, portanto, “estão em desgraça”.⁴²⁴

Símbolo máximo dessa *deserção* na memória coletiva das mulheres militantes é Iara Iavelberg. Sintetiza todas as mulheres militantes: a atuação política, as rupturas com a família, o casamento, os relacionamentos, especialmente com Carlos Lamarca. Na *Iara-símbolo*, há “todos os lugares”: família, escola, casamento, posição social. Iara abandona tudo. Abdica de seu papel para fazer política e engajar-se na luta armada. Portanto, Iara “cai em desgraça”.

Vale lembrar ainda o aspecto sexual. Iara Iavelberg, como símbolo de transformação, reúne “todas” as características, inclusive as rupturas e as continuidades vivenciadas por mulheres da época em vários aspectos, comportamental, cultural e

⁴²³ GIESEN, Bernhard. *La construcción pública del mal y del bien comum: sobre héroes, víctimas y perpetradores*. Revista Puentes. Vol. 4 pág 14-24, 2001.

⁴²⁴ Vale lembrar que em meio a essa permanência do conservadorismo, da *moral*, dos *bons costumes*, dessa sociedade rígida e preconceituosa, o contexto se refere aos anos 1960 e 1970 cuja atmosfera também circulava em torno da radicalidade, da ebulição, das rupturas e do enfrentamento. Quanto ao sexo feminino significou a liberdade, a mudança e o questionamento da *moral* e do comportamento feminino, culminando na revolução sexual. A *deserção* também estaria atrelada a essas novas manifestações do feminino. Assim, observam-se rupturas e continuidades. Ao mesmo tempo em que a sociedade mantém a sua visão conservadora, enxergando essas mulheres – as militantes – como “desertoras”, as militantes se vêem como pioneiras no avançar do papel da mulher na sociedade, principalmente porque vivenciavam a política e a revolução sexual.

político. Torna-se, então, na memória coletiva, arquétipo de mulher e militante, acabando por ser idealizada, mitificada.

As representações das mulheres nos documentos da polícia política constituem elemento essencial nas biografias e autobiografias, mas não as representações da grande imprensa. Isso porque a memória coletiva do período percebe a grande imprensa como *resistente*, não reconhecendo o importante papel que desempenhou como *colaboradora* da ditadura.

Ao refletir sobre os livros escritos a respeito dos militantes das esquerdas armadas – mulheres e homens –, é possível notar nas camadas de tempo em que foram produzidos. As publicações das obras memorialísticas começaram, sobretudo, no princípio da década de 1980, numa linha ascendente até a década atual. Ao longo deste tempo, podem-se observar tanto diferenças como semelhanças entre elas.

As diferenças das camadas do tempo

As divergências dizem respeito à questão da crença na luta, à trajetória realizada, e à problemática da vitória e da derrota. Percebe-se que a primeira camada, a dos anos 1980, apresenta um teor “mais militante” se comparada às décadas seguintes. Embora toda memória seja militante, as da década de 1990 apresentam uma “flexibilização” maior na militância, abrindo espaço para críticas e *autocríticas*, principalmente quando nas autobiografias.

Nas memórias da década de 1980, observa-se ainda um ativismo e a defesa da luta contra o regime vigente. Críticas e *autocríticas* são escassas. A atmosfera predominante ainda é a da valorização das posições tomadas para a concretização do projeto revolucionário. A *revolução* continuava sendo almejada e valorizada. Ressalta-se que no momento de suas publicações – no caso dos livros analisados, o ano de 1982 de Herbert Daniel e de Mariluce Moura – o Brasil ainda se encontrava submetido à ditadura. Por esta razão, essa característica influenciou a forma como foram construídas essas memórias.

Já na segunda camada de época, a da década de 1990, as críticas e os *erros* são identificados e trabalhados, embora haja uma valorização das ações empreendidas e uma postura militante em relação à trajetória de vida e a essa memória. A partir da década de 1980 e 1990, vivia-se a redemocratização. Dessa forma, valorizava-se a

democracia e rechaçavam-se os projetos revolucionários. Isso influenciou na maneira de olhar o passado recente, por mais que justifiquem e defendam a luta armada, as ações práticas, a violência revolucionária. Embora tenha o caráter militante – digno das memórias –, as reflexões sobre o período, a trajetória e as atitudes tomadas são recorrentes. Isso se justifica por ser exatamente uma memória que é formulada no decorrer do tempo.

Assim, os livros da década de 1990, duas biografias e uma autobiografia, exaltam os militantes, a luta, mas apontam alguns *desacertos* no transcorrer da tentativa de desencadear, como se dizia na época, a *revolução* e do combate ao regime ditatorial. Debatem-se a dinâmica interna das organizações - a clandestinidade, as posições políticas, as desavenças e as “confianças” - e a atuação como militante, inserido, aí, os *sucessos* e os *fracassos*, tanto individuais como coletivos⁴²⁵.

Em relação às memórias do início do século XXI, mesclam-se as duas posturas. Militância combina-se com certas críticas, principalmente no que se referem às visões e aos papéis das mulheres militantes. Note-se que as memórias analisadas dessa época são sobre duas militantes: Maria do Carmo Brito e Marília Guimarães, além da entrevista de Jessie Jane e evocam o discurso do feminino com destaque para o papel das militantes, individualmente. Há o “inimigo externo”, mas o “interno” – as organizações e os próprios militantes – é constantemente retratado⁴²⁶. Os preconceitos, as condições do feminino, as visões sobre as mulheres, suas dificuldades, suas problemáticas aparecem inúmeras vezes. As questões do sexo feminino são mais especificamente trabalhadas do que nas outras camadas da memória, embora, também estejam de certa forma contidas em seu interior.

Com isso, há uma grande valorização da mulher como militante e mulher. Verifica-se a defesa da *luta*, a crença nos ideais, o combate à ditadura e a *fé* na revolução. Mas também há autocríticas e críticas em sua atuação e sobre as esquerdas revolucionárias. Dúvidas aparecem. Os preconceitos em relação às mulheres militantes

⁴²⁵ O âmbito individual é observado principalmente nas autobiografias, quando o autor, no caso estudado, Flávio Tavares, realiza uma catarse, uma reflexão e expõe *sua memória* em forma de diálogo e “terapia” no livro.

⁴²⁶ Atenta-se para essa postura também na biografia de Iara Iavelberg, da década de 1990. Entretanto, é somente um livro dessa época que apresenta tais características. Afinal, Iara é um arquétipo no que diz respeito à mulher militante. Por isso, essa perspectiva não sobressaiu na análise da década de 1990.

nas próprias organizações e entre os militantes homens são destacados. Mas não deixam de ser memórias que as mitificam.

Se na década de 1980 surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a trajetória de vida dos militantes das esquerdas armada, a experiência masculina, a partir da década de 1990, e, sobretudo nos anos 2000, as mulheres tomaram a vez: tanto por elas mesmas, escrevendo suas vivências de próprio punho, como através de jornalistas, ou companheiros de militância e, até mesmo, tornando-se objeto de estudo da historiografia. É uma característica que necessita ser discutida.

As semelhanças dos tempos

Muitas são as aproximações entre obras memorialísticas publicada nas décadas de 1980, 1990 e 2000. A principal é a mitificação; a idealização. Há uma exaltação dos militantes – especificamente das mulheres militantes – e uma postura de *heroicização*. As ações e as trajetórias são valorizadas e enfatizadas. Igualmente acontece com a defesa da luta armada, a “única saída”, embora tenham ocorridos *erros*. Trata-se de uma memória sacralizada que delega uma identidade – positiva – aos ex-militantes.

As biografias e autobiografias analisadas destacam o “pioneirismo” destas mulheres. Existe ainda a postura de “adoção da responsabilidade” do militante protagonista da narrativa. Através de suas trajetórias, seus envolvimento teriam sido um diferencial no enfrentamento da ditadura. São mulheres “lutadoras”, “guerrilheiras”, mulheres “à frente do seu tempo” e pioneiras, diferentemente de outras mulheres.

Em comum também a necessidade de contar, registrar o que viveram: a tortura, os traumas; a idéia de esclarecer as gerações novas sobre o passado, a fim de que as arbitrariedades não se repitam. Compartilhada por todas as obras de memória, está o *foco* na ditadura como *culpada* pelas ações empreendidas *contra* a sociedade. Frequentemente, especialmente com relação às mulheres, aparece o tema da maternidade e da condição feminina; da problemática de ser militante e mãe; do machismo e dos preconceitos sofridos tanto por parte da repressão como das organizações e dos companheiros.

Então, é a vontade de se afirmar, a necessidade de expurgar aqueles anos e o objetivo de evitar que uma ditadura ocorra novamente que sustentam as memórias. Qualificam, assim, as permanências, de formas plurais, das camadas de época.

Imprensa, repressão, sociedade e memória

Procurou-se também refletir, nessas camadas das memórias, as aproximações entre a imprensa e a sociedade. Nas memórias raramente aparece a problemática da imprensa. A *colaboração* da imprensa com a repressão está ausente.

Nas diferentes décadas, observa-se a consolidação de uma memória que *absolve* a sociedade civil das *responsabilidades* em relação à ditadura. Permanece o mito da resistência da sociedade. Apenas militares e setores específicos, como a burguesia ligada ao grande capital, são responsáveis. A imprensa é apenas fonte de notícias ⁴²⁷. A memória coletiva *esquece a adesão* e o *consenso* ou *silencia* sobre eles.

A sociedade surge desta memória como *passiva, vítima*. Consagra a *responsabilidade* pela ditadura somente à repressão. É “incriminada” como a causadora das mazelas no Brasil. Por conseguinte, há uma *desreponsabilização* da sociedade.

O discurso cristalizado torna-se anacrônico – centrado nas necessidades do presente – e inflexível. A *verdade*, portanto, não é estabelecida no âmbito da História, mas sim no âmbito da memória. As memórias são, assim, objeto da História.

Ao final, conclui-se, que se pode “fazer” História a partir das memórias.

⁴²⁷ O destaque sobre a imprensa diz respeito à figura da “loura da metralhadora”, a qual desperta um fetiche, mas que ao mesmo tempo é uma imagem depreciativa. Somente em uma obra memorialista a “loura da metralhadora” apareceu e foi discutida: o livro de Herbert Daniel. Nas outras, quando há, é simplesmente uma menção sobre tal imagem, como representação que uma época faz das mulheres nas páginas jornalísticas da grande imprensa no período de década de 1960 e 1970.

Fontes:**Fontes primárias:**

- Os periódicos “*Folha de São Paulo*” de São Paulo e “*O Globo*” do Rio de Janeiro;

Obras de Memórias:**Autobiografias:**

- DANIEL, Hebert. *Passagem para o Próximo Sonho*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982

- GUARANY, Reinaldo. *A Fuga*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984

- GUIMARÃES, Marília. *Nesta terra, nesse instante*. Ebendinger Ed. Rio de Janeiro, 2000.

- MOURA, Mariluce. *A Revolta das Vísceras*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982. (Coleções Edições do Pasquim; v. 125

- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

- _____ . *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- POLARI, Alex. *Em Busca do Tesouro*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982

- TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta: romance*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

- TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. - 3. ed. - São Paulo, Editora Globo, 1999.

Biografias:

- PAIVA, Mauricio. *Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996

- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.

- RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia*. – 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- VIANNA, Martha. *Uma Tempestade como a sua Memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Fundos documentais:

- Fichas sobre militantes femininas de organizações da esquerda armada arquivadas no *Fundo de Polícia Política*, incluído o *DOPS* - Departamento de Ordem Política e Social - localizado no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ);

- *Fundo Polícia Política*; setor comunismo; pasta 137. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

- *Fundo Polícia Política*; setor: informações; pasta 163, página 751. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

- *Fundo Polícia Política*. Setor: DEIC; pasta 472. 9/9/1968. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo Polícia Política*; Setor: DEIC; pasta 472.19/03/1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo Polícia Política*; prontuário nº: 38.543; Gaveta 485; Informe nº 126. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo Policia Política*; arquivo número: 0472; CENIMAR; Assunto: permanência de professora militante do PCB na área estudantil. Data: 20 de maio de 1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo Policia Política*; arquivo número: 0472; CENIMAR. Pasta 46. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo de Polícia Política*; setor: secreto; pasta 44; 12 de dezembro de 1968. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo Polícia Política*; Setor Secreto, pasta 44, VPR, 19 de junho de 1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo Polícia Política*; Prontuário 19.307; Inês Etienne Romeu. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo Polícia Política*; Departamento de Investigações Criminais – DEIC. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo de Polícia Política*. Setor Informação; Pasta 108; p.536. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo de Polícia Política*; setor: declarações; pasta 11; p. 506. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- *Fundo de Polícia Política*; setor: declarações; pasta 11; p. 559. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Sites de internet:

- <http://ebendinger.com.br/not1.htm>

- <http://cpdoc.fgv.br/>

- www.tunos.com/foro/lofiversion/index.php/t5482.html

- <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>

Bibliografia:

- ARAÚJO, Maria Paula, “*O Lugar do Sentimento na História Oral*” Texto apresentado no Seminário Internacional “ *História e Indivíduo*”, organizado pelo Programa de Pós Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), nos dias 19,20 e 21 de outubro de 2009 , na mesa “*Memória, subjetividade e consciência*”.
- _____. “*Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina*” in: FICO, C; Ferreira, M ; ARAÚJO , M e QUADRAT, S . *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.º 21, 1998
- BATISTA DE ABREU, João. *As Manobras da Informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil : (1965-1979)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro : Mauad , 2000
- BASTOS , Nathalia de Souza . *Perdão , meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo : A militância feminina em organizações a esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)* In : *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG* , - v.8 , n . 2 (1 .sem.2000) – Niterói : EdUFF , 2008.
- BECKER, Jean-Jacques. “A opinião”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.
- BERSTEIN, Serge. “*A Cultura Política*”. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Por uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BIANCHI, Julia. *Memória da Mulher na Luta Armada*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de História , Universidade Federal Fluminense , Niterói , 2008.
- BORDIEU, PIERRE. “A Ilusão biográfica”, in MORAES, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV
- CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena. “Introdução.”. IN: *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

- CASTRO, Celso; D' ARAÚJO, Maria Celina; DILLON, Gláucio Ary.(organização e introdução). *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- COLLING, Ana Maria. *A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio Grande do Sul: Rosas dos tempos, 1997
- CORDEIRO MARTINS, Janaína. *Femininas e Formidáveis: o Público e o Provado na Militância Política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)* In : *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG* , - v.8 , n . 2 (1 .sem.2000) – Niterói : EdUFF , 2008
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o Próximo Sonho*. Rio de Janeiro, Codecri , 1982 –
- DEL Priore, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*. Rio de Janeiro,v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.
- ERGAS, Yasmine. “*O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980*”. In: *DUBY, Georges e PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Afrontamento, 1994
- FERREIRA, Jorge. “*Entre a história e a memória: João Goulart*” In Ferreira, Jorge & Aarão Reis, Daniel (org.) *As Esquerdas no Brasil*, volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____ . . *O Imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FICO Carlos. “*Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*”, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- GIESEN, Bernhard. *La construcción pública del mal y del bien comum: sobre héroes, víctimas y perpetradores*. Revista Puentes. Vol. 4 pág 14-24, 2001
- GINZBURG, Carlo. Apontar e citar: a verdade na história. *Revista de História*. Campinas: UNICAMP, vol. 2, nº3, setembro, 1991, p. 93

- _____ “Provas e Possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’ de Natalie Zemon Davis”. In: *A Micro-História e outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUARANY, Reinaldo. *A Fuga*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984
- GUIMARÃES, Marília. *Nesta terra, nesse instante*. Ebendinger Ed. Rio de Janeiro, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. “*A memória coletiva*”, SP, Vértice, 1990.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUSHINIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalista e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP)*, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; imprensa oficial do Estado; Fapesp, 2002.
- LABORIE, Pierre. "De l'opinion publique à l'imaginaire social", in *Vingtième Siècle*. Année 1988, vol. 18, número 18, p. 104.
- _____. *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale. 1936-1944*. Paris: Seuil, 2001.
- _____. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Liberation*. Paris: Seuil, 2003.
- LEITE, JUÇARA Luzia. *República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro, (1954-1974)*. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.
- LEJEUNE, Philippe. Guarda-memória. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997
- LEVI, Giovanni. “*Usos da biografia*”, In MORAES, Marieta e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.
- LEVILLAIN, Philipe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René. *Por um história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996

- MAIA, Maurício. *Censura, um processo de ação e reação*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2005. p.493
- MANNHEIN, Karl. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MOURA, Mariluce. *A Revolta das Visceras*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982. (Coleções Edições do Pasquim; v. 125
- MUSIEDLAK, Didier. «Le fascisme italien: entre consentement et consensus. In:ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2010]
- PAIVA, Mauricio. *Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro , Mauad , 1996
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- POLARI, Alex. *Em Busca do Tesouro*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982
- POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio*”. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989.
- _____. “*Memória e identidade social*”. Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992.
- PORTELLI , Alessandro. *O massacre de Civitella Val Di Chiana (toscana, 29 de junho de 1944) : mito e política , luto e senso comum*. In : Ferreira, Marieta de Moraes ; Amado , Janaína (Org.) . Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro : FGV , 1996
- PRESSOT ALVES , Aline. *As Marchas da Família , com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro , 2004

- *Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, - v.8 , n . 2 (1 .sem.2000) – Niterói : EdUFF , 2008
- REIS Filho, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- _____ . *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____ & Sá, Jair Ferreira (org.). *Imagem da Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1985.
- RIBEIRO, Bruno. *Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia*. – 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2007
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. “*Esquerdas revolucionárias e luta armada*”, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- ROUSSO, Henry. *La Hantise du passé . Entretien avec Philippe Petit*. Paris, Les Édition Textuel, 1998.
- SALVATICI, Silvia. “ Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres” IN: História Oral Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.8, N.1, 2005.
- SARLO , Beatriz . *Tiempo Passado: cultura de la memoria y giro subjetivo*. Buenos Aires :Editores Argentina , 2005 .
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. In: *Gender and the Politics of History*. New York; Columbia University press, 1989. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. SOS Corpo. 3 edição. Recife, abril de 1996.
- _____ . *El eco de La fantasia: La historia y La construcción de la identidad* . In : Cabrera Acosta , Miguel Angel(org.). *Más Allá de la Historia Social* . Madrid : Marcial Pons Ediciones Histori , 2006 .
- SOIHET, Rachel. *Defrontando-se com os preconceitos: mulheres e a luta pelo*

controle do corpo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

- _____; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, vol. 27, p. 281-300, 2007.

- TANNO, Janete Leiko. Os acervos pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si. *UNESP- FCLAs- CEDAP*. v.3, n.1, 2007 p. 110

- TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*: romance. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

- TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. - 3.ed. - São Paulo, Editora Globo, 1999.

- TODOROV, Tzevtan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona, Paidós Ibérica, 2008

- URRESTI, Marcelo. Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico. In: BALANDINI, Sergio. *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. CLACSO, 2000.

- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Ed: Jorge Zahar; Rio de Janeiro, 1994.

- VIANNA, Martha. *Uma Tempestade como a sua Memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- XAVIER, Elizabeth Ferreira. 1996. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora.